



Natural
Resources
Institute

Land Access and Participatory Territorial Development

Land and Territory Research Paper No. 5

Acesso a terra e desenvolvimento territorial no Medio São Francisco, Bahia

Land Access and territorial development in
Medio São Francisco, Bahia

A Research Paper for DFID
Central Research Department
(Project R8736)

February 2007

Full Report in Portuguese

Guiomar Inez Germani *Instituto de Geociências, UFBA*
Alicia Ruiz Olalde *Centro de Ciências Agrárias e Ambientais, UFRB*
Gilca Garcia de Oliveira *Faculdade de Ciências Econômicas, UFBA*
Julian Francis Quan *NRI, University of Greenwich, UK*
Agripino Coelho Neto *Campus XI, UNEB*
Cirlene Jeane Santos e Santos *Faculdade de Geografia, UFAL*
Ely Estrela *CampusV, UNEB*
Laura Adriano Chamo *Projeto GeografAR, UFBA*
Maria de Lourdes Costa Souza *Projeto GeografAR UFBA*
Tiago Rodrigues Santos *Instituto de Geociências, UFBA*
Wiliam Guedes Defensor Menezes *Instituto de Geociências, UFBA*

Projecto GeografAR, Instituto de Geociências, UFBA
(Universidade Federal da Bahia), Brazil
Natural Resources Institute, University of Greenwich, UK

Natural Resources Institute

University of Greenwich, a charity and company limited by guarantee, registered in England (reg no. 986729).
Registered Office: Old Royal Naval College, Park Row, Greenwich SE10 9LS.

ACESSO À TERRA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
NO MÉDIO SÃO FRANCISCO (MSF)

RELATÓRIO DE PESQUISA

Projeto GeografAR/Universidade Federal da Bahia
Natural Research Institute/University of Greenwich

Salvador (BA)
2006

Relatório de Pesquisa

ACESSO À TERRA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

NO MÉDIO SÃO FRANCISCO (MSF)

Coordenação Internacional:

Julian Francis Quan – Natural Research Institute – University of Greenwich/

Coordenação Local:

Alicia Ruiz Olalde – Centro de Ciências Agrárias e Ambientais – UFRB

Gilca Garcia de Oliveira – Faculdade de Ciências Econômicas – FCE/UFBA

Guiomar Inez Germani – Instituto de Geociências – IGEO/UFBA

Equipe Técnica:

Agripino Coelho Neto – Campus XI - UNEB

Alicia Ruiz Olalde – Centro de Ciências Agrárias e Ambientais – UFRB

Cirlene Jeane Santos e Santos – Faculdade de Geografia - UFAL

Ely Estrela – CampusV - UNEB

Gilca Garcia de Oliveira – Faculdade de Ciências Econômicas – FCE/UFBA

Guiomar Inez Germani – Instituto de Geociências – IGEO/UFBA

Laura Adriano Chamo – Projeto GeografAR – IGEO/UFBA

Maria de Lourdes Costa Souza - – Projeto GeografAR – IGEO/UFBA

Tiago Rodrigues Santos – Instituto de Geociências – IGEO/UFBA

Wiliam Guedes Defensor Menezes – Instituto de Geociências – IGEO/UFBA

Estagiários de Apoio Técnico do Projeto:

Hingryd Inácio de Freitas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
1.1 Metodologia.....	13
PARTE A - PROCESSO HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO E SITUAÇÃO ATUAL	17
2 PROCESSO HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO DO MÉDIO SÃO FRANCISCO	18
3. O MÉDIO SÃO FRANCISCO NO CONTEXTO ATUAL	27
3.1 Caracterização Socioeconômica	27
3.2. Caracterização Fundiária	56
3.3. Caracterização Agrícola, de Animais e Extrativista.....	61
3.3.1 Produção Agrícola Temporária	61
3.3.2 Produção Agrícola Permanente	63
3.3.3 Exploração Extrativista.....	65
3.3.4 Produção Animal	68
3.3.5. Crédito Rural	74
3.4 Renda.....	78
PARTE B - FORMAS DE ACESSO À TERRA, ORGANIZAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS.....	87
4. FORMAS DE ACESSO À TERRA NO MSF	88
4.1 Assentamentos derivados da ação do Estado	92
4.1.1 Projeto de Colonização.....	93
4.1.2 Perímetros irrigados.....	97
4.1.2.1 Política de Irrigação no Médio São Francisco como Mecanismos de Acesso à Terra..	99
4.1.2.2 Os Resultados da Irrigação no Médio São Francisco	102
4.1.3 Projetos de Reforma Agrária	112
4.1.4 Projetos Cédula da Terra e Crédito Fundiário	128
4.2. Assentamentos derivados da história da resistência e da luta na terra	137
4.2.1 As Comunidades de Fundo de Pasto no Médio São Francisco	137
4.2.2 As Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Médio São Francisco	153
4.2.2.1 A questão do direito à terra das comunidades negras rurais quilombolas.....	154
4.2.2.2 Identificação, delimitação e demarcação de quatro territórios de Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Médio São Francisco	163
4.2.3 Os Brejos da Barra.....	169
4.2.4 A Presença Indígena no Médio São Francisco	178
4.2.4.1 Os Pankaru.....	181
4.2.4.2 Os Tuxá.....	189
5. ANÁLISE ESPACIAL DAS FORMAS DE ACESSO Á TERRA ATRAVÉS DA INTERPRETAÇÃO DE IMAGENS DE SATÉLITES.....	204
5.1. O espaço físico e o uso da terra.....	204
5.2. Acesso à água	209
5.3. A técnica.....	214
5.4 A circulação.....	216
5.5. A temporalidade	218

6. ORGANIZAÇÕES DE APOIO E MOVIMENTOS SOCIAIS NO MÉDIO SÃO FRANCISCO.....	220
5.1. O papel da FUNDIFRAN no MSF.....	220
5.2 Movimento dos Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas do Estado da Bahia (CETA).....	226
PARTE C - A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL.....	237
6 A POLÍTICA TERRITORIAL DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA).....	238
6.1. Análise da Política Territorial do MDA.....	239
6.2 Gestão Social dos Territórios Rurais.....	244
6.3.Principais Desafios da Política Territorial.....	245
6.5 A FUNDIFRAN no desenvolvimento do “Território do Velho Chico”.....	249
PARTE D - CONSIDERAÇÕES FINAIS, REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA E ANEXOS	257
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	258
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	264

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Criação Político-Administrativa dos municípios e regionalização do Médio São Francisco.....	27
Tabela 2 - Área, Taxa de Urbanização e Densidade Demográfica, Bahia e MSF, 1991 e 2000	29
Tabela 3 – Dados Demográficos, Médio São Francisco e Bahia, 1991 e 2000.....	35
Tabela 4 – Índices de Desenvolvimento Humano, Médio São Francisco e Bahia, 1991 e 2000	38
Tabela 5 - Esperança de vida e mortalidade infantil (1000 nascidos vivos), Médio São Francisco e Bahia, 1991 e 2000.....	40
Tabela 6 – Taxa de fecundidade e percentual de adolescentes entre 15 e 17 anos com filhos, Médio São Francisco e Bahia, 1991 e 2000	42
Tabela 7 – Taxas de alfabetização e de Taxa bruta de freqüência à escola, Médio São Francisco e Bahia, 1991 e 2000.....	43
Tabela 8 – Estatísticas de freqüência e atraso escolar, Médio São Francisco e Bahia, 1991 e 2000	44
Tabela 9 – Estatísticas de anos de escolaridade e de freqüência de curso superior, Médio São Francisco e Bahia, 1991 e 2000.....	46
Tabela 10 – Indicadores de vulnerabilidade, Médio São Francisco e Bahia, 1991 e 2000	47
Tabela 11 – Percentual de domicílios com serviços de primeira necessidade e bens de consumo, Médio São Francisco e Bahia, 1991 e 2000.....	49
Tabela 12 - Estimativa do Produto Municipal e Per Capita, Médio São Francisco e Bahia, 2000 e 2003	52
Tabela 13 - Estimativa do Valor Adicionado e PIB a Preços Correntes, em R\$ milhões, Médio São Francisco e Bahia, 2000 e 2003.....	54
Tabela 14 - Evolução do PIB Setorial em Percentual, Médio São Francisco e Bahia, 2000 e 2003	55
Tabela 15 - Estimativa do produto municipal por regiões econômicas, Bahia, 2000	56
Tabela 16 - Número de estabelecimentos e área ocupada, segundo extrato de área, Médio São Francisco, 1995/96.....	57
Tabela 17 - Índice de Gini, Médio São Francisco, 1920-1996.....	58
Tabela 18 - Classificação do Índice de Gini para os municípios do MSF e do Estado da Bahia - 1996	60
Tabela 19 – Categorias de estabelecimentos agropecuários, Médio São Francisco, 1995/96...61	
Tabela 20 – Estimativa de área plantada e colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor das principais culturas temporárias, Médio São Francisco, 2000-2004	62
Tabela 21 - Área plantada e colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor das principais culturas permanentes, Médio São Francisco, 2000-2004	64
Tabela 22 Produção e valor dos produtos das florestas nativas, Médio São Francisco, 2000-2004	66
Tabela 23 - Efetivo das aves, segundo os municípios, Médio São Francisco, 2000-2004.....	69
Tabela 24 - Produção e valor de mel de abelha e ovos de galinha, Médio São Francisco, 2000-2004	70

Tabela 25 - Vacas ordenhadas produção e valor de leite, Médio São Francisco, Bahia, 2000-2004	72
Tabela 26 - Efetivo dos rebanhos, Médio São Francisco, 2000-2004.....	73
Tabela 27 - Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas, por atividade e finalidade, Médio São Francisco, (R\$ 1,00).....	75
Tabela 28 - Número de contratos e valor dos empréstimos do PRONAF, segundo grupo, Médio São Francisco, 2000-2004.....	76
Tabela 29 - Número de contratos e valor dos empréstimos do PRONAF, segundo grupo e municípios, Médio São Francisco, 2005	77
Tabela 30 – Renda per capita e percentual originário de trabalho e de transferências governamentais, Médio São Francisco e Bahia, 1991-2000	78
Tabela 31 – Intensidade de indigência e de pobreza, Médio São Francisco e Bahia, 1991-2000	79
Tabela 32 – Concentração da renda e percentual de renda apropriada de acordo com nível de renda, Médio São Francisco e Bahia, 1991-2000.....	80
Tabela 33 - Recursos mensais do Programa Bolsa Família, Médio São Francisco, 2005.....	81
Tabela 34 – Fontes de renda, Médio São Francisco, 1991-2000.....	82
Tabela 35 – Rendimento médio mensal dos chefes de domicílio e moradores (%) segundo faixa de renda do chefe	84
Tabela 36 - Formas de Acesso a Terra Identificadas no Médio São Francisco, 2006.....	90
Tabela 37 - Parcelamento da Terra no Projeto Irrigado Formoso por Subdivisão do Perímetro Segundo Categoria de Proprietários, 2004	101
Tabela 38 - Atividade de origem dos colonos do Projeto Formoso, 2004	103
Tabela 39 - Ocupação dos lotes do Projeto Formoso, segundo critério de parcelamento da terra, 2004.....	104
Tabela 40 - Ocupação das áreas irrigadas do Projeto Formoso, segundo critério de parcelamento da terra, 2004.....	104
Tabela 41 - Participação da lavoura de Bom Jesus da Lapa no Médio São Francisco em termos de Área Plantada (ha), 1994-2004	109
Tabela 42 - Participação da lavoura de Bom Jesus da Lapa no Médio São Francisco em termos Valor da Produção (em 1000 reais), 1994-2004.....	109
Tabela 43 - Área Cultivada, Volume de Produção e Valor da Produção das lavouras permanentes e temporárias no município de Bom Jesus da Lapa, 1994-2004	110
Tabela 44 - Número de empréstimos e valores concedidos pelo PRONAF (grupos C e D) , município de Bom Jesus da Lapa e MSF, 2000-2004	111
Tabela 45 - Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária, MSF, 2005.....	116
Tabela 46 – Processos de Desapropriação do Médio São Francisco: Proprietário e Fato Motivador, 2006	118
Tabela 47 - Acampamentos, Médio São Francisco, 2005.	124
Tabela 48 – Programa Cédula da Terra, Médio São Francisco, 1997-2002.....	128
Tabela 49 – Projetos de Crédito Fundiário, Médio São Francisco, 2002-2005.....	131
Tabela 50 - Comunidades de Fundo de Pasto do Médio São Francisco, 2006.....	145
Tabela 51 - Comunidades Negras Rurais Quilombolas, Médio São Francisco, BA, 2006.....	157
Tabela 52 - Número de comunidade identificadas, certificadas e tituladas, Médio São Francisco, 2006.....	162
Tabela 53 - Área total e útil em hectares, número de famílias e expectativa de sua expansão, Comunidades estudadas, Médio São Francisco, BA, 2006	167

Tabela 54 – Povos indígenas identificados, Médio São Francisco, 2006.....	178
Tabela 55 – Situação dos projetos Aprovados pelo CDTER, 2006.....	254
Tabela 56 – Conselho de Desenvolvimento Territorial do MSF, 2006.....	255
Tabela 57 – Comitê Gestor Executivo, 2006.....	256
Tabela 58 – Núcleo Técnico, Médio São Francisco, 2006.....	256

Lista de Mapas

Mapa 1 – Localização da Área de Estudo: Médio São Francisco, 2005	14
Mapa 2 – Área de Estudo	15
Mapa 3 – Principais rodovias da região do Médio São Francisco.....	25
Mapa 4 – População Total, Médio São Francisco, 2000	30
Mapa 5 - População Rural, Médio São Francisco, 2000	31
Mapa 6 - População Urbana, Médio São Francisco, 2000	32
Mapa 7 – Proporção Entre População Rural e Urbana, Médio São Francisco, 2000.....	33
Mapa 8 – Densidade Demográfica, Médio São Francisco, 2000	36
Mapa 9 – Índice de Desenvolvimento Humano, Médio São Francisco, 2000	39
Mapa 10 – Espacialização da concentração de terras, Índice de Gini, Médio São Francisco, 1995-1996.....	59
Mapa 11 – Formas de Acesso à Terra Identificadas, Médio São Francisco, 2006.....	91
Mapa 12 – PEC Serra do Ramalho e PAs Extrativistas, Médio São Francisco, 2006	95
Mapa 13 – PEC Serra do Ramalho e Perímetro Irrigado Formoso, Médio São Francisco, 2006	96
Mapa 14 – Municípios com Projetos de Assentamento de Reforma Agrária, Médio São Francisco, 2006.....	113
Mapa 15 – Projetos de Reforma Agrária, Médio São Francisco, 2006.....	114
Mapa 16 – Área dos Projetos de Reforma Agrária, Médio São Francisco, 2006.....	115
Mapa 17 – Relação entre superfície média dos projetos de assentamento de reforma agrária e o módulo fiscal	121
Mapa 18 – Relação entre superfície média dos projetos de assentamento de reforma agrária e a fração mínima da propriedade	122
Mapa 19 – Acampamento de trabalhadores sem-terra, Médio São Francisco, 2006	126
Mapa 20 – Acampamento de trabalhadores sem-terra, Médio São Francisco, 2006	127
Mapa 21 – Projeto Cédula da Terra, Médio São Francisco, 2006.....	129
Mapa 22 – Projeto Cédula da Terra, Médio São Francisco, 2006.....	130
Mapa 23 – Projeto Crédito Fundiário, Médio São Francisco, 2006.....	132
Mapa 24 – Projeto Crédito Fundiário, Médio São Francisco, 2006.....	133
Mapa 25 – Relação entre Superfície dos Projetos de Cédula da Terra e Crédito Fundiário e o Módulo Fiscal, Médio São Francisco, 2006.....	134
Mapa 26 – Relação entre Superfície dos Projetos de Cédula da Terra e Crédito Fundiário e a Fração Mínima da Propriedade, Médio São Francisco, 2006.....	135
Mapa 27 – Municípios com Comunidades de Fundo de Pasto, Médio São Francisco, 2006..	146
Mapa 28 – Comunidades de Fundo de Pasto, Médio São Francisco, 2006.....	147
Mapa 29 – Municípios com Comunidades Negras Rurais Quilombolas, Médio São Francisco, 2006	160
Mapa 30 – Comunidades Negras Rurais Quilombolas, Médio São Francisco, 2006.....	161
Mapa 31 – Localização das Quatro Comunidades Negras Rurais Quilombolas, Médio São Francisco, 2006.....	164
Mapa 32 – Comunidades Indígenas Identificadas, Médio São Francisco, 2006.....	180
Mapa 33 - Diocese da Igreja Católica, Bahia, 2005	221

Mapa 34 - Diocese da Igreja Católica, Barra, 2005.....	222
Mapa 35 – Sedes e ares de atuação da FUNDIFRAN.....	223
Mapa 36 - Movimento dos Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas (CETA), Médio São Francisco, 2005	227
Mapa – 37 – Regionalização do Movimento dos Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas (CETA), 2005	236

Lista de Figuras

Figura 1 Área de estudo do Médio São Francisco – Unidades de uso e apropriação da terra, 2006	1
Figura 2 Área de serra no município de Paratinga	207
Figura 3 Loteamento do município de Serra do Ramalho.....	207
Figura 4. Diferentes padrões de formas geométricas, Muquém de São Francisco.....	207
Figura 5 Lotes com formas características de acesso à água. Margem do Rio São Francisco. Município de Sítio do Mato.....	209
Figura 6 Lotes estreitos e compridos, Oliveira dos Brejinhos.....	210
Figura 7 Lotes estreitos e compridos, Oliveira dos Brejinhos.....	210
Figura 8. Pequenos lotes, Buritirama.....	211
Figura 9 Pequenos lotes, Barra	211
Figura 10 Conglomerado de ‘círculos’ de irrigação à esquerda (Serra do Ramalho) e lotes do Projeto Formoso (A e H – Bom Jesus da Lapa) à direita	213
Figura 11 Padrão ‘artesanal’ nos vales e ‘moderno’ na planura, Municípios de Brejolândia e Muquém de São Francisco, 2006	215

Lista de Quadros

Quadro 1 - Evolução da ocupação dos lotes do Projeto Formoso segundo os setores irrigação	108
Quadro 2 - Comunidades Negras Rurais Quilombolas, Bahia, 2006	156

ACESSO A TERRA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO MÉDIO SÃO FRANCISCO (MSF)

1 INTRODUÇÃO

Este estudo faz parte da pesquisa denominada “Acesso à terra e desenvolvimento territorial no semi-árido nordestino” envolvendo além do estado da Bahia, os estados do Ceará e de Pernambuco. Este relatório apresenta os principais resultados obtidos para o semi-árido baiano, especificamente para a região do Médio São Francisco (MSF), onde se procedeu à leitura e ao mapeamento das diversas formas de acesso à terra.

A pesquisa foi realizada em dois momentos. No primeiro foi realizado um pré-diagnóstico e definidas as questões prioritárias para a sua continuidade. O segundo momento, de que trata este relatório, foi viabilizado através do Convênio de Cooperação entre o Natural Research Institute da Universidade de Greenwich e o Projeto GeografAR da Universidade Federal da Bahia (UFBA) com a participação de pesquisadores e estudantes de diversas unidades da UFBA, da Universidade Federal do recôncavo da Bahia (UFRB) e Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

A contribuição desta pesquisa é caracterizar a diversidade das formas de acesso à terra derivadas da intervenção governamental e aquelas que resultaram da resistência e da luta na/pela terra de ocupações ameaçadas pelo processo de valorização fundiária no MSF. Busca-se ainda, compreender a articulação destes atores sob o processo da política de desenvolvimento territorial implementado pela Secretaria do Desenvolvimento Territorial (SDT), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) no Médio São Francisco na constituição do que se denomina “Território do Velho Chico”.

Espera-se, com isso, trazer elementos para subsidiar as organizações da sociedade civil e as agências governamentais na compreensão do território, sem o que, medidas como a transposição do rio São Francisco e outras não resultem em alterações positivas no cenário local.

1.1 Metodologia

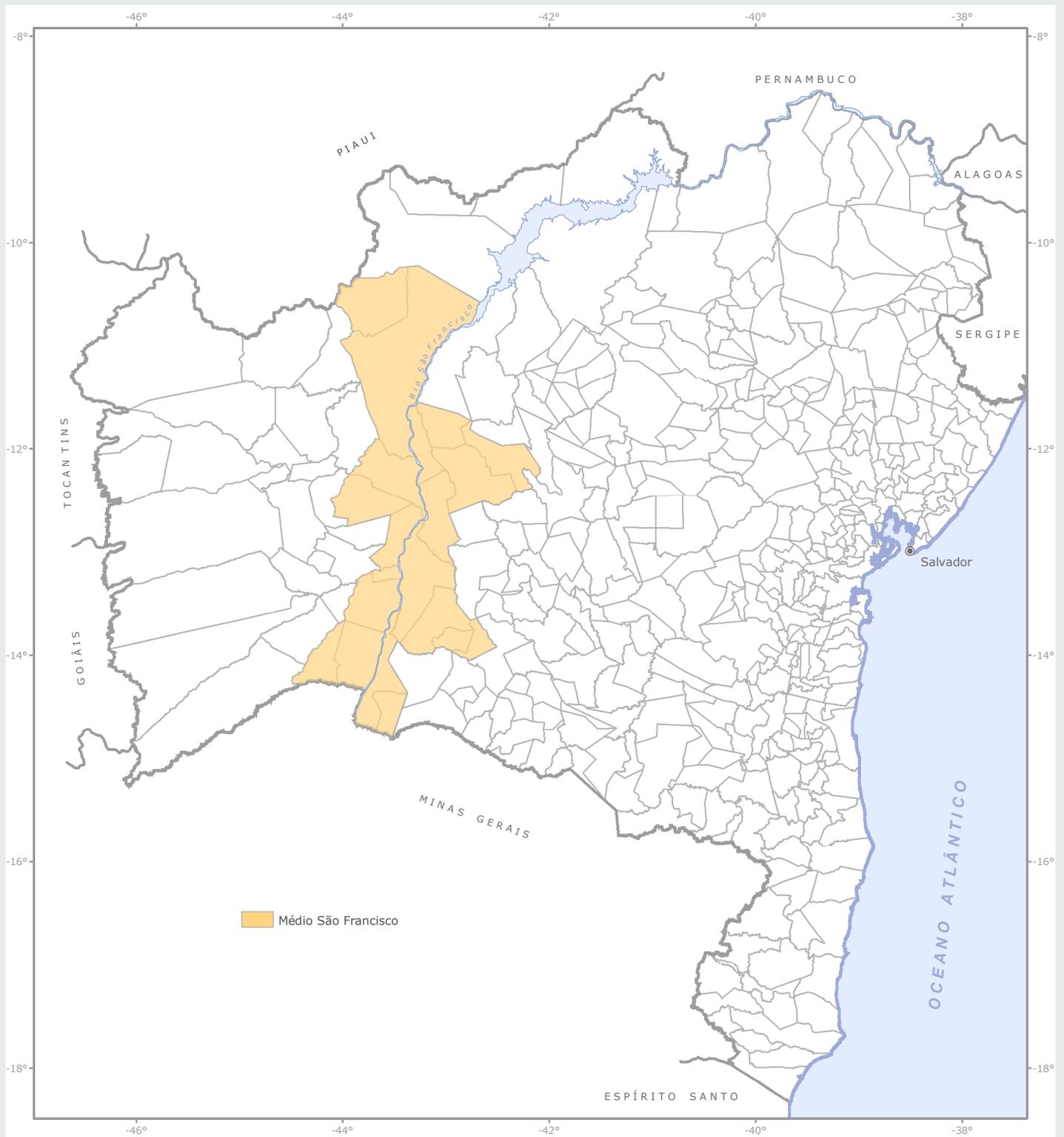
A delimitação da área de abrangência do estudo foi definida a partir da classificação de Regiões Econômicas feita pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) com sobreposição da divisão territorial da SDT para o Território do Velho Chico (TVC). Assim, têm-se como área de estudo os municípios de Barra, Bom Jesus da Lapa, Brejolândia, Brotas de Macaúbas, Buritirama, Carinhanha, Feira da Mata, Ibotirama, Igarorã, Iuiú, Malhada, Matina, Morpará, Muquém do São Francisco, Oliveira dos Brejinhos, Paratinga, Riacho de Santana, Serra do Ramalho e Sítio do Mato. O conjunto desses 19 municípios compõe a área de estudo que aqui se denomina de “Região do Médio São Francisco (MSF)”, que pode ser observado no Mapa 1 e 2.

Esta regionalização foi um recurso utilizado, tendo em vista, a dinâmica estabelecida no processo de delimitação do TVC. Vários municípios “entraram” e “saíram” do território, o que corresponde à dinâmica de articulação das forças sociais e dos agentes que atuam em sua constituição. A regionalização da SEI como Região Econômica do Médio São Francisco foi definida em outros parâmetros e, por isso, constitui-se com limites mais “estáveis”.

A compreensão da dinâmica regional foi feita, inicialmente, a partir do levantamento de material bibliográfico e da coleta de dados secundários. Estas informações permitiram que se elaborasse uma série de cartogramas que refletem espacialmente as relações observadas no estudo. Para a discussão neste documento serão utilizados os cartogramas da área de abrangência, da síntese das diversas formas de acesso a terra e do Índice de Gini para a área de estudo.

A pesquisa teve continuidade por meio de seminários temáticos com o depoimento de técnicos e representantes de organizações que atuaram e/ou atuam na região. Estes seminários objetivaram recompor a história por meio das diferentes leituras sobre a região do MSF e antecederam às visitas a campo onde foram realizados estudos específicos referidos às comunidades presentes no território como: Fundo de Pasto, Comunidades Negras Rurais Quilombolas, Indígenas, Projetos de Reforma Agrária e Projetos de Irrigação e Programas de Crédito Fundiário (Projeto Cédula da Terra–PCT e Projeto de Crédito Fundiário – PCF).

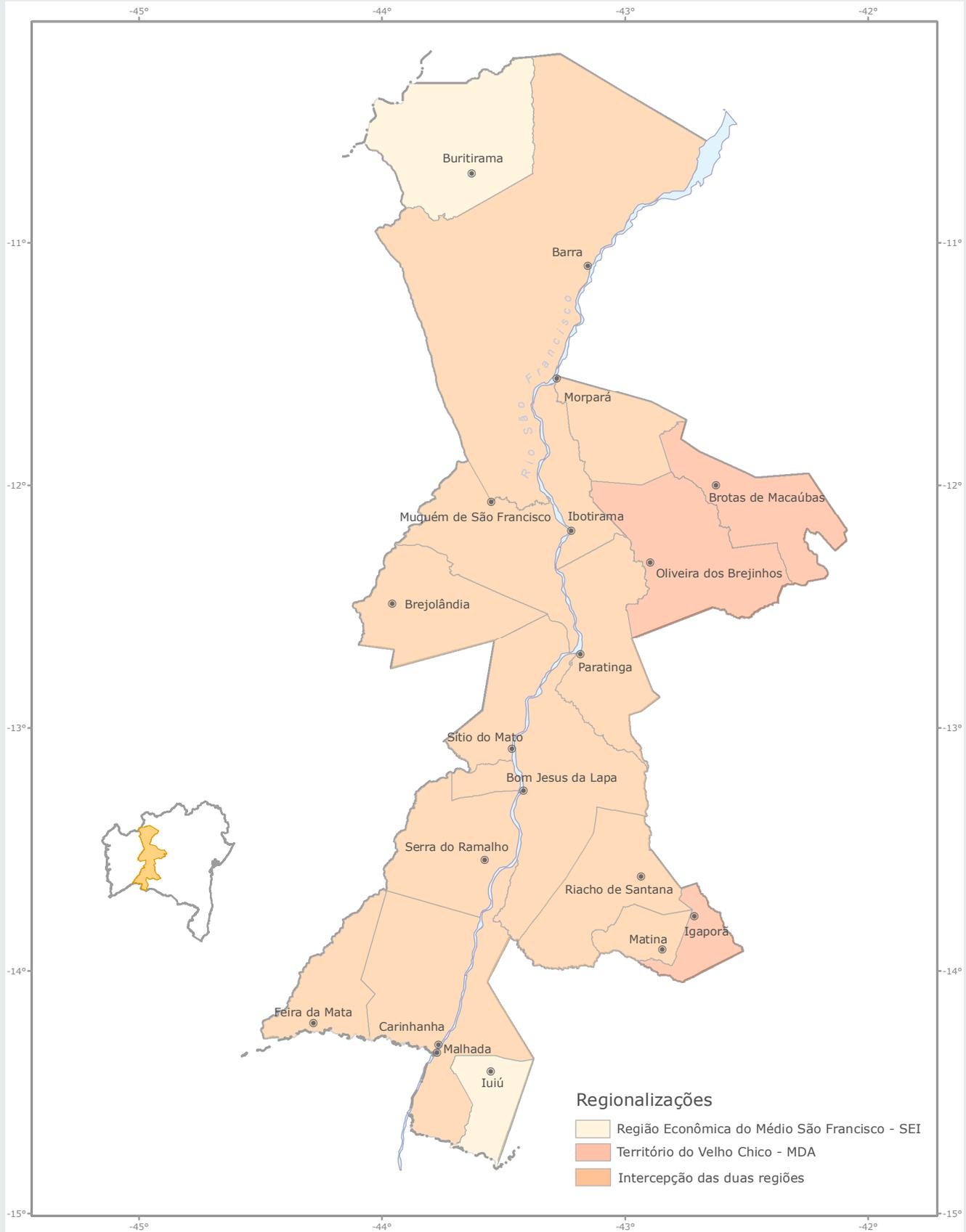
Mapa 1
BAHIA
LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO: MÉDIO SÃO FRANCISCO
2005



Fonte da base cartográfica: CONDER-SEI (adaptada)
Elaboração: Projeto GeografAR (2006)

0 20 40 80 120 160
Km
1:6.000.000

Mapa 2
MÉDIO SÃO FRANCISCO - BAHIA
ÁREA DE ESTUDO
2005



Fonte da base cartográfica: CONDER-SEI (adaptada)
Fontes dos dados: SEI, MDA
Elaboração: Projeto GeografAR (2006)

0 10 20 40 60 80
km
1:2.500.000

Dentre as diversas instituições e organizações que atuam na região deu-se destaque à Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Fundação para o Desenvolvimento Integrado do São Francisco (FUNDIFRAN), enquanto entidade de referência para as comunidades bem como do Movimento dos Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas do Estado da Bahia (CETA), movimento social de apoio às questões da luta pela terra na área de estudo.

A pesquisa teve um enfoque interdisciplinar¹, no qual as políticas públicas, em especial aquelas relacionadas ao desenvolvimento territorial, perpassa a discussão mantendo estreita relação com os movimentos sociais, as organizações da sociedade civil e as instituições governamentais.

O estudo, além desta introdução, está dividido em três partes. Na primeira parte trata-se do processo histórico de ocupação da região e do contexto atual. A segunda parte mostra o acesso à terra no MSF e as organizações e instituições de apoio e na terceira trata-se das recentes políticas territoriais para o Médio São Francisco, convergindo no Território do Velho Chico. Tem-se ainda, as considerações finais, as referências bibliográficas e os anexos.

¹ Os estudos específicos estiveram sob a responsabilidade dos pesquisadores do Projeto GeografAR e foram: Fundo de Pasto, Guiomar Inez Germani (MGEO/UFBA) e Cirlene Jeane Santos e Santos (UFAL); Comunidades Negras Rurais Quilombolas, Guiomar Inez Germani e Gilca Garcia de Oliveira (Mesteco/UFBA); Indígenas, Ely Estrela (UNEB); Projetos de irrigação, Agripino Coelho Neto (UNEB); Projetos de Reforma Agrária, Guiomar Inez Germani; Projetos de Crédito Fundiário, Alicia Ruiz Olalde (UFRB), Guiomar Inez Germani e Gilca Garcia de Oliveira. O estudo a respeito da CETA foi desenvolvido pelo bolsista do PIBIC Tiago Rodrigues Santos e sobre a FUNDIFRAN por Ely Estrela. A divisão territorial do Médio São Francisco foi desenvolvida pelo bolsista do PIBIC Wiliam Guedes Defensor Menezes. O trabalho cartográfico foi de responsabilidade da pesquisadora Laura Chamo do Projeto GeografAR. A coordenação internacional coube a Julian Francis Quan (NRI/*University of Greenwich*), com apoio local de Maria de Lourdes Costa Souza.

PARTE A

PROCESSO HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO E SITUAÇÃO ATUAL

2 PROCESSO HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO DO MÉDIO SÃO FRANCISCO

O rio São Francisco era chamado pelos nativos de Pará ou Opará. Numerosos grupos indígenas povoavam a região: Rodelas, Pimenteiras, Cariris, Chicriobas, Caiapós, entre outros. Alguns eram velhos ocupantes, outros vindos do leste e do norte, a partir do avanço dos colonizadores e ofereceram séria resistência aos colonizadores (BATTISTEL e CAMANDAROBA, 1997).

Os europeus chegaram ao rio São Francisco já na segunda metade do século XVI. Não faltou a presença da Igreja Católica nas primeiras entradas. Em 1552, o jesuíta Luiz Gran levou seus missionários até o rio São Francisco. Na época, também os padres capuchinos participaram de várias missões. As terras descobertas eram doadas aos cabos de guerra das bandeiras.

Introduzindo o gado e guerreando “o gentio bárbaro”, os capitães achavam-se merecedores das terras conquistadas, como revelam os pedidos encaminhados ao rei de Portugal, na época. Gabriel Soares de Sousa obteve a patente de capitão-mor do rio São Francisco, saindo de Salvador em 1591 em grande expedição, apoiado por duzentos índios cativos fornecidos pelo governador Francisco de Sousa, para “prosseguir nos seus descobrimentos”. A principal finalidade da expedição era alcançar supostas jazidas de ouro e esmeraldas. Mais tarde, em 1627, Francisco Dias de Ávila dirigiu uma expedição na qual combateu os índios acroás, pelo que foi recompensado com sesmarias na margem do rio São Francisco (TAVARES, 2001).

O sistema das sesmarias, instituído em Portugal no reinado de Fernando I (1367-1383), visava a ocupação das terras e o desenvolvimento da produção, pelo que ficava condicionada a posse da sesmaria ao seu cultivo efetivo. Foi transplantado e adaptado às terras brasileiras. Apesar das restrições estabelecidas, a aplicação deste estatuto jurídico permitiu a formação de imensos latifúndios no Brasil. Um dos maiores foi o morgado² Guedes de Brito, instituído no século XVII, mais conhecido como Casa do Conde da Ponte ou simplesmente Casa da Ponte,

² O morgado era uma instituição de origem feudal que se constituía de patrimônio vinculado, indivisível e inalienável, transferível hereditariamente ao primogênito de modo semelhante às monarquias hereditárias (NEVES, 1998). No Brasil, o sistema vigorou até 1835 (GERMANI, 1993).

que incluía terras no MSF. Nos seus domínios havia muitos arrendatários, principalmente pecuaristas, mas também agricultores e garimpeiros. Também havia numerosos posseiros, que ocupavam as terras sem reconhecimento legal. Posteriormente, muitas posses ilícitas seriam legalizadas através do arrendamento, sob pressão dos procuradores dos titulares absenteístas (NEVES, 1998).

No entanto, o efetivo processo de ocupação colonial ocorreu a partir do começo do XVII e esteve ligado à expansão da atividade pecuária. A expansão desta atividade pelo interior do Brasil começou pelos sertões da Bahia. Reservando os massapés do Recôncavo para a cultura da cana, o governo português, através de Carta Régia de 1701, proibiu a pecuária a menos de 10 léguas da costa atlântica. A ocupação foi realizada basicamente pela iniciativa privada, não constituindo um processo contínuo. As longas distâncias também induziram ao desenvolvimento da policultura para o auto-abastecimento (lavouras consorciadas de algodão, milho e feijão, além de mandioca, arroz e cana-de-açúcar), que também produziam excedentes comercializáveis. As tropas constituíam o principal meio de circulação de mercadorias.

Com a descoberta de minas no Alto São Francisco, a economia de todo o vale teve um grande impulso, e as regiões mineiras passaram a constituir um atrativo mercado para o gado. A corrida para as minas determinou o surgimento de vários núcleos de povoamento em toda a extensão do vale, constituídos em torno aos “currais” ao longo do rio. Estes núcleos foram responsáveis pelo estabelecimento de ativos mercados de gado e de produtos vegetais

O rio São Francisco, pela sua localização entre a região aurífera e a capital da colônia (Salvador), desempenhou o papel de grande caminho, pelo qual se lhe atribuiu a denominação de “rio da integração nacional”. Mais tarde, com a mudança da capital de Salvador para o Rio de Janeiro (1763) e o esgotamento da produção aurífera, o impulso inicial de colonização da área viu-se arrefecido. Assim, o comércio de Minas voltou-se para o mar, o rio perdeu o papel de grande caminho e a região do MSF sofreu um retrocesso, embora o rio mantivesse durante muito tempo um papel importante no transporte e na comunicação nacional.

Já a partir do final do século XVIII, no mercado aberto pela Revolução Industrial inglesa, o Nordeste brasileiro constitui-se em importante produtor e exportador de algodão, fato que viria a ser reforçado, na década de 1860, pela interrupção das exportações americanas

durante a Guerra de Secessão (NEVES, 1998). Na Bahia, o principal centro algodoeiro estava na região sudoeste, expandindo-se no MSF, principalmente pela área limítrofe com essa região, nos atuais municípios de Igaporã, Matina, Iuiu e Riacho de Santana.

A agropecuária da região sempre esteve sujeita a significativas flutuações por causa das freqüentes secas, que provocavam o desabastecimento generalizado, chegando a dizimar a população por causa da fome. Uma das secas mais terríveis foi registrada entre 1857 e 1861, e outra entre 1887 e 1891. Muitas pessoas morriam e outras emigravam, sendo que entre estas últimas, algumas não conseguiam chegar a destino, perecendo no caminho, dificultando a contabilização precisa do número total de vítimas. Como a seca não era um fenômeno local, os gêneros alimentícios escasseavam e os preços aumentavam assustadoramente, prejudicando mais aqueles com menos recursos. Mas também o excesso de chuvas provocava sérios problemas, principalmente para a população ribeirinha. A evolução dos meios de transporte e comunicação mitigou parcialmente essas calamidades.

Data do Império o primeiro plano de intervenção pública visando à promoção de melhorias no Vale do São Francisco. Em plena seca de 1877, o Imperador D. Pedro II enviou à região uma Missão chefiada pelo engenheiro norte-americano William Milnor Roberts com o intuito de estudar as condições de navegabilidade do rio. Um pouco antes, duas Companhias de Navegação Fluvial se estabeleceram no São Francisco – a Companhia de Navegação de Minas Gerais, sediada em Pirapora, e a da Bahia, em Juazeiro – e os vapores começaram a singrar o São Francisco. Em seguida aos vapores, foi a vez da estrada de ferro chegar ao sertão do São Francisco. Na verdade, os ramais ferroviários ligando Juazeiro a Salvador e Pirapora a Belo Horizonte foram construídos com o intuito de complementar as atividades dos vapores no escoamento da produção dos municípios localizados na Bacia Sanfranciscana e, ao mesmo tempo, suprir os mesmos municípios de mercadorias produzidas nos grandes centros. Mas também contribuíram para canalizar, a partir do rio São Francisco, os fluxos migratórios para São Paulo, principalmente como consequência das secas periódicas que assolavam a região.

O sistema de vinculação política às autoridades portuguesas e seus delegados, tanto no período colonial como na República, geraram e reforçaram o fenômeno do mandonismo local ou coronelismo. Não seria exagero dizer que, para a maioria dos habitantes da região, o Estado era quase uma abstração. Suas representações de existência, como a polícia, a justiça e o fisco,

eram dominadas pela vontade dos chefes locais. Isolada, a região continuou voltada para a pecuária extensiva e para a extração vegetal. A pecuária incluía a criação de bovinos, caprinos e, em menor medida, de ovinos, enquanto o extrativismo estava ligado a vários produtos: cera de carnaúba, carvão, madeira, e borracha da maniçoba. Este último produto trouxe um repentino auge e a região recebeu significativos fluxos migratórios entre 1891 e 1912. Após esta data a produção entraria em declínio devido à crise da borracha provocada pela concorrência asiática.

Na República Velha, os projetos de melhoramento no Vale do São Francisco não saíram do papel, com raríssimas exceções. Durante a Segunda Grande Guerra (1939-1945), o Rio São Francisco transformou-se em única via de comunicação entre o Nordeste e o Centro-Sul do país, uma vez que a rota marítima estava interrompida e a Rodovia Rio-Bahia se encontrava em processo de construção. Esta rodovia foi iniciada na década de 1930, sendo concluída e asfaltada na década de 1960.

Constatada, uma vez mais, a importância do RIO São Francisco para a unidade nacional, verificou-se a preocupação com a implementação de políticas orientadas para o seu desenvolvimento. Visando garantir a intervenção pública contínua no Vale do São Francisco, a Constituição de 1946, no artigo 29 das disposições transitórias, determinava que, num prazo de vinte anos, um por cento do orçamento público federal fosse aplicado em melhorias e no seu desenvolvimento.

Para cumprir o preceito constitucional, em 1948, deu-se a criação da Companhia do Vale do São Francisco (CVSF). Recebendo o organismo dotação orçamentária de 1% da renda nacional, voltada às áreas de saúde, educação, transporte, energia, além de controle da utilização das águas, desenvolvimento da irrigação, reflorestamento e defesa dos interesses coletivos, inclusive pela desapropriação das áreas necessárias.

Articulada com a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), criada em fins da década de 1950, a CVSF, que seria mais tarde substituída pela Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE) e tempos depois pela CODEVASF, implementou vários projetos que, sem dúvida, resultaram na criação de obras de infra-estrutura e de pólos de desenvolvimento como, por exemplo, o de Juazeiro/Petrolina e Pirapora/Jaíba, mas se mostraram ineficientes no combate à pobreza e ao “atraso” de amplos setores da população

ribeirinha, merecendo, portanto, críticas de estudiosos da problemática regional.

A divisão político-administrativa do Território do Médio São Francisco se iniciou no período colonial. Observa-se a criação de dois municípios ainda no século XVIII, que são, em ordem de criação: Paratinga (1745) e Barra (1752). Já no século XIX tem-se cinco municípios que são: Carinhanha, Brotas de Macaúbas, Riacho de Santana, Bom Jesus da Lapa e Oliveira dos Brejinhos. Os demais municípios foram criados no século XX.

Na década de 1970, o MSF ainda era definido como “uma região profundamente arcaica, amolecida pela pobreza, drenada pelas migrações, com longa tradição de violência política praticada por jagunços e coronéis” (CEAS, 1973).

O isolamento implicou em uma organização econômica e social que, atravessando o tempo, mantém até hoje alguns traços característicos. A “nobreza” das famílias equivaleria ao tempo de sua permanência no local, sendo comuns as lutas armadas entre povoados e cidades capitaneadas por seus coronéis.

O MSF foi uma zona de fortes coronéis e um dos lugares onde este fenômeno mais resistiu ao tempo. Além do isolamento e do tipo de colonização, os fenômenos do mandonismo e da violência estão diretamente associados à concentração da posse da terra. Uma região que se fechou sobre si mesma, desenvolvendo uma cultura local com tipos sociais característicos, como o cabra, o coronel, o cangaceiro, o vaqueiro, o barqueiro, o pescador, o ribeirinho e outros que muitas vezes se confundiam numa mesma pessoa, de acordo às circunstâncias e às necessidades.

Segundo Souza (1997) a população que possuía dívidas com o coronel não poderia abandonar a região. Por isso, fugia-se, abandonando os bens materiais, levando o indispensável; partia-se ao escurecer evitando estradas movimentadas. Nas brigas entre os coronéis, normalmente, o governo aguardava o resultado para apoiar o vitorioso.

Existiram normas extorsivas nos contratos de trabalho, que variavam da “meia” para a “terça”, a “quarta” e até a “quinta”. Isso se manteve durante muito tempo como costume na região. Tradicionalmente, era comum o lavrador morar com sua família na propriedade obtendo um pequeno terreno para fazer uma roça. Todos os contratos eram feitos oralmente sem nenhuma garantia para o agricultor, exceto a promessa do proprietário (CEAS, 1973).

Na pesquisa realizada pelo Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) observava-se que a situação sanitária, como seria possível prever, era dominada por doenças da pobreza, como esquistossomose, tifo, chagas, febre amarela, disenteria, malária, tuberculose e lepra, além daquelas provocadas por carência nutricional, havendo também alta mortalidade infantil. A falta de saneamento e o analfabetismo reforçavam estes problemas. Neste período os investimentos governamentais estavam voltados para os cerrados brasileiros, incluindo a parte mais a oeste da Bahia, investindo-se na modernização da agricultura e na construção de estradas orientadas para o escoamento da produção.

Em termos culturais, o isolamento permitiu a sobrevivência do tradicionalismo e do folclore. O catolicismo mesclou-se com lendas e crenças de origem indígena. Algumas festas trazidas pelos primeiros colonizadores, como as Marujadas, Festas do Divino Espírito Santo e Cavahada, mantiveram-se, com as devidas adaptações.

Nesse estudo realizado pelo CEAS, em 1970-71, a região encontrava-se pouco integrada, não sendo possível identificar “pólos” que exercessem efeitos dinamizadores sobre o conjunto da região. Nesse estudo, também foram identificados vínculos de dependência externa com outras regiões, o que reforçava a idéia de baixo grau de articulação interna.

Durante todo este período se desenvolveu, na região, um modo de vida que articulava a agricultura de vazante e de sequeiro, a pesca e a pecuária; e que se manteve quase inalterado.

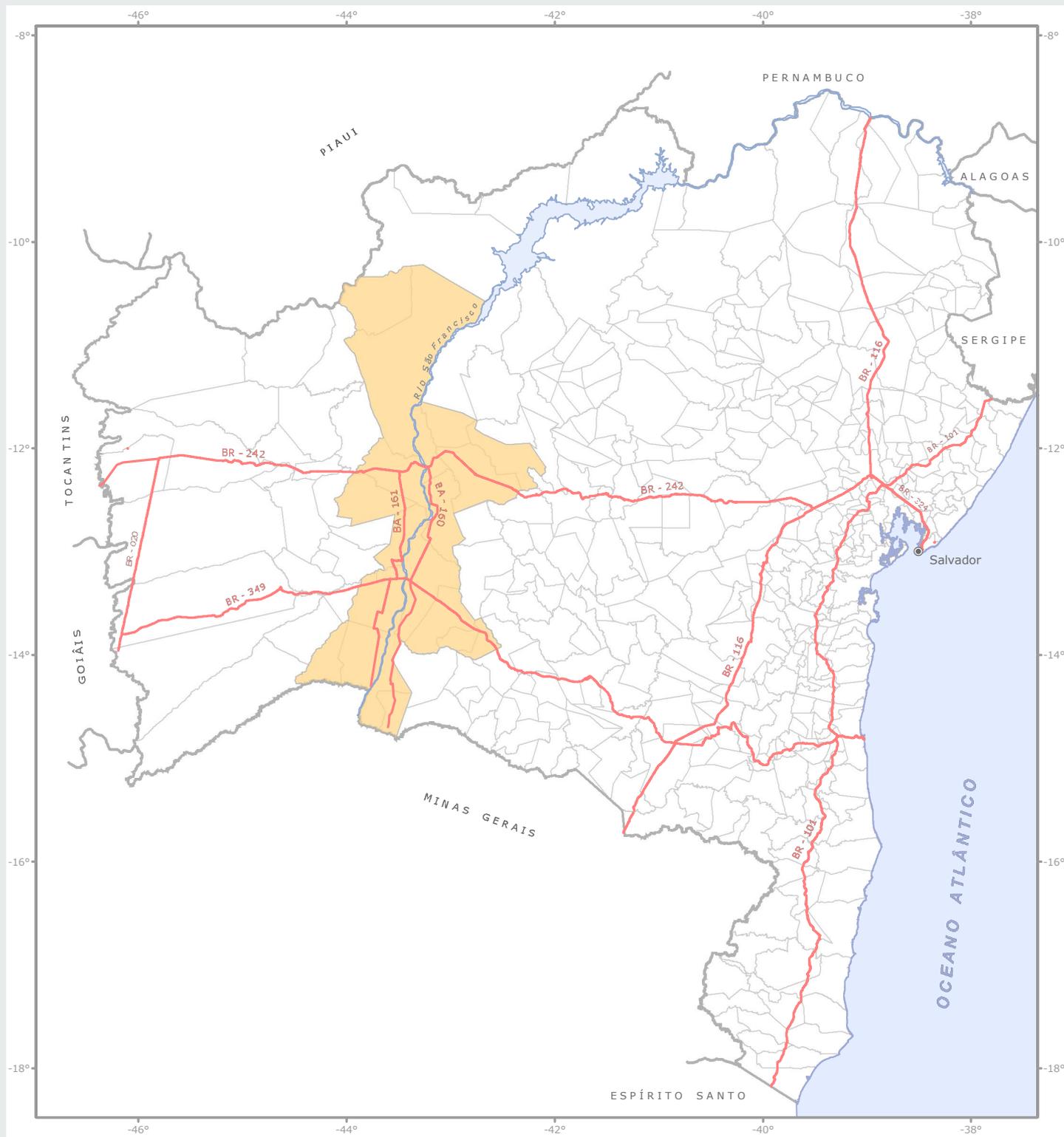
A partir do final da década de 1970 destaca-se uma maior intervenção governamental no MSF, em especial, com o apoio da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) para o desenvolvimento de projetos agropecuários e de irrigação e com a construção de rodovias. As ações com o objetivo de modernizar e dinamizar a região foram institucionalizadas, no início de 1972, com a criação do PROVALE (Decreto Lei nº 1.207, de 07. 02.1972). Este projeto priorizava: a proteção das margens e melhoria da navegabilidade do rio São Francisco; obras de urbanização, infra-estrutura social e de saneamento; implantação de projetos de reflorestamentos e de irrigação; criação de parques nacionais; e construção de rodovias, dentre elas a BR-242 que liga Barreiras a Ibotirama. A construção da ponte sobre o rio São Francisco foi outro importante traço de desenvolvimento do MSF, uma vez que permitiu a conexão com Salvador e Brasília. O resultado dessas intervenções promoveu uma reorganização produtiva e, como conseqüência a valorização fundiária e um novo arranjo

regional.

Neste processo, Barra, antiga “rainha” foi crescentemente deslocada como centro regional. A articulação rodoviária, que pode ser observada no Mapa 3, prezou o município de Ibotirama e Bom Jesus da Lapa, deixando Barra completamente isolada. Bom Jesus da Lapa se destaca como o único município com perímetros irrigados da região do MSF, onde se concentra o maior volume de investimentos e a melhor infra-estrutura urbana. Situada em um entroncamento rodoviário estratégico, que liga Salvador a Barreiras e Brasília, Bom Jesus da Lapa foi dinamizado pela construção de uma das três pontes existentes sobre o rio São Francisco, além do seu papel como centro de turismo religioso que contribui para sua ampla dotação hoteleira e comercial. O município de Ibotirama também foi beneficiado pela construção de uma ponte e constitui uma via de articulação rodoviária entre o centro-oeste e o litoral. Nas décadas de 1980 e 1990, o processo de urbanização se consolida em todos os municípios da região, em consonância com o ocorrido em outras regiões do país.

A economia da região tem forte ligação com a agropecuária. A agricultura implantou-se no vale em paralelo com o processo de povoamento. Em princípio voltada para a subsistência, a agricultura conserva, até hoje, as mesmas características, sendo que a exploração pecuária sempre teve maior significação econômica devido às condições edafoclimáticas. De maneira geral, os pequenos produtores, proprietários ou não, têm ocupado áreas de vazantes ou algumas ilhas disseminadas sobre o leito do rio, sujeitas a desaparecer com as enchentes.

Mapa 3
BAHIA
PRINCIPAIS RODOVIAS NO MÉDIO SÃO FRANCISCO
2005



Fonte da base cartográfica: CONDER-SEI (adaptada); SRH; DERBA
Elaboração: Projeto GeografAR (2006)



Nas vazantes cultivavam-se culturas temporárias, como: milho, feijão, mandioca e arroz, e a produção obtida nos brejos voltava-se praticamente para o abastecimento intrarregional. A cana-de-açúcar não atingiu o mesmo nível de importância alcançado na região litorânea, mas na região havia, e ainda há, um conjunto de pequenos engenhos que produziam rapadura e/ou aguardente, sendo a cana também utilizada também como reserva forrageira. O algodão se destaca como a cultura comercial mais antiga da região. Nos brejos, na parte das ilhas que não fica submersa durante o inverno e na beira do rio é onde são produzidas múltiplas espécies de fruteiras, com destaque para o coco e a manga.

As áreas dos vales representavam as reservas madeireiras da região, estando atualmente quase em extinção, carecendo de políticas de reflorestamento. A pesca constituiu e ainda constitui um importante recurso econômico da região e o mais valioso produto alimentar da população. A prática da pesca é mais intensiva nos lagos da planície aluvional, nas “ipueiras” (reservatórios naturais de águas das enchentes – os velhos canais de rios) e, em menor escala, no rio principal. Destina-se para o consumo *in natura*, na região, e podendo ser exportado, em pequena escala, salgado, para as demais áreas interioranas (BATTISTEL e CAMANDAROBA, 1997).

Existem, hoje, no MSF alguns pólos de atividades econômicas, como no caso dos perímetros irrigados localizados no município de Bom Jesus da Lapa, em especial a implantação pela CODEVASF do Projeto Formoso A e do Projeto Formoso H, que será abordado neste Relatório.

3. O MÉDIO SÃO FRANCISCO NO CONTEXTO ATUAL

3.1 Caracterização Socioeconômica

Os 19 municípios que formam a área de estudo têm diferentes referências de regionalização, como pode ser observado na Tabela 1.

Tabela 1 - Criação Político-Administrativa dos municípios e regionalização do Médio São Francisco

Municípios	Criação	Lei Vigente	Microrregião Geográfica	Região Administrativa	Região Econômica
Barra	05/12/1752	10/2/1954	06. Barra	22. Ibotirama	14. Médio São Francisco
Bom Jesus da Lapa	18/09/1890	10/02/1954	07. Bom Jesus da Lapa	26. Santa Maria da Vitória	14. Médio São Francisco
Brejolândia	16/07/1962	24/07/1962	02. Cotegipe	26. Santa Maria da Vitória	14. Médio São Francisco
Buritirama	09/05/1985	10/05/1985	06. Barra	22. Ibotirama	14. Médio São Francisco
Brotas de Macaúbas	16/07/1878	10/02/1954	22. Boquira	22. Ibotirama	12. Chapada Diamantina
Carinhanha	06/07/1832	11/02/1954	07. Bom Jesus da Lapa	30. Guanambi	14. Médio São Francisco
Feira da Mata	24/02/1989	26/02/1989	07. Bom Jesus da Lapa	26. Santa Maria da Vitória	14. Médio São Francisco
Ibotirama	14/08/1958	15/08/1958	06. Barra	22. Ibotirama	14. Médio São Francisco
Igaporã	25/05/1953	2/09/1960	26. Guanambi	24. Caetité	13. Serra Geral
Iuiu	24/02/1989	26/02/1989	26. Guanambi	30. Guanambi	14. Médio São Francisco
Malhada	29/11/1961	30/11/1961	26. Guanambi	30. Guanambi	14. Médio São Francisco
Matina	05/04/1989	6/04/1989	26. Guanambi	30. Guanambi	14. Médio São Francisco
Morpará	16/07/1962	25/07/1962	06. Barra	22. Ibotirama	14. Médio São Francisco
Muquém do São Francisco	13/06/1989	14/06/1989	06. Barra	22. Ibotirama	14. Médio São Francisco
Oliveira dos Brejinhos	01/06/1891	16/2/1954	22. Boquira	23. Macaúbas	12. Chapada Diamantina
Paratinga	23/03/1745	16/02/1954	07. Bom. Jesus da Lapa	22. Ibotirama	14. Médio São Francisco
Riacho de Santana	13/08/1878	17/02/1954	26. Guanambi	30. Guanambi	14. Médio São Francisco
Serra do Ramalho	13/06/1989	13/06/1989	07. Bom Jesus da Lapa	26. Santa Maria da Vitória	14. Médio São Francisco
Sítio do Mato	24/02/1989	24/02/1989	07. Bom Jesus da Lapa	26. Santa Maria da Vitória	14. Médio São Francisco

Fonte: SEI, 2002.

Segundo as regiões econômicas definidas pela SEI, 16 municípios fazem parte do Médio São Francisco, dois da Chapada Diamantina e um da Serra Geral. Segundo a regionalização administrativa sete municípios fazem parte de Ibotirama, cinco de Santa Maria da Vitória, cinco de Guanambi, um de Caetité e um de Macaúbas. Em termos de microrregiões do IBGE: seis municípios pertencem à Bom Jesus da Lapa, cinco à Barra, cinco à Guanambi, dois à Boquira e um à Cotegipe. Estas informações revelam que, apesar da identidade reconhecida pelos municípios que formam a região do Médio São Francisco, existe uma notável diversidade de suas relações políticas, administrativas e econômicas, às quais vem se somar a regionalização do TVC.

A região do MSF acompanha o leito do rio São Francisco que a atravessa e divide de sul a norte. Limita-se a oeste com a região Oeste, ao norte com o estado do Piauí e com o Baixo Médio São Francisco, a leste com as regiões de Irecê, Chapada Diamantina e Serra Geral e ao sul, faz divisa com o estado de Minas Gerais. Com clima variando de seco a sub-úmido, a totalidade de seu território está inserida no semi-árido nordestino.

Neste tópico será apresentada uma série de dados secundários que permitirão uma leitura sobre a área de estudo. São dados disponíveis que ao serem apresentados, de forma conjunta, permitem uma leitura mais articulada das várias dimensões e processos que conforma a área de estudo.

Conforme pode ser observado na Tabela 2, a região do MSF se distribui em 53.876,80 km², correspondendo a 9,54% da área total do Estado.

Em 1991, a população total era de 361.042 habitantes, sendo 235.726 habitantes da área rural e 125.316 de população urbana, correspondendo á 65,29% e 34,71%, respectivamente. No ano 2000, a população total passa para 386.737 habitantes, sendo 225.773 habitantes da área rural e 160.964 da área urbana, correspondendo a 58,38% e 41,62%. É interessante observar que, embora não tenha ocorrido um aumento significativo da população total, houve uma mudança interna entre percentuais da população urbana e rural, mostrando uma tendência de urbanização, apesar da população ainda estar concentrada nas áreas rurais. A distribuição da população total, rural e urbana pode ser observada nos Mapas 4, 5 e 6 e a proporção entre população urbana e rural pode ser observada no Mapa 7.

Comparando com o Estado, o ritmo de crescimento da população total, urbana e rural

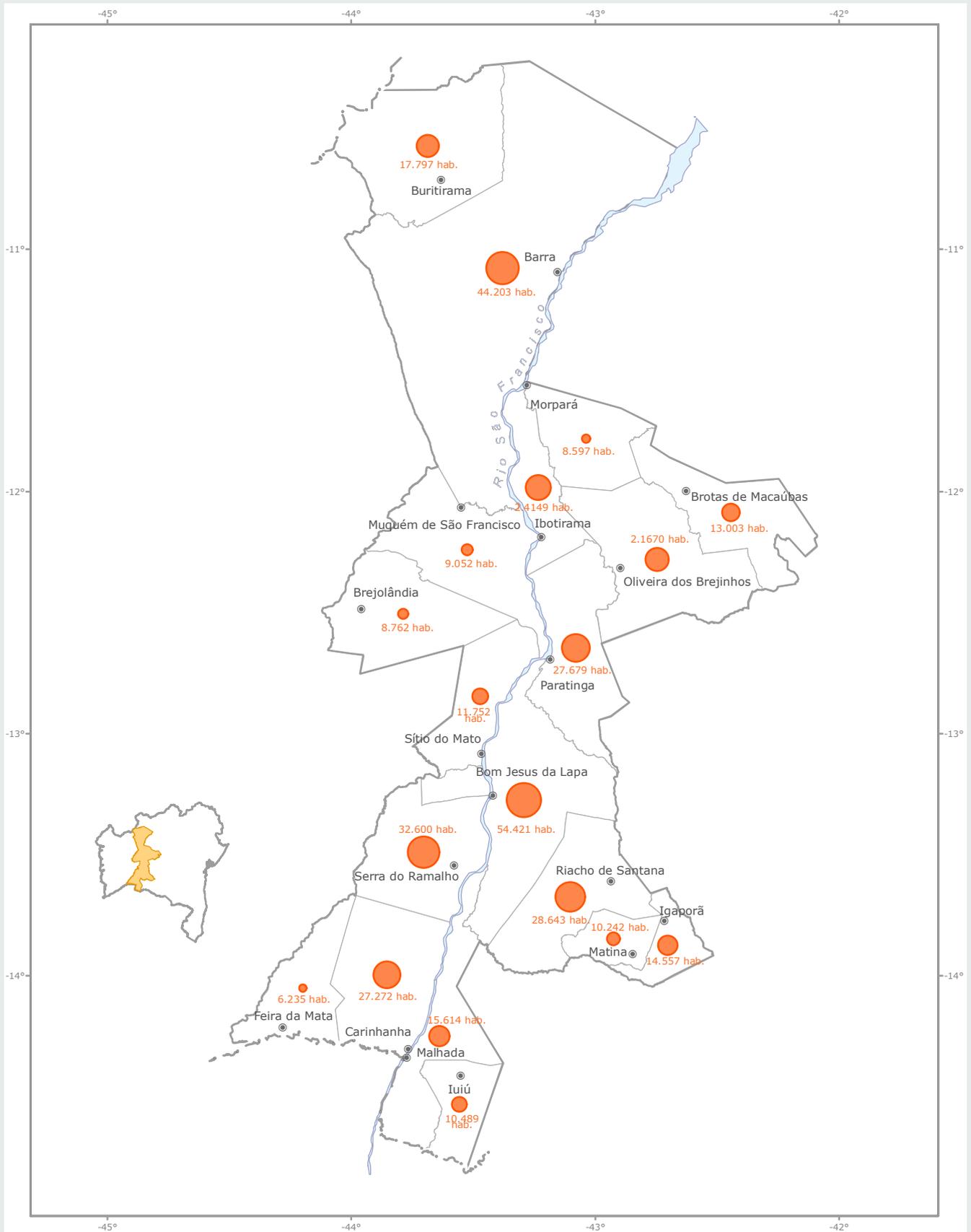
do MSF foi algo inferior à média estadual, de acordo com a Tabela 3. No período de 1991-2000 a taxa de crescimento populacional do MSF correspondia a 7,12% , inferior a média do Estado da Bahia, 10,13% . Em 1991, o MSF possuía cerca de 361 mil habitantes, correspondente a 3,04% dos residentes baianos que na época eram cerca de, aproximadamente, 12 milhões habitantes. Em 2000, era algo superior a 386 mil habitantes, correspondendo a 2,96% da população do Estado.

Tabela 2 - Área, Taxa de Urbanização e Densidade Demográfica, Bahia e MSF, 1991 e 2000

Municípios	Área (Km ²)	Taxa Urbanização 1991 (%)	Densidade Demográfica 1991 (hab/km ²)	Taxa Urbanização 2000 (%)	Densidade Demográfica 2000 (hab/km ²)
Barra	12.348,40	39,61	3,22	44,43	3,50
Bom Jesus da Lapa	4.148,50	68,54	11,39	69,32	13,10
Brejolândia	2.629,00	13,43	4,29	20,91	3,30
Brotas de Macaubas	2.343,50	17,78	5,50	23,46	5,60
Buritirama	3.813,50	22,21	3,29	33,29	4,70
Carinhanha	2.762,20	28,65	9,26	38,44	9,80
Feira da Mata	1.661,80	23,18	3,82	45,26	3,80
Ibotirama	1.396,60	65,45	16,66	67,85	17,30
Igaporã	775,00	43,31	18,00	48,78	18,80
Iuiú	1.099,50	38,99	9,86	43,58	9,50
Malhada	1.972,90	15,94	8,55	38,89	7,90
Matina	793,20	15,44	11,35	26,94	12,90
Morporá	1.738,80	49,08	4,26	63,91	4,90
Muquém do S Francisco	2.878,70	9,77	2,87	11,01	3,10
Oliveira dos Brejinhos	3.586,70	19,86	5,88	26,84	6,00
Paratinga	2.825,00	30,38	8,56	32,76	9,80
Riacho de Santana	2.708,80	30,72	10,06	38,44	10,50
Serra do Ramalho	2.678,30	6,51	12,38	11,48	12,20
Sítio do Mato	1.716,40	65,12	5,07	55,05	6,80
Médio São Francisco	53.876,80	31,79	8,12	38,98	8,61
Bahia	564.693,00	59,12	23,20	67,12%	23,10

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

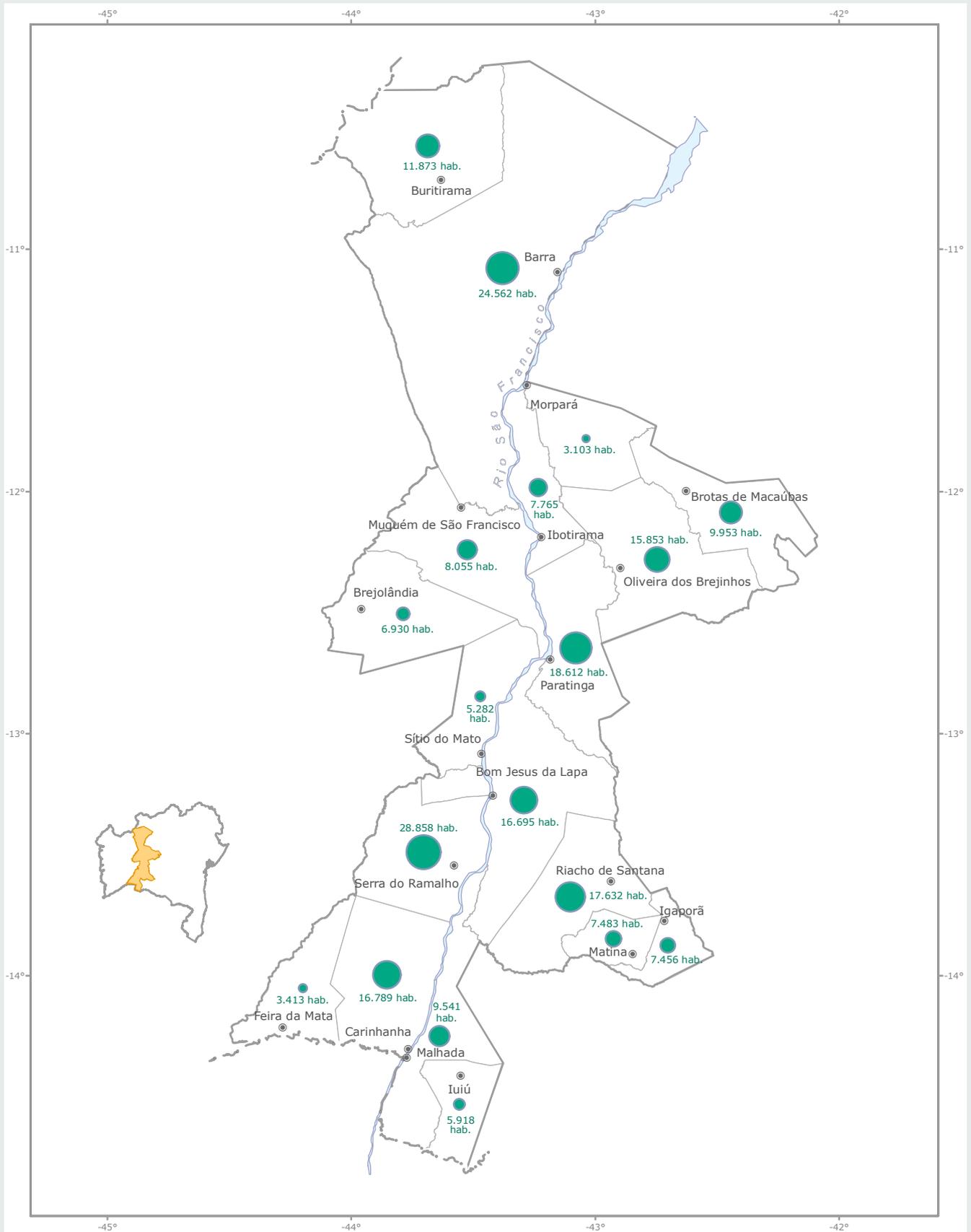
Mapa 4
MÉDIO SÃO FRANCISCO - BAHIA
POPULAÇÃO TOTAL
2000



Fonte da base cartográfica: CONDER-SEI (adaptada)
Fontes dos dados: IBGE(2000)
Elaboração: Projeto GeografAR (2006)



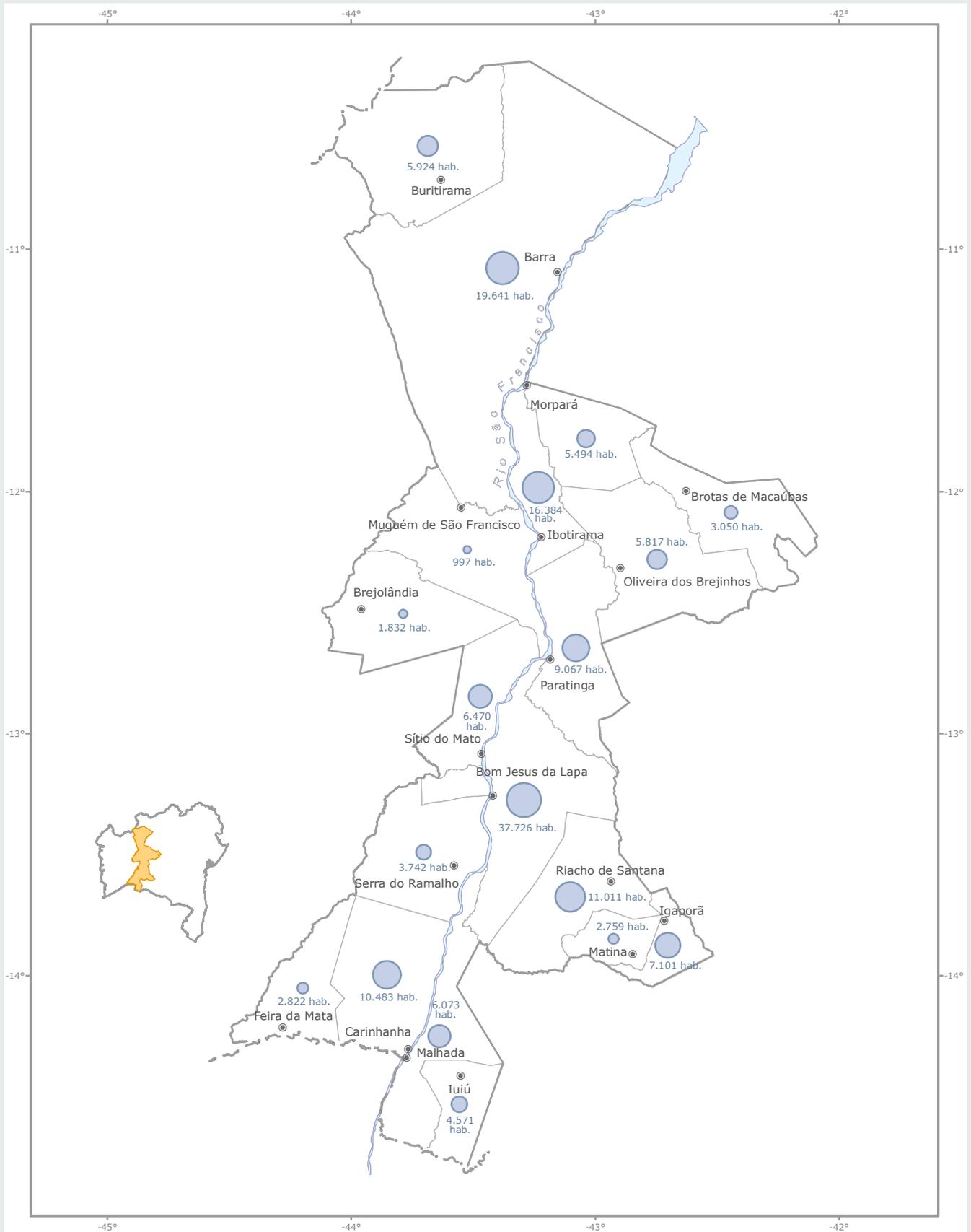
Mapa 5
MÉDIO SÃO FRANCISCO - BAHIA
POPULAÇÃO RURAL
2000



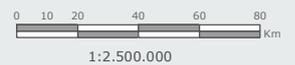
Fonte da base cartográfica: CONDER-SEI (adaptada)
Fontes dos dados: IBGE(2000)
Elaboração: Projeto GeografAR (2006)



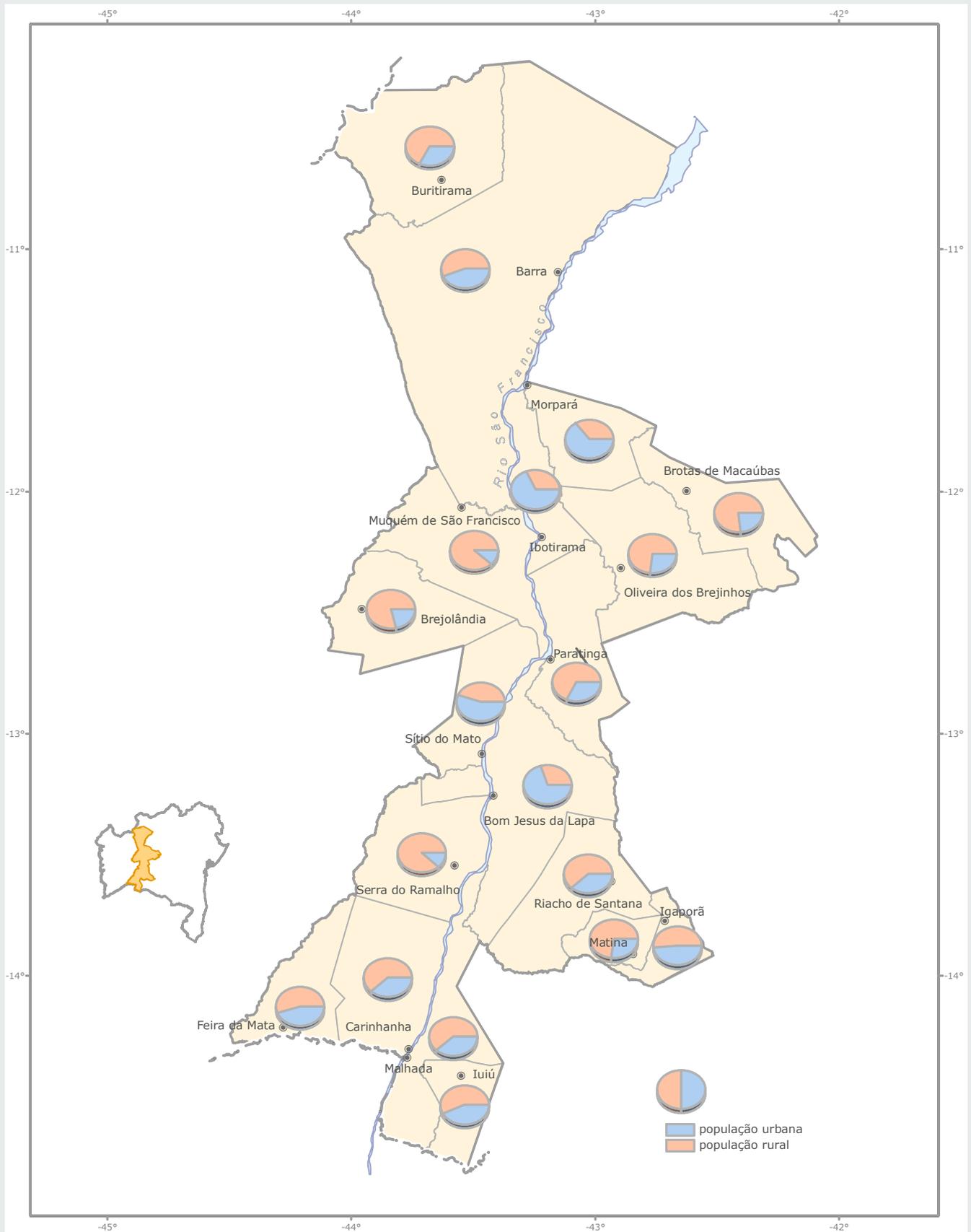
Mapa 6
MÉDIO SÃO FRANCISCO - BAHIA
POPULAÇÃO URBANA
2000



Fonte da base cartográfica: CONDER-SEI (adaptada)
Fontes dos dados: IBGE(2000)
Elaboração: Projeto GeografAR (2006)



Mapa 7
MÉDIO SÃO FRANCISCO - BAHIA
PROPORÇÃO ENTRE POPULAÇÃO RURAL E URBANA
2000



Fonte da base cartográfica: CONDER-SEI (adaptada)
Fontes dos dados: IBGE(2000)
Elaboração: Projeto GeografAR (2006)



Observa-se o crescimento significativo da população somente em Buritirama (41,93%), como reflexo do crescimento da população urbana e Sítio do Mato (35,09%) por influência do crescimento da população rural.

Houve crescimento pouco relevante da densidade demográfica, de 8,12 hab/km² para 8,61 hab/km², de 1991 a 2000, sendo muito inferior à média do Estado, demonstrando o escasso povoamento da região.

Houve crescimento, inclusive, da taxa de urbanização de 31,79% para 38,98%, ou seja, sensivelmente inferior a média de urbanização do Estado (67,12% em 2000). Neste sentido, apenas o centro urbano de Bom Jesus da Lapa ultrapassava os 30.000 habitantes, todos os outros estão abaixo de 20.000 habitantes; Barra e Ibotirama ultrapassam os 15.000 habitantes enquanto que os demais não atingem os 10.000 habitantes (Tabela 3). Embora tenha havido um crescimento da taxa de urbanização que passou de 31,79% para 38,98% no período de 1991-2000, trata-se ainda de uma região eminentemente rural.

Observa-se que, no período 1991-2000, somente dois municípios, Ibotirama e Igaporã, apresentaram densidade demográfica um pouco acima de 15 habitantes/km², enquanto que cinco municípios, Barra, Brejolândia, Buritirama, Feira da Mata, Morporá e Muquém do São Francisco têm uma densidade inferior a 5 habitantes/km². A densidade demográfica da região, no ano 2000, pode ser observada no Mapa 8.

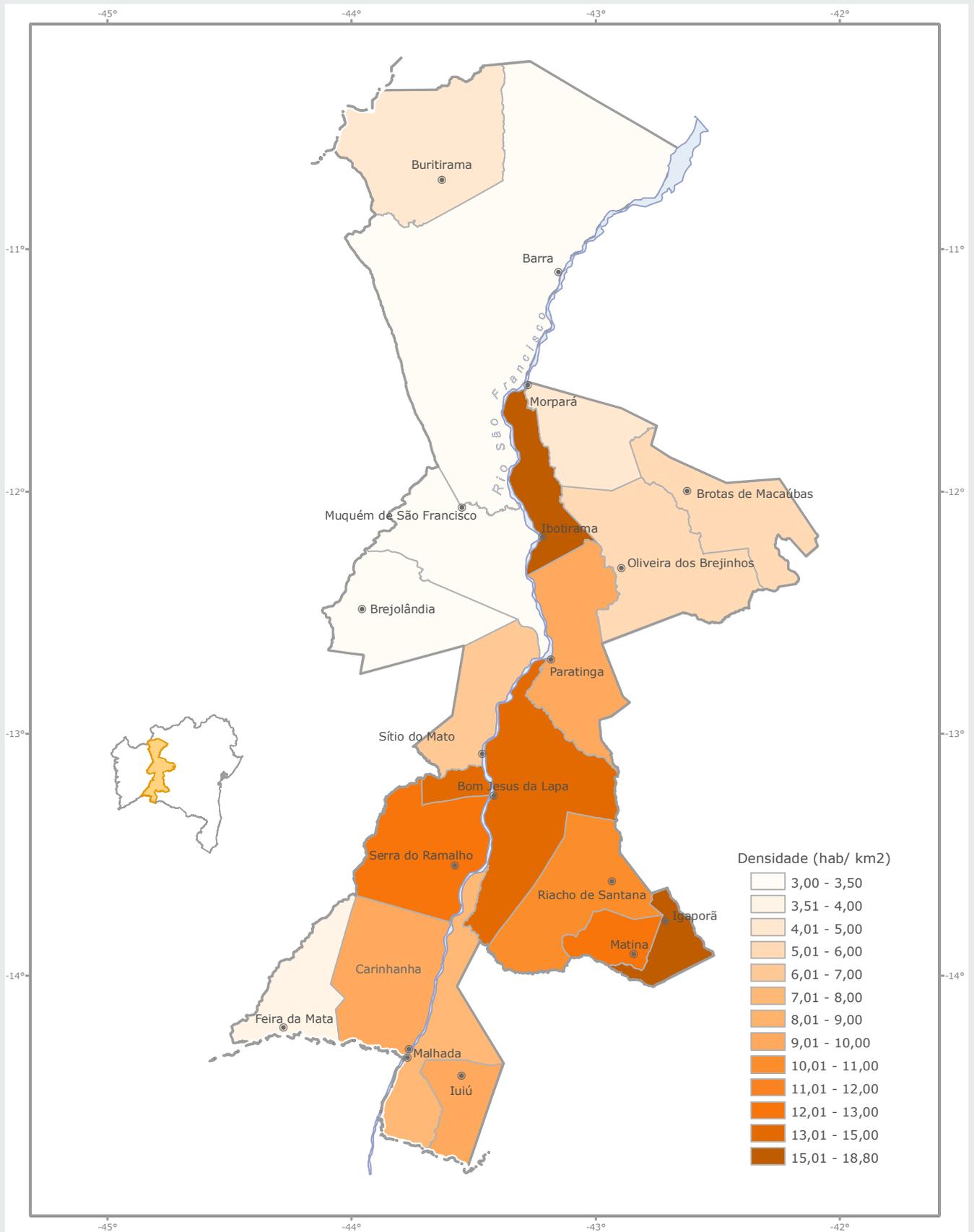
Embora a taxa de urbanização seja reduzida, a maior parte dos municípios do MSF elevou sua urbanização entre 1991 e 2000 e, com isso este número decresceu para 11. Em Buritirama e Morpará a expansão da taxa de urbanização é justificada pelo aumento do processo imigratório no decorrer do período.

Tabela 3 – Dados Demográficos, Médio São Francisco e Bahia, 1991 e 2000

Municípios	1991					2000				
	Pop Total	Pop Rural	Pop Rural (%)	Pop Urbana	Pop Urbana (%)	Pop Total	Pop Rural	Pop Rural (%)	Pop Urbana	Pop Urbana (%)
Barra	39.806	24.039	60,39	15.767	39,61	44.203	24.562	55,57	19.641	44,43
Bom Jesus da Lapa	47.254	14.864	31,46	32.390	68,54	54.421	16.695	30,68	37.726	69,32
Brejolândia	11.268	9.755	86,57	1.513	13,43	8.762	6.930	79,09	1.832	20,91
Brotas de Macaúbas	14.263	11.813	82,82	2.450	17,18	13.003	9.953	76,54	3.050	23,46
Buritirama	12.539	9.754	77,79	2.785	22,21	17.797	11.873	66,71	5.924	33,29
Carinhanha	25.565	18.240	71,35	7.325	28,65	27.272	16.789	61,56	10.483	38,44
Feira da Mata	6.343	4.873	76,82	1.470	23,18	6.235	3.413	54,74	2.822	45,26
Ibotirama	23.270	8.039	34,55	15.231	65,45	24.149	7.765	32,15	16.384	67,85
Igaporã	13.952	8.049	57,69	5.903	42,31	14.557	7.456	51,22	7.101	48,78
Iuiú	10.841	6.614	61,01	4.227	38,99	10.489	5.918	56,42	4.571	43,58
Malhada	16.866	14.178	84,06	2.688	15,94	15.614	9.541	61,11	6.073	38,89
Matina	8.999	7.610	84,56	1.389	15,44	10.242	7.483	73,06	2.759	26,94
Morporá	7.411	3.774	50,92	3.637	49,08	8.597	3.103	36,09	5.494	63,91
Muquém do S. Francisco	8.257	7.450	90,23	807	9,77	9.052	8.055	88,99	997	11,01
Oliveira dos Brejinhos	21.105	16.914	80,14	4.191	19,86	21.670	15.853	73,16	5.817	26,84
Paratinga	24.181	16.835	69,62	7.346	30,38	27.679	18.612	67,24	9.067	32,76
Riacho de Santana	27.259	18.886	69,28	8.373	30,72	28.643	17.632	61,56	11.011	38,44
Serra do Ramalho	33.164	31.005	93,49	2.159	6,51	32.600	28.858	88,52	3.742	11,48
Sítio do Mato	8.699	3.034	34,88	5.665	65,12	11.752	5.282	44,95	6.470	55,05
Médio São Francisco	361.042	235.726	65,29	125.316	34,71	386.737	225.773	58,38	160.964	41,62
Bahia	11.867.991	4.851.221	40,88	7.016.770	59,12	13.070.250	4.297.902	32,88	8.772.348	67,12

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil; 2000.

Mapa 8
MÉDIO SÃO FRANCISCO - BAHIA
DENSIDADE DEMOGRÁFICA
2000



Fonte da base cartográfica: CONDER-SEI (adaptada)
Fontes dos dados: IBGE (2000)
Elaboração: Projeto GeografAR (2006)

0 10 20 40 60 80 Km
1:2.500.000

Não obstante as limitações que cercam o uso de indicadores, estes podem dar uma dimensão de como a população vive, a exemplo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Observa-se, na Tabela 4, que em geral o IDH para a região apresentava ainda valores bastante baixos, especialmente no que se refere a variável renda. O IDH médio dos municípios que compõem a região foi de 0,51 em 1991, e nove municípios apresentaram, IDHM menor que 0,5, sendo, na média, 0,505 um índice considerado baixo segundo classificação do PNUD. No ano de 2000, ocorre uma relativa melhora nos índices, sendo que, em média, o IDHM foi de 0,621. Neste ano, o município de maior IDHM era Ibotirama, com quase 0,70, classificado como médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8). Enquanto que, os municípios da região do MSF com menores IDHM foram os de Malhada e Buritirama, com 0,575 e 0,582, respectivamente. A representação cartográfica do IDH para a região no ano de 2000 pode ser observada no mapa 9.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) Educação do MSF também apresentou melhorias entre estes dois períodos, passando de 0,508 em 1991 para 0,727 em 2000. Enquanto que o IDH Renda foi aquele que apresentou maiores distanciamentos entre a região do MSF e o estado da Bahia. E, também, foi o que apresentou menores melhorias nos períodos analisados.

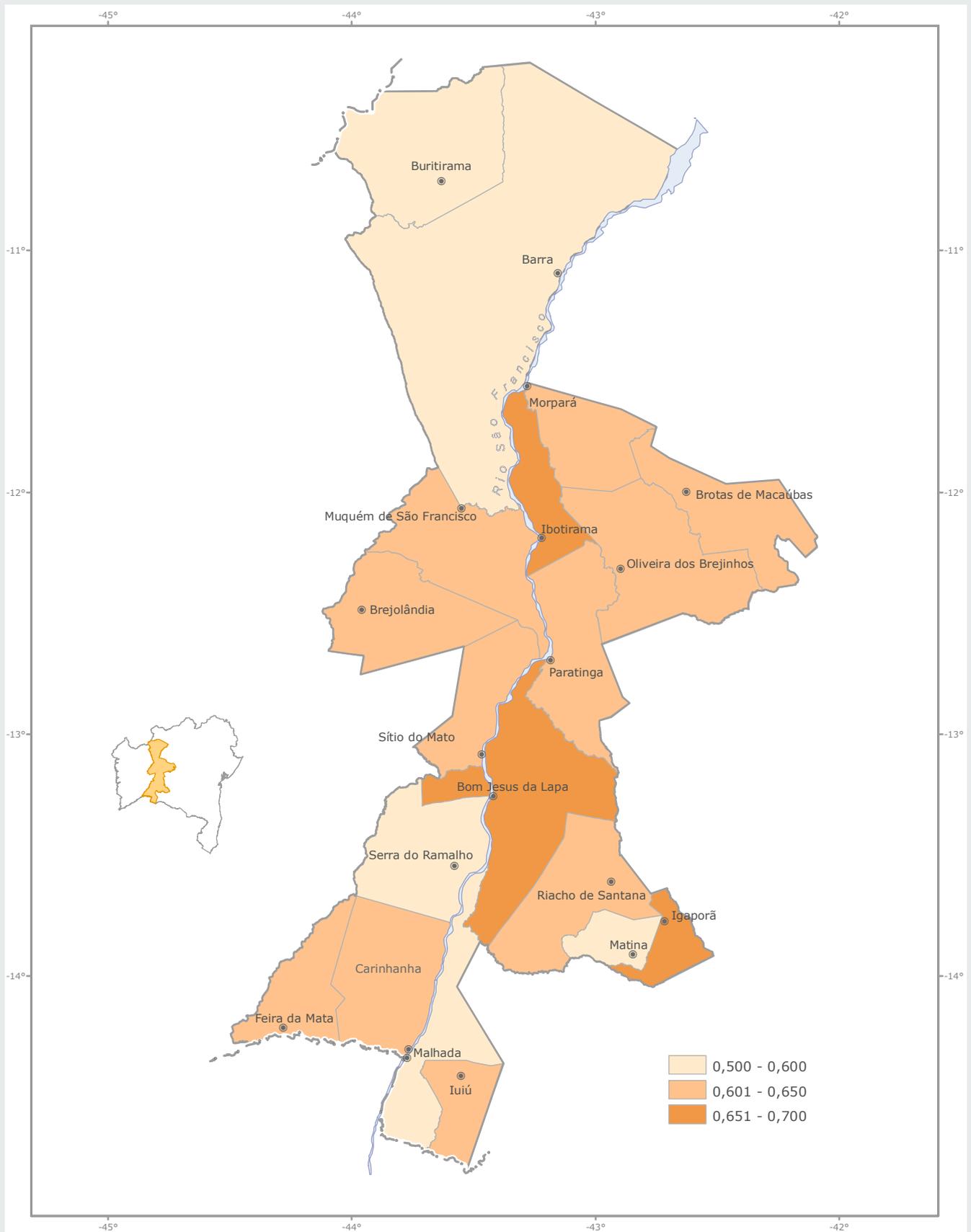
O componente do IDH que mais se aproxima ao do Estado é aquele referente à longevidade, sendo que, para a Bahia foi encontrado um índice de 0,52 que passou para 0,659 de 1991 a 2000, enquanto que no MSF passou de 0,581 para 0,657 para este mesmo período.

Tabela 4 – Índices de Desenvolvimento Humano, Médio São Francisco e Bahia, 1991 e 2000

Municípios	IDH Municipal	IDH Educação	IDH Longevidade	IDH Renda	IDH Municipal	IDH Educação	IDH Longevidade	IDH Renda
	1991				2000			
Barra	0,485	0,450	0,600	0,406	0,586	0,663	0,650	0,446
Bom Jesus da Lapa	0,554	0,584	0,568	0,51	0,654	0,773	0,611	0,579
Brejoândia	0,531	0,518	0,641	0,435	0,634	0,745	0,697	0,461
Brotas de Macaúbas	0,542	0,622	0,576	0,429	0,628	0,769	0,649	0,467
Buritirama	0,461	0,414	0,587	0,382	0,582	0,704	0,650	0,391
Carinhanha	0,487	0,484	0,556	0,421	0,607	0,701	0,650	0,469
Feira da Mata	0,537	0,533	0,568	0,510	0,634	0,754	0,650	0,497
Ibotirama	0,575	0,610	0,626	0,490	0,697	0,789	0,704	0,599
Igaporã	0,54	0,538	0,631	0,450	0,655	0,721	0,704	0,541
Iuiú	0,497	0,452	0,569	0,470	0,611	0,685	0,658	0,491
Malhada	0,438	0,452	0,473	0,39	0,575	0,688	0,579	0,457
Matina	0,476	0,413	0,631	0,384	0,592	0,668	0,69	0,419
Morporá	0,518	0,508	0,613	0,434	0,64	0,713	0,704	0,504
Muquém do São Francisco	0,466	0,447	0,561	0,389	0,603	0,701	0,617	0,491
Oliveira dos Brejinhos	0,534	0,588	0,614	0,401	0,647	0,775	0,69	0,477
Paratinga	0,483	0,506	0,556	0,386	0,617	0,77	0,657	0,423
Riacho de Santana	0,511	0,500	0,603	0,430	0,632	0,723	0,690	0,483
Serra do Ramalho	0,471	0,528	0,506	0,378	0,598	0,738	0,598	0,458
Sítio do Mato	0,491	0,501	0,556	0,417	0,600	0,729	0,640	0,432
Médio São Francisco	0,505	0,508	0,581	0,427	0,621	0,727	0,657	0,478
Bahia	0,590	0,615	0,582	0,572	0,688	0,785	0,659	0,620

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

Mapa 9
MÉDIO SÃO FRANCISCO - BAHIA
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)
2000



Fonte da base cartográfica: CONDER-SEI (adaptada)
Fonte dos dados: IBGE (2000)
Elaboração: Projeto GeografAR (2006)

0 10 20 40 60 80 Km
1:2.500.000

A esperança de vida aumentou no MSF de 1991 para 2000, de 60 anos para, aproximadamente, 65 anos, taxa de crescimento bastante próxima aos valores para o Estado, conforme Tabela 5.

Tabela 5 - Esperança de vida e mortalidade infantil (1000 nascidos vivos), Médio São Francisco e Bahia, 1991 e 2000

Municípios	Esperança de vida ao nascer	1991		Esperança de vida ao nascer	2000	
		Mortalidade até um ano de idade	Mortalidade até cinco anos de idade		Mortalidade até um ano de idade	Mortalidade até cinco anos de idade
Barra	61,00	63,73	81,81	64,03	45,71	71,13
Bom Jesus da Lapa	59,08	73,21	93,7	61,65	54,72	84,82
Brejolândia	63,49	52,58	67,72	66,81	36,3	56,87
Brotas de Macaúbas	59,56	70,75	90,62	63,94	46,02	71,7
Buritirama	60,21	67,49	86,54	64,03	45,71	71,23
Carinhanha	58,37	76,93	98,35	64,03	45,71	71,23
Feira da Mata	59,08	73,21	93,7	64,03	45,71	71,23
Ibotirama	62,54	56,67	72,91	67,26	34,9	54,73
Igaporã	62,89	55,15	70,98	67,24	34,96	54,83
Iuiú	59,13	72,91	93,33	64,49	44,08	68,75
Malhada	53,36	106,37	134,8	59,76	62,56	96,53
Matina	62,89	55,15	70,98	66,4	37,64	58,93
Morporá	61,77	60,14	77,28	67,26	34,9	54,73
Muquém do São Francisco	58,68	75,29	96,31	62,05	53,16	82,48
Oliveira dos Brejinhos	61,84	59,82	76,87	66,4	37,62	58,91
Paratinga	58,37	76,93	98,35	64,42	44,32	69,13
Riacho de Santana	61,18	62,88	80,74	66,4	37,64	58,93
Serra do Ramalho	55,36	93,89	119,43	60,86	57,93	89,63
Sítio do Mato	58,37	76,93	98,35	63,41	47,97	74,65
MSF	59,85	70,00	89,62	64,45	44,61	69,50
Bahia	59,94	70,87	90,74	64,53	46,49	70,19

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

Existe, contudo, uma elevada mortalidade infantil até cinco anos de idade, apesar da tendência decrescente (69,5 em 1.000 nascidos vivos), também semelhante aos valores observados para o Estado (70,19 em 1.000 nascidos vivos).

No ano de 1991, Malhada foi o município com menor esperança de vida ao nascer (53,36 anos) e também aquele com maiores índices de mortalidade ao nascer. Obteve relativa melhoria nestas condições, em 2000 para 59,76 anos, mas manteve as piores condições do MSF. Enquanto que Igaporã foi aquele que apresentou melhores indicadores quanto aos índices de mortalidade ao nascer e esperança de vida ao nascer (62,89 em 1991 e 67,24 anos em 2000).

Os indicadores de Taxa de fecundidade, que correspondem ao número médio de filhos que uma mulher teria ao terminar o período reprodutivo, embora também decrescentes, de 5,14 em 1991 para 3,64 em 2000, ainda são relativamente elevados, destacando-se como maiores do que a média do estado da Bahia que foram de 3,66 e 2,50, respectivamente, conforme Tabela 6.

A questão da gravidez na adolescência também é significativa. O percentual de adolescentes com filhos cresceu tanto no MSF como na Bahia, neste caso, o crescimento no território em estudo foi menor, passando de 5,06% para 7,12%, enquanto que no Estado foi de 4,76% para 8,41%.

Na maioria dos municípios, o que se observou foi o crescimento do percentual de adolescentes mães. Um exemplo desta situação foi Oliveira dos Brejinhos que passou de 2,61% para 11,23%, no percentual de adolescentes do sexo feminino entre 15 e 17 anos com filhos. Muquém do São Francisco foi o município que mais se destacou em taxa de fecundidade (6,05%) e com elevado percentual de adolescentes com filhos (14,38%), em 1991; situação que sofreu relativa melhora em 2000, com taxa de fecundidade de 3,86% e 9,32% de mães adolescentes.

Tabela 6 – Taxa de fecundidade e percentual de adolescentes entre 15 e 17 anos com filhos, Médio São Francisco e Bahia, 1991 e 2000

Municípios	Taxa de fecundidade	% de adolescentes do sexo feminino entre 15 e 17 anos com filhos	Taxa de fecundidade	% de adolescentes do sexo feminino entre 15 e 17 anos com filhos
	1991		2000	
Barra	5,21	7,59	3,84	7,69
Bom Jesus da Lapa	4,23	7,47	2,91	9,09
Brejolândia	5,53	0,35	3,05	4,77
Brotas de Macaúbas	4,24	8,12	3,97	6,26
Buritirama	5,82	6,64	4,53	9,66
Carinhanha	5,71	5,42	3,64	1,58
Feira da Mata	5,85	5,49	3,17	4,22
Ibotirama	5,14	4,81	3,32	10,56
Igaporã	3,69	2,57	2,86	6,92
Iuiú	4,93	1,66	3,87	4,84
Malhada	4,88	1,5	3,79	8,53
Matina	4,48	0,35	3,27	6,23
Morporá	4,87	5,29	3,47	6,35
Muquém do São Francisco	6,05	14,38	3,86	9,32
Oliveira dos Brejinhos	5,84	2,61	4,43	11,23
Paratinga	5,35	5,33	3,68	4,14
Riacho de Santana	4,4	2,03	2,98	6,63
Serra do Ramalho	5,62	4,84	4,28	9,79
Sítio do Mato	5,85	9,73	4,22	7,49
Médio São Francisco	5,14	5,06	3,64	7,12
Bahia	3,66	4,76	2,50	8,41

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

Estas informações, aliadas com a taxa de alfabetização, visto na Tabela 7, indicador componente do IDH-Educação, no qual entra com peso 2/3 e é o percentual de pessoas acima de 15 anos de idade que são alfabetizados - saibam ler e escrever pelo menos um bilhete simples-, mostram que, apesar de terem apresentado melhoras, ainda se tem um cenário preocupante na região do MSF. Verifica-se que a taxa de alfabetização cresceu, assim como a taxa bruta de frequência à escola, indicador componente do IDHM-Educação, no qual entra

com peso de 1/3, é a razão entre o número total de pessoas de todas as faixas etárias que frequentam o fundamental, o ensino médio e o nível superior e a população de 7 a 22 anos e que, praticamente dobrou, passando de 46,85% para 82,48% para o MSF de 1991 a 2000.

Tabela 7 – Taxas de alfabetização e de Taxa bruta de frequência à escola, Médio São Francisco e Bahia, 1991 e 2000

Municípios	Taxa de alfabetização	Taxa bruta de frequência à escola	Taxa de alfabetização	Taxa bruta de frequência à escola
	1991		2000	
Barra	49,18	36,63	64,88	69,09
Bom Jesus da Lapa	60,33	54,57	74,62	82,77
Brejolândia	54,73	45,9	70,49	82,44
Brotas de Macaúbas	67,09	52,41	74,32	82,14
Buritirama	46,22	31,62	64,14	82,78
Carinhanha	50,41	44,43	62,86	84,51
Feira da Mata	58,45	43,1	70,36	85,59
Ibotirama	61,37	60,27	74,87	87,07
Igaporã	55,12	51,15	70,2	75,88
Iuiú	44,67	46,21	62,42	80,79
Malhada	47,24	41,06	62,46	81,41
Matina	41,89	40,14	59,23	81,81
Morporá	52,83	46,86	66,87	80,21
Muquém do São Francisco	43,93	46,19	63,8	82,85
Oliveira dos Brejinhos	60,61	55,2	72,81	86,92
Paratinga	51,23	49,22	69,43	92,08
Riacho de Santana	48,92	52,19	66,25	84,35
Serra do Ramalho	57,05	44,31	67,77	85,95
Sítio do Mato	50,78	48,69	70,18	78,44
Médio São Francisco	52,74	46,85	67,79	82,48
Bahia	64,70	55,14	76,85	81,68

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

Na Tabela 8 observa-se a evolução dos indicadores de frequência e defasagem escolar entre 1991 e 2000, sendo que, o atraso escolar é obtido pela comparação entre a idade e a série escolar da criança.

Tabela 8 – Estatísticas de frequência e atraso escolar, Médio São Francisco e Bahia, 1991 e 2000

Municípios	% de crianças de 7 a 14 anos na escola	%de crianças de 7 a 14 anos com mais de um ano de atraso escolar	% de adolescentes de 15 a 17 anos que estão freqüentando o ensino médio	1991		2000	
Barra	45,67	63,52	4,29	87	60,83	10,33	
Bom Jesus da Lapa	68,23	55,92	11,04	92,86	41,7	16,36	
Brejolândia	52,1	65,92	1,67	94,75	42,86	13,63	
Brotas de Macaúbas	74,19	63,67	4,38	95,98	48,33	13,18	
Buritirama	39,06	72,92	0,87	90,11	59,8	8,4	
Carinhanha	53,32	67,5	2,71	89,66	52,27	8,79	
Feira da Mata	64,44	64,09	3,69	95,37	43,34	11,19	
Ibotirama	74,65	59,68	4,17	95,63	42,35	15,42	
Igaporã	71,36	55,82	3,5	97,24	40,89	14,26	
Iuiú	56,25	62,79	2,25	92,45	40,68	10,91	
Malhada	51,84	64,44	1,54	91,01	44,72	10,15	
Matina	54,35	65,15	1,34	95,41	48,29	8,33	
Morporá	56,86	61,3	4,11	94,28	43,99	13,98	
Muquém do São Francisco	66,46	70,8	0,8	93,98	54,31	4,55	
Oliveira dos Brejinhos	68,84	62,95	3,67	95,5	47,08	8,67	
Paratinga	60,79	62,34	6,18	97,27	51,87	12,29	
Riacho de Santana	67,43	59,19	4,9	97,28	36,77	17,27	
Serra do Ramalho	67,19	68,67	1,23	96,99	43,96	13,28	
Sítio do Mato	66,89	65,89	2,77	93,3	51,84	10,97	
MSF	61,05	63,82	3,43	94,00	47,15	11,68	
Bahia	67,06	58,22	7,50	93,13	41,75	17,90	

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

Verifica-se que houve aumento do percentual de crianças que freqüentam o ensino fundamental, passando de 61,05% para 94,00%, muito provavelmente como consequência da implementação do FUNDEF. A região acompanha e até supera a tendência da Bahia. Há ainda

indicadores de defasagem escolar de um ano de crianças de 7 a 14 anos que era de 63,82% e passou para 47,15% em 2000.

Esta informação aliada àquelas de maternidade juvenil revelam a importância de se estabelecer uma estrutura de ensino e de informações aos jovens, evitando a maternidade prematura, que em muito influencia na redução do rendimento e na defasagem escolar.

Ainda neste contexto, a defasagem escolar unida ao reduzido percentual de adolescentes que freqüentam o ensino médio (11,68%) em 2000 demonstram a necessidade de se gerar mecanismos que permitam a manutenção dos jovens na escola com qualidade de ensino e perspectivas de futuro.

A média de anos de estudo aumentou entre 1991 e 2000, mas ainda é muito baixa, mesmo quando comparada aos modestos indicadores baianos, com média de 4,46 anos, enquanto que de 2,65 anos de estudo para pessoas com idade superior a 25 anos para o MSF em 2000. É especialmente reduzida a proporção de jovens freqüentando ensino superior na Bahia, 3,06% e, em especial, no Médio São Francisco, que apresenta menos de 1% de sua população que freqüentam ensino superior, conforme dados observados na Tabela 9. Mesmo em Bom Jesus da Lapa, onde se tem um campus da UNEB, em 2000, somente 1,05% da população de 18 a 22 anos declarou estar cursando ensino superior.

Tabela 9 – Estatísticas de anos de escolaridade e de frequência de curso superior, Médio São Francisco e Bahia, 1991 e 2000

Municípios	Média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais	% de pessoas de 18 a 22 anos que freqüentam curso superior	Média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais	% de pessoas de 18 a 22 anos que freqüentam curso superior
	1991		2000	
Barra	2,20	0,63	2,85	0,00
Bom Jesus da Lapa	2,98	1,64	4,06	1,05
Brejolândia	1,51	0,01	2,39	0,01
Brotas de Macaúbas	1,98	0,01	2,67	0,01
Buritirama	1,11	0,01	2,19	1,91
Carinhanha	1,69	0,29	2,38	0,00
Feira da Mata	1,56	0,02	2,64	0,01
Ibotirama	2,44	1,06	3,74	2,30
Igaporã	2,20	2,99	3,16	2,18
Iuiú	1,37	0,01	2,32	0,01
Malhada	1,12	0,51	2,25	1,70
Matina	1,16	0,01	1,96	0,16
Morporá	1,56	0,03	2,57	0,02
Muquém do São Francisco	1,13	0,03	2,03	0,10
Oliveira dos Brejinhos	1,50	0,13	2,63	0,72
Paratinga	1,69	0,00	2,62	0,24
Riacho de Santana	1,85	0,00	2,69	1,27
Serra do Ramalho	1,53	0,00	2,65	0,00
Sítio do Mato	1,73	0,01	2,58	0,00
Médio São Francisco	1,70	0,39	2,65	0,62
Bahia	3,35	1,66	4,46	3,06

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

Devido ao pequeno avanço dos indicadores observados até o momento para o MSF, era de se esperar que fosse refletido nos indicadores de vulnerabilidade que tratam do número de médicos residentes/1000 habitantes e do percentual de professores do ensino fundamental com curso superior, conforme Tabela 10. Observa-se a média do número de médicos que residem nos municípios do MSF por mil habitantes extremamente reduzida, número este que decresceu no período de 1991 a 2000 passando de 0,18 para 0,07. O que ocorre é que muitos médicos

habitam cidades de maior porte e trabalham no interior somente se deslocando em dias pré-determinados para o atendimento da população local.

Tabela 10 – Indicadores de vulnerabilidade, Médio São Francisco e Bahia, 1991 e 2000

Municípios	No. de médicos residentes/mil hab.	% de professores do fundamental residentes com curso superior	1991		2000	
			No. de médicos residentes/mil hab.	% de professores do fundamental residentes com curso superior	No. de médicos residentes/mil hab.	% de professores do fundamental residentes com curso superior
Barra	0	0	0		1,85	
Bom Jesus da Lapa	0,53	1,2	0		0	
Brejoilândia	0,39	0,28	0		0,11	
Brotas de Macaúbas	1,65	0,02	0		0,08	
Buritirama	0	0,11	0		0,01	
Carinhanha	0	0,01	0		0	
Feira da Mata	0	0,48	0		0,16	
Ibotirama	0,12	6,21	0		0,03	
Igaporã	0	5,57	1,29		4,57	
Iuiú	0	0,09	0		0,41	
Malhada	0	0,03	0		2,24	
Matina	0	0,16	0		0,48	
Morporá	0	0,32	0		0,13	
Muquém do São Francisco	0	0,33	0		3,43	
Oliveira dos Brejinhos	0	0,01	0		0,02	
Paratinga	0,35	0,01	0		0	
Riacho de Santana	0,3	0,01	0		1,85	
Serra do Ramalho	0	0	0		0	
Sítio do Mato	0	0,27	0		2,56	
Médio São Francisco	0,18	0,80	0,07		0,94	
Bahia	0,55	5,52	0,64		7,65	

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

No caso da educação o percentual de professores do ensino fundamental com curso superior residentes foi de 0,80% em 1991 com crescimento ínfimo, passando a 0,94% em 2000, haja vista que, conforme dados sobre educação, somente 0,62% dos habitantes do MSF de 18 a 22 anos cursaram o ensino superior.

No aspecto de saúde e educação observou-se que a população do MSF obteve alguma melhoria entre os períodos considerados, 1991 a 2000, no entanto, os dados observados revelam uma situação bastante precária e que carece de um olhar mais cuidadoso do Estado para com este território.

Continuando a relacionar os dados da área de estudo com os dados encontrados para o estado da Bahia, têm-se a seguir tem-se uma análise dos aspectos econômicos observados via Produto Interno Bruto Municipal e consumo de bens, que contribuem para o desenho do cenário sócio-econômico do MSF. Neste aspecto, verifica-se por meio da Tabela 11 que houve crescimento na presença dos serviços de primeira necessidade e na aquisição de bens de consumo.

Quanto aos itens de primeira necessidade que seriam água encanada e banheiro verifica-se que, apesar de apresentar relativa melhoria, o percentual de pessoas que vivem em domicílios com estes itens é extremamente reduzido, aproximadamente 40% com água encanada e 34,42% adicionando a este item o banheiro, no ano de 2000. Indicador menor que a média do Estado que foi de 60%. Esta característica implica nas condições de qualidade de vida e de higiene comprometendo a saúde daqueles que habitam este território.

Com relação à energia elétrica houve um crescimento e no ano de 2000, 58,57% dos domicílios apresentavam este benefício, sendo que, no Estado o valor encontrado foi de aproximadamente 80%. Atualmente, este montante deve ser maior, haja vista, o Programa Luz para Todos em parceria dos Governos Federal, Estadual e Municipal, iniciado em 2004 com o objetivo de levar luz para o meio rural. Ele busca beneficiar aquelas famílias que habitam as localidades com menores índices de IDH e as famílias com mais baixa renda, sendo cenário típico do território do MSF³.

³ De acordo com dados da COELBA (2007), até a data de 26/01/2007, haviam sido beneficiados, na Bahia, 136.051 consumidores, construídos 291.951 postes em 21.918,18 km com um gasto de R\$602.994.105,10.

Tabela 11 – Percentual de domicílios com serviços de primeira necessidade e bens de consumo, Médio São Francisco e Bahia, 1991 e 2000

Municípios	água encanada.	banheiro e água encanada	carro	energia elétrica e geladeira	energia elétrica e TV	energia elétrica	telefone	água encanada.	banheiro e água encanada	carro	com-putador	energia elétrica e geladeira	energia elétrica e TV	energia elétrica	telefone
	1991							2000							
Barra	30,22	23,53	1,72	16,99	18,39	42,12	2,66	39,56	34,56	6,09	0,29	30,17	39,8	51,74	3,89
Bom Jesus da Lapa	50,44	47,53	8,94	37,8	38,97	67,72	7,86	66,23	62,87	15,54	2,84	53,5	62,98	74,51	20,52
Brejoândia	20,51	17,87	2,19	8,41	9,37	26,72	1,26	44,51	37,59	8,39	0,25	36,84	43,39	56,68	2,79
Brotas de Macaúbas	17,94	16,47	2,06	7,34	13,54	25,06	1,19	26,19	17,8	11,86	0,67	26,85	41,93	51,8	4,53
Buritirama	8,97	7,19	1,05	3,78	5,82	19,38	0,65	29,88	22,18	10,71	1,12	23,19	28,43	37,78	1,4
Carinhanha	22,49	20,51	4,63	15,52	24,03	46,63	1,69	44,73	38,73	7,96	0,78	32,35	44,37	59,11	2,51
Feira da Mata	29,29	18,02	5,39	10,36	17,31	34,13	0,45	37,32	35,47	9,41	0,52	30,61	42,29	58,68	4,25
Ibotirama	52,71	45,31	4,91	26,23	40,05	72,14	6,41	63,8	60,92	14,64	2,57	51,67	64,32	78,61	6,8
Igaporã	24,47	21,73	6,58	19,7	24,13	48,51	2,28	46,25	41,85	17,58	1,27	38,6	59,3	71,04	5,86
Iuiú	19,73	14,08	5,65	19,18	15,81	49,89	1,1	28,74	27,01	12,27	0,6	32,97	46,18	64,34	4,18
Malhada	16,55	8,11	2,07	6,89	11,49	38,15	0,59	31,46	25,62	6,43	0,67	28,81	43,11	61,24	2,97
Matina	6	6	4,53	4,23	3,87	15,45	0,12	18,21	15,38	9,61	0,11	16,44	25,27	40,4	0,43
Morporá	30,87	28,25	2,57	12,05	20,24	47,63	2,46	56,42	50,31	9,11	0,43	36,78	55,52	70,32	3,31
Muquém S Francisco	7,08	5,84	3,35	4,24	3,89	17,78	0,05	23,54	18	6,6	0,06	15,25	22,85	39,42	0,57
Oliv. Dos Brejinhos	20,63	16,14	5,1	9,25	12,04	23,83	0,88	38,56	31,12	11,32	0,62	28,4	37,64	45,96	2,73
Paratinga	20,92	12,41	2,88	11,97	14,48	32,89	3,29	30,64	27,16	10,58	0,2	23,56	33,29	41,06	2,71

Municípios	água encanada.	banheiro e água encanada	carro	energia elétrica e geladeira	energia elétrica e TV	energia elétrica	telefone	água encanada.	banheiro e água encanada	carro	com-putador	energia elétrica e geladeira	energia elétrica e TV	energia elétrica	telefone
	1991							2000							
Riacho de Santana	20,89	18,3	5,88	13,6	13,51	37,59	2,02	51,51	44,6	11,86	0,33	33,48	45,24	61,27	6,36
Serra do Ramalho	5,15	4,89	1,93	23,62	20,86	77,59	0,16	17,88	16,85	8,98	0,22	44,76	52,65	83,12	2,1
Sítio do Mato	32,44	26,38	2,42	16,34	22,59	61,88	1,28	47	46,01	8,78	0,6	35,59	51,46	65,82	3,5
MSF	23,02	18,87	3,89	14,08	17,39	41,32	1,92	39,08	34,42	10,41	0,74	32,62	44,21	58,57	4,28
Bahia	45,38	41,07	9,34	40,44	44,89	68,88	9,75	60,28	56,01	15,37	4,60	58,97	70,59	80,97	21,86

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000

Em todos os bens de consumo houve crescimento, mas o percentual permaneceu menor do que a média do estado da Bahia, sendo a diferença entre ambos praticamente constante entre 1991 e 2000, somente para telefones que esta diferença cresceu, no MSF apenas 4,28% domicílios possuem aparelhos telefônicos enquanto que na média do Estado tem-se 21,86%.

Dentre os 415⁴ municípios do estado da Bahia, aqueles situados no território em estudo apresentam reduzido PIB municipal, nos anos de 2000 e 2003, visualizado na Tabela 12. A maioria dos municípios da região do MSF encontra-se situada abaixo da classificação da primeira centena, sendo que alguns apresentam classificações muito inferiores como no caso de Buritirama e Matina, que ocupam os lugares 351 e 359 respectivamente. Bom Jesus da Lapa é uma exceção sendo considerado um pólo gerador de desenvolvimento, estando situado em 45º lugar na classificação do estado da Bahia, e em primeiro lugar na região do MSF. A seguir tem-se o município de Serra do Ramalho, com um PIB de aproximadamente 57% ao de Bom Jesus da Lapa no ano de 2000. Neste ano, aqueles municípios com maior PIB per capita foram Feira da Mata, Brejolândia e Muquém do São Francisco. No entanto, estes municípios apresentam valores bastante inferiores ao montante relativo ao estado da Bahia.

Comparando-se os dados de 2000 com os de 2003 verifica-se que houve um crescimento do Produto Municipal, sendo que, em média para o MSF foi de aproximadamente 37% enquanto que para o Estado foi de 52%. Observou-se, com isso, uma redução da relação entre PIB do território e o PIB baiano, que já era reduzido de, de aproximadamente 1,31% em 2000 para 1,19% em 2003. Em 2003 o Produto Municipal cresce na maioria dos municípios do território, mas decresce em Brotas de Macaúbas, Igaporã e Morpará. Verifica-se que pouco se modificou do ordenamento no *ranking* do Estado.

Consequentemente ocorre um crescimento do PIB *per capita* da área de estudo, porém crescimento este inferior ao do Estado. Estes dados revelam a fragilidade em termos econômicos do crescimento da região do Médio São Francisco.

⁴ Atualmente, o Estado consta de 417 municípios.

Tabela 12 - Estimativa do Produto Municipal e Per Capita, Médio São Francisco e Bahia, 2000 e 2003

Municípios	Produto Municipal (R\$ milhões)	Classificação 415 municípios	Classificação MSF	Produto per capita (R\$)	Produto Municipal (R\$ milhões)	Classificação 415 municípios	Classificação MSF	Produto per capita (R\$)
Barra	38,50	135°	6°	1.087,87	66,53	113°	3 °	1.448,18
Bom Jesus da Lapa	98,70	45°	1°	1.914,87	167,02	42 °	1 °	2.951,18
Brejoândia	26,77	205°	10°	2.712,67	31,37	239 °	13 °	4.035,12
Brotas de Macaúbas	24,94	229	13°	1.211,38	19,58	350 °	17 °	1.655,25
Buritirama	14,10	351°	18°	1.020,92	27,71	270 °	14 °	1.394,69
Carinhanha	36,67	139°	7°	1.132,95	44,58	171 °	8 °	1.595,37
Feira da Mata	14,59	345°	17°	2.297,72	26,07	291 °	16 °	4.209,52
Ibotirama	49,15	98°	4°	1.486,67	53,96	137 °	5 °	2.203,00
Igaporã	28,56	194°	9°	1.416,14	26,72	280 °	15 °	1.811,10
Iuiú	21,82	257°	14°	1.898,93	35,12	214 °	11 °	3.393,46
Malhada	25,24	226°	12°	1.578,40	36,22	210 °	10 °	2.296,61
Matina	13,56	359°	19°	1.365,20	16,38	375 °	18 °	1.519,63
Morpará	14,69	340°	16°	1.170,25	14,23	376 °	19 °	1.570,23
Muquém do S. Francisco	20,87	267°	15°	2.417,99	33,78	226 °	12 °	3.607,32
Oliveira dos Brejinhos	29,76	182°	8°	1.412,04	45,20	168 °	7 °	2.064,66
Paratinga	39,95	130°	5°	1.373,81	50,90	148 °	6 °	1.751,72
Riacho de Santana	52,57	87°	3°	1.569,65	60,11	122 °	4 °	2.059,41
Serra do Ramalho	56,24	81°	2°	1.265,66	78,33	95 °	2 °	2.419,15
Sítio do Mato	26,55	210°	11°	2.060,17	36,47	207 °	9 °	2.815,28
Médio São Francisco	633,23			1.599,65	870,29			2.357,94
Bahia	48.197,17	-	-	3.396,34	73.166,49			5.445,71

Fonte: SEI, 2002.

As Tabelas 13 e 14 permitem visualizar o Produto Municipal e o valor adicionado dos setores da economia, sendo que a primeira tabela trata de valores absolutos em milhões de reais e a segunda em termos percentuais.

Neste contexto, verifica-se que pouco se modificou entre os anos de 2000 e 2003, sendo que os setores serviços e agropecuário permaneceram como os mais representativos com, em média, 55% e 37% das participações no ano de 2003 no território do Médio São Francisco.

Comprova-se a superioridade de Bom Jesus da Lapa enquanto potência econômica do território em valor adicionado em todos os setores, somente no caso do setor agropecuário que foi desbancada por Serra do Ramalho em 2003.

Em termos de concentração percentual, aqueles municípios que têm a atividade agropecuária com maior contribuição em seu Produto Municipal, tem-se Brejolândia, Iuiú, Muquém de São Francisco e Sítio do Mato. Aqueles municípios com maior concentração de seu PIB no setor industrial foram Oliveira dos Brejinhos e Ibotirama. Enquanto que no setor de serviços isso se deu em Barra, Buritirama e Ibotirama. Lembrando que estes percentuais referem-se ao percentual de concentração do PIB em cada um destes setores, não em relação ao volume.

O estado da Bahia, no entanto, apresenta conformação diversa da região do Médio São Francisco, haja vista que, o setor industrial correspondeu a 47,09% na participação do PIB e o setor agropecuário com 11,54%, o setor de serviços também teve elevada participação com 41,37%, para o ano de 2003.

Tabela 13 - Estimativa do Valor Adicionado e PIB a Preços Correntes, em R\$ milhões, Médio São Francisco e Bahia, 2000 e 2003

Município	Setores			Dummy Financeiro (-)	Impostos sobre produtos	PIB	Setores			Dummy Financeiro (-)	Impostos sobre produtos	PIB
	Agropecuária	Indústria	Serviços				Agropecuária	Indústria	Serviços			
	2000						2003					
Barra	10,80	4,89	32,65	0,40	0,45	48,39	14,69	5,21	47,27	1,50	0,85	66,53
Bom Jesus da Lapa	22,82	15,28	67,00	3,66	3,45	104,89	34,94	17,54	92,99	8,23	29,79	167,02
Brejolândia	14,13	1,42	7,76	0,03	0,04	23,33	19,69	1,67	9,96	0,05	0,10	31,37
Brotas de Macaúbas	3,21	1,88	9,74	0,11	0,08	14,80	4,98	1,87	12,51	0,23	0,45	19,58
Buritirama	3,96	1,61	12,89	0,00	0,05	18,52	6,11	2,12	19,16	0,00	0,31	27,71
Carinhanha	7,51	3,62	19,87	0,41	0,42	31,02	11,97	4,03	27,77	0,89	1,70	44,58
Feira da Mata	8,73	0,53	5,00	0,00	0,05	14,31	11,74	0,62	13,61	0,00	0,10	26,07
Ibotirama	5,86	5,49	24,44	0,78	0,97	35,99	8,19	9,62	36,78	2,21	1,59	53,96
Igaporã	6,70	2,81	10,99	0,00	0,16	20,66	7,91	3,28	15,18	0,00	0,36	26,72
Iuiú	9,18	1,70	8,75	0,00	0,25	19,87	19,25	2,84	12,14	0,00	0,89	35,12
Malhada	10,52	2,00	11,48	0,00	0,69	24,69	16,02	2,23	15,95	0,00	2,03	36,22
Matina	6,11	0,64	7,19	0,00	0,15	14,10	5,66	0,74	9,76	0,00	0,22	16,38
Muquém do S. Fco	13,73	0,93	7,21	0,00	0,14	22,01	18,53	1,15	13,50	0,00	0,60	33,78
Oliveira dos Brejinhos	7,49	5,29	18,06	0,41	0,21	30,65	10,85	8,63	26,53	1,26	0,46	45,20
Paratinga	14,13	2,79	21,29	0,00	0,12	38,33	19,25	3,00	28,03	0,00	0,62	50,90
Riacho de Santana	17,07	4,42	23,46	0,61	0,76	45,10	21,58	6,41	31,76	1,35	1,71	60,11
Serra do Ramalho	13,70	2,82	24,41	0,00	0,29	41,22	36,96	3,12	34,24	0,00	4,00	78,33
Sítio do Mato	12,99	1,74	9,59	0,00	0,30	24,62	17,73	2,02	13,28	0,00	3,45	36,47
Médio São Francisco	188,64	59,86	321,78	6,41	8,58	572,5	286,05	76,1	460,42	15,72	49,23	856,05
Bahia	4.764,49	18.247,88	21.379,30	6,41	8,59	48.197,17	7.836,63	31.980,96	28.095,59	1.693,31	6.946,62	73.166,49

Fonte: SEI, 2006.

Tabela 14 - Evolução do PIB Setorial em Percentual, Médio São Francisco e Bahia, 2000 e 2003

Município	Setores					
	Agropecuária		Indústria		Serviços	
	2000	2003	2000	2003	2000	2003
Barra	22,33	21,87	10,12	7,76	67,54	70,37
Bom Jesus da Lapa	21,71	24,02	14,54	12,06	63,75	63,92
Brejolândia	60,59	62,86	6,11	5,34	33,3	31,81
Brotas de Macaúbas	21,65	25,71	12,67	9,67	65,68	64,62
Buritirama	21,45	22,31	8,74	7,74	69,81	69,95
Carinhanha	24,23	27,35	11,68	9,21	64,09	63,44
Feira da Mata	61,2	45,2	3,75	2,37	35,05	52,42
Ibotirama	16,38	15	15,33	17,62	68,29	67,38
Igaporã	32,7	29,99	13,69	12,43	53,62	57,58
Iuiú	46,77	56,22	8,67	8,3	44,56	35,48
Malhada	43,85	46,85	8,32	6,52	47,83	46,63
Matina	43,81	35	4,62	4,59	51,57	60,41
Morpará	32,54	32,05	7,39	6,01	60,07	61,94
Muquém do S. Francisco	62,76	55,86	4,26	3,46	32,98	40,68
Oliveira dos Brejinhos	24,29	23,58	17,16	18,76	58,54	57,66
Paratinga	36,97	38,29	7,31	5,96	55,71	55,75
Riacho de Santana	37,98	36,12	9,83	10,73	52,19	53,15
Serra do Ramalho	33,47	49,72	6,89	4,2	59,64	46,07
Sítio do Mato	53,41	53,67	7,15	6,12	39,44	40,21
Médio São Francisco	36,74	36,93	9,38	8,36	53,88	54,71
Bahia	10,73	11,54	41,11	47,09	48,16	41,37

Fonte: SEI / IBGE, 2006.

A Região Econômica do Médio São Francisco, que inclui 16 municípios daqueles que conformam a área de estudo, foi aquela com menor participação no PIB estadual, no ano de 2000, com uma estimativa de 549,95 milhões de reais. Enquanto que, a região com PIB mais elevado foi a Metropolitana de Salvador com estimativa de, aproximadamente, 21 bilhões de reais, representando, aproximadamente, 50% do PIB baiano, enquanto a Região Econômica do Médio São Francisco correspondeu a somente 1,24%. Neste ano a estimativa do PIB do estado da Bahia havia sido de R\$44.391,39 milhões, conforme pode ser observado na Tabela 15.

Tabela 15 - Estimativa do produto municipal por regiões econômicas, Bahia, 2000

REGIÃO ECONÔMICA	Produto Municipal (R\$ MILHÕES)	Participação no Produto Estadual (%)
Metropolitana de Salvador	20.761,35	46,77
Nordeste	2.958,39	6,66
Litoral Norte	2.854,97	6,43
Paraguaçu	2.461,08	5,54
Extremo Sul	2.439,92	5,50
Litoral Sul	2.280,68	5,14
Sudoeste	2.014,01	4,54
Oeste	1.720,85	3,88
Recôncavo Sul	1.357,55	3,06
Baixo Médio São Francisco	1.355,49	3,05
Serra Geral	1.093,79	2,46
Piemonte da Diamantina	1.083,83	2,44
Chapada Diamantina	826,84	1,86
Irecê	632,69	1,43
Médio São Francisco	549,95	1,24
Estado Bahia	44.391,39	100

FONTE: SEI. Índice de Desenvolvimento Econômico e Social dos Municípios baianos, 2002.

O Médio São Francisco pode ser visto como uma região com pequena participação no produto econômico do Estado e com características de região ainda pouco desenvolvida, embora represente aproximadamente 10% do território e cerca de 4% da população baiana.

3.2. Caracterização Fundiária

Outro aspecto relevante de ser analisado no Médio São Francisco diz respeito à desigualdade na distribuição da terra, sem dúvida, pano de fundo para o desempenho dos dados vistos anteriormente. Como pode ser visualizado na Tabela 16, segundo o último Censo Agropecuário (1995/96), 14.512 estabelecimentos, correspondendo a 40,12%, têm menos de 10 ha e ocupam uma área de 53.685 ha, ou seja, 2,14% da área total da região. Mais de 82% dos estabelecimentos desta região, um número de 29.763, tem menos de 50 hectares por estabelecimento, e ocupam 15,75% da área, ou seja, 395.650 hectares. Enquanto que, no outro extremo, apenas 1% das propriedades ocupam mais de 1.000 hectares por propriedade, 332, em quase 50% da área do território, 1.246.041 hectares.

A concentração da terra pode ser dimensionada através do cálculo do Índice de Gini, que é um indicador que mede o grau de concentração de um bem, neste caso a terra. Os valores mais próximos de um indicam maior concentração, e quanto mais próximo de zero,

mais desconcentrado. Lourival Câmara estabelece uma classificação de grau de concentração considerando intervalos de valores do Índice de Gini que foram adotados neste estudo.

Tabela 16 - Número de estabelecimentos e área ocupada, segundo extrato de área, Médio São Francisco, 1995/96

Grupos área (ha)	No. estabelecimentos	%	Área (ha)	%
Menos 10	14.512	40,12	53.685	2,14
10 a 50	15.251	42,17	341.965	13,61
50-100	3.357	9,29	215.984	8,6
100-500	2.404	6,64	449.205	17,87
500-1000	311	0,86	205.986	8,19
Mais 1000	332	0,92	1.246.041	49,59
Médio São Francisco	36.167	100	2.512.866	100

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96.

Foi realizado o cálculo do Índice de Gini para os municípios do Médio São Francisco, para tanto foram utilizados os dados do Censo Agropecuário do IBGE desde 1920 até 1995/96. Convém ressaltar que estes dados somente passam a ser oferecidos a partir da data de criação dos municípios e que somente a partir de 1970 passou-se a ter maior confiabilidade quanto aos instrumentos e metodologia de sua coleta.

Neste contexto, observa-se, na Tabela 17, que o histórico geral dos municípios é de concentração. De acordo com os dados mais recentes, doze dos dezenove municípios do Médio São Francisco (66,67%) apresentam um grau de concentração “forte a muito forte”. Destes destacam-se os municípios de Barra, Sítio do Mato e Malhada com 0,959; 0,928 e 0,910, respectivamente. Estes três municípios situam-se à margem do rio São Francisco, localização historicamente disputada pelos grandes proprietários de terra.

No outro extremo tem-se o município de Serra do Ramalho com um índice de 0,410, considerado segundo a classificação utilizada como de “fraca a média”. É interessante observar que o município de Serra do Ramalho teve origem no Projeto Especial de Colonização (PEC), implantado em 1975, para abrigar a população atingida pela usina hidrelétrica de Sobradinho, nos municípios de Carinhanha e Bom Jesus da Lapa, tendo sido emancipado e constituído como o município de Serra do Ramalho, em 1989. Não obstante ter sido a ocupação estabelecida em parcelas individuais iguais para cada família – o que deveria

corresponder a uma distribuição equitativa e a uma classificação do Índice de Gini de “nula a fraca” – o que se observa é que seus dez anos de emancipação já apontam para uma tendência de concentração da propriedade da terra. No entanto, pode-se observar que, outros municípios tão jovens como o de Serra do Ramalho, criados e emancipados pela forma tradicional têm apresentado grau de concentração ainda mais elevado como: Buritirama (0,849); Feira da Mata (0,769); Iuiú (0,710); Matina (0,710); Muquem do São Francisco (0,885) e Sítio do Mato (0,928).

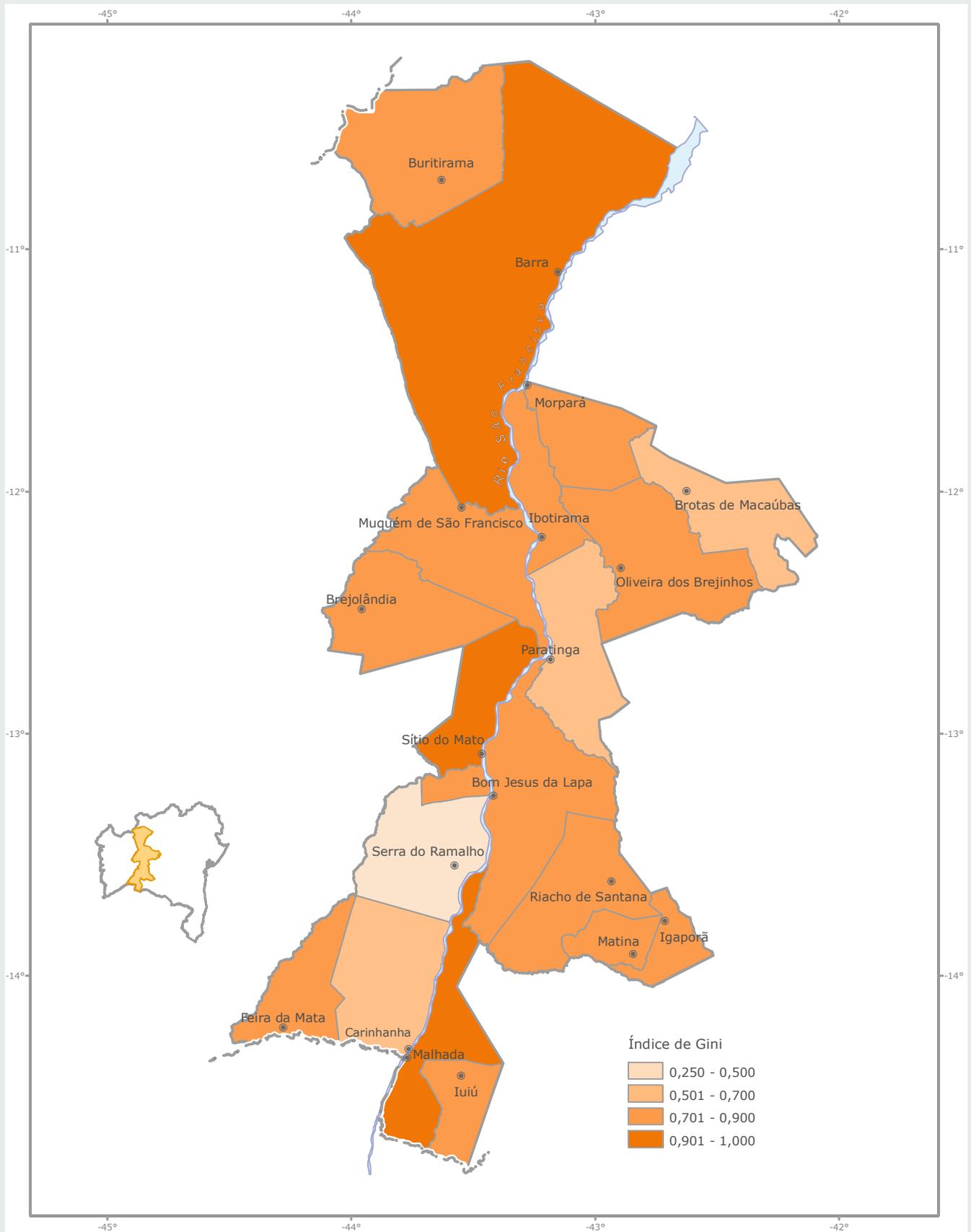
Tabela 17 - Índice de Gini, Médio São Francisco, 1920-1996

Municípios	Ano de criação	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980	1985	1996
Barra	1752	0,962	0,836	0,944	0,928	0,918	0,935	0,954	0,955	0,959
Bom J. da Lapa	1890	0,983	0,644	0,936	0,594	0,846	0,904	0,812	0,841	0,875
Brejolândia	1962					0,516	0,736	0,790	0,803	0,811
Brotas de Macúbas	1878	0,896	0,387	0,615	0,549	0,530	0,659	0,645	0,664	0,591
Buritirama	1985									0,849
Carinhanha	1832	0,990	0,734	0,822	0,734	0,611	0,661	0,719	0,75	0,667
Feira da Mata	1989									0,769
Ibotirama	1958				0,862	0,876	0,849	0,860	0,866	0,837
Igaporã	1953				0,551	0,599	0,614	0,638	0,643	0,702
Iuiú	1989									0,710
Malhada	1961					0,802	0,848	0,854	0,899	0,910
Matina	1989									0,710
Morpará	1962					0,665	0,750	0,765	0,719	0,854
Muquém do S. Francisco	1989									0,885
Oliveira dos Brejinhos	1891	0,977	0,621	0,783	0,686	0,671	0,755	0,81	0,792	0,745
Paratinga	1746			0,783	0,611	0,623	0,793	0,765	0,748	0,651
Riacho de Santana	1878	0,964	0,662	0,731	0,635	0,618	0,659	0,677	0,766	0,780
Serra do Ramalho	1989									0,410
Sítio do Mato	1989									0,928

Fonte: IBGE. Elaboração: Projeto GeografAR, 2004.

A Tabela 18 demonstra como se distribui a propriedade da terra na região do Médio São Francisco e no estado da Bahia. A espacialização desta concentração pode ser observada no Mapa 10.

Mapa 10
MÉDIO SÃO FRANCISCO - BAHIA
ESPACIALIZAÇÃO DA CONCENTRAÇÃO DE TERRAS - ÍNDICE DE GINI
1995-1996



Fonte da base cartográfica: CONDER-SEI (adaptada)
Fonte dos dados: IBGE (1995-1996)
Elaboração: Projeto GeografAR (2006)

0 10 20 40 60 80
km
1:2.500.000

Verifica-se que no Médio São Francisco aproximadamente, 63% dos municípios da região, possui um grau de concentração entre “forte e muito forte”, acompanhando a tendência do estado da Bahia. Todavia, no Médio São Francisco o percentual de municípios com grau de concentração de “muito forte a absoluta” (15,79%) é sensivelmente superior à participação desta categoria para o total do Estado da Bahia (3,61%), reforçando a idéia de que a terra está especialmente concentrada na região em estudo, até mais do que em outras regiões da Bahia.

Tabela 18 - Classificação do Índice de Gini para os municípios do MSF e do Estado da Bahia - 1996

Classes	Categorias	N.º de Municípios Médio São Francisco	%	N.º de Municípios Bahia	%
0,000 a 0,100	Nula	0	0	0	0
0,101 a 0,250	Nula a Fraca	0	0	0	0
0,251 a 0,500	Fraca a Média	1	5,26	6	1,45
0,501 a 0,700	Média a Forte	3	15,79	133	32,05
0,701 a 0,900	Forte a Muito Forte	12	63,16	261	62,89
0,901 a 1,000	Muito Forte a Absoluta	3	15,79	15	3,61
TOTAL		19	100	415	100

Fonte: IBGE, INCRA; in Projeto GeografAR 2003

Observa por meio da Tabela 19 que no Médio São Francisco os estabelecimentos familiares são em número bastante superior (89,66%) quando comparado ao patronal e a outros tipos. Em relação a área verifica-se que as propriedades patronais ocupam 61,57% enquanto que os familiares ocupam 36,72%. Em termos de valor bruto da produção as propriedades familiares contribuem com 52,30%, participação superior à observada para o conjunto do país, que é de 39%. Finalmente, quanto ao número de pessoal ocupado tem-se que a agricultura familiar emprega 88,15% do pessoal ocupado, enquanto que a agricultura patronal emprega somente 7,48%.

Tabela 19 – Categorias de estabelecimentos agropecuários, Médio São Francisco, 1995/96

Categorias	Estabelecimentos		Área Total		Valor Bruto da Produção		Pessoal Ocupado	
	Número	%	Hectares	%	1000 Reais	%	Número	%
Familiar	33.884,00	89,66	1.005.120,00	36,72	39.745,00	52,30	111.129	88,15
Patronal	1.950,00	5,16	1.685.116,00	61,57	34.124,00	44,91	9.434	7,48
Outros*	1.957,00	5,18	46.836,00	1,71	2.125,00	2,80	5.506	4,37
Total	37.791,00	100,00	2.737.088,00	100,00	75.991,00	100,00	126.070	100,00

Fonte: Estudo FAO/INCRA a partir de dados do Censo Agropecuário 1995/96, IBGE.

Obs: *Outros corresponde a instituições religiosas, entidades públicas e não identificados.

Estes dados revelam a importância da agricultura familiar no Médio São Francisco tanto pelo número de estabelecimentos quanto pela participação bastante elevada no valor da produção, haja vista, a parcela da área referente a ela. Pode-se inferir com isso, que a produção patronal nesta região comporta-se como extensiva, a terra servindo muitas vezes somente como reserva de valor, gerando pouco emprego e renda.

3.3. Caracterização Agrícola, de Animais e Extrativista

3.3.1 Produção Agrícola Temporária

Dentre os principais cultivos, no Médio São Francisco, destacam-se os temporários com área de 108.919 hectares colhidos em 2004 com um valor da produção de aproximadamente 110 milhões de reais, enquanto que a produção permanente ocupou 4.922 hectares com valor da produção de aproximadamente 32 milhões de reais. Os cultivos de ciclo curto são orientados, predominantemente, para as necessidades alimentares da população. Dentre os cultivos permanentes, predominam fruteiras, especialmente nos perímetros irrigados do município de Bom Jesus da Lapa. Destaca-se ainda a criação de animais, dentre os quais o bode e a atividade pecuária, realizada predominantemente de modo extensivo. O extrativismo, a coleta de mel e a pesca complementam as atividades. A atividade agropecuária gera em torno de R\$ 280 milhões, o que corresponde a aproximadamente 37% do PIB regional, como já apontado anteriormente.

A produção de mandioca se sobressai das demais como fonte de alimentação e de produção de complemento alimentar para os animais, conforme Tabela 20. A mandioca, apesar de pouco valorizada, frequentemente, é a cultura geradora de renda do sertanejo. Ela

torna-se atrativa para a produção tanto em função de sua adaptação para as condições edafoclimáticas vigentes na região quanto na versatilidade de seus usos, podendo ser comercializada *in natura*, industrializada na forma de farinha, de beiju e outros.

Tabela 20 – Estimativa de área plantada e colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor das principais culturas temporárias, Médio São Francisco, 2000-2004

Cultura temporária	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)	Quantidade produzida (t)	Rendimento médio (kg/ha)*	Valor (mil reais)
2000					
Algodão herbáceo	2.120	2.120	2.982	1.407	1.361
Alho	42	42	104	2.476	203
Arroz	1121	1121	1.673	1.492	485
Batata-doce	23	23	154	6.696	26
Cana-de-açúcar	3.560	3.560	142.816	40.117	23.536
Cebola	42	42	470	11.190	280
Feijão	45.023	45.023	29.842	663	19.425
Fumo	125	125	107	856	84
Mamona	5.123	5.123	5.095	995	2.159
Mandioca	15.680	15.520	186.770	12.034	49.493
Melancia	1.320	1.320	539	408	146
Melão	59	59	55	932	9
Milho	28.815	28.815	48.038	1.667	10.125
Sorgo granífero	7.220	7.220	14.825	2.053	2.477
Tomate	43	43	1.224	28.465	484
Médio São Francisco	110.316	110.156	434.694	3.946	110.293
2004					
Algodão herbáceo	24.470	24.470	60.988	2.492	71.249
Alho	20	20	34	1.700	94
Amendoim (em casca)	1.700	1.700	6.375	3.750	1.849
Arroz	74	74	71	959	34
Batata-doce	54	54	526	9.741	190
Cana-de-açúcar	3.205	3.205	148.210	46.243	18.955
Cebola	28	28	186	6.643	77
Feijão	24.595	24.595	10.026	408	9.862
Fumo	40	40	29	725	61
Mamona	1.532	1.532	1.176	768	551
Mandioca	17.328	17.208	204.976	11.912	68.840
Melancia	403	403	15.959	39.600	2.501
Melão	27	27	816	30.222	228
Milho	28.160	28.160	29.106	1.034	8.633
Soja	270	270	810	3.000	367
Sorgo granífero	7.110	7.110	13.153	1.850	4.474
Tomate	23	23	628	27.304	252
Médio São Francisco	109.039	108.919	493.069	4.527	188.217

Fonte: PAM/IBGE.

* Obs: Quantidade produzida em mil frutos e rendimento em frutos/ha para melancia, melão e tomate.

A vocação regional para a produção da cana-de-açúcar remonta ao processo de ocupação do Vale do Rio São Francisco, sendo que a renda obtida com a cultura ainda representa um percentual significativo das culturas temporárias. Observa-se o feijão como outra atividade agrícola temporária de grande relevância na renda dos agricultores deste Médio.

As áreas plantadas com as culturas tradicionais feijão e milho se sobressaem dentre as demais juntamente com mandioca e sorgo granífero. Identifica-se a existência de uma pequena parcela dedicada à produção de mamona que, no entanto, vem sendo vista como uma alternativa de renda viável devido à política governamental do biodiesel e o crescimento significativo na área plantada de algodão.

Em termos de valores, a mandioca, a cana-de-açúcar, o feijão e o milho são aquelas culturas temporárias que vêm contribuindo com maior percentual na renda dos agricultores, sendo que as mesmas são freqüentemente tratadas como culturas de sobrevivência, visto que, fazem parte da base alimentar do brasileiro.

Destaca-se o algodão como a cultura que mais cresceu em área, cerca de 10 vezes, e em valor da produção no ano de 2004. Isto se deve à recuperação da lavoura do algodão após o declínio ocorrido na década anterior por causa da praga do bicudo. Contudo, observações mais recentes apontam que dita praga não teria sido controlada e que a lavoura vem entrando novamente em declínio devido a não ter havido a implementação de manejo recomendado.

3.3.2 Produção Agrícola Permanente

O total do rendimento de todas as culturas permanentes, 32 milhões de reais no Médio São Francisco, corresponde a cerca de 17% do total de rendimento das culturas temporárias que perfazem um total de 188 milhões de reais em 2004, mostrando a baixa participação das culturas permanentes na produção agrícola, devido principalmente à escassez hídrica. O desenvolvimento de projetos de irrigação vem buscando reduzir este diferencial, incrementando o potencial da produção permanente em especial, das fruteiras.

Observa-se por meio da Tabela 21 que dentre as culturas permanentes a banana é aquela de maior relevância tanto com respeito à área plantada quanto ao rendimento. O valor da produção das culturas permanentes em Bom Jesus da Lapa correspondeu a R\$ 8.966.000,00

em 2.244 ha, representando 79 % do valor das culturas permanentes para o Médio em 2000, tendo crescido em 2004, passando a R\$21.968.000,00 em 2.909 hectares, 67% do valor das culturas permanentes. Em termos de *quantum* e de produtividade, torna-se complexo realizar uma comparação entre os períodos haja vista que, a produção era declarada em mil frutos em 2000 passando a toneladas em 2004.

Tabela 21 - Área plantada e colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor das principais culturas permanentes, Médio São Francisco, 2000-2004

Cultura permanente	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)	Quantidade produzida (mil frutos)	Rendimento médio (mil frutos/ha)*	Valor (mil reais)
2000					
Abacate	2	2	33	17	2
Banana	2.244	2.244	3.426	2	8.219
Café	48	48	83	2	91
Coco da baía	463	463	1.484	3	578
Goiaba	26	26	1.196	46	83
Laranja	99	99	4.966	50	507
Limão	20	20	993	50	48
Mamão	20	20	200	10	36
Manga	550	550	13.743	25	901
Maracujá	188	188	11.220	60	756
Tangerina	5	5	162	32	5
Uva	6	6	120	20	180
MSF	3.671	3.671	37.626	316	11.406
2004					
	(ha)	(ha)	(toneladas)	(quilos/ha)	(mil reais)
Banana	2.909	2.909	56.636	19.469	21.968
Café	8	8	5	625	6
Castanha de caju	255	255	55	216	55
Côco-da-baía	555	555	9.852	17.751	3.714
Goiaba	46	46	410	8.913	178
Laranja	88	88	711	8.080	199
Limão	13	13	68	5.231	15
Mamão	15	15	300	20.000	100
Manga	754	754	9.812	13.013	3.130
Maracujá	253	253	3521	13.917	2429
Tangerina	2	2	12	6.000	2
Uva	24	24	480	20.000	960
MSF	4.922	4.922	81.862	133.215	32.756

Fonte: PAM/IBGE.

* Obs: Quantidade produzida em toneladas e rendimento em kg/ha para café e, mil cachos e cachos/ha, para banana.

Verifica-se que houve crescimento da produção agrícola permanente no Médio São Francisco, a área plantada passou de 3.671 ha para 4.992, enquanto que, em termos de

rendimento o salto foi de R\$11.406 reais para R\$ 32.756 mil reais entre 2000 e 2004. Houve crescimento em área plantada de todas as principais culturas, e ordem de crescimento: banana, manga, maracujá, coco e uva.

Exceto pela cultura da banana, as demais culturas permanentes de maior relevância do Médio São Francisco apresentam rendimento relativamente expressivo.

3.3.3 Exploração Extrativista

O extrativismo sempre teve e ainda representa um papel importante no Médio São Francisco. A produção de madeira, lenha e carvão geraram em torno de R\$ 75 mil, pelo que o extrativismo, em 2000. Esta relação tem estimativa de grande crescimento para 2004, de R\$ 234 mil, conforme Tabela 22.

Tabela 22 Produção e valor dos produtos das florestas nativas, Médio São Francisco, 2000-2004

Municípios	Anjico (casca)		Babaçu (amêndoa)		Carvão vegetal		Castanha de caju		Lenha		Licuri (coquilho)		Madeira		Mangaba (fruto)		Pequi (amêndoa)		Umbu (fruto)	
	(t)	R\$	(t)	R\$	(t)	R\$	(t)	R\$	(m3)	R\$	(t)	R\$	(m3)	R\$	(t)	R\$	(t)	R\$	(t)	R\$
	(t)	R\$	(t)	R\$	(t)	R\$	(t)	R\$	(m3)	R\$	(t)	R\$	(m3)	R\$	(t)	R\$	(t)	R\$	(t)	R\$
2000																				
Barra					1	0	4	1	27.000	57	4	1	8.000	416	11	2	28	5	35	6
Bom Jesus da Lapa					272	41			553.642	3.100	1	0	109.617	7.454					26	10
Brejoândia	1	0							2.050	2	15	3							9	5
Brotas de Macaúbas	1	0	18	3	1		6	2	23.000	48					8	1	2	0	57	9
Buritirama						0			10.400	23			2.300	110	8	1	7	1	20	3
Carinhanha					22	3			78.000	273			8.000	544					6	2
Feira da Mata					17	3			178.973	922									5	2
Ibotirama					2	0	6	3	32.000	70			6.300	302	8	1			32	5
Igaporã					130	39			127.056	635			590	40					8	4
Iuiú					195	33			120.000	408			41.200	2.802					5	3
Malhada					160	27			92.000	313			25.000	1.700					5	2
Matina					75	11			90.500	299			44.400	3.019					75	30
Morpará			1	0	1	0			4.000	8			800	36					33	5
Muquém do S. Francisco					0	0	1	0	10.000	22			2.000	112	7	1	18	2	24	3
Oliveira dos Brejinhos	2	0	30	5	6	1	10	3	7.200	15	21	4	3.000	144	15	2	16	2	55	8
Paratinga					7	1			435.923	2.223			55.095	3.746					27	11
Riacho de Santana					619	93			564.643	2.908			293.916	19.986					18	7
Serra do Ramalho					58	9			564.745	2.880			173.419	11.792					20	8
Sítio do Mato					103	15			279.334	1.411			109.701	7.460					11	5
MSF	4	0	49	8	1669	276	27	9	3.200.466	15.617	41	8	883.338	59.663	57	8	71	10	471	128

Municípios	Anjico (casca)		Babaçu (amêndoa)		Carvão vegetal		Castanha de caju		Lenha		Licuri (coquilho)		Madeira		Mangaba (fruto)		Pequi (amêndoa)		Umbu (fruto)	
	(t)	R\$	(t)	R\$	(t)	R\$	(t)	R\$	(m3)	R\$	(t)	R\$	(m3)	R\$	(t)	R\$	(t)	R\$	(t)	R\$
2004																				
Barra					2		3	2	25.600	64	3	1	7600	475	9	4	25	9	35	7
Bom Jesus da Lapa					344	62			560.112	4929	2	0	111.914	29.545					76	19
Brejoândia									2.600	16							11	17	8	17
Brotas de Macaúbas	1	0	17	4	1	0	6	3	22.700	54	15	3	8.600	460	8	2	2	0	57	
Buritirama							4	1	10.000	25			2.200	110	7	1	7	1	21	3
Carinhanha					45	14			97.000	369			11.000	1.419					5	3
Feira da Mata					17	3			179.221	1.219			14.390	3.511					5	3
Ibotirama							5	4							8	6			29	6
Igarorã					226	68			187.172	1.217			240	84					8	5
Iuiú					356	107			181.000	688			47.000	5.969					6	2
Malhada					367	128			135.000	486			40.000	5.080					8	3
Matina					116	35			123.000	467			35.000	4.445					55	28
Morpará			1	0	1	0			3.500	8			1.000	50					26	4
Muquém do S. Francisco					1	0	1	1	15.800	38					7	1	17	2	21	3
Oliveira dos Brejinhos	2	0	27	5	6	1	9	5	7.000	18	20	4	2.900	145	16	4	14	1	55	9
Paratinga					8	1			438.201	3.111			56.814	14.601					27	14
Riacho de Santana					688	131			566.420	4.361			299.642	74.012					19	10
Serra do Ramalho					65	12			570.740	4.338			175.297	43.474					21	11
Sítio do Mato					104	20			280.320	2.018			110.113	26.427					12	6
MSF	3	0	45	9	2.347	582	28	16	3.405.386	23.426	40	8	923.710	209.807	55	18	76	30	494	153

Fonte: PAM/IBGE.

Observa-se a pequena participação da área de estudo na produção de carvão vegetal para o ano de 2000. No entanto, o intenso crescimento de carvoarias clandestinas tem tornado o carvão vegetal fonte de renda relevante para os agricultores. Infelizmente, órgãos governamentais, como o IBAMA e o INCRA têm tido atuação muito limitada frente à crescente exploração predatória na região.

No caso da exploração para a produção de madeira e de madeira em toras verifica-se que a região representou, aproximadamente, 50% do volume e 69% do valor de toda a madeira nativa comercializada no Estado, no ano de 2000. A utilização de madeira para a produção de lenha é um dado alarmante, pois a região contribui com 23% de toda a produção do estado da Bahia. Estes dados revelam que a exploração de espécies madeiráveis é um tema que urge ser debatido com a sociedade e, em especial, com as comunidades que vivem e sobrevivem na região do Médio São Francisco.

A ação extrativista, além da produção de madeira e de carvão vegetal, ocorre ainda com espécies como o angico, o buriti, o caju, o licuri, a mangaba e o pequi. O umbu é o produto mais característico da exploração extrativista, sendo que atualmente vem se promovendo o replantio dos umbuzeiros, assim como uma maior valorização da espécie, representativa do bioma da caatinga.

A extração da casca de angico, também tem se mostrado como predatória, e é um dos problemas ambientais comumente registrados em comunidades de fundo de pasto.

Os valores obtidos da exploração da madeira vem crescendo enquanto fonte de renda, passando de uma exploração de 883.338 m³ com aproximadamente 60 mil reais no ano de 2000, para um valor estimado de 923.710 m³ gerando aproximadamente 210 mil reais em 2004. Há que se recordar que nestes dados não estão inseridos os montantes de madeira ilegal.

3.3.4 Produção Animal

O efetivo animal analisado indica que a produção de aves não apresenta montante relevante na região. De acordo com a Tabela 23 Riacho de Santana, Igaporã e Paratinga são aqueles municípios com maior número de cabeças, incluindo galinhas, galos, frangos (as) e pintos, sendo que, a produção avícola orienta-se basicamente ao consumo familiar. Praticamente não houve crescimento na produção de aves entre os anos de 2000 e 2004.

Tabela 23 - Efetivo das aves, segundo os municípios, Médio São Francisco, 2000-2004

Municípios	Aves existentes (cabeças)	
	Galinhas	Galos, frangas (os), pintos
2000		
Barra	19.780	29.170
Bom Jesus da Lapa	34.349	45.465
Brejolândia	16.350	26.040
Brotas de Macaúbas	20.300	29.380
Buritirama	16.480	35.700
Carinhanha	13.050	25.100
Feira da Mata	14.078	24.394
Ibotirama	13.500	19.100
Igaporã	44.938	51.727
Iuiú	16.300	26.200
Malhada	12.700	21.300
Matina	20.300	22.100
Morpará	8.770	13.200
Muquém do São Francisco	11.940	11.760
Oliveira dos Brejinhos	29.580	40.100
Paratinga	50.799	56.087
Riacho de Santana	56.106	45.837
Serra do Ramalho	18.203	23.146
Sítio do Mato	19.948	24.939
Médio São Francisco	437.471	570.745
2004		
Barra	19.800	29.000
Bom Jesus da Lapa	48.714	61.798
Brejolândia	1.250	10.023
Brotas de Macaúbas	20.000	28.500
Buritirama	16.500	35.000
Carinhanha	12.550	23.540
Feira da Mata	15.998	27.120
Ibotirama	15.000	19.000
Igaporã	44.372	51.421
Iuiú	14.500	22.850
Malhada	14.500	21.200
Matina	18.100	20.100
Morpará	12.500	13.200
Muquém do São Francisco	15.000	12.000
Oliveira dos Brejinhos	29.000	39.700
Paratinga	51.933	57.998
Riacho de Santana	57.202	46.989
Serra do Ramalho	18.821	23.897
Sítio do Mato	20.414	25.179
Médio São Francisco	446.154	568.515

Fonte: PAM/IBGE

A produção de ovos de galinha no Médio foi de 1.800 dúzias, pouco significativa quando comparada com a produção do Estado que foi de 70.000 dúzias aproximadamente, de acordo com a Tabela 24.

Tabela 24 - Produção e valor de mel de abelha e ovos de galinha, Médio São Francisco, 2000-2004

	Ovos de galinha		Mel de abelha	
	Quantidade (mil dúzias)	Valor (reais)	Quantidade (kg)	Valor (reais)
2000				
Barra	68	41.541	-	-
Bom Jesus da Lapa	172	257.618	-	-
Brejolândia	74	110.363	-	-
Brotas de Macaúbas	99	59.100	-	-
Buritirama	50	27.665	-	-
Carinhanha	59	49.917	-	-
Feira da Mata	56	84.468	-	-
Ibotirama	76	47.182	18.870	188.700
Igaporã	243	364.500	650	6.500
Iuiú	73	58.680	-	-
Malhada	57	45.720	-	-
Matina	87	69.832	-	-
Morpará	43	24.225	-	-
Muquém do S. Francisco	54	32.580	-	-
Oliveira dos Brejinhos	113	69.174	-	-
Paratinga	229	342.893	-	-
Riacho de Santana	269	403.964	-	-
Serra do Ramalho	84	125.601	-	-
Sítio do Mato	80	119.688	-	-
Médio São Francisco	1.986	2.334.711	19.520	195.200
2004				
Barra	67	60.300		
Bom Jesus da Lapa	232	367.880		
Brejolândia	7	10.313		
Brotas de Macaúbas	99	98.600	4.000	16.000
Buritirama	50	50.000		
Carinhanha	56	73.418		
Feira da Mata	63	100.176		
Ibotirama	75	135.180	25.000	112.500
Igaporã	250	375.261	640	4.160
Iuiú	67	84.281		
Malhada	65	84.825		
Matina	80	103.532		
Morpará	43	43.000		
Muquém do S. Francisco	54	81.000		
Oliveira dos Brejinhos	114	114.300	4.000	16.000
Paratinga	234	373.696		
Riacho de Santana	271	433.074		
Serra do Ramalho	85	128.099		
Sítio do Mato	81	121.124		
Médio São Francisco	1.993	2.838.059	33.640	148.660

Fonte: PAM/IBGE.

Comparando os anos de 2000 2004, observa-se que a produção de ovos praticamente

não se alterou. A produção de mel na área, apesar de ter crescido de 19.520 kg para 33.640kg entre os anos de 2000 e 2004, no entanto, houve redução no preço de comercialização do produto que, em 2000 era de R\$10,00/kg e em 2004 reduziu para aproximadamente R\$4,50. Neste contexto o valor comercializado decresceu de R\$195.200,00 para R\$148.660,00, no período considerado.

Com respeito ao efetivo do rebanho leiteiro, verifica-se que a região representa 10% do total do Estado, conforme é possível observar com maiores detalhes na Tabela 25. A atividade também está orientada predominantemente para o consumo das famílias. Ao se observar a evolução da produção verifica-se que pouco mudou de 2000 para 2004, sendo que o número de vacas ordenhadas reduziu. A produção leiteira, com isso, também apresentou decréscimo, haja vista, ao ter havido melhoria nas condições do rebanho.

Apesar do efetivo de rebanhos ser relativamente pequeno quando comparado com os valores correspondentes ao estado da Bahia, em todos os municípios existe a criação de bovinos, suínos, eqüinos, asininos, muares, ovinos e caprinos. Verifica-se na Tabela 26 a criação de bubalinos somente em Bom Jesus da Lapa, no ano de 2000, desaparecendo nos registros de 2004. O Médio São Francisco responde por 6,9% do rebanho estadual de bovinos, 2,7% do rebanho ovino e 2,3% do rebanho caprino.

Dentre os municípios, Muquém do São Francisco se destaca na criação de bovinos com mais de 10% de toda a criação da região. Bom Jesus da Lapa, Paratinga e Riacho de Santana apresentam números semelhantes de cabeças de suínos, em torno de 10.000 cabeças. Os eqüinos têm sua maior concentração em Riacho de Santana e Serra do Ramalho. A criação de asininos pode ser verificada em maior número nos municípios de Barra, Sítio do Mato e Riacho de Santana. Muares em Bom Jesus da Lapa e Riacho de Santana. Enquanto que, a criação de ovinos e caprinos ocorre com maior relevância no município de Oliveira dos Brejinhos, com 15 e 37%, respectivamente, do total de cabeças no Médio.

Tabela 25 - Vacas ordenhadas produção e valor de leite, Médio São Francisco, Bahia, 2000-2004

Municípios	Vacas ordenhadas No. de cabeças	Produção de leite	
		Quantidade	Valor (reais)
2000			
Barra	4.200	1.735	607.390
Bom Jesus da Lapa	9.387	5.116	2.046.366
Brejolândia	4.180	2.011	1.005.290
Brotas de Macaúbas	1.720	750	262.500
Buritirama	750	748	261.800
Carinhanha	6.200	4.092	859.320
Feira da Mata	13.123	5.971	2.388.386
Ibotirama	2.400	1.200	396.000
Igaporã	6.880	4.311	1.724.583
Iuiú	7.200	4.925	984.960
Malhada	4.780	3.489	697.880
Matina	2.700	1.917	383.400
Morpará	1.170	536	177.012
Muquém do S. Francisco	7.640	3.255	1.139.180
Oliveira dos Brejinhos	3.780	1.918	690.300
Paratinga	8.967	4.618	1.847.202
Riacho de Santana	11.807	6.128	2.451.133
Serra do Ramalho	6.623	3.676	1.470.306
Sítio do Mato	8.746	4.688	1.875.142
Médio São Francisco	112.253	61.084	21.268.150
2004			
Barra	250	360	216.000
Bom Jesus da Lapa	0	6.716	4.109.336
Brejolândia	400	1.792	895.950
Brotas de Macaúbas	7.673	576	518.490
Buritirama	4.253	216	129.600
Carinhanha	5.684	4.412	1.323.540
Feira da Mata	7.933	6.670	4.001.941
Ibotirama	450	810	607.500
Igaporã	6.273	3.828	1.914.112
Iuiú	7.850	5.534	1.660.275
Malhada	6.550	4.664	1.399.080
Matina	2.450	1.727	518.175
Morpará	220	259	155.520
Muquém do S. Francisco	1.000	1.440	864.000
Oliveira dos Brejinhos	150	216	129.600
Paratinga	9.514	4.738	2.842.783
Riacho de Santana	12.101	6.301	3.780.785
Serra do Ramalho	6.987	3.829	1.914.702
Sítio do Mato	8.881	4.781	2.868.866
Médio São Francisco	88.619	58.869	29.850.255

Fonte: PAM/IBGE.

Tabela 26 - Efetivo dos rebanhos, Médio São Francisco, 2000-2004

	Rebanho (cabeças)							
	Bovinos	Suínos	Bubalinos	Eqüinos	Asininos	Muares	Ovinos	Caprinos
2000								
Barra	43.200	9.920	-	1.710	2.900	770	6.220	8.500
Bom Jesus da Lapa	44.327	13.318	70	632	2.453	1.197	8.195	6.863
Brejolândia	66.360	7.840	-	2.890	670	540	2.790	3.160
Brotas de Macaúbas	17.340	1.630		115	105	75	1.300	5.200
Buritirama	19.050	2.790	-	2.150	1.450	550	2.240	2.600
Carinhanha	31.140	5.630	-	1.230	65	380	3.300	1.250
Feira da Mata	33.649	7.846	-	841	64	153	751	1.037
Ibotirama	23.400	1.075	-	1.720	710	80	1.310	1.530
Igaporã	19.870	9.172	-	2.291	62	303	3.905	1.011
Iuiú	37.400	3.500	-	2.000	145	630	2.700	950
Malhada	29.500	4.920	-	1.020	80	510	2.580	700
Matina	17.500	4.700	-	2.500	355	950	4.900	2.740
Morpará	11.730	575	-	270	190	75	1.330	3.250
Muquém do S. Francisco	79.920	1.960	-	3.930	1.700	400	2.600	2.570
Oliveira dos Brejinhos	37.740	6.100	-	1.520	940	270	12.100	33.780
Paratinga	36.796	11.895	-	2.308	1.203	715	8.360	5.334
Riacho de Santana	49.973	11.821	-	6.320	2.598	1.203	8.379	5.149
Serra do Ramalho	42.038	6.866	-	7.463	1.497	851	4.365	7.468
Sítio do Mato	37.243	8.050	-	4.133	2.902	507	2.067	1.966
Médio São Francisco	678.176	119.608	70	45.043	20.089	10.159	79.392	95.058
2004								
Barra	43.500	9.700		1.680	2.700	720	6.000	8.620
Bom Jesus da Lapa	57.001	17.174		2.321	3.590	1.640	10.991	13.098
Brejolândia	53.298	1.350		1.390	46	50	1.789	1.220
Brotas de Macaúbas	17.500	1.550		100	100	65	2.900	5.100
Buritirama	18.800	2.200		2.000	1.200	500	2.300	2.600
Carinhanha	40.820	5.490		1.230	60	510	3.550	1.550
Feira da Mata	34.881	9.492		1.120	101	290	914	1.390
Ibotirama	17.980	1.100		1.800	650	80	1.300	1.600
Igaporã	19.301	8.834		2.200	57	299	3.890	1.058
Iuiú	39.411	4.430		2.050	100	800	2.900	1.100
Malhada	46.120	5.180		1.130	110	615	2.950	1.000
Matina	11.344	4.880		2.500	350	930	4.950	2.750
Morpará	12.000	600		180	180	150	1.400	3.200
Muquém do S. Francisco	76.100	1.700		3.000	1.600	400	3.500	4.000
Oliveira dos Brejinhos	38.100	5.690		1.300	900	200	11.900	33.000
Paratinga	37.814	12.951		2.519	1.290	814	8.835	5.790
Riacho de Santana	50.998	13.115		6.604	2.714	1.398	8.999	5.617
Serra do Ramalho	42.998	7.543		7.690	1.553	894	4.998	7.886
Sítio do Mato	37.815	8.338		4.220	2.998	571	2.304	2.157
Médio São Francisco	695.781	121.317	0	45.034	20.299	10.926	86.370	102.736

Fonte:PAM/IBGE.

Verificando a evolução do rebanho animal, do ano de 2000 para 2004, tem-se que o número de eqüinos permaneceu constante. Enquanto que asininos, caprinos, ovinos, muares, bovinos e suínos, cresceram 10,4%, 8,8% , 8%, 7,5%, 2,5% e 1,4%, respectivamente.

3.3.5. Crédito Rural

O financiamento concedido aos produtores e às cooperativas no ano de 2000, detalhado na Tabela 27, indica maiores volumes direcionados para a agricultura, em valores de R\$ 11.898.174,04, sendo grande parte deste montante, R\$11.044.142,89, foi direcionado ao custeio e uma pequena parcela referente a investimentos R\$ 854.032,15. Observe-se que o valor aproximado da produção agrícola (cultivos temporários e permanentes) no Médio São Francisco para esse ano foi de R\$ 120 milhões, pelo que o crédito representa cerca de 10% do valor de produção.

O setor pecuário recebeu praticamente metade dos valores obtidos pelo setor agrícola, ou seja, R\$ 6.679.022,05, sendo que a distribuição deste montante seguiu o padrão inverso daquele estabelecido para a agricultura. Foram liberados R\$ 782.242,90 para o custeio e R\$ 5.896.779,15 para investimentos.

Contudo, a participação da região do Médio São Francisco no Estado da Bahia é maior no valor dos créditos concedidos para pecuária (10,75%) com relação ao valor créditos para agricultura (5,52%), devido à fragilidade da agricultura desenvolvida na região. Chama a atenção, contudo, a elevada participação do MSF no número de empréstimos destinados à agricultura (31,75%), o que pode estar indicando que o crédito tem uma capilaridade maior na região em estudo do que em outras regiões do Estado da Bahia. No número total de empréstimos concedidos para a pecuária, a participação do Médio São Francisco foi de 11,03%, montante que está de acordo com a participação do MSF no rebanho estadual.

Não houve neste período, tanto para o setor agrícola quanto para o de pecuária, nenhum financiamento concedido para a comercialização. Nota-se a dificuldade do agricultor, especialmente o agricultor familiar de se inserir no mercado sem a atuação de intermediários, neste sentido o financiamento para a comercialização permitiria maior autonomia do agricultor no decorrer do processo de comercialização

Tabela 27 - Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas, por atividade e finalidade, Médio São Francisco, (R\$ 1,00)

	Atividade	Total		Custeio		Investimento		Comercialização	
		Contrato	Valor	Contrato	Valor	Contrato	Valor	Contrato	Valor
2000									
Barra	Agrícola	73	61.157	1	5.429	72	55.728	0	0
	Pecuária	581	2.453.550	0	0	581	2.453.550	0	0
Bom Jesus da Lapa	Agrícola	5.775	4.793.433	5.746	4.637.350	29	156.083	0	0
	Pecuária	33	498.179	11	161.463	22	336.716	0	0
Brejolândia	Agrícola	52	60.143	52	60.143	0	0	0	0
	Pecuária	6	98.914	6	98.914	0	0	0	0
Brotas de Macaúbas	Agrícola	1	971	1	971	0	0	0	0
	Pecuária	7	29.035	0	0	7	29.034	0	0
Buritirama	Agrícola	49	44.020	0	0	49	44.020	0	0
	Pecuária	245	421.695	0	0	245	421.695	0	0
Carinhanha	Agrícola	153	187.292	153	187.292	0	0	0	0
	Pecuária	36	180.206	5	31.401	31	148.805	0	0
Feira da Mata	Agrícola	55	194.539	2	5.831	53	188.708	0	0
	Pecuária	26	114.775	2	32.699	24	82.076	0	0
Ibotirama	Agrícola	1.050	1.016.716	1.048	981.011	2	35.705	0	0
	Pecuária	12	83.681	5	49.922	7	33.759	0	0
Igaporã	Agrícola	35	33.803	35	33.803	0	0	0	0
	Pecuária	1	4.610	1	4.610	0	0	0	0
Iuiú	Agrícola	111	367.223	111	367.223	0	0	0	0
	Pecuária	6	46.087	2	37.012	4	9.075	0	0
Malhada	Agrícola	72	146.535	72	146.535	0	0	0	0
	Pecuária	3	66.688	3	66.688	0	0	0	0
Matina	Agrícola	93	66.980	93	66.980	0	0	0	0
	Pecuária	6	5.353	6	5.353	0	0	0	0
Morpará	Agrícola	0	0,00	0	0,00	0	0	0	0
	Pecuária	7	34.895	0	0,00	7	34.895	0	0
Muquém do S Francisco	Agrícola	114	181.075	114	181.075	0	0	0	0
	Pecuária	8	885.168	2	19.539	6	865.629	0	0
Oliveira dos Brejinhos	Agrícola	154	233.837	154	233.837	0	0	0	0
	Pecuária	3	44.835	1	9.635	2	35.200	0	0
Paratinga	Agrícola	1.361	1.445.246	1.359	1.414.978	2	30.267	0	0
	Pecuária	22	130.394	1	40.000	21	90.394	0	0
Riacho de Santana	Agrícola	433	322.648	433	322.648	0	0	0	0
	Pecuária	62	209.142	46	159.336	16	49.806	0	0
Serra do Ramalho	Agrícola	1.452	2.743.528	1.392	2.400.008	60	343.521	0	0
	Pecuária	917	888.723	14	33.544	903	855.179	0	0
Sítio do Mato	Agrícola	0	0,00	0	0,00	0	0	0	0
	Pecuária	170	512.128	2	32.128	168	479.999	0	0
Médio São Francisco	Agrícola	11.033	11.899.145	10.766	11.044.511,3	267	854.032	0	0
	Pecuária	2.151	6.708.057	107	782.243	2.044	5.925.814	0	0
Total		13.184	18.607.201	10.873	11.826.386	2.311	6.779.846	0	0
BAHIA	Agrícola	34.745	215.699.236	30.046	140.526.560	4.674	49.026.035	25	26.146.641
	Pecuária	19.432	62.115.390	3.226	27.637.273	16.206	34.478.117	0	0
	Total	54.177	277.814.625,62	33.272	168.163.833	20.880	83.504.151	25	26.146.641

Fonte: BACEN, BANCOOB, BB, BN e BNDES, 2004/2005.

A maior parte dos empréstimos foi obtida através do PRONAF, por se tratar de agricultores familiares. Segundo a SAF/MDA os empréstimos obtidos através do PRONAF tiveram um aumento no número de contratos e no valor a partir de 2003, coincidindo com o incentivo dado pelo Governo Federal ao Programa, conforme Tabela 28. No ano de 2004 observa-se um aumento dos empréstimos concedidos ao grupo B, permitindo maior capilaridade da política de crédito para os produtores de baixa renda. Houve também um crescimento do volume de recursos para o grupo C. O número médio de empréstimos concedidos anualmente no período foi de 11.552 e o valor médio unitário de R\$ 1.752,98, revelando que se trata na maior parte dos casos de pequenos empréstimos.

Os créditos específicos para assentamentos de Reforma Agrária (Grupos A e A/C) representam uma parcela significativa dos recursos, correspondendo em média a 23% do valor dos empréstimos concedidos no período, o que não impede que os assentados estejam sendo atendidos também nos outros grupos.

Tabela 28 - Número de contratos e valor dos empréstimos do PRONAF, segundo grupo, Médio São Francisco, 2000-2004

Grupo	2000		2001		2002		2003		2004	
	No	Valor	No	Valor	No	Valor	No	Valor	No	Valor
A	975	5.319.404	403	4.042.349	408	4.011.510	151	1.887.048	506	6.802.310
A/C									117	167.363
B			2.159	1.079.478	2.399	1.199.150	1.457	1.347.734	4.254	4.244.135
C	7.807	6.989.705	7.348	8.658.265	5.385	6.100.333	11.927	15.635.464	7.471	14.745.047
D	2.495	8.313.496	564	2.013.809	505	2.003.854	843	3.451.821	505	2.497.461
E*							1	5.644	103	1.935.529
Total	11.277	20.622.605	10.474	15.793.902	8.697	13.314.847	14.372	22.327.711	12.956	30.391.845

Fonte: SAF/MDA, 2006.

* O Grupo E foi criado a partir de 2003.

Verifica-se na Tabela 29 o número de contratos e valores para os municípios do Médio São Francisco no ano de 2005. Paratinga foi o município que recebeu o maior número de contratos, 1.547, ou seja, 14% do total de contratos, em maior número de PRONAF C.

Enquanto que Barra foi o município que recebeu o menor número de contratos, 104 que representam menos de 1%. Em termos de montante, Muquém de São Francisco foi quem recebeu mais no valor de aproximadamente 7 milhões de reais, 20% do total, distribuídos 3 milhões no PRONAF C, outros 3 milhões no PRONAF E e o restante em A, B e D. Barra foi quem recebeu menos em valores, 0,45% do total.

Tabela 29 - Número de contratos e valor dos empréstimos do PRONAF, segundo grupo e municípios, Médio São Francisco, 2005

Município	Grupo A		Grupo B		Grupo C		Grupo D		Grupo E	
	No	Valor	No	Valor	No	Valor	No	Valor	No	Valor
Barra			87	87.000	16	49.106	1	17.994		
Bom Jesus da Lapa			170	169.807	211	592.733	219	1.221.712	31	437.763
Brejoândia	5	74.902	44	44.000	249	933.499	21	234.156		
Brotas de Macaúbas			101	101.000	21	61.422				
Buritirama			273	273.000						
Carinhanha	112	1.967.422	4	4.000	178	382.390	3	33.365		
Feira da Mata			312	312.000	7	45.143	2	25.735		
Ibotirama			170	169.998	877	2.350.515	8	71.531	24	622.031
Igaporã			284	283.982	80	150.651	3	28.022		
Iuiú			343	343.000	293	817.162	1	5.955	1	7.700
Malhada			144	150.928	111	235.409	8	23.924		
Matina			265	264.650	238	590.152	2	30.863		
Morpará			79	79.000	481	1.396.949	1	10.000	9	772.753
Muquém de São Francisco	79	334.997	131	131.000	1.036	2.925.152	52	492.148	117	3.009.293
Oliveira dos Brejinhos			59	59.000	59	281.334				
Paratinga	16	286.297	419	418.997	1.102	2.949.217	26	332.369		
Riacho de Santana	20	223.309	158	157.992	532	1.501.659	12	113.358		
Serra do Ramalho	39	675.613	38	317.433	1.064	3.080.221	168	990.524	1	14.942
Sítio do Mato	1	17.536	111	110.789	10	28.884	1	4.940		
MSF	272	3.580.076	3.192	3.477.576	6.565	18.371.598	528	3.636.595	183	4.864.482

Fonte: SAF/MDA, 2006.

Observa-se que somente 1,75% dos contratos são do PRONAF E sendo concentrados em Muquém do São Francisco e Sítio do Mato. O PRONAF A, relacionado com crédito da reforma agrária, também apresentou pouco número de contratos, somente 2,60%. Enquanto que, o maior número de contratos foi da categoria C, 62,71%, seguido da B, 30,49%.

Já em termos de volume o PRONAF C foi aquele que recebeu maiores recursos, 54,15%, seguido do PRONAF E, 14,34%.

3.4 Renda

A renda *per capita* é muito baixa em todos os municípios da região e bastante inferior à média baiana, sendo 42% desta no ano de 1991, com uma pequena melhora em 2000, tornando-se 44% (Tabela 30).

Tabela 30 – Renda per capita e percentual originário de trabalho e de transferências governamentais, Médio São Francisco e Bahia, 1991-2000

Município	1991			2000		
	% rendimentos do trabalho	% transferências governamentais	Renda per Capita (R\$)	% rendimentos do trabalho	% transferências governamentais	Renda per Capita (R\$)
Barra	72,04	10,01	44,50	34,34	15,63	56,37
Bom Jesus da Lapa	88,79	7,68	82,94	58,24	15,14	125,41
Brejoândia	89,25	50,49	20,35	5,18	20,74	61,68
Brotas de Macaúbas	77,98	15,87	50,91	26,97	32,99	64,08
Buritirama	67,44	10,07	38,48	22,36	23,28	40,52
Carinhanha	77,76	7,89	48,50	55,47	11,21	64,71
Feira da Mata	86,21	7,21	82,72	51,81	18,41	76,48
Ibotirama	85,34	9,78	73,29	49,89	14,64	141,35
Igaporã	86,02	10,88	57,86	63,73	21,16	99,86
Iuiú	80,82	5,37	65,33	59,79	16,89	73,75
Malhada	84,93	5,85	40,28	54,82	11,71	60,15
Matina	83,61	8,97	39,01	41,90	21,10	48,00
Morpará	82,31	13,15	52,53	31,65	21,76	79,93
Muquém de São Francisco	87,92	7,25	40,21	44,41	12,91	74,09
Oliveira dos Brejinhos	80,90	10,93	43,20	37,34	28,31	68,12
Paratinga	81,88	10,51	39,28	38,56	26,92	49,11
Riacho de Santana	84,22	10,35	51,19	43,10	28,76	70,27
Serra do Ramalho	91,71	5,76	37,59	48,68	18,62	60,48
Sítio do Mato	87,69	8,25	47,34	52,32	15,65	51,91
Médio S. Francisco	82,99	11,38	50,29	43,19	19,78	71,91
Bahia	81,40	10,81	119,71	63,65	15,93	160,19

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2000.

O aumento da renda ocorrido entre 1991 e 2000 se deu, principalmente, a partir das transferências governamentais, especialmente o acesso à aposentadoria rural que se universalizou nesse período, como consequência da regulamentação do direito previsto na Constituição de 1988. Conseqüentemente, aumentou a proporção da renda originada de transferências governamentais, passando de 11,38% para 19,78%, em média, para o conjunto de municípios da região. Em alguns municípios, a renda proveniente de transferências

governamentais está próxima e até ultrapassa 30%, como em Brotas de Macaúbas com 32,99% da renda total. Todavia, a proporção de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza aumentou nesse período, conforme Tabela 31, visto por meio da intensidade de pobreza que é o indicador que separa a renda *per capita* média dos indivíduos pobres (considerados pobres aqueles com renda *per capita* domiciliar inferior a R\$75,50) do valor da linha da pobreza, medida em termos de percentual do valor da linha da pobreza

Tabela 31 – Intensidade de indigência e de pobreza, Médio São Francisco e Bahia, 1991-2000

Município	1991		2000	
	Intensidade da indigência	Intensidade da pobreza	Intensidade da indigência	Intensidade da pobreza
Barra	56,40	68,58	69,15	70,91
Bom Jesus da Lapa	38,79	52,72	59,07	57,09
Brejolândia	39,98	55,36	59,28	61,76
Brotas de Macaúbas	54,63	66,63	72,52	70,49
Buritirama	48,43	64,43	79,34	79,96
Carinhanha	45,71	60,02	57,19	60,98
Feira da Mata	44,84	55,35	59,92	60,61
Ibotirama	41,80	57,58	62,81	57,97
Igaporã	43,88	60,37	52,04	54,12
Iuiú	45,20	53,87	59,64	59,11
Malhada	49,47	62,37	55,73	60,92
Matina	46,47	61,75	66,86	68,61
Morpará	44,45	60,38	69,91	65,96
Muquém de São Francisco	45,31	60,75	59,03	62,52
Oliveira dos Brejinhos	51,14	63,55	68,96	68,26
Paratinga	48,28	63,85	72,27	71,44
Riacho de Santana	44,21	59,18	60,16	61,29
Serra do Ramalho	53,60	68,52	67,87	66,66
Sítio do Mato	44,14	58,55	64,68	68,75
Médio São Francisco	46,67	60,73	64,02	64,60
Bahia	43,62	55,22	52,76	53,63

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2000.

A intensidade da indigência, que é o indicador que separa a renda *per capita* média dos indivíduos indigentes (considerados indigentes aqueles com renda *per capita* domiciliar inferior a R\$37,75) do valor da linha da pobreza, medida em termos de percentual do valor da linha da pobreza. A intensidade de indigência para os municípios do Médio São Francisco passou de 46,67 com 64,02, enquanto que a intensidade de pobreza passou de 60,73 para 64,60 de 1991 a 2000. Todos os municípios estão com intensidade de indigência e de pobreza acima de 50 no ano 2000.

Observa-se, por meio da Tabela 32, a distribuição da renda no Médio São Francisco. Verifica-se por meio do Índice de Gini, aqui utilizado para dimensionar a distribuição da renda, que existe concentração e que houve um aumento relevante da mesma no ano de 2000, em todos os municípios. Essa realidade pode ser constatada, inclusive, pelo percentual de apropriação de renda. Neste contexto, verifica-se, que o percentual de renda apropriado pelos 10% mais ricos cresceu de 41,34% para 47,89%, no Médio São Francisco. Houve decréscimo desta apropriação somente no município de Feira da mata que passou de 59,85% para 46,74%. Em descompasso com o estado da Bahia que vem desconcentrando, apesar de em baixo percentual de decréscimo, em torno de 1%.

Tabela 32 – Concentração da renda e percentual de renda apropriada de acordo com nível de renda, Médio São Francisco e Bahia, 1991-2000

Município	1991			2000		
	Índice de Gini	% da renda apropriada - 10% mais ricos	% da renda apropriada - 60% mais pobres	% da renda apropriada - 10% mais ricos	Índice de Gini	% da renda apropriada - 60% mais pobres
Barra	0,59	46,04	18,63	0,68	48,74	11,69
Bom Jesus da Lapa	0,56	45,72	21,27	0,66	52,54	14,77
Brejoândia	0,44	32,05	29,82	0,56	36,10	20,04
Brotas de Macaúbas	0,58	45,91	18,88	0,69	52,03	10,68
Buritirama	0,46	35,24	27,30	0,75	55,62	4,42
Carinhanha	0,49	38,91	25,73	0,60	44,84	18,41
Feira da Mata	0,60	59,85	16,54	0,61	46,74	17,92
Ibotirama	0,61	53,30	18,61	0,69	56,55	12,60
Igaporã	0,57	49,70	22,00	0,64	54,28	16,94
Iuiú	0,52	41,37	25,41	0,58	42,36	20,49
Malhada	0,47	34,53	27,74	0,56	39,49	21,28
Matina	0,44	30,12	30,71	0,62	42,32	14,14
Morpará	0,50	39,16	25,82	0,69	54,78	11,24
Muquém de São Francisco	0,46	34,97	28,34	0,62	45,13	17,37
Oliveira dos Brejinhos	0,53	42,29	23,50	0,66	47,99	13,23
Paratinga	0,47	35,98	27,12	0,67	47,60	11,86
Riacho de Santana	0,51	42,89	24,92	0,64	50,18	16,05
Serra do Ramalho	0,56	46,37	22,20	0,65	48,25	14,15
Sítio do Mato	0,45	31,13	30,23	0,63	44,34	14,97
Médio São Francisco	0,516	41,34	24,46	0,642	47,89	14,85
Bahia	0,664	57,22	14,86	0,669	56,05	14,38

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

Como era de se esperar, a apropriação da renda pelos 60% mais pobres reduziu decresceu em 9,6%, no Médio São Francisco, passando de já reduzidos 24,46% para 14,85%.

O município onde a apropriação dos ricos mais cresceu foi em Buritirama, onde a apropriação dos mais pobres mais decresceu. Este dado é revelado pelo maior crescimento na concentração da renda do Médio São Francisco, com índice de Gini passando de 0,49 para 0,75.

O atendimento às famílias pobres, no Médio São Francisco, pelo Programa Bolsa Família tem sido bastante significativo, haja vista uma participação de 111,80% de famílias no ano de 2005. o município de Bom Jesus da Lapa foi aquele com o maior percentual de famílias atendidas (138%), enquanto que, o menor percentual de atendimento se deu em Oliveira dos Brejinhos, 66,50%.

Tabela 33 - Recursos mensais do Programa Bolsa Família, Médio São Francisco, 2005

Município	No famílias pobres	Famílias atendidas	% atendimento	Valor (R\$)	Benefício médio (R\$)
Barra	5.137	6.084	118,40	448.624	73,74
Bom Jesus da Lapa	5.272	7.276	138,00	513.775	70,71
Brejolândia	1.502	1.620	107,80	106.972	66,03
Brotas de Macaúbas	2.387	2.286	85,80	157.283	68,80
Buritirama	2.271	2.842	126,20	206.523	72,67
Carinhanha	3.297	3.942	119,50	287.387	72,90
Feira da Mata	895	1.006	112,40	67.929	68,80
Ibotirama	2.760	3.269	118,40	212.446	67,52
Igaporã	1.802	2.016	111,90	124.916	64,09
Iuiú	1.261	1.325	105,10	96.173	61,96
Malhada	1.734	2.188	126,20	156.530	72,58
Matina	1.473	1.746	118,50	96.389	71,54
Morpará	1.224	1.445	118,00	123.710	60,70
Muquém de S Francisco	1.012	1.287	127,20	92.670	70,85
Oliveira dos Brejinhos	3.179	2.113	66,50	148.929	70,48
Paratinga	3.740	4.426	118,30	322.600	72,89
Riacho de Santana	4.026	4.524	112,40	314.569	69,53
Serra do Ramalho	4.291	3.302	76,90	226.106	68,48
Sítio do Mato	1.410	1.707	121,00	123.732	72,49
Médio São Francisco	48.673	54.404	111,80	3.827. 263	70,35

Fonte: MDS, julho 2006.

Apesar das denúncias da mal distribuição dos benefícios, acredita-se que o Programa muito tem em contribuir para melhorar a situação de extrema pobreza das populações da área do Médio São Francisco. Em termos de benefício médio por família, tem-se, para a área do Médio São Francisco, R\$70,35, o que promoveu uma circulação de renda no Médio São Francisco de algo em torno de R\$ 4 milhões. Houve pouca variação deste montante entre os municípios, sendo a maior média de R\$73,74 para Barra e a menor, R\$60,70, em Morpará.

Tabela 34 – Fontes de renda, Médio São Francisco, 1991-2000

Municípios	% rendimentos do trabalho	% transferências governamentais (TG)	% de pessoas com mais de 50% da sua renda proveniente de TG	Renda per Capita	1991		2000		
					% rendimentos do trabalho	% transferências governamentais (TG)	% de pessoas com mais de 50% da sua renda proveniente de TG	Renda per Capita	Renda per Capita
Barra	72,04	10,01	9,40	44,50	34,34	15,63	14,90	56,37	
Bom Jesus da Lapa	88,79	7,68	5,41	82,94	58,24	15,14	13,74	125,41	
Brejolândia	89,25	50,49	7,65	20,35	5,18	20,74	52,86	61,68	
Brotas de Macaúbas	77,98	15,87	16,49	50,91	26,97	32,99	32,92	64,08	
Buritirama	67,44	10,07	8,27	38,48	22,36	23,28	23,36	40,52	
Carinhanha	77,76	7,89	6,98	48,5	55,47	11,21	10,41	64,71	
Feira da Mata	86,21	7,21	6,85	82,72	51,81	18,41	19,10	76,48	
Ibotirama	85,34	9,78	8,29	73,29	49,89	14,64	13,11	141,35	
Igaporã	86,02	10,88	9,56	57,86	63,73	21,16	21,05	99,86	
Iuiú	80,82	5,37	4,17	65,33	59,79	16,89	16,41	73,75	
Malhada	84,93	5,85	4,28	40,28	54,82	11,71	10,11	60,15	
Matina	83,61	8,97	7,42	39,01	41,9	21,10	21,30	48,00	
Morpará	82,31	13,15	11,23	52,53	31,65	21,76	21,72	79,93	
Muquém de S Francisco	87,92	7,25	4,91	40,21	44,41	12,91	11,01	74,09	
Oliveira dos Brejinhos	80,90	10,93	9,50	43,2	37,34	28,31	29,57	68,12	
Paratinga	81,88	10,51	9,93	39,28	38,56	26,92	25,95	49,11	
Riacho de Santana	84,22	10,35	8,12	51,19	43,1	28,76	27,47	70,27	
Serra do Ramalho	91,71	5,76	4,81	37,59	48,68	18,62	17,99	60,48	
Sítio do Mato	87,69	8,25	7,50	47,34	52,32	15,65	15,68	51,91	
Médio São Francisco	82,99	11,38	7,94	50,29	43,19	19,78	20,98	71,91	
Bahia	81,40	10,81	8,53	119,71	63,65	15,93	15,89	160,19	

Fonte: MDS, 2006

Observa-se por meio da Tabela 34 que, do ano de 1991 a 2000 houve um crescimento na renda *per capita* na área do Médio São Francisco, que passou de R\$50,29 para R\$71,91. A maior parte da renda no MSF era proveniente do rendimento do trabalho, no ano de 1991, aproximadamente 83% na média, enquanto que 11,38% era proveniente das transferências governamentais. Enquanto que, no ano de 2006, a participação do trabalho na renda reduziu consideravelmente, passando a 43,19% e as transferências governamentais passara para aproximadamente 20%

Houve um crescimento, inclusive, do percentual de pessoas que apresentam mais de 50% da renda proveniente de transferências governamentais. No ano de 1991, esse percentual era de 7,94%, enquanto que, em 2000, foi de 20,98%.

A renda familiar no Médio São Francisco foi de R\$252,10. O município que apresentou os melhores indicadores de renda foi Bom Jesus da lapa, com renda familiar de R\$434,90, assim como apresentou o maior percentual de pessoas que receberam entre 10 e 15 salários mínimos foi de 1,60%, enquanto que os que receberam mais de 15 salários mínimos foi de 1,69%. As situações mais críticas foram encontradas em: Matina, onde foi observada a menor renda familiar, R\$152,70 e com 38,10% das famílias recebendo até 1 salário mínimo; Buritirama com o maior percentual de famílias sem rendimento, 47,97%, e Iuiú, onde 63,890% das famílias receberam de 1 a 5 salários mínimos. Estas informações podem ser verificadas na Tabela 35.

Tabela 35 – Rendimento médio mensal dos chefes de domicílio e moradores (%) segundo faixa de renda do chefe

Município	Renda familiar (R\$)	% Sem rendimento	% até 1 SM	% 1-5 SM	% 5-10 SM	% 10-15 SM	% mais de 15 SM
Barra	259,29	29,91	19,51	45,97	3,71	0,48	0,42
Bom Jesus da Lapa	434,90	24,47	10,85	55,07	6,32	1,60	1,69
Brejoândia	186,79	18,35	27,44	52,44	1,28	0,32	0,16
Brotas de Macaúbas	239,72	35,94	13,70	48,13	1,34	0,34	0,56
Buritirama	239,64	47,97	10,86	39,03	1,35	0,22	0,57
Carinhanha	321,92	16,77	21,60	58,22	2,17	0,47	0,77
Feira da Mata	292,16	20,16	20,96	53,99	3,21	0,85	0,83
Ibotirama	371,91	22,97	14,11	56,05	4,41	1,14	1,32
Igaporã	199,71	10,16	32,56	54,95	1,70	0,34	0,29
Iuiú	227,30	12,43	20,84	63,80	2,17	0,45	0,31
Malhada	217,38	28,19	20,33	49,28	1,45	0,32	0,43
Matina	152,70	14,57	38,10	46,57	0,59	0,12	0,05
Morpará	268,85	41,11	11,77	44,88	1,64	0,24	0,36
Muquém de São Francisco	276,62	29,63	16,88	48,07	3,85	0,45	1,12
Oliveira dos Brejinhos	242,98	30,13	15,07	52,53	1,52	0,25	0,50
Paratinga	216,40	33,72	20,09	43,99	1,51	0,40	0,29
Riacho de Santana	216,40	14,77	30,13	52,13	2,06	0,31	0,60
Serra do Ramalho	207,30	19,94	26,07	51,23	2,18	0,27	0,31
Sítio do Mato	217,91	20,88	23,31	53,10	2,49	0,09	0,13
Médio São Francisco	252,10	24,85	20,75	51,02	2,37	0,46	0,56

Fonte: SIMBRASIL.

Nota: SM=Salário mínimo.

O art. 195/8º da Constituição de 1988 estendeu os direitos previdenciários a idosos e inválidos de ambos os sexos, independentemente da sua capacidade de contribuição. Assim, de 1991 a 1998, praticamente dobrou o número de benefícios concedidos por idade no sistema rural, além de mais que dobrar o valor unitário desses benefícios. Isto ocorreu numa circunstância histórica muito particular, marcada pela liberalização comercial e desmonte dos instrumentos tradicionais de política agrícola, que provocaram o empobrecimento e descapitalização do setor rural. Nesse contexto, a aposentadoria rural se transformou numa espécie de “seguro agrícola” para permitir a reprodução de muitos estabelecimentos familiares, o que introduz um elemento novo na política previdenciária: pelo seu impacto na produção da agricultura familiar (DELGADO & CARDOSO, 2000).

A previdência rural pagou, em 1998, 6,91 milhões de aposentadorias, pensões, rendas mensais vitalícias e amparos previdenciários aos seus segurados do setor rural. A pesquisa domiciliar de residências, realizada pelo IPEA nesse mesmo ano, revela que na região Nordeste as residências atendidas pela previdência rural recebiam, em média, 1,70 benefícios por domicílio, enquanto no Sul corresponde a 1,78 benefícios por família, constituindo um universo de aproximadamente 4 milhões de famílias atendidas pela previdência rural em todo o país. Na Região Nordeste, a renda média obtida pelas famílias que recebiam benefícios era de R\$ 331,00 frente a R\$ 243,80 das famílias que não recebiam benefícios. Nesta região, 62% das famílias que recebiam benefícios da previdência se situavam acima da linha da pobreza, tendo por base $\frac{1}{2}$ salário mínimo domiciliar *per capita*, enquanto esse índice correspondia a apenas 26,5% para os domicílios sem acesso aos benefícios, indicando claramente o impacto da previdência rural na renda familiar da população rural.

O referido estudo também concluiu que ocorria um baixo índice de migração depois de que o agricultor passava a aposentado ou pensionista rural. E mesmo quando migrações ocorriam, elas se davam preponderantemente no interior do espaço rural ou microurbano contíguo. Além disso, os indicadores de bem estar revelavam uma melhora qualitativa em todas as características investigadas.

Não obstante o empenho do Estado para direcionar os esforços para o desenvolvimento da região, os dados secundários apresentados contribuem para traçar a dimensão de um cenário preocupante do Médio São Francisco. Verifica-se, assim, que as intervenções

governamentais não têm conseguido uma atuação mais eficaz, uma vez que, não se verifica nos indicadores, a despeito de suas limitações, alterações positivas contundentes na região.

As discussões mais recentes que envolvem o uso e a apropriação da terra e da água no Médio São Francisco, a exemplo da questionável transposição do Rio São Francisco, tem se desviado deste foco principal. Neste sentido, esta é uma questão que a política de desenvolvimento territorial não poderá ignorar sob risco de não cumprir seus objetivos.

PARTE B

FORMAS DE ACESSO À TERRA, ORGANIZAÇÕES E MOVIMENTOS
SOCIAIS

4. FORMAS DE ACESSO À TERRA NO MSF

Na região do MSF, assim como em todo o curso do Rio São Francisco, se desenvolvem, através dos tempos, modos de vida estreitamente vinculados à utilização do rio. Como é característico no padrão de ocupação do semi-árido, também neste caso, a população se concentra às margens do rio. Este nos períodos de cheia deposita em suas margens matérias férteis onde a população aproveita para realizar os cultivos e vencer desta forma as dificuldades impostas pelo clima do semi-árido e pelos períodos de seca. Este modo de vida era complementado com o trabalho eventual de criação de gado nas grandes fazendas. A agricultura de vazante combinada com a agricultura de sequeiro, a pesca e a criação de animais era o modo tradicional na região que atravessou quatro séculos de colonização sem grandes transformações.

Na década de 1970, nesta região, ainda era muito freqüente a figura do morador ou agregado que morava com a família na fazenda do patrão, em pequeno terreno cedido para fazer uma roça para sua sobrevivência. Alguns membros da família trabalhavam para o patrão, recebendo ou não diária, e nos dias “livres” trabalhavam por conta própria. As mulheres e os menores recebendo uma diária menor. Alguns pagavam menos também aos trabalhadores solteiros. Além disso, também era freqüente a modalidade das roças arrendadas por uma quantia ou por um contrato de meia, ou de terça e até de quinta parte da produção. Esse sistema de meia era comum entre os pequenos lavradores, que não tinham condições para comprar a semente e outros insumos (CEAS, 1973).

Nos casos de cultivos de cana-de-açúcar no município de Barra, por exemplo, era comum que o lavrador pagasse um quinto em rapadura. Nas lavouras de feijão e fumo aparece outro tipo de acordo: o proprietário limpava e preparava o terreno e o lavrador plantava e cultivava, sendo depois a produção dividida ao meio. A “meia” era utilizada também entre os produtores de mandioca e nas casas de farinha. Todos estes acordos sempre se realizaram oralmente, sem mais garantia para o lavrador do que a promessa do proprietário. Nas fazendas de gado era, e ainda é, comum a presença de diaristas. A diária muda quando o empregado se alimenta na fazenda, e se o vaqueiro possui cavalo e arreios recebem um de cada três novilhos nascidos - a sorte. Esperando esta retribuição o vaqueiro sempre viveu de vales que depois eram descontados. No caso da pesca das comunidades ribeirinhas, a maioria sempre trabalhou

por conta própria, mas são relatados casos de pagamento com meia produção, ou com um terço, quando eles pescam em lagoas de propriedade privada (CEAS, 1973).

O que esses relatos revelam é a precariedade das relações de trabalho que tem por base o limitado acesso à terra que tem prevalecido no MSF. A grande massa fica dependendo, pela vida e pela morte, do trabalho oferecido pelos proprietários de terra.

Fica evidente que qualquer tentativa de promover o desenvolvimento e a democratização no MSF deve passar pela ampliação do acesso à terra para a população mais pobre. Esta será a principal consigna para a organização popular de luta pela Reforma Agrária.

Anterior à Reforma Agrária, chegou o projeto de colonização – o PEC Serra do Ramalho – e os projetos de irrigação da CODEVASF. Paralelo a isso veio o sistema de crédito rural e de incentivos fiscais, em especial da SUDENE, que destinaram enormes dotações de recursos subsidiados, dirigidos aos grandes proprietários rurais ou transformando em grandes proprietários empresários de fora da região. Foram ações que marcaram um novo momento – historicamente um divisor de águas - no modo de vida do Vale do São Francisco e no aproveitamento das águas do rio. Com a introdução de novas técnicas de acesso à água, através da irrigação, redefiniram-se as atividades produtivas e, como consequência as relações de produção e a estrutura do poder local.

Isto tudo contribuiu para uma crescente valorização das terras do MSF, em especial as próximas aos rios. O que antes eram terras cujos proprietários permitiam a permanência de moradores agregados e de suas famílias, que tinham sua roça e cuidavam do gado, passam a ser vistas como novas possibilidades de investimentos, em grande parte subsidiados pelo Estado. Investimentos estes que não comportavam mais o antigo morador, o ribeirinho ou o vaqueiro. As terras valorizadas passam a ser objeto de cobiça e conflito. É neste contexto que a luta pela terra na região encontra na Reforma Agrária uma possibilidade de garantia, não só o acesso à terra dos que não a possuem, mas também a permanência dos que estão na terra a título precário.

Nesse processo de resistência ganham visibilidades as comunidades tradicionais – em especial as comunidades de fundo, comunidades negras rurais quilombolas, ribeirinhos – e as populações assentadas através dos diversos programas de acesso à terra implantados pelo Estado – colonização, irrigação, reforma agrária e cédula da terra/credito fundiário. É,

também, neste processo que vai se conformando um caleidoscópio de formas de acesso à terra, novas e antigas, que fazem desta área um rico laboratório para estudo e para a luta de resistência, como pode-se observar na Tabela 36 e no Mapa 11.

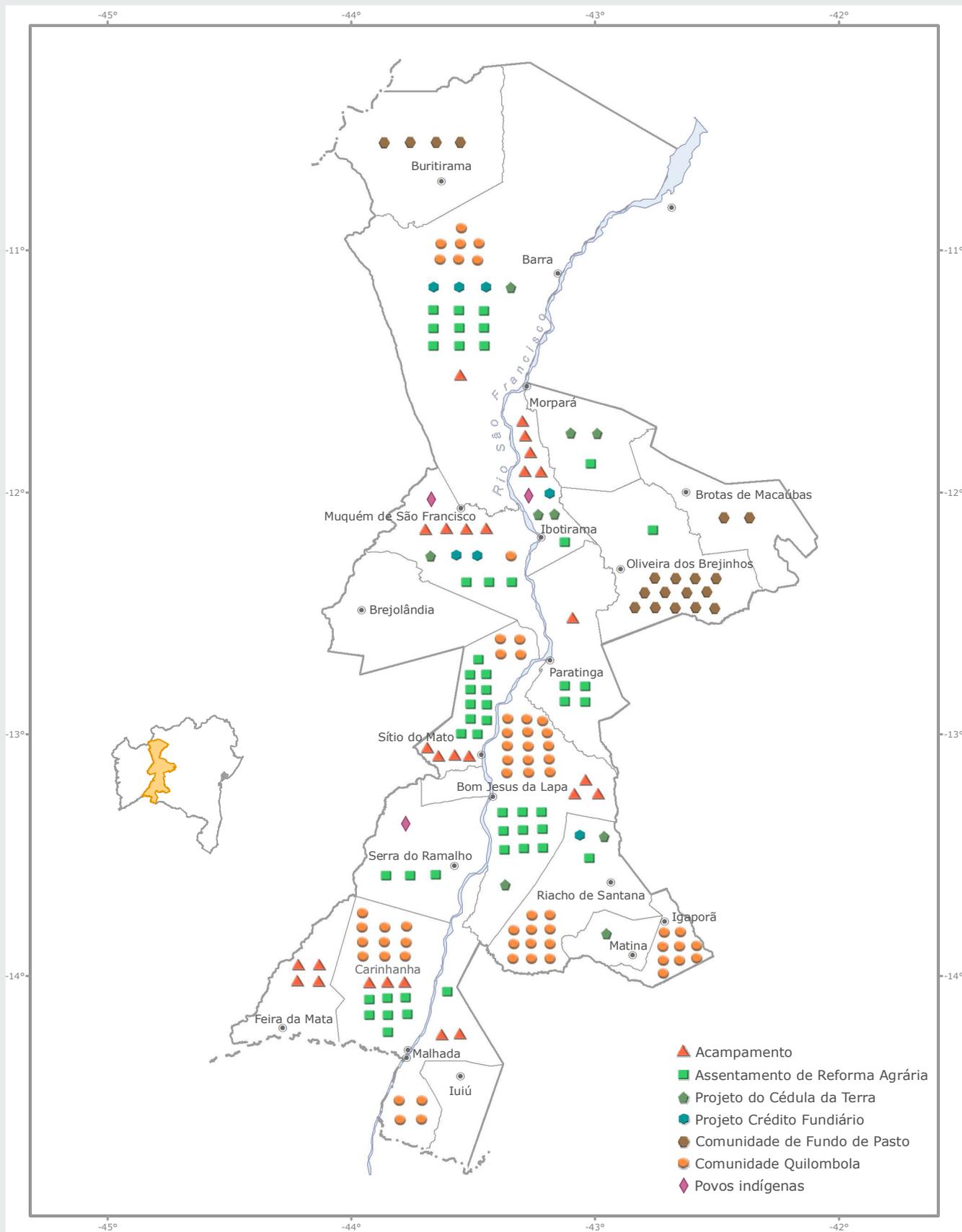
Vale ressaltar que as forma de acesso à terra que aparecem são as que foram identificadas no âmbito este estudo e estão longe de dar conta da totalidade destas. Mas são significativos para chamar a atenção, principalmente, levando-se em conta que cada forma identificada traz implícito processos, situações e desafios diferenciados. Algumas foram estudadas com mais profundidade por terem sido objetos de estudos paralelos como o caso dos Projetos de irrigação e das Comunidades Negras Rurais Quilombolas.

Tabela 36 - Formas de Acesso a Terra Identificadas no Médio São Francisco, 2006

Municípios	PA Reforma Agrária ⁽¹⁾	Acampamentos ⁽²⁾	Projeto Cédula da Terra ⁽³⁾	Projeto Crédito Fundiário	Comunidades Negras Rurais Quilombolas ⁽⁴⁾	Comunidades Fundo de Pasto ⁽⁵⁾	Povos Indígenas
Barra	9	1	1	3	7		
Bom J. da Lapa	9	3	1		15		
Brejolândia							
Brotas de Macaúbas						2	
Buritirama						4	
Carinhanha	4	3			10		
Feira da Mata		4					
Ibotirama	1	5	2	1			1
Igaporã					9		
Iuiú							
Malhada	3	2			4		
Matina			1				
Morpará	1		2				
Muquém do S. Francisco	3	4	1		1		2
Paratinga	4	1					
Oliveira dos Brejinhos	1			2		13	
Riacho de Santana	1		1	1	11		
Serra do Ramalho	3						1
Sítio do Mato	12	4			4		
TOTAL	51	27	9	7	61	19	4

FONTE: (1) INCRA/BA SR 05; (2) MST, FETAG, CETA; (3) CDA; (4) CDA, ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos (2000); (5) CDA., CPT, Fundação Palmares (abril de 2004). Elaboração: Projeto GeografAR

Mapa 11
MÉDIO SÃO FRANCISCO - BAHIA
FORMAS DE ACESSO À TERRA IDENTIFICADAS
2005



Fonte da base cartográfica: CONDER-SEI (adaptada)
 Fontes dos dados: CAR, CDA, INCRA, MST, FETAG, CETA, CPT e
 Fundação Palmares (dez/ 2005); ANAI, DSEI e FUNASA (2002)
 Elaboração: Projeto GeografAR (2006)

0 10 20 40 60 80
 Km
 1:2.500.000

No âmbito deste estudo buscou-se caracterizar e levantar informações sobre cada forma de acesso à terra identificada, destacando alguns exemplos mais significativos, de modo a permitir identificar e entender seus processos de formação e suas articulações. Para tal, parte-se da compreensão de que o resultado das ações do Estado e dos movimentos sociais (organizações e instituições populares) constituem-se no denominador comum, tanto para os assentamentos derivados da intervenção direta do Estado como para aqueles que resultam do reconhecimento e da legalização de ocupações tradicionais da região ameaçadas pelo processo de valorização fundiária, promovido, também pelo próprio Estado.

4.1 Assentamentos derivados da ação do Estado

Desde o período imperial, as políticas territoriais empreendidas no Vale do São Francisco seguiram a mesma bandeira adotada para a Região Nordeste, ou seja, a vertente de combate ao fenômeno das secas. Sua especificidade, no entanto, decorre das possibilidades de uso da água disponível na bacia hidrográfica do Rio São Francisco (principal do Nordeste). Esse atributo regional foi determinante para direcionar o foco das políticas adotadas para o Vale. Essa perspectiva é verificada ainda no Império, com a contratação de técnicos e pesquisadores estrangeiros para elaboração de projetos para aproveitamento das potencialidades do Vale (Caldas, 2001).

Contudo, a ação mais efetiva do Estado no Vale do São Francisco, ocorre apenas a partir de meados da década de 1940, com o estabelecimento de 1% da renda tributária da União para viabilizar plano de aproveitamento das potencialidades econômicas oferecidas pelo Rio São Francisco, e com a criação de diversas instituições governamentais com a finalidade de viabilizar o desenvolvimento regional – Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) em 1945; Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) em 1948; Banco do Nordeste do Brasil (BNB) em 1952; e Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em 1959.

A CVSF e suas sucessoras, a Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE) e a Companhia do Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) tornaram-se o principal agente responsável pelo esforço de promoção do desenvolvimento regional no Vale. Até 1967, a agência esteve voltada para implantação de obras infra-estruturais (estradas,

pavimentação urbana, energia elétrica, abastecimento de água). A partir daí, com a ação da SUVALE (1967 a 1974), e principalmente da CODEVASF, a partir de 1974, elegem a irrigação como foco central de atuação da agência. Estas ações se deram concomitantemente a uma atuação mais efetiva da SUDENE que teve como resultado uma reorganização produtiva, já referida anteriormente.

É neste processo que o Estado vai promover assentamentos de população, cujas características vão adequar-se aos diferentes momentos, a exemplo, dos Projetos de: Colonização, Irrigação, Reforma Agrária, Cédula da Terra e Crédito Fundiário.

Convém lembrar que, não obstante estes assentamentos estarem classificados no âmbito deste trabalho como derivados das ações do Estado, estas sempre vão resultar da pressão e da articulação de forças políticas de cada momento.

4.1.1 Projeto de Colonização

O Projeto Especial de Colonização (PEC) de Serra do Ramalho foi implantado, em 1975, para abrigar a população atingida pela construção da usina hidrelétrica de Sobradinho, nos municípios de Carinhanha e de Bom Jesus da Lapa, tendo sido emancipado e constituído como município em 1989. Este foi o último projeto de colonização do Estado da Bahia, em uma área de 258.483,39 ha, organizado em 23 agrovilas, com lotes para moradias e parcelas rurais e, em 1985, haviam 5.180 famílias contabilizadas. Inicialmente foi denominado “Projeto Especial de Colonização de Sobradinho”, no entanto, muitas famílias resistiram à mudança, preferindo fixar-se nas margens do lago e não a 700 km de seu lugar de origem. Devido a isso os lotes passaram a ser oferecidos a quem se interessasse e o projeto passou a ser denominado de “Projeto Especial de Colonização Serra do Ramalho” (GERMANI, 1993 e 2001; ESTRELA, 2004).

O PEC Serra do Ramalho segue a mesma lógica em termos de planejamento espacial de outros projetos realizados naquele período: um grande projeto em área contínua, fracionada em parcelas individuais, organizadas de forma linear e simétrica. O tamanho das parcelas é determinado pelo módulo da propriedade rural para a região. Na mesa dos técnicos, o espaço é tratado como se fosse homogêneo, reproduz-se um “modelo ideal” quanto às características de solo e de relevo, e, quando é levado para a realidade, é esta que tem de se adaptar ao modelo.

Os pressupostos teóricos de sua concepção reproduzem e deixam plasmados, em suas formas espaciais, o conteúdo social daquele período histórico e a forma autoritária e compulsória praticada pelo regime militar. Não obstante, é significativo o fato de que, após dezesseis anos, tenham conseguido arregimentar forças políticas que o levaram a emancipar-se de seus municípios de origem. Em 2000 o município de Serra do Ramalho tinha uma população de 32.600 habitantes, sendo que destes 28.858 (correspondendo a 88,52%) residiam na área rural e 3.742 na área urbana.

Também é significativo o fato de que a população ribeirinha, que ocupava a área, anteriormente à implantação do Projeto de Colonização, não ter se “enquadrado” à nova lógica e, após uma longa luta de resistência, manteve suas ocupações originárias, localizadas em áreas destinadas a reserva. Suas nove comunidades se constituem, hoje, no Projeto de Assentamento Reserva Extrativista São Francisco, que pode ser observado na imagem de satélite presente no Mapa 12.

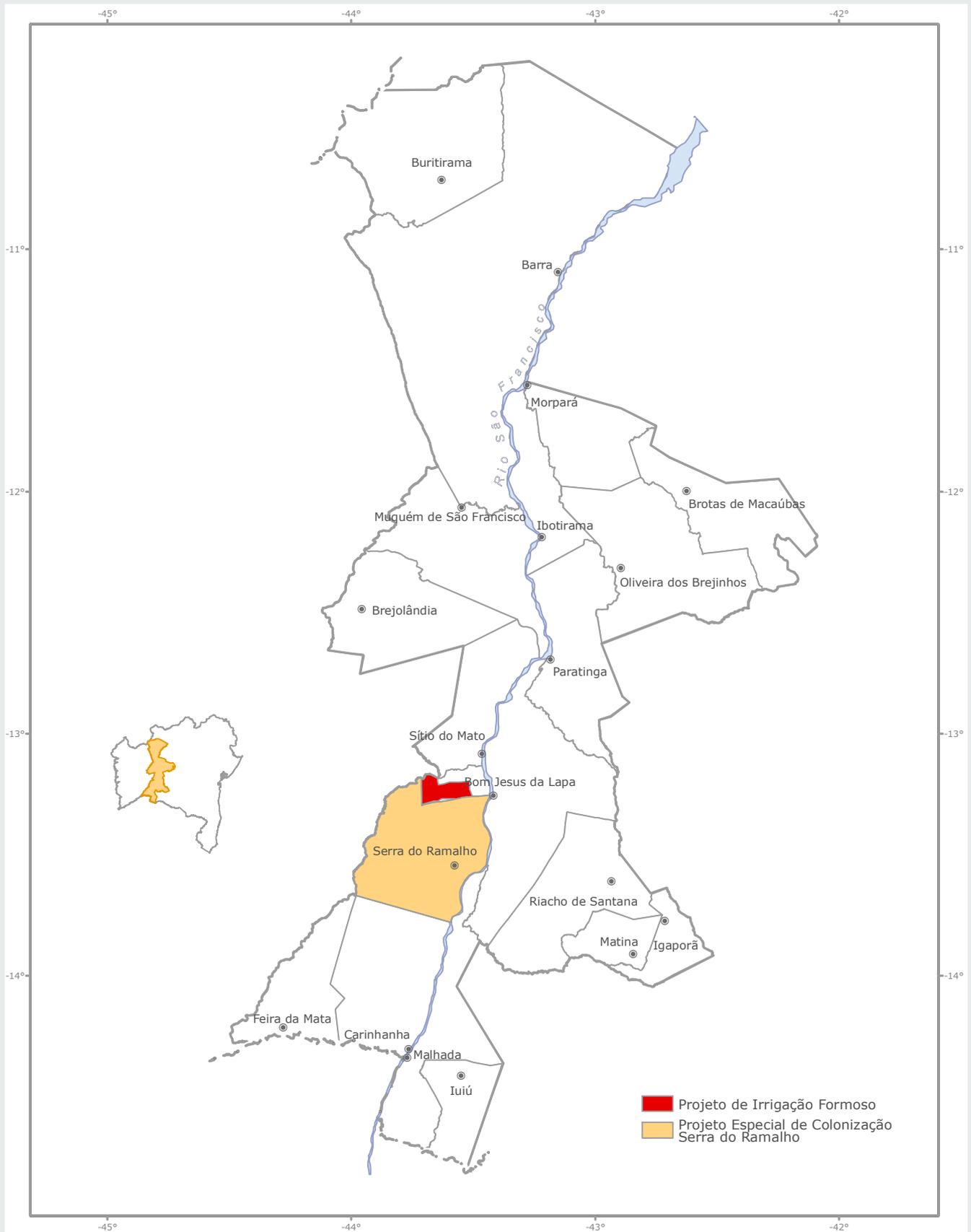
A análise da realidade de Serra do Ramalho permite identificar, desde sua origem, a produção de uma seletividade espacial na ação do Estado também na escala regional. As terras onde foi implantado o PEC Serra do Ramalho e que constitui, hoje, o município de Serra do Ramalho foram objeto de estudo para implantação de projeto de irrigação da CODEVASF como parte do Projeto Formoso. A idéia foi abandonada quando as terras foram negociadas com o INCRA para a implantação do projeto de colonização. No entanto, a CODEVASF implantou o perímetro irrigado Formoso A e H em propriedade limítrofe, separada do PEC Serra do Ramalho apenas pela BR 349, cuja localização pode ser visualizada no Mapa 13.

A leitura das paisagens de Serra do Ramalho e o Perímetro Irrigado Formoso revelam os diferentes objetivos das políticas destinadas à área rural e a relação entre ambos será melhor analisada adiante. Demonstra, também, que o Estado não complementa o circuito de seus investimentos ao implantar um projeto de colonização em região semi-árida e às margens de um rio sem efetivar a utilização de irrigação. Em Serra do Ramalho, hoje, predomina a agricultura de sequeiro e uma grande ociosidade das terras, apresentando carência de empregos e de serviços sociais básicos.

Mapa 12
MUNICÍPIO DE SERRA DO RAMALHO
2006



Mapa 13
MÉDIO SÃO FRANCISCO - BAHIA
PROJETO SERRA DO RAMALHO E PERÍMETRO IRRIGADO FORMOSO
2006



Fonte da base cartográfica: CONDER-SEI (adaptada)
Fontes dos dados: Informações Básicas dos Municípios Baianos, SEI, 1997
Elaboração: Projeto GeografAR (2006)
adaptado por Agripino Souza Coelho Neto

0 10 20 40 60 80
km
1:2.500.000

Apesar da ocupação originalmente ter sido estabelecida em parcelas individuais iguais para cada família – o que deveria corresponder a uma distribuição eqüitativa e a uma classificação do Índice de Gini de “nula a fraca” observa-se, passados dez anos de sua emancipação, que já aponta para uma perspectiva de concentração com um índice de 0,410, considerado como de “fraco a médio”.

Apesar das precariedades deste projeto, o município ocupa 81^a posição no Estado quanto ao PIB municipal e é o 2^o na região do MSF. O resultado da carência de oferta de empregos e de serviços básicos, acima referidos, vai aparecer nos dados levantados em recente estudo de Coelho Neto (2004) que revelam que grande parte dos trabalhadores rurais do perímetro irrigado Formoso são originários de Serra do Ramalho.

4.1.2 Perímetros irrigados

A implantação de perímetros públicos de irrigação fundamenta-se no interesse social, conforme preceitua o Artigo 1º da Lei 6.662/79, que defende a “preeminência da função social e utilidade pública do uso da água e solos irrigáveis”.

A construção dos perímetros públicos de irrigação deve considerar “área sujeita ao fenômeno das secas ou sempre que se verificar elevada taxa demográfica e/ou desemprego, existência de grande número de pequenos agricultores com terras insuficientes ou sem terra, ou com terra de baixa produtividade, na área de influência do projeto”.

Essa perspectiva aponta a técnica de irrigação como o grande caminho para o desenvolvimento regional e territorial do Vale do São Francisco, no sentido do enfrentamento das adversidades físicas (convivência com a seca) e da superação dos problemas sócio-econômicos e agrários como os que foram literalmente pontuados no decreto.

A orientação teórico-metodológica das políticas adotadas no Nordeste (concepção válida também para o Vale do São Francisco) encontra-se situada nas teorias do desenvolvimento regional, largamente utilizadas no Brasil a partir da década de 1950.

A delimitação do Vale do São Francisco como território de atuação de uma agência governamental, constitui um exemplo de região-plano (ou região de planejamento), seguindo a orientação das regiões naturais como definidoras dos recortes regionais, a partir da bacia hidrográfica, apoiado na crença do planejamento estatal como saída para o desenvolvimento

regional.

A região de planejamento, isto é, um território de ação e controle, tem seu apogeu nas décadas de 60 e 70. Este é o caso brasileiro: entre 1964 e 1977/78, sobretudo, numerosos estudos almejando a definição de regiões de planejamento foram realizados, seja a nível federal e macroregional, seja a nível estadual (CORREA, 1998, p. 50).

A política de implantação dos projetos de irrigação adotada para o Vale do São Francisco fundamenta-se também, na concepção de pólos de crescimento, originalmente desenvolvida pelo francês François Perroux⁵. Coelho Neto (2006) sintetiza a contribuição de Milton Santos (2003), identificando duas questões que ajudam a compreender o efeito do uso desses pressupostos no Brasil. A primeira indica que as formulações privilegiam o espaço das empresas, preocupando-se com o espaço de poucos e não com o espaço de todos. Os resultados obtidos em alguns lugares que foram objeto da aplicação destes princípios e que experimentam crescimento dos indicadores econômicos não têm apresentado manifestações de distribuição social com ampliação dos benefícios para a totalidade da população. A segunda contestação recai sobre a idéia da difusão espacial do crescimento, defendida pela teoria, uma vez que a aplicação da concepção de pólos de crescimento promove a concentração espacial do aparato produtivo e social dos benefícios. Essas repercussões espaciais apontadas pelo autor concorrem para o entendimento da organização do espaço regional no Vale do São Francisco, cujo recorte do Médio São Francisco é o objeto de atenção mais específico deste trabalho.

Os fundamentos da política de irrigação podem ser notados através da adoção de princípios e mecanismos de mercado, manifestados dentre outros aspectos pela prioridade a iniciativa empresarial e pela implantação da lógica do agronegócio, calcada na racionalidade econômica do mercado, em parâmetros de produtividade, competitividade e lucratividade. Essa perspectiva ganha maior expressão a partir do movimento desencadeado no final da década de 1990 com a elaboração do Novo Modelo de Irrigação estabelecido no bojo do Programa Avança Brasil do Governo Federal,

⁵ Sobre a teoria dos pólos de crescimento ver FAISSOL, E. (org.). **Urbanização e regionalização**. Rio de Janeiro: IBGE, 1975; SILVA, S. C. B. M. Teorias de localização e de desenvolvimento regional. **Geografia**. São Paulo, v. 1, n. 2, p. 1-23, out. 1976; SANTOS, Milton. **Economia Espacial: críticas e alternativas**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2003.

A proposta da **Nova Política muda a diretriz dos projetos públicos de irrigação até agora focado em obra, para a visão de agronegócio. Requer a promoção negocial do empreendimento, a implantação de plataforma de informações e a sua divulgação em escala nacional, visando atrair agricultores e empresas competentes.** Propugna pela organização dos produtores, visando uma coordenação mais simétrica na cadeia do agronegócio. Propõe, ainda, um modelo de financiamento da agricultura que associa o crédito rural a outros tipos de crédito e à gestão do negócio (grifo nosso).

A adoção desses pressupostos buscando forjar e construir uma lógica empresarial nos perímetros irrigados é efetivada nas seguintes medidas:

- a) Adoção de critérios de pré-seleção dos colonos, que aferem a realidade instrucional, administrativa e financeira, seguida de processo de licitação para selecionar os novos irrigantes;
- b) Substituição dos irrigantes que não se adequam aos mecanismos de mercado que comandam o funcionamento da “moderna” agricultura irrigada, através da rotatividade dos lotes;
- c) Destinação da maior parte das terras dos perímetros públicos às empresas. O estudo de Coelho Neto (2004) identifica nos projetos irrigados implantados a partir da década de 1980, que 9% foi ocupado exclusivamente por empresas, 64% apresentam predominância de ocupação por empresas, 18% possuem predominância de colonos e apenas 9% foi ocupado exclusivamente por colonos.

É neste contexto que se enquadram os perímetros irrigados da região do Médio São Francisco.

4.1.2.1 Política de Irrigação no Médio São Francisco como Mecanismos de Acesso à Terra

Os princípios legais que justificaram a implantação dos perímetros irrigados indicam como objetivo o combate ao desemprego e os problemas de acesso a terra. Nesse sentido, uma política voltada para trabalhadores rurais que experimentam a referida situação, oferece uma condição especial de acesso conjugado à terra e à água, viabilizando-lhes uma ocupação produtiva das terras.

Essa perspectiva aponta a necessidade de investigar os mecanismos de acesso à terra,

como pré-requisito essencial para compreensão dos resultados obtidos com essa política. Esse processo abrange um conjunto de ações que envolvem a desapropriação, o parcelamento e o processo de seleção propriamente dito. Embora existam diretrizes gerais que norteiam esses processos em todo o Vale do São Francisco, não podem ser desconsideradas as especificidades próprias dos processos sociais, que respondem aos imperativos espaciais e temporais. Cada perímetro possui localização diversa e tem seus processos conduzidos por diferentes agentes, premidos pelas especificidades dos contextos locais. Os distintos momentos de implantação dos perímetros informam as diferentes temporalidades do processo histórico, reflexos das mudanças nas concepções da política de irrigação. Assim, focalizar-se-á, especificamente, os mecanismos que viabilizam e caracterizam o acesso à terra nos perímetros do Médio São Francisco.

A primeira etapa constitui o processo de desapropriação das terras que em tese deve ser norteado pelo interesse social, conforme já destacado nos fundamentos da política de irrigação. As condições de posse e titularidade das terras atualmente ocupadas com o Projeto Formoso apresentaram um traço característico da questão das terras no Brasil, ou seja, terras com demarcações duvidosas e titularidades superpostas, produto do intenso jogo de interesses e dominação dos grandes proprietários de terras. Como desfecho ocorre um acordo entre os diversos proprietários e a CODEVASF.

O parcelamento da terra dos perímetros é um claro indicativo da prioridade política, permitindo avaliar e concretizar os princípios que justificaram a desapropriação por interesse social. A Tabela 37 mostra a situação do parcelamento da terra nos perímetros irrigados Formoso “A” e Formoso “H”, onde a área destinada às empresas ocupa 61,61% da área total do perímetro, ou seja, a terra desapropriada pelo Estado não foi destinada para os trabalhadores do campo nas condições de desemprego e falta de terras como preceitua o Decreto nº 89.496/84.

O processo de seleção dos irrigantes nos dois perímetros públicos do Médio São Francisco (Formoso A e Formoso H) informa as mudanças nos fundamentos da política de irrigação, ocorridas, sobretudo, durante a década de 1990.

Tabela 37 - Parcelamento da Terra no Projeto Irrigado Formoso por Subdivisão do Perímetro Segundo Categoria de Proprietários, 2004

	FORMOSO A			FORMOSO H			FORMOSO A + H		
	Nº	Área (ha)	Área (%)	Nº	área (ha)	Área (%)	nº	área (ha)	Área (%)
COLONOS	695	3.047	38,85	233	1.551	37,52	928	4.598	38,39
EMPRESAS	162	4.795	61,15	91	2.583	62,48	253	7.378	61,61
TOTAL	857	7.842	100,00	324	4.134	100,00	1.181	11.976	100,00

Fonte: COELHO NETO, Agripino Souza (2004).

Nota: Os dados levam em consideração apenas a SLI (Superfície Líquida Irrigável), objeto do parcelamento entre lotes familiares e empresariais.

O início do processo de seleção, no Perímetro Formoso “A”, ocorreu em 1985, ou seja, pouco depois da instituição do Decreto 89.496/84, cujo conteúdo reforça o interesse social dos projetos públicos. Assim, reflete mais fielmente esses pressupostos, considerando os seguintes critérios para seleção dos colonos: (a) trabalhar na agricultura; (b) inexistência de propriedade rural; (c) maior número de filhos; (d) idade inferior a 60 anos.

O Perímetro Formoso “H”, por sua vez, teve seu processo de seleção a partir de 1999, ou seja, em plena efervescência das discussões que produziram as novas diretrizes para a política nacional de irrigação, com a elaboração do Novo Modelo de Irrigação, pelo Governo FHC. Os mecanismos de acesso foram alterados, buscando refletir com maior precisão os propósitos da política de irrigação, voltados para selecionar irrigantes empreendedores e aptos a conviver com as exigências do mercado. Essa perspectiva se reflete com a adoção de duas etapas no processo de seleção dos novos irrigantes: (1) classificação dos candidatos inscritos, avaliados pela pontuação obtida nos seguintes aspectos: maior experiência agropecuária, melhores condições econômicas, maior nível de escolaridade e maior experiência administrativa gerencial; (2) classificação dos candidatos bem sucedidos na fase anterior segundo os valores apresentados em suas propostas financeiras para aquisição dos lotes irrigados.

Os mecanismos de acesso adotados foram diretamente responsáveis pelos resultados produzidos, cuja análise será realizada no próximo tópico desse relatório.

4.1.2.2 Os Resultados da Irrigação no Médio São Francisco

A análise dos resultados da política de irrigação no Médio São Francisco encontra-se sistematizada a partir de três vertentes: (a) a produção da seletividade espacial; (b) a Relação entre o Projeto Formoso e o Projeto de Colonização Serra do Ramalho; e (c) a representatividade da irrigação pública na economia do Médio São Francisco. A discussão desses tópicos tem como foco identificar e avaliar a importância e o impacto da irrigação para o processo de desenvolvimento territorial.

a) A produção da seletividade sócio-espacial

Embora o Vale do São Francisco possua 24 perímetros públicos irrigados implantados, a região do Médio São Francisco possui apenas dois em operação, cuja área irrigada não ocupa mais de 0,25% da superfície regional. A população rural do Médio São Francisco representava 225.820 pessoas em 2000, mas a população beneficiada nos projetos de irrigação está em torno de 2,05 % da população rural da região (928 famílias de colonos). Esses dados informam o pequeno e localizado alcance da política de irrigação no recorte regional focalizado.

Além dessa escassa representatividade, os parâmetros adotados no processo de seleção beneficiaram prioritariamente agentes urbanos e do setor de serviços em detrimento da população rural. A Tabela 38 expressa com clareza o movimento da política de irrigação, pois diferentes critérios de seleção produziram resultados distintos nos dois perímetros. A amostra pesquisada por Agripino Neto identificou que, enquanto a atividade de origem dos colonos do Formoso A, 78,05% eram originários da agropecuária e 18,70% do setor serviço e no Formoso H, que adotou a licitação, selecionou 64% dos irrigantes na cidade, sendo 47,62% oriundos do setor de serviços.

Estes dados tornam-se mais representativos, quando constatado que na região do Médio São Francisco, existiam 28 acampamentos de trabalhadores rurais sem terra, em 2004, em pleno movimento de luta pela terra, indicando grande número de pessoas nas condições descritas pelo já referido decreto governamental.

Tabela 38 - Atividade de origem dos colonos do Projeto Formoso, 2004

	FORMOSO A		FORMOSO H	
	Frequência	%	Frequência	%
Agropecuária	96	78,05	22	52,38
Indústria	4	3,25	0	-
Serviços	23	18,70	20	47,62
Total	123	100,00	42	100,00

Fonte: COELHO NETO, 2004.

A rotatividade dos lotes é um processo admitido pela CODEVASF, sendo considerada como um mecanismo de “seleção natural” que afasta os colonos ineficientes. Segundo os dados da agência, em 2004, 24,3% dos lotes do Formoso “A” e 21,03% do Formoso “H” já haviam sido transferido de propriedade. No entanto, a pesquisa de campo apontou que 40,65% dos lotes do Formoso “A” e 42,86% do Formoso “H” foram adquiridos a terceiros, ou seja, nem todos os novos compradores regularizaram sua situação junto à agência. Esses dados colocam em cheque os novos critérios de seleção usados, pois o percentual de rotatividade dos lotes verificado no Formoso “H” é bastante elevado, principalmente considerando que os irrigantes começaram a receber os lotes apenas a partir de 2001, com a adoção dos novos critérios, ou seja, a licitação.

A concentração de lotes é outro processo experimentado, demonstrando a supremacia dos colonos mais “preparados”, que vão aos poucos absorvendo os lotes daqueles que não atendem às diretrizes do mercado. Os dados empíricos demonstram que 30,95% dos colonos possuem mais de 2 lotes e há casos de colonos que concentram mais de 10 lotes, assim como empresários que possuem lotes na área dos colonos.

Considerar a rotatividade e a concentração dos lotes como processos necessários e satisfatórios parece, no mínimo, contraditório pois a concentração contraria a justa distribuição das terras, restringindo o número de beneficiários, afastando dos objetivos de proporcionar acesso à terra e oportunizar condições de trabalho e de vida para a população rural, como pressupõem os documentos legais e a busca pelo desenvolvimento territorial. A rotatividade dos lotes engendra um processo de irregularidade de titulação, pois muitos adquirentes não procuram as vias legais como demonstram os dados empíricos, reduzindo as possibilidades de

obtenção de financiamento com as instituições bancárias. A rotatividade alimenta a descrença no êxito do projeto e provoca a descontinuidade dos lotes produtivos, abrindo espaço para o processo especulativo da terra.

A prioridade destinada às empresas produziu um processo de ociosidade das terras do perímetro irrigado, conforme dados das Tabelas 39 e 40. Cabe destacar que estes dados indicam que: no Formoso “A”, 69,14% dos lotes das empresas e 54,79% da área das mesmas estão sem ocupação produtiva, enquanto que, no Formoso “H”, 91,21% dos lotes e 88,70% da área empresarial encontram-se sem ocupação produtiva.

Tabela 39 - Ocupação dos lotes do Projeto Formoso, segundo critério de parcelamento da terra, 2004

	FORMOSO A				FORMOSO H			
	COLONOS		EMPRESAS		COLONOS		EMPRESAS	
	Lotes	%	Lotes	%	Lotes	%	Lotes	%
Ocupados	695	100,00	50	30,86	218	93,56	8	8,79
Não ocupados	0	-	112	69,14	15	6,44	83	91,21
Total	695	100,00	162	100,00	233	100,00	91	100,00

FONTE: Distrito de Irrigação do Formoso – Divisão Administrativa, 2004, *in* COELHO NETO (2004).

Tabela 40 - Ocupação das áreas irrigadas do Projeto Formoso, segundo critério de parcelamento da terra, 2004

	FORMOSO A				FORMOSO H			
	COLONOS		EMPRESAS		COLONOS		EMPRESAS	
	ha	%	ha	%	ha	%	ha	%
Ocupados	3.047	100,00	2.168	45,21	1.453	93,68	292	11,30
Não ocupados	0	-	2.627	54,79	98	6,32	2.291	88,70
Total	3.047	100,00	4.795	100,00	1.551	100,00	2.583	100,00

FONTE: Distrito de Irrigação do Formoso – Divisão Administrativa, 2004, *in* COELHO NETO (2004).

Os números levantados permitem questionar as escolhas da política de irrigação, pois a prioridade destinada às empresas tem reforçado a ociosidade das terras e elevado os custos operacionais dos irrigantes que ocuparam seus lotes produtivamente, pois alguns custos fixos

do perímetro terminam sendo rateados pelos produtores que atuam efetivamente.

b) Relação entre o Projeto Formoso e o Projeto de Colonização Serra do Ramalho

Os dois projetos são produtos de diferentes políticas adotadas para o espaço agrário. O Projeto Especial de Colonização Serra do Ramalho foi implantado a partir de 1975, pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), objetivando abrigar a população expropriada pela construção da Barragem de Sobradinho. O Projeto Formoso foi implantado, a partir de 1989, pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF) no âmbito das políticas de irrigação empreendidas pelo órgão no Vale do São Francisco.

Esses dois projetos expressam diferentes espacialidades produzidas pelo Estado, manifestado nos objetos técnicos que compõem suas paisagens. Suas localizações podem ser observadas no Mapa 13, anteriormente apresentado. Mas é a observação da sua paisagem que denuncia o distanciamento existente entre o Projeto Formoso e o Projeto Serra do Ramalho.

No Projeto Formoso destaca-se a disponibilidade de água viabilizada pelo uso da irrigação, a densidade das técnicas empregadas e da ocupação produtiva do solo, além da presença do Estado com a destinação de recursos, assistência técnica e participação nas decisões do perímetro.

A paisagem predominante no Projeto Especial de Colonização Serra do Ramalho, caracteriza-se pela ociosidade das terras, exceto pequenos espaços de produção agropecuária e de produção de algodão resultantes da concentração fundiária, verificando-se também um aparente abandono das ações públicas.

A dimensão espacial de análise desses projetos aponta uma deficiência na comunicação entre as duas políticas territoriais (política de colonização e a política de irrigação) respondendo pela produção de desigualdades sócio-espaciais, aprofundando as disparidades, inclusive na escala intra-regional. Coelho Neto (2004, p. 134) questiona como realidades tão próximas podem ser distanciadas pelas políticas públicas:

O Projeto Formoso e o Projeto Serra do Ramalho, separados apenas pela BR 349, representam duas faces da mesma realidade, pois, inclusive, pertenciam recentemente ao mesmo município, demonstrando a ausência de integração

entre as políticas destinadas ao espaço rural brasileiro, cujos interesses e objetivos divergentes contribuem para produção da seletividade espacial.

Outros elementos reforçam as diferenças de dinamismo entre os dois espaços analisados. Em primeiro lugar, a migração de colonos do Projeto Serra do Ramalho para o Projeto Formoso, pois dos 563 pequenos irrigantes existentes no Formoso “A”, em 2001, 36 (6%) eram originários de Serra do Ramalho. Alguns agricultores se desfizeram de seus lotes de sequeiro no projeto de colonização e adquiriram lotes irrigados no Formoso. Outros possuem terras nos dois projetos, mas sobrevivem da renda gerada no lote do perímetro irrigado. Dentre os 10% dos colonos pesquisados que possuem outras propriedades rurais em área de sequeiro nos municípios vizinhos, 31% têm suas terras no município de Serra do Ramalho.

As relações estabelecidas entre os dois projetos ocorrem também no plano da oferta de trabalho, uma vez que o Projeto Formoso tem gerado empregos para a população de Serra do Ramalho, seja como mão-de-obra temporária nos lotes irrigados – 17% dos lotes de colonização e 100% dos lotes empresariais utilizam mão-de-obra oriunda deste município – ou como funcionários assalariados do Distrito de Irrigação do Formoso (DIF) – aproximadamente 40% dos funcionários do DIF residem em Serra do Ramalho.

Estas evidências sinalizam para uma nova função a ser exercida pelo município de Serra do Ramalho, a de fornecedora de mão-de-obra para o Projeto Formoso. Esta situação equivale ao processo destacado por Silva (1989) e Germani (1993), sobre a constituição de uma aglomeração espacial de trabalhadores nas proximidades dos perímetros irrigados ofertando mão-de-obra barata, e reproduzindo o contexto sócio-espacial que justificou a intervenção pública para construção da própria infra-estrutura irrigada.

c) A representatividade da irrigação pública na economia do Médio São Francisco

Avaliar a importância de um projeto pontual no âmbito regional é tarefa bastante difícil. Inicialmente, depara-se com a carência de dados representativos e sistematizados que propiciem a análise, especialmente nos recortes estabelecidos pelo trabalho, muitas vezes conflitando com aqueles de dados oficiais existentes. Outro desafio é avaliar a relevância

social, pois demanda a compreensão de processos que muitas vezes não podem ser quantificados, ou seja, reduzidos a unidades-padrão comparativas.

A irrigação é um fenômeno bastante recente no Médio São Francisco, pois a ocupação dos primeiros lotes ocorreu apenas em 1989, processo que se intensificou a partir de 1995. A irrigação caracteriza-se espacialmente pela pontualidade e pela pequena dimensão em termos espaciais como já informada antes, manifestada na existência de apenas dois perímetros irrigados que ocupam uma pequena parcela do território. Essas informações concorrem para explicar porque a irrigação ainda não contribuiu significativamente para modificar os indicadores sócio-econômicos exibidos pela região. A Região do Médio São Francisco apresentou em 2000, os piores indicadores do Estado da Bahia, mais especificamente, o pior desempenho econômico e um dos piores na área social, conforme estudos da SEI. Assim, essa política pouco tem contribuído para o efetivo crescimento dos indicadores econômicos e para melhoria das condições sociais.

Numa escala mais ampla, pode ser questionado, inclusive, o impacto econômico da irrigação no Baixo Médio São Francisco, região cujo avanço da irrigação assume as maiores proporções no contexto baiano, cujo processo foi iniciado ainda no final da década de 1960. A segunda perspectiva de análise dos resultados da irrigação se verifica no contexto intra-regional, na medida em que se avalia a participação dos perímetros irrigados na economia do Médio São Francisco e identifica-se a organização espacial que o fenômeno impõe. Inicialmente cabe destacar, que os dois perímetros irrigados existentes na região, entraram em operação em momentos distintos e de forma bastante gradativa, como explicita o Quadro 1.

Os primeiros colonos se instalaram a partir de 1989, tendo ganhado mais força em meados da década de 1990, mas apenas recentemente o processo foi concluído, no ano de 2004. Esses dados foram fundamentais para definir o recorte temporal dessa análise, particularmente, para avaliação do desempenho da produção da agricultura irrigada, oriunda dos perímetros públicos.

Quadro 1 - Evolução da ocupação dos lotes do Projeto Formoso segundo os setores irrigação

SETORES DE IRRIGAÇÃO	FORMOSO A	FORMOSO H
01	1989-1991	2001
02	1990-1991	2001
03	1990-1992	2001
04	1991-1992	2001
05	1995	2001
06	1995	2001
07	1992	2001
08	1993	2001
09	1997	-
10	1997	-
11	1998	-
12	1998	-
14	1998	-
16	2004	-
19	2004	-
20	1989-1991	-
21	1989	-
ÁREA EMPRESARIAL	1991-2002	2000-2002

FONTE: CODEVASF – Divisão de Administração Fundiária, 2004, *in* COELHO NETO (2004).

A lavoura temporária de Bom Jesus da Lapa no Médio São Francisco aumentou pouco sua participação em termos de área no período de 1994 a 2004, oscilando entre 12% a 17% da área plantada, e de 11% a 18% do valor da produção (Tabela 41). No entanto, a participação da lavoura permanente desse município, no qual se inclui a produção de banana, apresenta índice elevado de crescimento. A participação do município, que possuía apenas 9% da área plantada com lavouras permanentes no ano de 1994, quando os perímetros estavam sendo implantados, atinge patamares superiores a 70% do produzido em todo o Médio São Francisco. A situação se repete quando o indicador analisado é o valor da produção, saltando de 11% em 1994 para 88% no ano 2000 (Tabela 42).

Tabela 41 - Participação da lavoura de Bom Jesus da Lapa no Médio São Francisco em termos de Área Plantada (ha), 1994-2004

	LAVOURA TEMPORÁRIA			LAVOURA PERMANENTE		
	MSF	BOM JESUS DA LAPA		MSF	BOM JESUS DA LAPA	
	Hectares	Hectares	%	hectares	hectares	%
1994	144.261	17.469	12	355	33	9
1996	145.585	19.485	13	1.281	787	61
1998	117.304	16.372	14	1.879	1.322	70
2000	107.125	17.569	16	3.652	2.644	72
2002	118.376	19.798	17	4.137	3.287	79
2004	86.069	10.850	13	4.437	3.322	74

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal, 2005; *in* COELHO NETO (2004).

Esses números são bastante significativos do impulso que os perímetros exerceram na escala regional, inclusive na alteração do perfil da agricultura tradicionalmente voltada para sobrevivência, para introdução da fruticultura irrigada, mais dependente do mercado numa escala nacional

Tabela 42 - Participação da lavoura de Bom Jesus da Lapa no Médio São Francisco em termos Valor da Produção (em 1000 reais), 1994-2004

	LAVOURA TEMPORÁRIA			LAVOURA PERMANENTE		
	MSF	BOM JESUS DA LAPA		MSF	BOM JESUS DA LAPA	
	hectares	hectares	%	hectares	hectares	%
1994	66.037	9.655	15%	660	74	11%
1996	39.400	5.090	13%	2.808	1.848	66%
1998	32.286	4.060	13%	6.105	4.905	80%
2000	78.183	8945	11%	18.335	16.109	88%
2002	143.245	25496	18%	32.413	22.985	71%
2004	182.174	21316	12%	32.026	24.613	77%

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal, 2005; *in* COELHO NETO (2004).

A Tabela 43 reforça as conclusões anteriores, pois apesar de que a área cultivada com lavouras temporárias no município de Bom Jesus da Lapa não cresceu, ocorrendo um crescimento do valor da produção das culturas temporárias e principalmente das permanentes.

Os dados permitem inclusive inferir, que os aumentos do volume e do valor da produção foram provocados pela produtividade e pelo maior valor comercial obtido com a fruticultura irrigada. Observe-se que o valor das culturas agrícolas do município de Bom Jesus da Lapa, R\$ 45 milhões, representa quase 38% do PIB agrícola regional (R\$ 120 milhões).

Tabela 43 - Área Cultivada, Volume de Produção e Valor da Produção das lavouras permanentes e temporárias no município de Bom Jesus da Lapa, 1994-2004

	ÁREA CULTIVADA (hectares)			PRODUÇÃO (tonelada)			VALOR DA PRODUÇÃO (R\$ 1.000)		
	Permanente	Temporária	Total	Permanente	Temporária	Total	Permanente	Temporária	Total
1996	787	19.495	20.282	7.462	21.850	29.312	1.848	5.090	6.938
1998	1.322	16.372	17.694	6.557	18.208	24.765	4.905	4.060	8.965
2000	2.644	17.569	20.213	20.546	66.619	87.165	8.945	16.109	25.054
2002	3.287	19.798	23.085	54.392	51.312	105.704	22.985	25.496	48.481
2004	3.322	14.279	17.601	54.427	50.616	105.043	24.613	21.316	45.929

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal, 2005; *in* COELHO NETO (2004).

A importância dos perímetros irrigados no contexto da agricultura regional também pode ser compreendida a partir da análise da participação do município de Bom Jesus da Lapa nos financiamentos concedidos através PRONAF, para os grupos C e D (Tabela 44). Observa-se que o município teve uma participação elevada no número de empréstimos concedidos e principalmente no valor total dos empréstimos, sendo que este município ocupa apenas 8,05% do território do MSF. Somam-se a estes empréstimos os obtido pela agricultura empresarial, o que muito provavelmente aumenta a participação dos perímetros irrigados na utilização do crédito no MSF.

Os Projetos Formoso “A” e “H” beneficiaram 928 famílias de colonos, o que favoreceu um processo de migração e concentração populacional, com aproximadamente 8.000 habitantes, dos quais, 5.500 residem nos lotes e 2.500, nas duas vilas. O perímetro irrigado criou oportunidades de emprego e renda, gerados no trabalho agrícola, no desenvolvimento do pequeno comércio surgido na vila principal e pelos empregos no perímetro irrigado. Esse impacto se verifica de maneira mais contundente no Município de Serra do Ramalho e na cidade de Bom Jesus da Lapa. Esses resultados se refletem na opinião dos irrigantes sobre sua condição de vida após a vinda para o perímetro, pois 69% admitem ter

melhorado suas condições de vida depois da aquisição do lote irrigado no Perímetro Formoso.

Tabela 44 - Número de empréstimos e valores concedidos pelo PRONAF (grupos C e D) , município de Bom Jesus da Lapa e MSF, 2000-2004

Grupo	B. Jesus da Lapa N° contratos	MSF N° contratos	Part. (%) B. Jesus da Lapa N° contratos	B. Jesus Valor (R\$1,00)	MSF Valor (R\$1,00)	Part. (%) B. Jesus da Lapa Valor
C	6.502	39.938	16,28	11.673.660,00	52.128.814,80	22,40
D	870	4.912	17,71	4.204.930,60	18.280.445,77	23,00
TOTAL	7.374	44.850	16,44	15.878.590,60	70.409.260,57	22,55

Fonte : SAF/MDA.

O processo de organização dos irrigantes através da formação de associações de produtores indica outro importante resultado da implantação dos perímetros públicos. Embora, a principal entidade associativa seja o Distrito de Irrigação do Formoso, estrutura criada de forma artificial e compulsória pelo planejamento estatal como padrão para os perímetros públicos, as dificuldades e demandas do mercado impostas pela agricultura capitalista, os conflitos de interesses e a própria dinâmica das relações sociais, foi forjando um movimento de organização empreendido pelos irrigantes que se valem da aprendizagem proporcionada pela experiência. Nesse sentido, os irrigantes têm criado associações agrupadas por setores de irrigação, respondendo a estrutura técnica e produtiva interna ao perímetro, e outras de maior âmbito, buscando agregar o maior número de produtores, para criar sinergias e pensar estratégias coletivas.

Esses dados e argumentos demonstram a importância dessa política para o desenvolvimento territorial. No entanto, as possibilidades efetivas de êxito podem ser bem maiores com a mudança dos fundamentos, privilegiando a destinação dos lotes para pequenos agricultores sem acesso a terra, pois a maior parte da produção do perímetro advém dos lotes coloniais, contrapondo com a ociosidade dos lotes empresariais. Essa direção permite também oportunizar emprego e renda ao grande contingente de trabalhadores rurais sem terra e desempregados, aspecto fundante da Lei de irrigação e de uma política pública dirigida para uma região predominantemente rural e com indicadores sociais e econômicos bastante insatisfatórios. A proliferação dos perímetros, calcados nesses princípios certamente

contribuiria para ampliação das oportunidades e elevação dos indicadores de produção, produtividade, emprego e renda regionais.

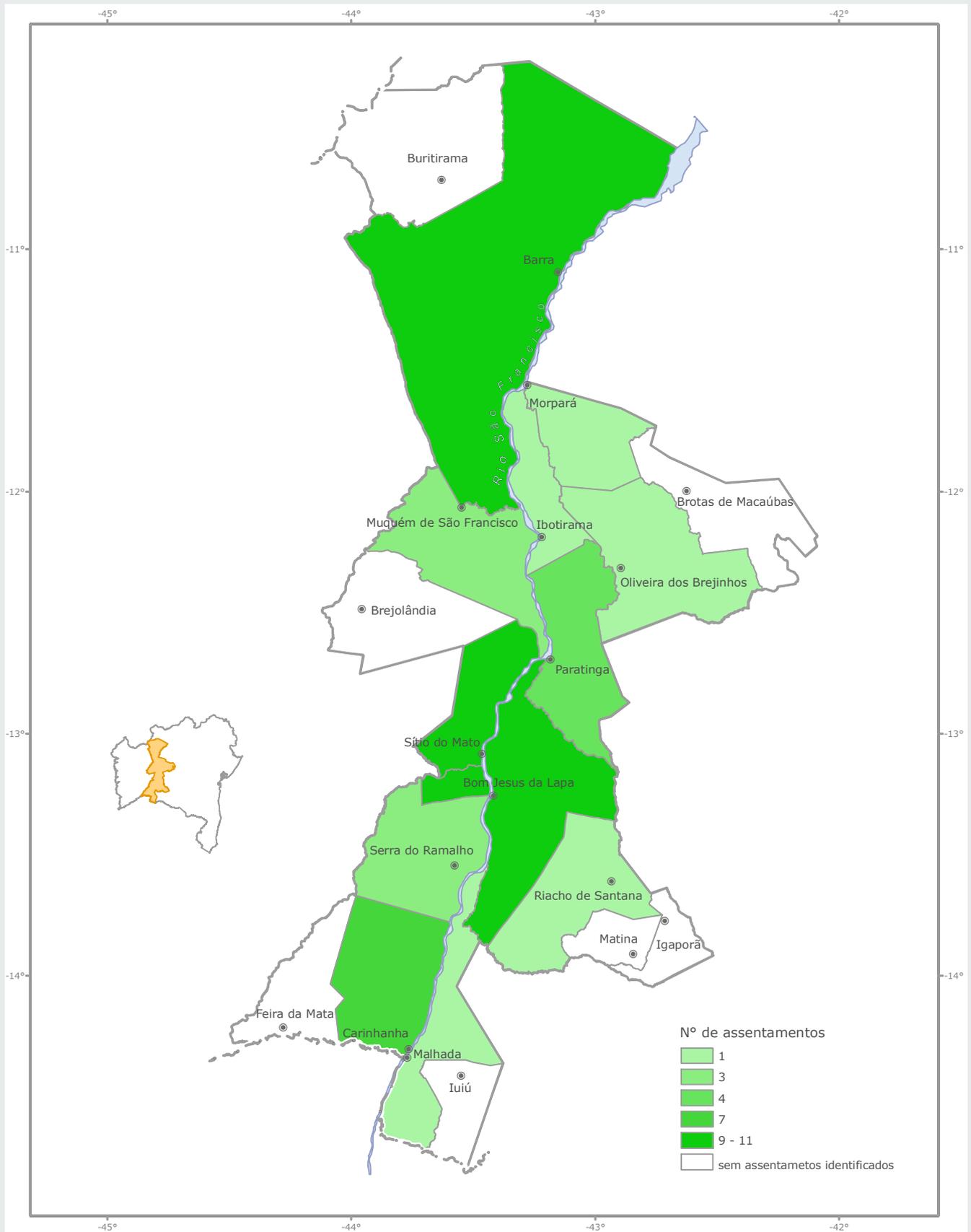
No âmbito desse trabalho focalizou-se apenas a irrigação pública e seus impactos na organização territorial e na dinâmica sócio-econômica do Médio São Francisco. Contudo, é importante salientar o avanço da irrigação privada nesse recorte regional, caracterizado pela presença de agentes privados ocupando grandes áreas, com utilização intensiva de capital e tecnologias modernas voltadas para a produção de grãos, especialmente o algodão e a soja. Esse movimento sinaliza a ampliação da fronteira da produção da soja do Oeste baiano para o Médio São Francisco. Nesse sentido vislumbra-se a necessidade de continuidade dos estudos buscando investigar esse processo de forma mais sistemática, pois diversas pesquisas já sinalizam os efeitos do chamado “agronegócio” da soja, como a expropriação e exploração de trabalhadores, a concentração fundiária e de renda, além dos intensos impactos ambientais produzidos.

4.1.3 Projetos de Reforma Agrária

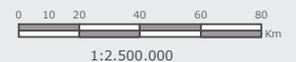
Os projetos de assentamentos que sucederam ao PEC Serra do Ramalho e quase concomitantemente ao Projeto Formoso A foram realizados sob a égide do I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), formulado em 1986. Era outro momento político, com diferente correlação de forças, estabelecendo novos processos e dando possibilidade, também, para formas menos rígidas de organização do espaço. Os primeiros assentamentos de Reforma Agrária do MSF foram implantados no município de Barra, em 1988 – o PA Santana e o PA Itacutiara. Hoje, somam 51 Projetos de Reforma Agrária (PRA) em 334.129,60 ha e com 8.026 famílias assentadas, (Tabela 45).

Estes assentamentos estão presentes em quase todos os municípios, e sua distribuição pode ser observada nos Mapas 14, 15 e 16, destacando-se o de Sítio do Mato, com 11 PRAs. É interessante observar que é este município que apresentava o Índice de Gini mais elevado da região de acordo com os dados do último Censo (1995/96), faltando constatar se esta situação foi modificada com a posterior instalação dos PRAs.

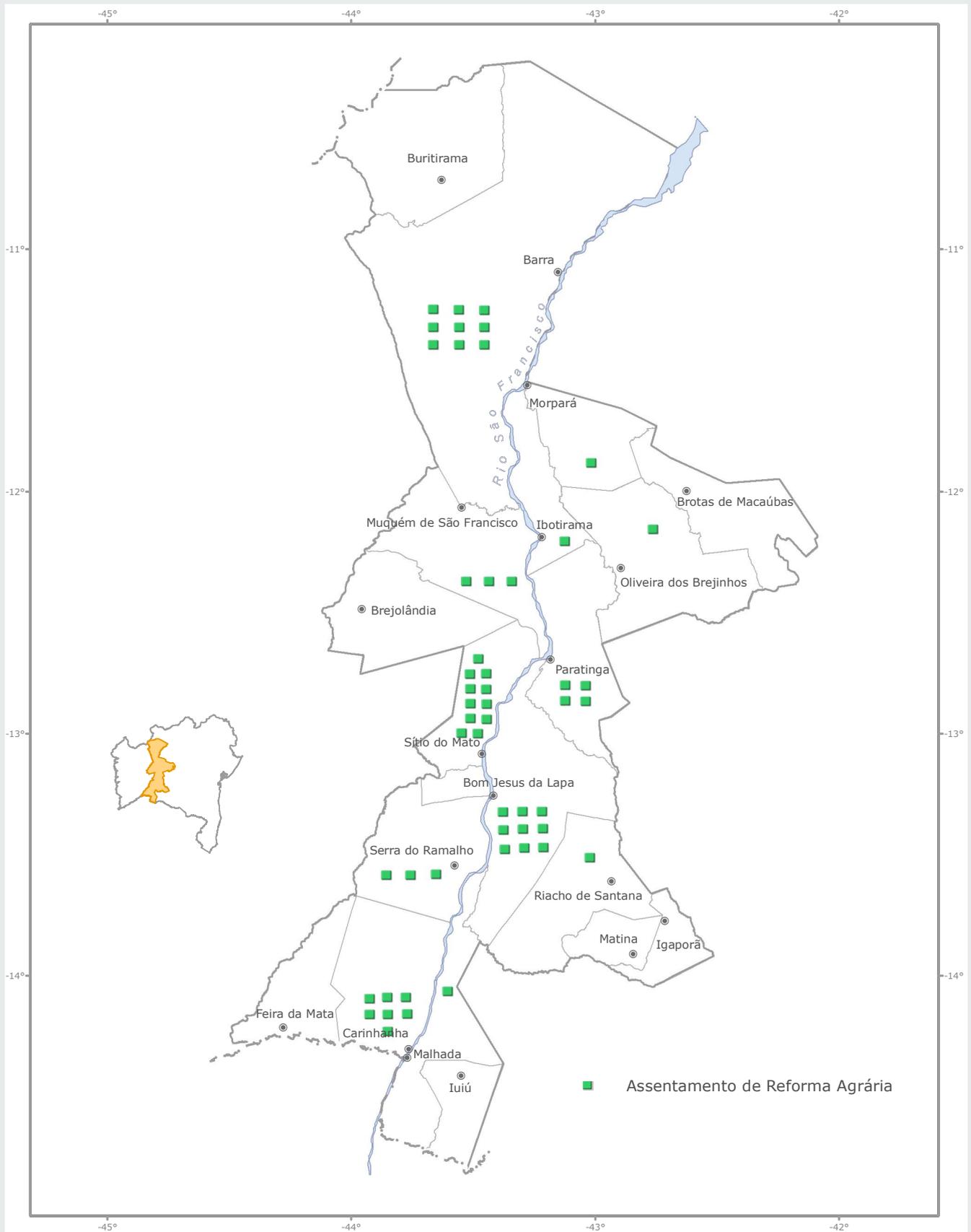
Mapa 14
MÉDIO SÃO FRANCISCO - BAHIA
MUNICÍPIOS COM PROJETOS DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA
2005



Fonte da base cartográfica: CONDER-SEI (adaptada)
Fonte dos dados: INCRA (dez/2005)
Elaboração: Projeto GeografAR (2006)



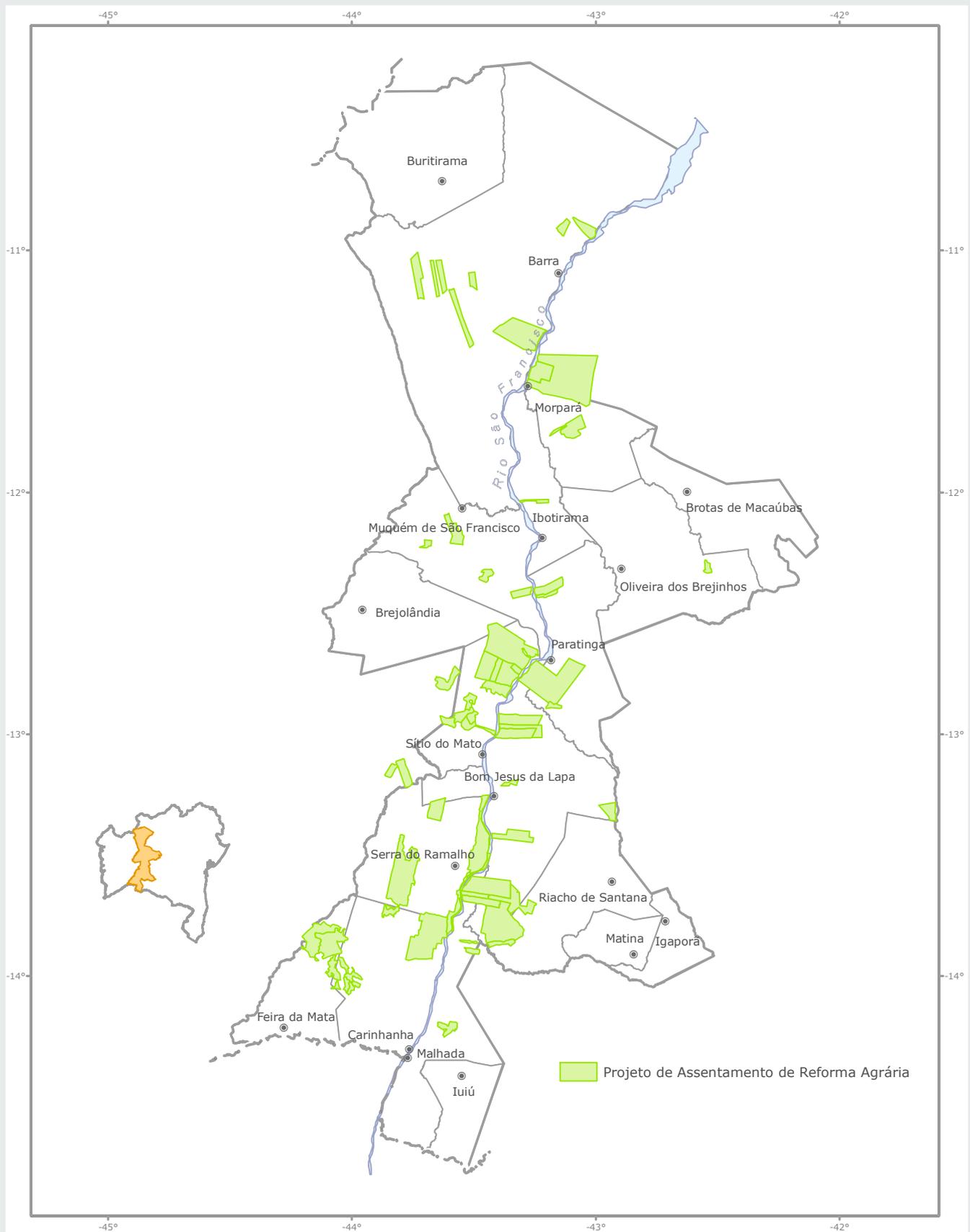
Mapa 15
MÉDIO SÃO FRANCISCO - BAHIA
PROJETOS DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA
2005



Fonte da base cartográfica: CONDER-SEI (adaptada)
Fonte dos dados: INCRA (dez/2005)
Elaboração: Projeto GeografAR (2006)



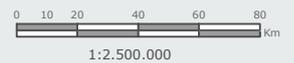
Mapa 16
MÉDIO SÃO FRANCISCO - BAHIA
ÁREA DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA
2005



Fonte da base cartográfica: CONDER-SEI (adaptada)

Fonte dos dados: INCRA (dez/2005)

Elaboração: Projeto GeografAR (2006)



A implantação destes projetos tem uma periodicidade e, associada a ela, algumas características que ainda estão sendo estudadas, mas que permitem identificar que aqueles implantados na primeira fase se caracterizam como regularização fundiária, conseguida pela pressão das organizações sociais que atuavam na região. Posteriormente, inicia-se a pressão das ocupações, principalmente de áreas pertencentes a empresas agropecuárias que se implantaram na região com o apoio da SUDENE cujos projetos e terras forma abandonados.

Tabela 45 - Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária, MSF, 2005

MUNICÍPIO	PROJETO ASSENTAMENTO	IMÓVEL	Nº FAMÍLIAS	ÁREA (HA)	criação
Barra	Angico	Angico	40	1.949,95	29/04/2004
Barra	Barro Vermelho/ Canudos	Barro Velho, Canudos	250	4.180,16	31/12/1997
Barra	Curral do Rio Grande II	não informado	21	1.900,68	14/07/2004
Barra	Faz. Itacutiara	Itacutiara	727	31.172,91	30/09/1988
Barra	Faz. Santana	Santana	148	6.370,00	28/01/1988
Barra	Ferradura	Ferradura	76	5.496,51	20/01/2003
Barra	São Francisco	São Francisco	163	6.839,96	25/10/2004
Barra	Sítio Novo	não informado	32	2.251,37	20/09/2004
Barra	Uirapuru	Uirapuru	60	3.357,37	14/07/2004
Total	09 PA's		1517	63.518,91	
Bom Jesus da Lapa	Batalha	Batalha	450	14.946,76	08/05/2003
Bom Jesus da Lapa	Boa Esperança	Boa Esperança, Itaberaba	35	1.125,17	20/11/2000
Bom Jesus da Lapa	Campo Grande I	Campo Grande I	120	4.368,67	20/06/2000
Bom Jesus da Lapa	Curral das Vargens	não informado	155	9.213,39	20/09/2004
Bom Jesus da Lapa	Nova Volta	Pajuçara, Volta e Volta Cariacá	255	9.241,32	20/06/2000
Bom Jesus da Lapa	Rio das Rãs II	Algomarques	70	2.641,70	30/12/1998
Bom Jesus da Lapa	Santa Rita/Bandeira	Santa Rita	250	8.593,90	20/11/2000
Bom Jesus da Lapa	São José/ Campo Grande II	Campo Grande II	230	7.000,00	20/11/2000
Bom Jesus da Lapa	Várzea Grande	não informado	11	601,19	2005
Total	09 PA's		1576	57.732,10	
Carinhanha	Boqueirão e Outras	Boqueirão e Outras	36	1.137,68	28/12/2000
Carinhanha	Brasilândia	Brasilândia	41	1.183,88	03/12/2003
Carinhanha	Caatinga de N. S ^a . da Conceição	Caatinga de N. S ^a . da Conceição	101	2.776,50	31/01/1990
Carinhanha	Feirinha/Marrequeiro	Feirinha e Marrequinho	730	24.382,63	14/11/1995
Carinhanha	Gerais Salinas/Caatinga de N. Sr ^a Conceição	não informado	45	1.529,00	09/12/2003
Carinhanha	Mel de Abelha	não informado	24	1.559,43	2005
Carinhanha	São Lucas	São Lucas	137	4.123,36	28/12/2000
Total	07 PA's		1114	36.692,48	
Ibotirama	Nova Conquista	Nova Conquista	32	1.289,22	27/03/1995
Total	01 PA		32	1.289,22	
Malhada	Marrecas	Marrecas	90	3.000,00	10/06/2003
Total	01 PA		90	3.000,00	

MUNICÍPIO	PROJETO ASSENTAMENTO	IMÓVEL	Nº FAMÍLIAS	ÁREA (HA)	criação
Morpará	Flórida	Flórida e Outras	100	7.606,01	20/01/2003
Total	01 PA		100	7.606,01	
Muquém do S. Francisco	Anice	Anice	48	1.140,00	30/12/1996
Muquém do S. Francisco	Santa Barbara	Santa Bárbara	64	2.920,10	30/12/1998
Muquém do S. Francisco	Serra Branca	Serra Branca	65	3.077,08	25/07/1996
Total	03 PA's		177	7.137,18	
Oliveira dos Brejinhos	Nova União da Faz Ferrari	Ferrari	20	1.497,00	30/12/1997
Total	01 PA		20	1.497,00	
Paratinga	Lagoa Dourada	Lagoa Dourada	22	1.324,46	04/08/2004
Paratinga	Nova União	Capoeira I e II	60	5.309,84	29/10/1998
Paratinga	Riacho dos Porcos	Angico	500	31.842,08	24/04/1995
Paratinga	Santo Antônio	não informado	40	1.233,61	13/07/2004
Total	04 PA's		622	39.709,99	
Município	Projeto Assentamento	Imóvel	Nº Famílias	Área (ha)	Criação
Riacho de Santana	Brejo de São José	Brejo de São José	102	3.722,25	25/07/1996
Total	01 PA		102	3.722,25	
Serra do Ramalho	Curimatá/CSB	CSB	207	5.358,24	14/11/1995
Serra do Ramalho	Extrativista São Francisco	PEC/SR Reservas 1 2 3	600	20.820,06	27/11/1995
Serra do Ramalho	Reserva Oeste	não informado	841	28.037,99	14/11/1995
Total	03 PA's		1648	54.216,29	
Sítio do Mato	Conceição	Conceição e Riacho dos Cavalos	45	2.026,61	30/10/2001
Sítio do Mato	Mangal I	Mangal	60	3.000,00	15/10/1998
Sítio do Mato	Mangal II	Mangal	100	8.179,05	31/12/1997
Sítio do Mato	Marolândia	Marolândia	22	909,04	27/12/2002
Sítio do Mato	Nova Esperança	Igarimã	105	6.500,00	23/12/1998
Sítio do Mato	Reunidas José Rosa	Reunidas José Rosa	60	2.730,00	30/12/1997
Sítio do Mato	Riacho dos Cavalos	Riacho dos Cavalos I e II	60	2.104,00	31/12/1997
Sítio do Mato	São Caetano II	São Caetano	58	2.281,12	14/11/2001
Sítio do Mato	São Felipe	Reunidas José Rosa II	40	2.079,80	17/09/2002
Sítio do Mato	Talismã	Talismã II	38	1.285,77	28/01/2003
Sítio do Mato	Vale Verde	Vale Verde	440	26.912,78	11/03/1998
Total	11 PA's		1028	58.008,17	
TOTAL	51		8.026	334.129,60	

Fonte: INCRA/BA, dezembro/2005 in Projeto GeografAR, 2005

A análise preliminar de 43 processos administrativos de desapropriação realizadas no MSF para implantação de PRA, que aparece listada na Tabela 46, aponta que 20 desapropriações foram realizadas em imóveis pertencentes à pessoa jurídica e 23 de pessoa física.

Foram desapropriados três imóveis qualificados como: Projeto Especial Quilombola (PEQ) beneficiando Comunidades Negras Rurais Quilombolas. Entretanto, 13 outros PAs são identificados como comunidades quilombolas e desapropriados antes da instituição dos PEQs.

Tabela 46 – Processos de Desapropriação do Médio São Francisco: Proprietário e Fato Motivador, 2006

Município	PA	Tipo de proprietário	Fator motivador			
			Ocupação	Posse	Conflito	Sem conflito
Barra	Angico	Física	Ocupação			Sem conflito
Barra	Curral do Rio Grande II	Jurídica	Ocupação			Sem conflito
Barra	Ferradura	Jurídica		Posse		Sem conflito
Barra	Itacutiara	Jurídica	Ocupação		Conflito	
Barra	São Francisco	Jurídica		Posse		Sem conflito
Barra	São José – Campo Grande II	Jurídica				
Barra	Sítio Novo	Física	Ocupação			Sem conflito
Barra	Uirapuru	Jurídica	Ocupação			Sem conflito
Bom Jesus da Lapa	Algomarques	Física				
Bom Jesus da Lapa	Batalha	Jurídica		Posse		Sem conflito
Bom Jesus da Lapa	Boa Esperança	Física				Sem conflito
Bom Jesus da Lapa	Campo Grande I	Jurídica		Posse		Sem conflito
Bom Jesus da Lapa	Nova Volta	Física				Sem conflito
Bom Jesus da Lapa	PEQ Pitombeira	Jurídica		Posse		Sem conflito
Bom Jesus da Lapa	Cariça/Volta Cariça	Física				Sem conflito
Bom Jesus da Lapa	Cariça/Volta Cariça	Física				Sem conflito
Bom Jesus da Lapa	Santa Rita/Bandeira	Jurídica				
Bom J. Lapa/Riacho Santana		Jurídica	Ocupação			Sem conflito
Carinhanha	Brasilândia	Física				Sem conflito
Carinhanha	Gerai Salinas e Caatinga de N. Srª da Conceição	Física				Sem conflito
F. Mata/Carinhanha/S. Miguel	Boqueirão e outras	Física				Sem conflito
Malhada	Faz. Geral Parateca (Jenipapo)	Física			Conflito	
Malhada	Marrecas	Jurídica			Conflito	
Malhada	Parateca	Física	Ocupação			
Morpará	Flórida	Física				Sem conflito
Muquém do São Francisco	Santa Bárbara	Física				Sem conflito
Oliveira dos Brejinhos	Fazenda Ferrari	Jurídica				Sem conflito
Paratinga	Lagoa dourada	Física				Sem conflito
Paratinga	Riachos dos Porcos	Física		Posse	Conflito	
Paratinga	Santo Antônio	Física				Sem conflito

Município	PA	Tipo de proprietário	Fator motivador			
			Ocupação	Posse	Conflito	Sem conflito
Riacho de Santana	Brejo de São José	Física		Posse	Conflito	
Sítio do Mato	Barro Vermelho	Jurídica				Sem conflito
Sítio do Mato	Barro Vermelho II	Jurídica		Posse		Sem conflito
Sítio do Mato	Conceição	Física				Sem conflito
Sítio do Mato	Nova Esperança	Jurídica			Conflito	
Sítio do Mato	Fazenda Reunidas José Roza	Jurídica	Ocupação			
Sítio do Mato	Mangal II	Jurídica				Sem conflito
Sítio do Mato	Mangal I	Jurídica				
Sítio do Mato	Marolândia	Física				Sem conflito
Sítio do Mato	São Felipe	Jurídica				Sem conflito
Sítio do Mato	Talismã	Física				Sem conflito
Sítio do Mato	São Caetano II	Física	Ocupação			Sem conflito
Sítio do Mato	Vale Verde	Física		Sem posse		Sem conflito

Fonte: CAR, in Projeto GeografAR, 2005.

No que diz respeito a ocupação ou posse, do total dos 43 PAs estudados: nove foram por ocupação; oito por posse, caracterizando-se, portanto, como regularização fundiária; um sem posse e 25 deles não há registro sobre o fator motivador. No que diz respeito a ocorrência ou não de conflito, do total dos 43 PAs: 31 ocorreram sem conflito; seis ocorreram com conflito, sendo três de pessoas jurídicas e três de pessoas físicas; e seis não há registro sobre presença ou não de conflito. Do total das nove ocupações, seis aconteceram sem conflito, um com conflito e dois não há registro se houve ou não conflito. Do total das oito posses, seis aconteceram sem conflito e dois com conflito.

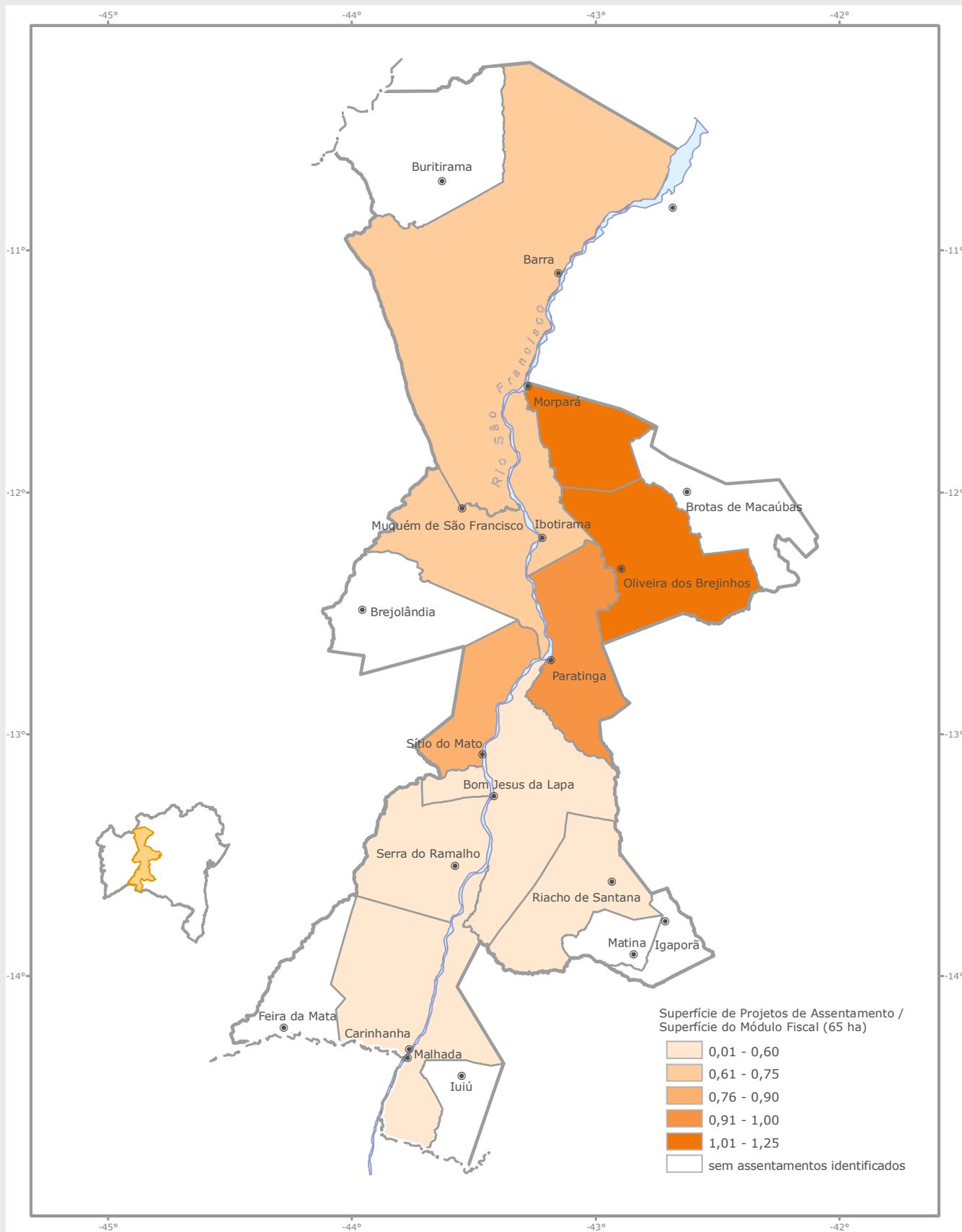
A localização da grande maioria dos PRAs é próximo ao rio, mas nem por isso têm acesso a água para a atividade produtiva. A estratégia vem sendo, quando possível, a continuidade da tradicional articulação da agricultura de vazante e de sequeiro. A alternativa de renda que se apresenta para um grande número desses projetos é a extração de madeira da Caatinga para a produção de carvão. Atividade esta que vem sendo orquestrada e financiada por grupos econômicos de fora da região e timidamente controladas por INCRA e IBAMA.

Um aspecto importante para dimensionar as condições objetivas que os assentados encontram nos projetos tem como referência o módulo fiscal. Embora saiba-se que este deve levar em conta diversos aspectos, em especial, as condições edafoclimáticas e o modelo tecnológico adotado, a dimensão da área recebida é sempre um indicador a ser considerado.

Assim, o módulo fiscal para todos os municípios da região em estudo é de 65 ha. Trabalhando-se com os dados oficiais, fornecidos pelo INCRA, e calculando-se a relação entre a superfície média dos PAS de Reforma Agrária e o módulo fiscal, tem-se que somente os assentamentos dos municípios de Oliveira dos Brejinhos e Morpará – Fazenda Ferrari e Flórida – atende às exigências estabelecidas de que as áreas tenham no mínimo um módulo fiscal por família.

Caso a relação estabelecida seja entre a superfície média dos projetos e a fração mínima da propriedade, que é de 25 ha, observa-se que todos os assentamentos atendem esta exigência. É interessante observar que, para a elaboração destes cálculos, não foram levadas em consideração as áreas de reserva legal. A espacialização destas relações pode ser observada nos Mapas 17 e 18.

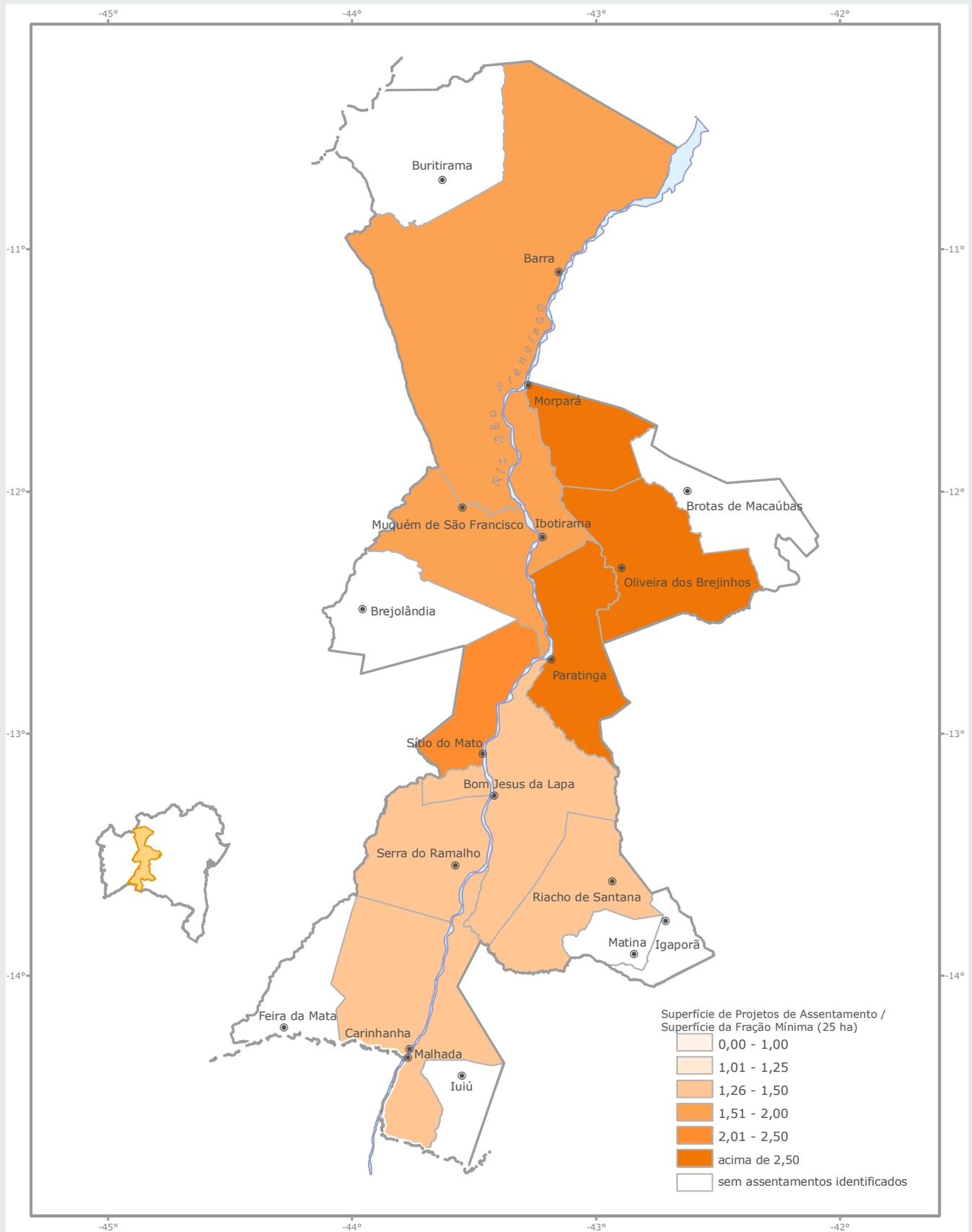
Mapa 17
MÉDIO SÃO FRANCISCO - BAHIA
RELAÇÃO ENTRE SUPERFÍCIE MÉDIA DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO
DE REFORMA AGRÁRIA E O MÓDULO FISCAL
 2005



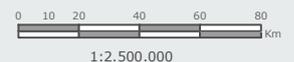
Fonte da base cartográfica: CONDER-SEI adaptada
 Fontes dos dados: INCRA (dezembro de 2005)
 Elaboração: Projeto GeografAR (2006)

0 10 20 40 60 80 Km
 1:2.500.000

Mapa 18
MÉDIO SÃO FRANCISCO - BAHIA
RELAÇÃO ENTRE SUPERFÍCIE MÉDIA DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO
DE REFORMA AGRÁRIA E A FRAÇÃO MÍNIMA DA PROPRIEDADE
2005



Fonte da base cartográfica: CONDER-SEI (adaptada)
 Fonte dos dados: INCRA (dez/2005)
 Elaboração: Projeto GeografAR (2006)



Os acampamentos de trabalhadores rurais sem terra são considerados expressões da luta pela terra, da materialização dessa luta no espaço e no território. Ao ocupar uma fazenda ou uma terra devoluta, esses trabalhadores, organizados muitas vezes em movimentos sociais, são expressões da sociedade civil que pressionam o Estado para efetivação de suas demandas. Na Região do MSF a luta pela terra não é diferente.

Não obstante as dificuldades da precisão dos registros de acampamentos dada, principalmente, por sua dinâmica, foram identificados 28 acampamentos na região do Médio São Francisco, com um número estimado de 1394 famílias, conforme pode ser observado na Tabela 47 e nos Mapas 19 e 20. A cada levantamento estes números são alterados, mas servem para dar uma dimensão da problemática. Em especial, de como o Estado continua e definir suas ações na implementação da política agrária somente sob pressão dos movimentos sociais.

Neste sentido ganha expressão maior os acampamentos que estiverem vinculados a uma organização. Sua luta deixa de ser individualizada, daquele grupo de trabalhadores sem terra acampados, mas ganham nova dimensão dada pela a articulação e o conseqüente aumento da força de pressão. Assim, onze dos 28 acampamentos da região estão articulados sob a orientação do Movimento CETA que se constitui no mais expressivo Movimento de luta na região.

Em trabalho de campo realizado em Bom Jesus da Lapa foi acompanhada a situação do acampamento 17 de Abril, orientado pelo Movimento CETA. Embora seja só um exemplo, a sua realidade pode servir de parâmetro para configurar a realidade dos acampamentos de Reforma Agrária na área de estudo e sua inserção na luta pela terra.

O acampamento teve início em 5 de janeiro de 2004, e até hoje, três anos depois, ainda continua à espera da sua efetivação em assentamento. Cerca de 60 famílias ocupam uma área de 1.000 ha, de propriedade do município de Bom Jesus da Lapa, próxima a fazenda reivindicada.

A maioria das “casas” são de estruturas de pau-a-pique ou taipa, com cobertura de lonas pretas ou, em alguns casos, possuem as chamadas telhas de *eternit*. Seguindo a orientação de “ocupar, resistir e produzir” a ocupação da área é acompanhada de plantio. Para isto o grupo utilizava a técnica da coivara, que consiste basicamente na queima da vegetação e depois o plantio, de milho, feijão e mandioca. A vida dentro do acampamento é marcada pela pressão, seja do Estado, que não se compromete na provisão das famílias ali instaladas; seja pela dos latifundiários da região, que vêem o acampamento como ameaça a sua propriedade.

Tabela 47 - Acampamentos, Médio São Francisco, 2005.

Município	Acampamento	Nº famílias
Barra	Jota Murici	38
	01 AC	38
Bom Jesus da Lapa	Faz. Pitombeira	3
	Lagoa do Peixe	111
	Pedra Volta Caiacá	31
	Dezessete de Abril	60
	04 AC's	205
Carinhanha	Santa Helena	46
	Milagre	17
	Nova Esperança	137
	03 AC's	200
Feira da Mata	Baixa Verde	24
	Buritis	33
	Entre Rios	22
	Faz. Alvorada	73
	04 AC's	152
Ibotirama	Andorinhas	25
	Genipapo I	24
	Genipapo II	20
	Novo Horizonte	23
	Santa Clara Caraibas	10
	05 AC's	102
Malhada	Faz. Parateca	75
	Rumo ao Rio I	43
	02 AC's	118
Múquem de São Francisco	Manoel Dias	89
	Capitão Lamarca	187
	Lagoa do Morro	22
	Morro de Cima	29
	04 AC's	327
Paratinga	Faz. Nova Lagoa Santa Cecília	81
		01 AC
Sítio do Mato	Beira Rio	21
	Faz. Brejolândia II	73
	Faz. Queimada	52
	Ilha do Carapato	25
	04 AC's	171
TOTAL	28	1.394,00

Fonte: INCRA, MST, CETA, FETAG e CPT (dados de dez/2005) in Projeto GeografAR, 2005

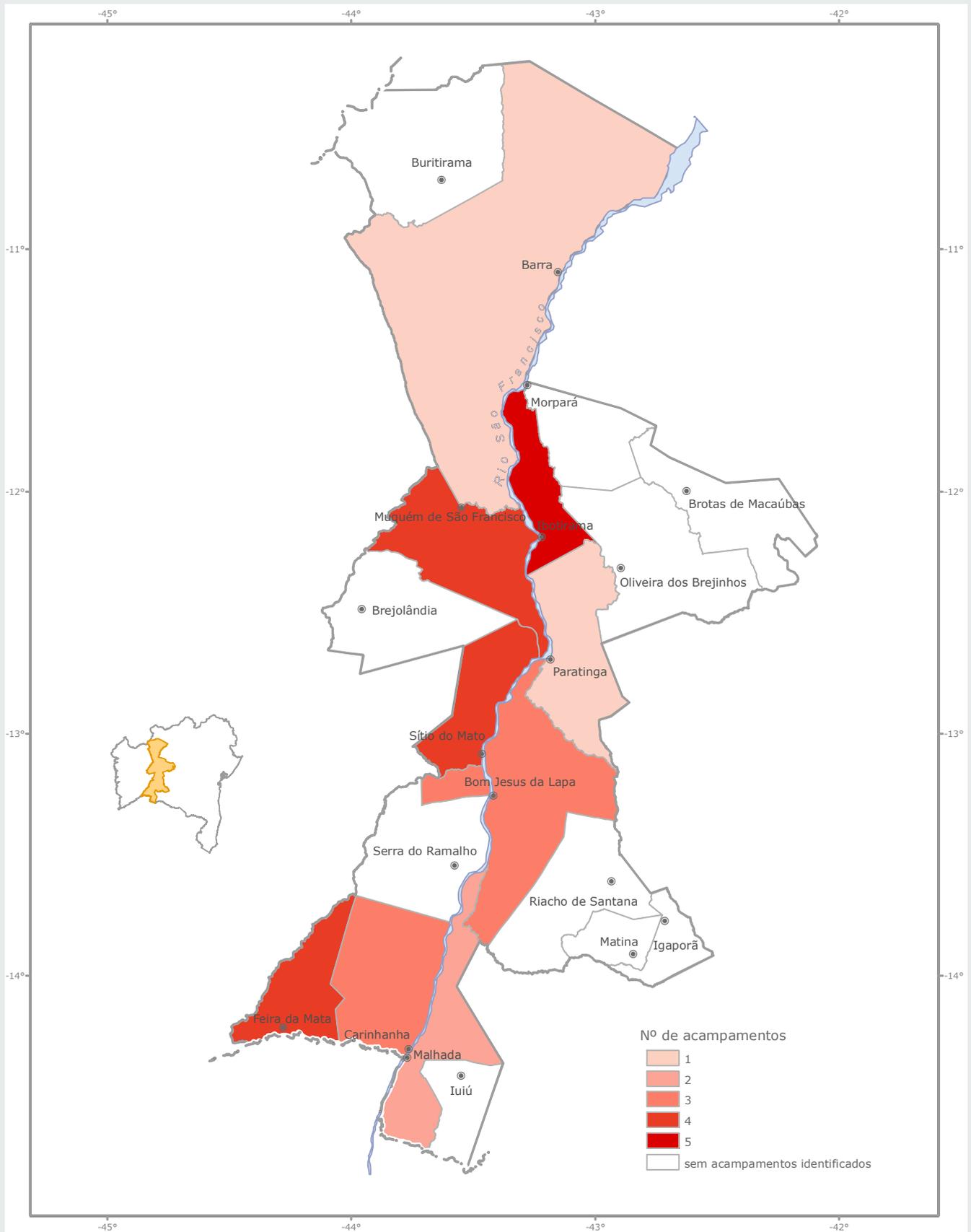
Internamente, o acampamento não consta com estrutura mínima que garanta a sobrevivência do grupo. A falta de água, tanto para a produção de alimentos quanto para próprio consumo diário, é um problema grave e não há poços ou rios por perto. Para conseguir água, os acampados contam com um tanque de 10000 litros doado pela CODEVASF, que a prefeitura de Bom Jesus da Lapa abastece, mas só com 5000 litros a cada oito dias. Já houve ocasião de passarem cerca de 22 dias sem água no

acampamento. Durante a mobilização de abril de 2006, esta questão entrou na pauta de reivindicações no sentido de que a prefeitura de Bom Jesus da Lapa aumentasse a quantidade de água disponibilizada.

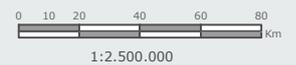
Outro problema é com alimentação. Como o grupo não tem condições de produzir tudo o que necessita, a falta de alimento é uma constante no acampamento. Há uma perspectiva de que essa situação venha a melhorar com o apoio da Cáritas, entidade ligada à Igreja Católica que tem prestado assistência aos trabalhadores rurais, vinculado ao Projeto de Segurança Alimentar. O grupo irá receber porcos, galinhas, abelhas e ovelhas, a fundo perdido, com o compromisso de doar 20% de sua produção a outros acampamentos. Esperançosos com a chegada desse crédito, os acampados estavam construindo um espaço para a criação das ovelhas e galinhas..

Vê-se, por conseguinte, que os acampamentos de reforma agrária que são formados para a efetivação de garantias sociais básicas – como acesso a terra, a alimentação, a habitação, entre outros – conseguem conformar uma consciência de classe e de espaço de sociabilidades na luta pela efetivação dos sonhos. Sonho que buscam realizar, mesmo em situação bastante precária, antes mesmo de chegar na terra reivindicada.

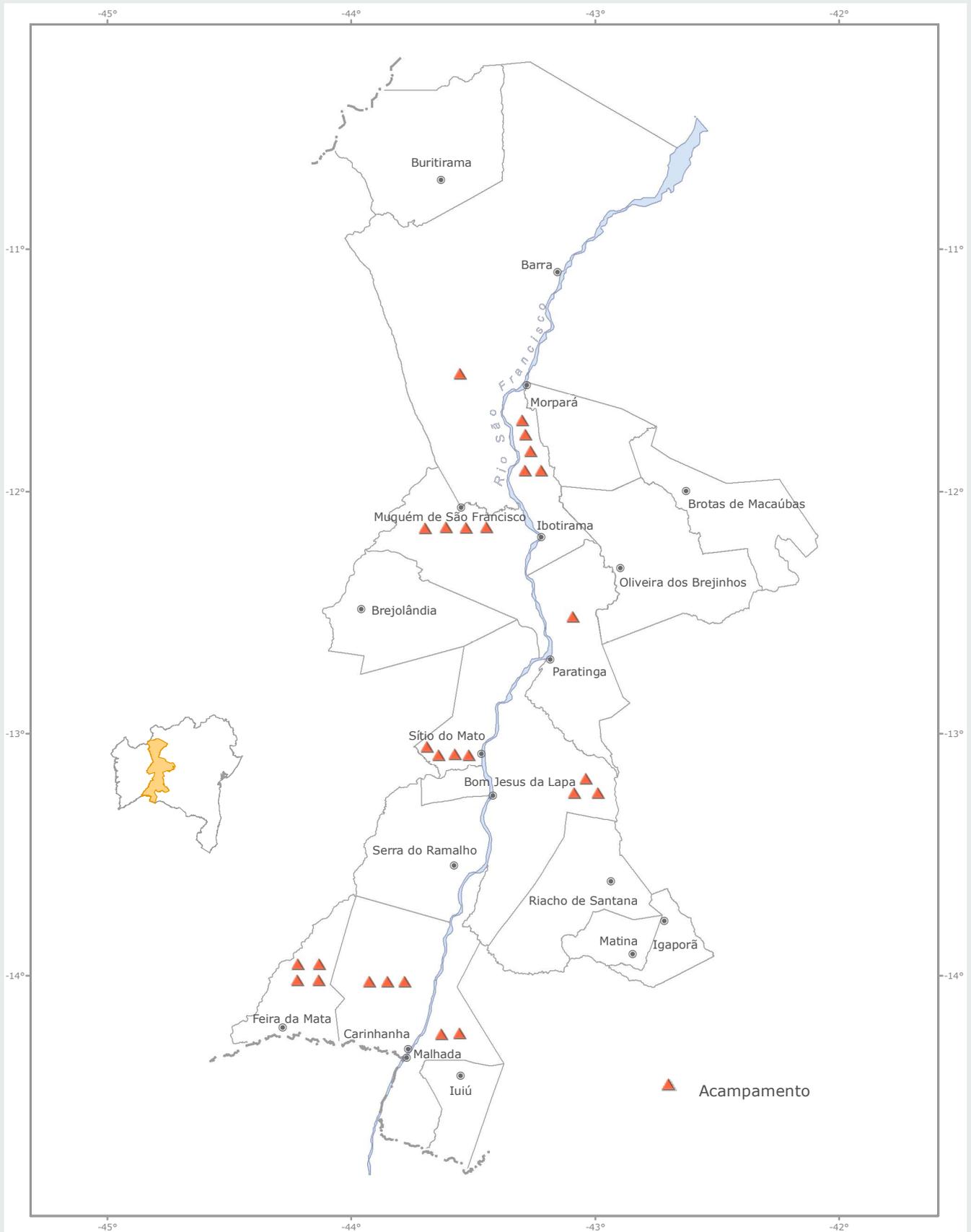
Mapa 19
MÉDIO SÃO FRANCISCO - BAHIA
MUNICÍPIOS COM ACAMPAMENTOS DE TRABALHADORES SEM TERRA
2005



Fonte da base cartográfica: CONDER-SEI (adaptada)
Fontes dos dados: INCRA, MST, FETAG e CETA (dez/2005)
Elaboração: Projeto GeografAR (2006)



Mapa 20
MÉDIO SÃO FRANCISCO - BAHIA
ACAMPAMENTOS DE TRABALHADORES SEM TERRA
2005



Fonte da base cartográfica: CONDER-SEI (adaptada)
Fontes dos dados: INCRA, MST, FETAG e CETA (dez/2005)
Elaboração: Projeto GeografAR (2006)



4.1.4 Projetos Cédula da Terra e Crédito Fundiário

Outra forma de acesso à terra encontrada na região são os assentamentos do Programa Cédula da Terra (PCT), implantado com o apoio do Banco Mundial. Este programa é entendido como uma anti-reforma agrária, onde o acesso à terra não se dá pelo instrumento de desapropriação, mas de compra e venda da terra financiada pelo sistema bancário e intermediado pelo Estado. No Estado da Bahia, o PCT foi oficialmente lançado em novembro de 1997, tendo sua fase piloto concluído no ano 2000, mas tendo continuidade através do Programa de Crédito Fundiário (PCF). Não obstante a resistência das principais organizações e movimentos sociais este programa foi implantado no Estado da Bahia num ritmo bastante acelerado.

O Programa de Crédito Fundiário teve seu início com o Programa Cédula da Terra (PCT) e, na região do MSF, foram implantados nove projetos com área de 7.878 ha, com 290 famílias envolvidas, conforme Tabela 48 e Mapas 21 e 22.

Tabela 48 – Programa Cédula da Terra, Médio São Francisco, 1997-2002

Município	Associação	Imóvel	Área (ha)	N ^a Famílias	Data SAT	Data SIC
Barra	Produtores Rurais de São Jorge	Faz. Nova Paripace	346,0	24	10/9/01	27/12/01
Total	01 Associação		346,0	24		
Bom Jesus da Lapa	Produtores Rurais Coroa do Chico	Faz. Itaberaba	1000,0	40	26/5/98	9/4/98
Total	01 Associação		1000,0	40		
Ibotirama	Fazenda Olhos D'Água dos Tanques	Faz. Olhos D'Água	849,0	28	30/10/00	22/12/00
Ibotirama	Morada da Boa Vista do Lagamar	Faz.Boa Vista Lagamar	710,0	30	9/1/01	22/12/00
Total	02 Associações		1559,0	58		
Matina	Pequenos Produtores Rurais da Fazenda Campo Lindo	Faz. Campo Lindo	890,0	35	29/11/01	4/1/02
Total	01 Associação		890,0	35		
Morpará	Mocambo Alto	Faz. Periperi I	1500,0	40	16/11/98	28/8/00
Morpará	Pequenos Produtores Santa Isabel	Faz. Santa Isabel	760,0	25	30/10/00	22/12/00
Total	02 Associações		2260,0	65		
Muquém de São Francisco	Moradores da Comunidade Pagem	Faz. Beira Rio	975,0	36	27/12/00	22/12/00
Total	01 Associação		975,0	36		
Riacho de Santana	Pequenos Prod. Rurais Boqueira, Santana e Região	Faz. Pau Sangue	848,0	32	30/10/00	10/5/01
Total	01 Associação		848,0	32		
TOTAL	9		7.878,0	290		

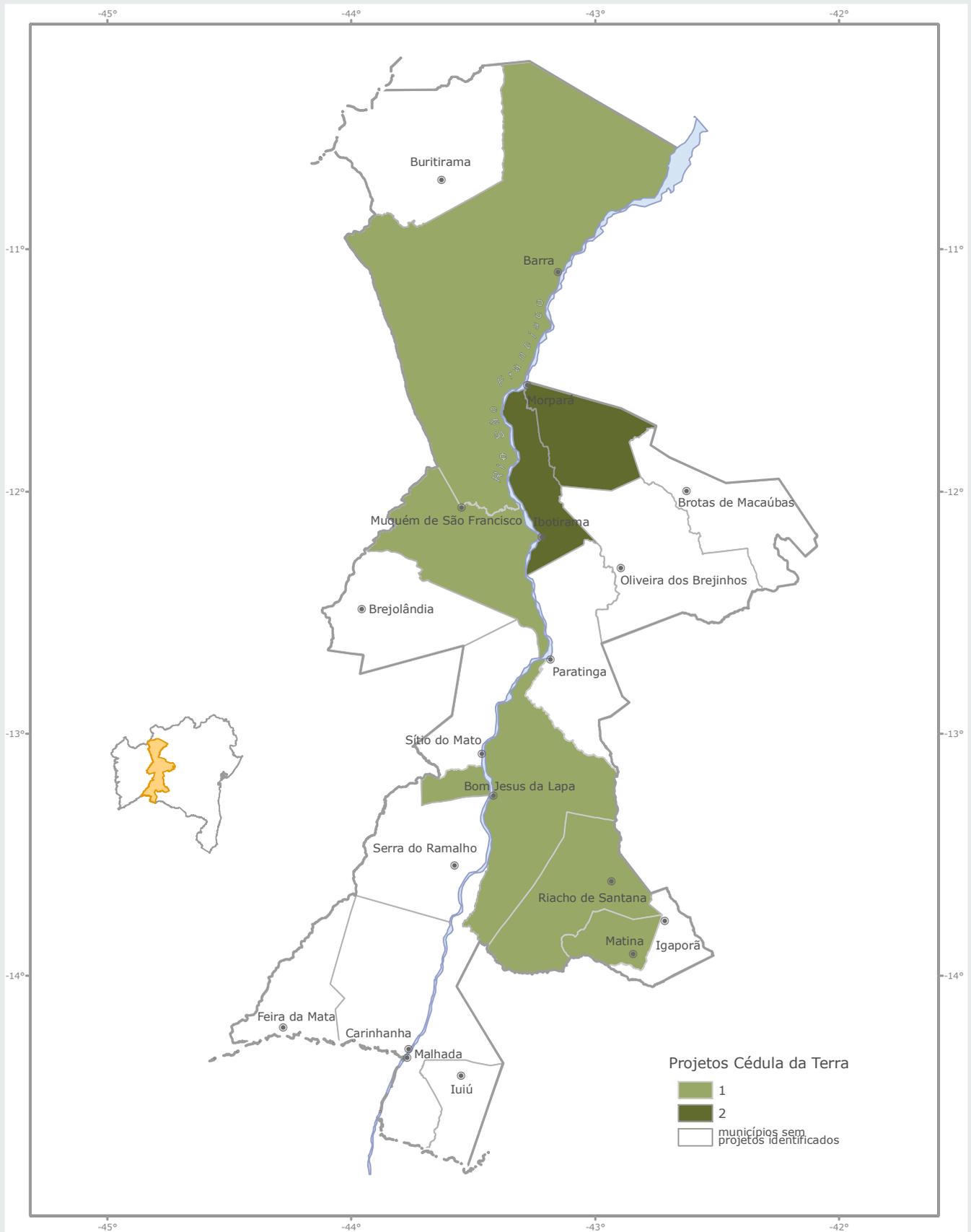
Fonte: CAR

Elaboração: Projeto GeografAR, 2005.

Observações: SAT - Subprojeto de Aquisição de Terra. Após a vistoria do CDA e comprovação da CAR, é elaborado o SAT onde é analisada a relação das culturas, capacidade de pagamento e custo por família.

SIC - Subprojeto de Investimentos Comunitário. Após o encaminhamento do SAT ao Banco do Nordeste é feito o levantamento cadastral e os recursos são liberados para o proprietário. A associação assume a propriedade com o aval dos sócios e é elaborado o SIC.

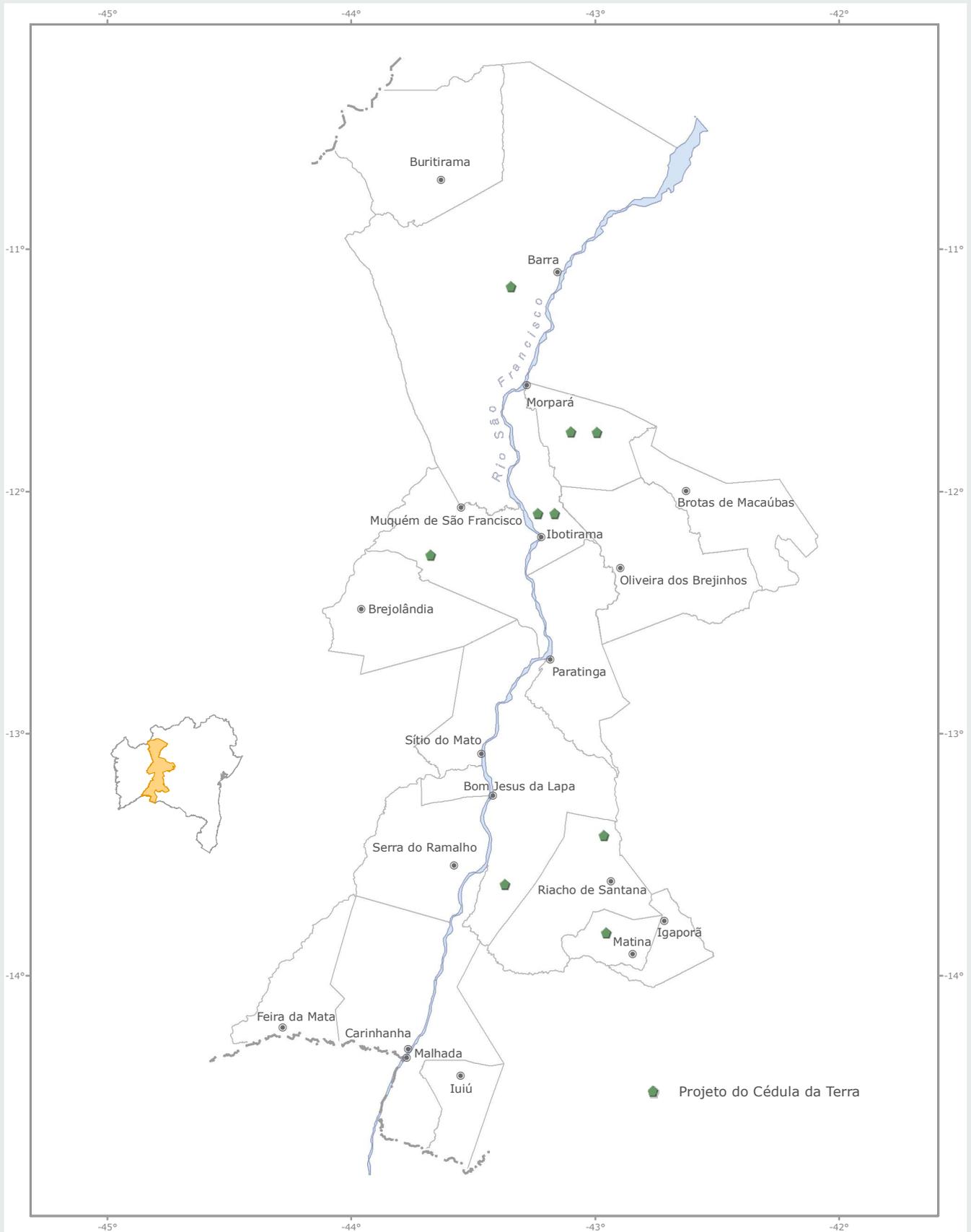
Mapa 21
MÉDIO SÃO FRANCISCO - BAHIA
MUNICÍPIOS COM PROJETOS DO CÉDULA DA TERRA
2005



Fonte da base cartográfica: CONDER-SEI (adaptada)
Fonte dos dados: CAR (dez/2005)
Elaboração: Projeto GeografAR (2006)



Mapa 22
MÉDIO SÃO FRANCISCO - BAHIA
PROJETOS DO CÉDULA DA TERRA
2005



Fonte da base cartográfica: CONDER-SEI (adaptada)
Fonte dos dados: CAR (dez/2005)
Elaboração: Projeto GeografAR (2006)

0 10 20 40 60 80
Km
1:2.500.000

O Programa Cédula da Terra teve continuidade com os Projetos de Crédito Fundiário (PCF) com a aquisição de sete propriedades no Médio São Francisco com área de 6.395,10 ha com 231 famílias envolvidas, conforme pode ser visualizado na Tabela 49 e nos Mapas 23 e 24.

Tabela 49 – Projetos de Crédito Fundiário, Médio São Francisco, 2002-2005

Município	Associação	Imóvel	Área (ha)	N ^a Famílias	Data SAT	Data SIC
Barra	Pequenos Proprietários Rurais Boa Esperança	Faz. Mundo Novo I	975,00	44	24/11/2004	19/5/2005
Barra	Nova Esperança Comunidade de Igarité	Faz. Igarité	1.259,40	30	14/1/2005	30/3/2005
Barra	Produtores da Comunidade de Torrinha	Faz. Torrinha	807,70	26	14/1/2005	29/4/2005
Total	03 Associações		3.042,10	100		
Ibotirama	Assentamento Trabalhadores Rurais da Linha	Faz. Linha	1.225,00	36	31/7/2002	14/11/2002
Total	01 Associação		1.225,00	36		
Muquém do São Francisco	Assentados de Três Morros	Faz. Santa Cecilila	814,00	35	30/7/2002	23/10/2002
Muquém do São Francisco	Pequenos Produtores Rurais Vila Enedina Bahia	Faz. Santa Cecilila	814,00	35	30/7/2002	23/10/2002
Total	02 Associações		1.628,00	70		
Riacho de Santana	Pequenos Produtores Paus Pretos	Faz. Esplanada	500,00	25	31/7/2002	24/10/2002
Total	01 Associação		500,00	25		
TOTAL	7		6.395,10	231		

Fonte: CAR (dados de dezembro/2005)

Elaboração: Projeto GeografAR, 2005

Observações: SAT - Subprojeto de Aquisição de Terra. Após a vistoria do CDA e comprovação da CAR, é elaborado o SAT onde é analisada a relação das culturas, capacidade de pagamento e custo por família.

SIC - Subprojeto de Investimentos Comunitário. Após o encaminhamento do SAT ao Banco do Nordeste é feito o levantamento cadastral e os recursos são liberados para o proprietário. A associação assume a propriedade com o aval dos sócios e é elaborado o SIC.

A média de área por família no PCT correspondeu a 27,16 hectares, enquanto que no PCF, foi de 27,68 hectares, praticamente o mesmo encontrado no PCT. Esta relação é bastante inferior ao módulo rural (65 hectares/família) definido para a região do Médio São Francisco, conforme pode ser observado no Mapa 25. Ressaltando-se que, nenhum imóvel adquirido por meio deste programa atende às recomendações legais estabelecidas pelo próprio Estado. Com relação à fração mínima, 25 ha, em média esta exigência é alcançada, não sendo verificada em Riacho de Santana e Matina, demonstrando uma situação de sustentabilidade preocupante para as famílias que adquiriram terra através deste Programa, já manifestada nas situações de inadimplência. A espacialização desta relação pode ser vista no Mapa 26.

O Programa Cédula da Terra teve continuidade com os Projetos de Crédito Fundiário (PCF) com a aquisição de sete propriedades no Médio São Francisco com área de 6.395,10 ha com 231 famílias envolvidas, conforme pode ser visualizado na Tabela 49 e nos Mapas 23 e 24.

Tabela 49 – Projetos de Crédito Fundiário, Médio São Francisco, 2002-2005

Município	Associação	Imóvel	Área (ha)	Nº Famílias	Data SAT	Data SIC
Barra	Pequenos Proprietários Rurais Boa Esperança	Faz. Mundo Novo I	975,00	44	24/11/2004	19/5/2005
Barra	Nova Esperança Comunidade de Igarité	Faz. Igarité	1.259,40	30	14/1/2005	30/3/2005
Barra	Produtores da Comunidade de Torrinha	Faz. Torrinha	807,70	26	14/1/2005	29/4/2005
Total	03 Associações		3.042,10	100		
Ibotirama	Assentamento Trabalhadores Rurais da Linha	Faz. Linha	1.225,00	36	31/7/2002	14/11/2002
Total	01 Associação		1.225,00	36		
Muquém do São Francisco	Assentados de Três Morros	Faz. Santa Cecília	814,00	35	30/7/2002	23/10/2002
Muquém do São Francisco	Pequenos Produtores Rurais Vila Enedina Bahia	Faz. Santa Cecília	814,00	35	30/7/2002	23/10/2002
Total	02 Associações		1.628,00	70		
Riacho de Santana	Pequenos Produtores Paus Pretos	Faz. Esplanada	500,00	25	31/7/2002	24/10/2002
Total	01 Associação		500,00	25		
TOTAL	7		6.395,10	231		

Fonte: CAR (dados de dezembro/2005)

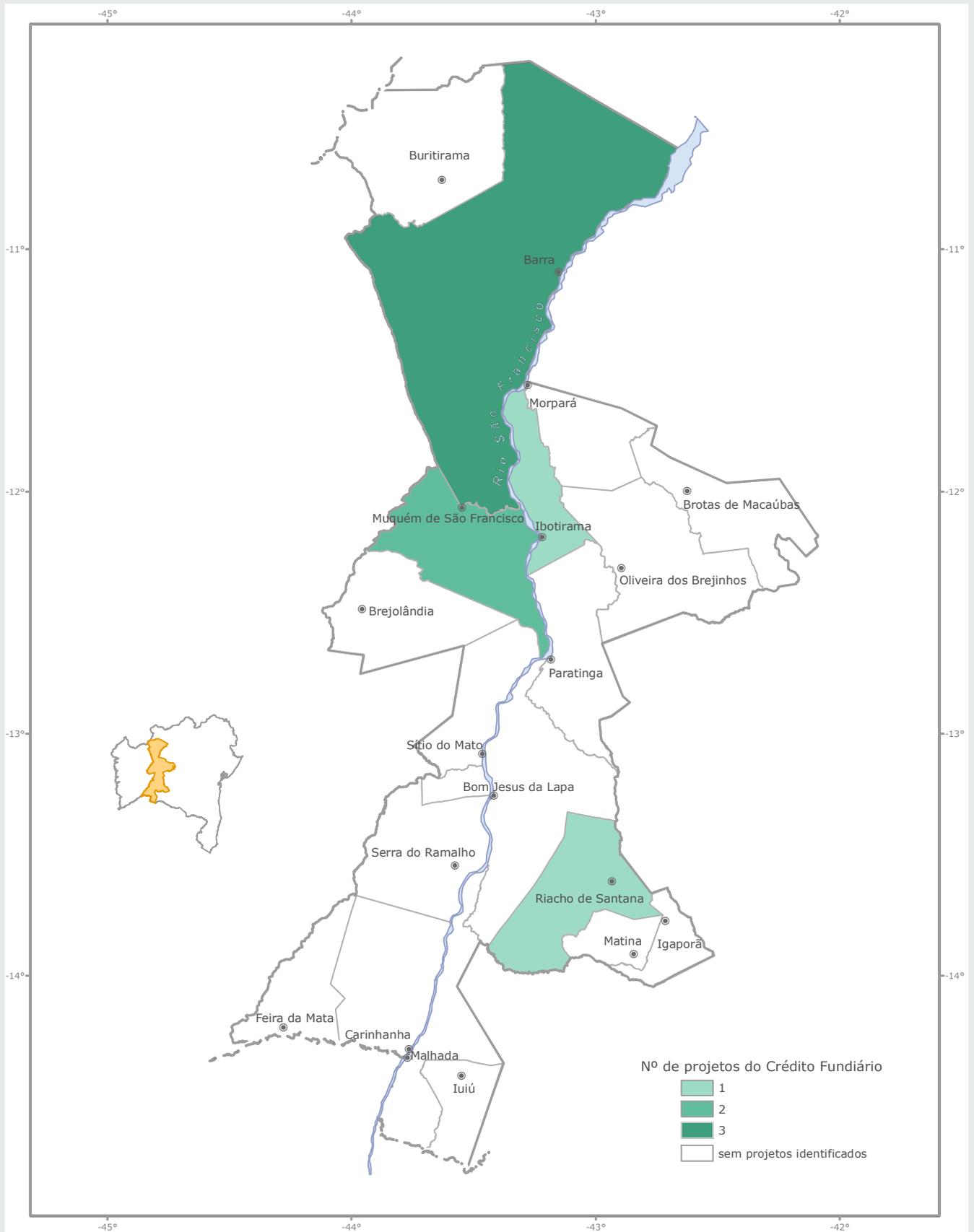
Elaboração: Projeto GeografAR, 2005

Observações: SAT - Subprojeto de Aquisição de Terra. Após a vistoria do CDA e comprovação da CAR, é elaborado o SAT onde é analisada a relação das culturas, capacidade de pagamento e custo por família.

SIC - Subprojeto de Investimentos Comunitário. Após o encaminhamento do SAT ao Banco do Nordeste é feito o levantamento cadastral e os recursos são liberados para o proprietário. A associação assume a propriedade com o aval dos sócios e é elaborado o SIC.

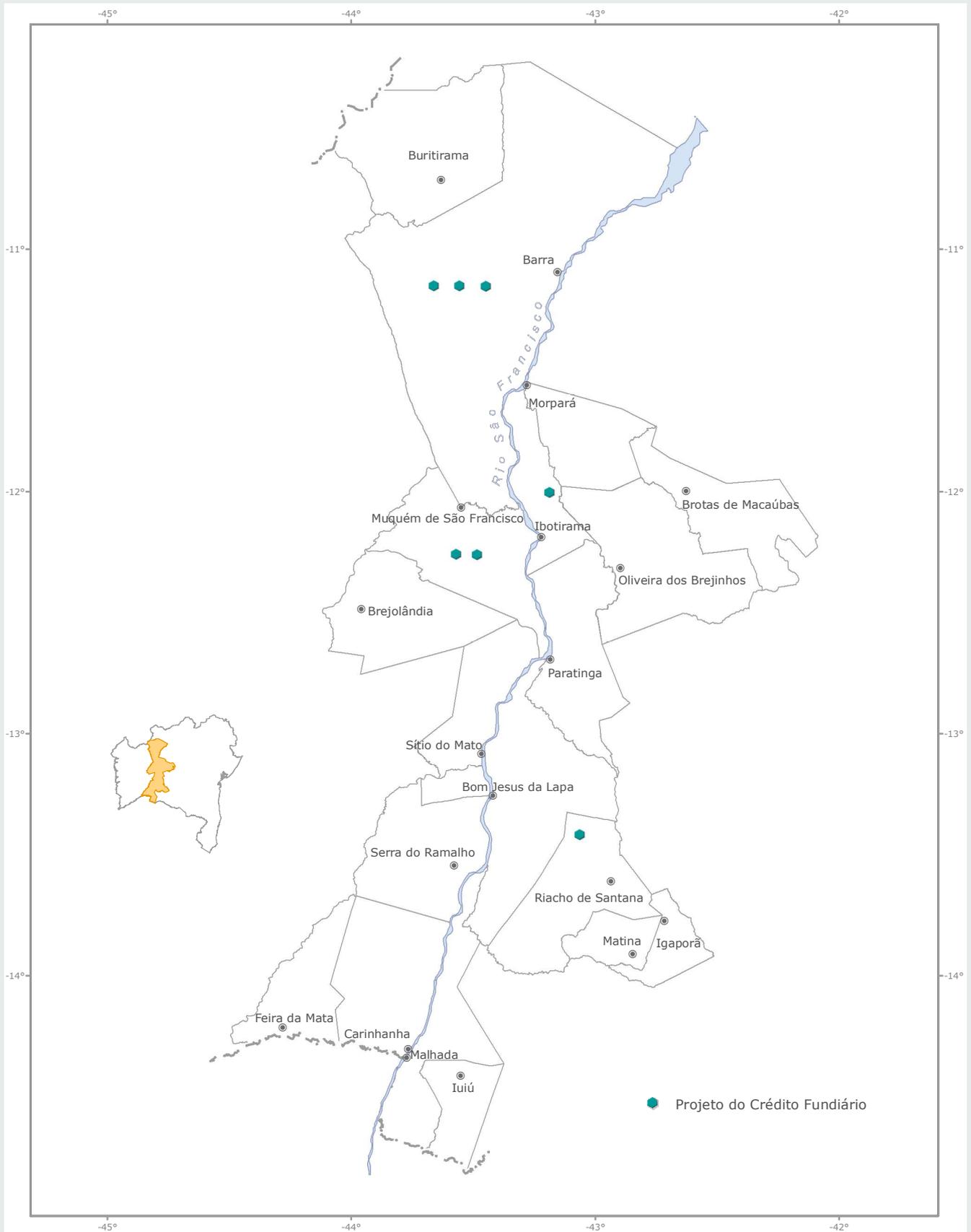
A média de área por família no PCT correspondeu a 27,16 hectares, enquanto que no PCF, foi de 27,68 hectares, praticamente o mesmo encontrado no PCT. Esta relação é bastante inferior ao módulo rural (65 hectares/família) definido para a região do Médio São Francisco, conforme pode ser observado no Mapa 25. Ressaltando-se que, nenhum imóvel adquirido por meio deste programa atende às recomendações legais estabelecidas pelo próprio Estado. Com relação à fração mínima, 25 ha, em média esta exigência é alcançada, não sendo verificada em Riacho de Santana e Matina, demonstrando uma situação de sustentabilidade preocupante para as famílias que adquiriram terra através deste Programa, já manifestada nas situações de inadimplência. A espacialização desta relação pode ser vista no Mapa 26.

Mapa 23
MÉDIO SÃO FRANCISCO - BAHIA
MUNICÍPIOS COM PROJETOS DO PROGRAMA CRÉDITO FUNDIÁRIO
2005



Fonte da base cartográfica: CONDER-SEI (adaptada)
Fontes dos dados: CAR (dez/2005)
Elaboração: Projeto GeografAR (2006)

Mapa 24
MÉDIO SÃO FRANCISCO - BAHIA
PROGRAMA CRÉDITO FUNDIÁRIO
2005



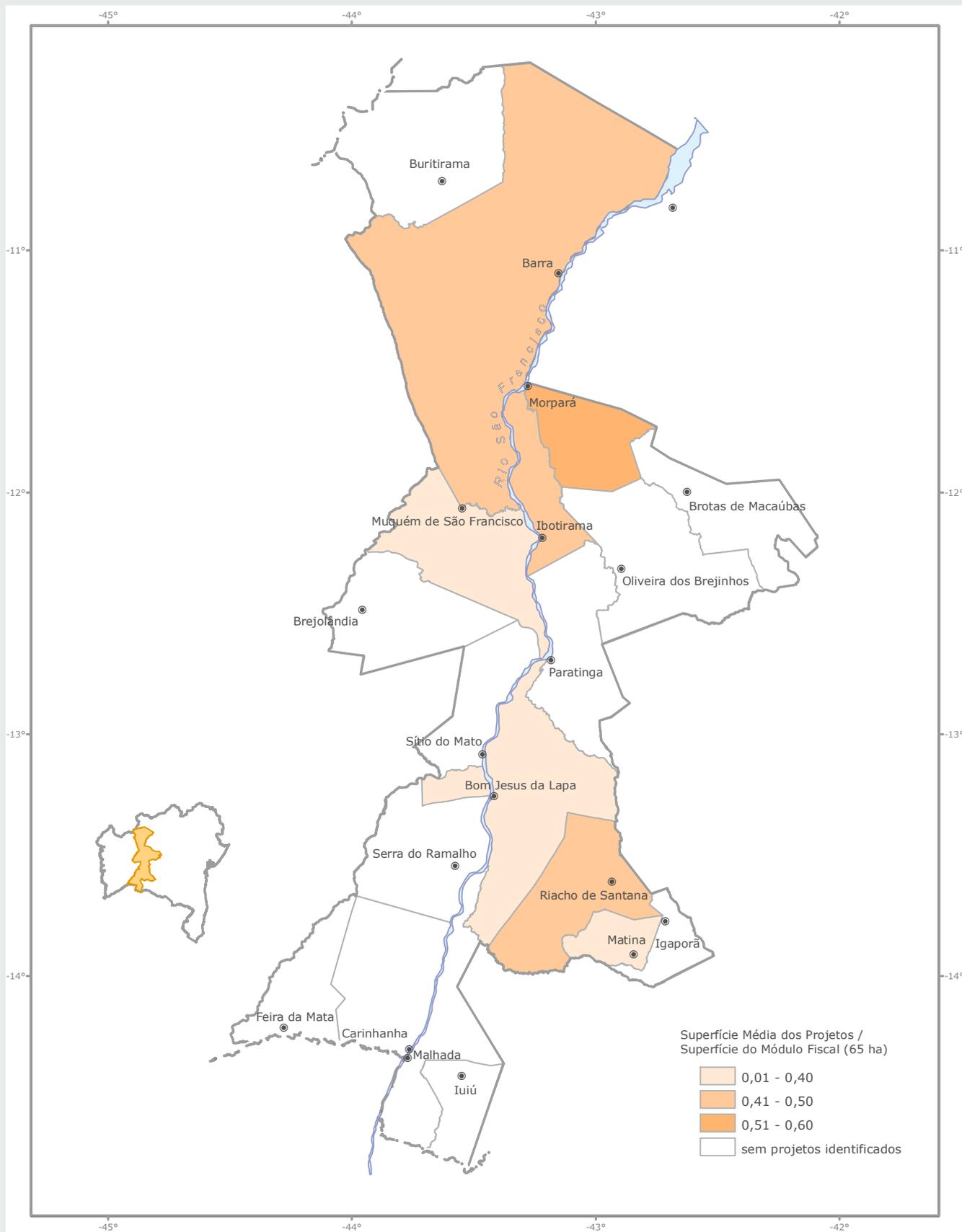
Fonte da base cartográfica: CONDER-SEI (adaptada)

Fontes dos dados: CAR (dez/2005)

Elaboração: Projeto GeografAR (2006)



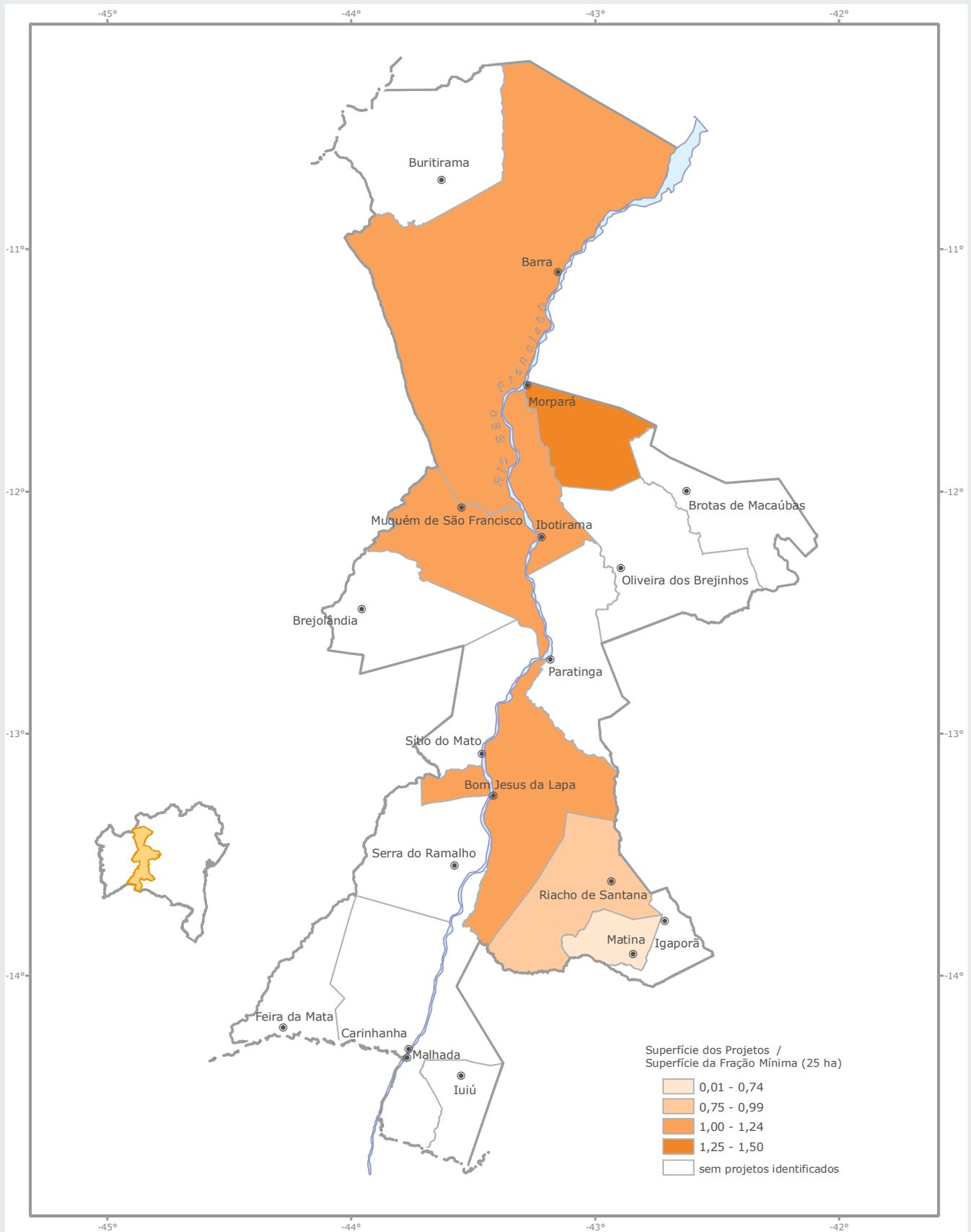
Mapa 25
MÉDIO SÃO FRANCISCO - BAHIA
RELAÇÃO ENTRE SUPERFÍCIE DE PROJETOS DO CÉDULA
DA TERRA - CRÉDITO FUNDIÁRIO E O MÓDULO FISCAL
2005



Fonte da base cartográfica: CONDER-SEI (adaptada)
Fontes dos dados: CAR e INCRA (dez/ 2005)
Elaboração: Projeto GeografAR (2006)



Mapa 26
MÉDIO SÃO FRANCISCO - BAHIA
RELAÇÃO ENTRE SUPERFÍCIE DE PROJETOS DO CÉDULA DA
TERRA - CRÉDITO FUNDIÁRIO E A FRAÇÃO MÍNIMA DA PROPRIEDADE
2005



Fonte da base cartográfica: CONDER-SEI (adaptada)
Fontes dos dados: CAR e INCRA (dez/ 2005)
Elaboração: Projeto GeografAR (2006)

0 10 20 40 60 80 Km
1:2.500.000

Inicialmente este Programa, que se dizia complementar à reforma agrária acabou adquirindo terras onde caberia o instrumento de Reforma Agrária. Após a denúncia e pressão dos movimentos sociais, as terras adquiridas pelo Programa passariam a observar o limite de 15 módulos fiscais.

Além dos entraves que este programa tem enfrentado, soma-se, na região do MSF, a dificuldade de comprovação da origem da cadeia dominial de propriedade, pois grande parte das terras dessa região é constituída por terras devolutas e carecem de legalização, não podendo, portanto, serem comercializadas através do PCT/PCF.

4.2. Assentamentos derivados da história da resistência e da luta na terra

O conjunto de assentamentos tratados neste item não são diretamente derivados da ação do Estado, mas do processo histórico da ocupação da área. São experiências de assentamentos derivados da história, da organização e da vida, - a exemplo de alguns casos focados neste estudo como: comunidades de fundo de pasto, comunidades negras rurais quilombolas, comunidades tradicionais dos brejos e indígenas – sempre uma história marcada pela resistência.

Mais recentemente, as estratégias de resistência passaram a exigir uma outra forma de organização – em associações, coordenações e movimentos – que acabam resultando numa maior visibilidade destes assentamentos e uma maior pressão para conquistas e reconhecimento de seus direitos sobre as terras historicamente ocupadas.

4.2.1 As Comunidades de Fundo de Pasto no Médio São Francisco

O Fundo de Pasto constitui-se enquanto um sistema produtivo, cujos integrantes têm como valores basilares a família, a terra e o trabalho e utilizam-se da prática do pastoreio extensivo compartilhando, comunitariamente, em grandes extensões de terra no semi-árido baiano. A ordem moral e a tradição das suas comunidades são transmitidas a partir da oralidade, assim, estão pautados na palavra e nos costumes, ou seja, no direito consuetudinário. Essas comunidades estão ligadas por laços de parentesco estabelecidos a partir do matrimônio e das relações de compadrio.

O código interno criado nos Fundos de Pasto tem por objetivo orientar o processo produtivo desenvolvido em inexorável condição de escassez e trouxe consigo o germe de interdependência. O grupo doméstico de produção, além de se integrar por laços de parentesco, aliança que impede o repasse da terra, tece, ainda, relações de solidariedade baseadas nas atividades coletivas decorrentes da organização produtiva que instrumentaliza este sistema. A unidade familiar mantém o manejo, a comercialização dos animais e a agricultura de subsistência nos períodos chuvosos.

Garcez analisa, assim, este modo de vida tradicional:

[...] o Fundo de Pasto [...] é um costume mais que secular desenvolvido pelo homem do sertão, que lhe vem assegurando a sobrevivência como grupo, com suas práticas agrícolas e seus valores culturais próprios. [...] As comunidades “pasteiras” configuram um modelo singular de posse e uso da terra, cuja expressão social vai além da sua validade como força produtiva. Integradas por pequenos produtores ocupados no pastoreio coletivo do gado caprino [...] elas asseguram a integração do homem com a terra [...]

A denominação “Fundo de Pasto” passou a existir quando da intervenção do Governo da Bahia, a partir de 1983, dirigida ao reconhecimento jurídico dessa forma de organização social estabelecida em diferentes municípios do semi-árido baiano,. Naquele momento, em seus estudos preliminares, os técnicos observaram as casas dos camponeses com seus quintais/terreiros, tendo suas criações ao fundo, pastando no bioma da Caatinga; surgindo, então, o termo Fundo de Pasto. Atualmente, essa designação já está assimilada e difundida entre as comunidades que compartilham desse modo de vida, inclusive os grupos organizados apenas consideram como Fundo de Pasto as comunidades registradas ou em fase de reconhecimento pelo estado da Bahia, via seus órgãos responsáveis para essa política.

Existe, na Bahia, além do Fundo de Pasto, outra forma de uso comum da terra: o Fecho de Pasto. Apesar de aparentemente semelhantes, guardam entre si profundas diferenças. As principais distinções entre o Fundo e o Fecho de Pasto estão pautadas na diversidade do ecossistema nos qual estas atividades são desenvolvidas, na forma de utilização das terras de uso comuns e no animal de criação. Contudo, em ambas prevalece a organização social baseada em laços de parentesco e compadrio e a baixa monetarização do sistema sócio-produtivo.

Os Fechos de Pasto estão localizados em regiões mais úmidas, com vegetação nativa geralmente constituída pelo tipo floresta ombrófila densa ou região de cerrado com a presença marcante de água; a organização destes espaços configura-se em pequenas unidades individuais onde se encontra o criatório, e a utilização das terras de uso comuns se efetiva no período de estiagem, quando a alimentação se torna escassa para o pequeno rebanho nas terras de uso individual. Normalmente, os Fechos de Pasto encontram-se em áreas próximas ao sopé dos morros e aos recursos hídricos, como rios e lagoas. Nessas áreas prevalece a criação de bovinos, entretanto esta não é a única fonte de renda, pois divide importância com a atividade agrícola.

Os Fundos de Pasto, por sua vez, objeto de análise neste estudo, estão localizados em sua totalidade nas regiões onde prevalece o clima semi-árido, convivendo com o ecossistema da Caatinga e, conseqüentemente, com a escassez de água. A utilização comum dos recursos naturais é uma necessidade, fazendo parte da lógica do sistema produtivo desenvolvido e do modo de vida desses camponeses, que compartilham a terra como estratégia de reprodução da vida e manutenção dos seus rebanhos, constituídos, principalmente, de caprinos e ovinos e, secundariamente, de bovinos. O lucro através destas criações, juntamente com a aposentadoria, na

atualidade, constituem-se nas principais fontes de renda das comunidades.

Nos Fundos Pasto cada família possui uma unidade produtiva que, normalmente, não é cercada, o que permite o livre circular dos animais entre uma propriedade e outra. A terra não é comum ao grupo; muito pelo contrário, cada família sabe exatamente onde começa e termina a sua “propriedade”. O que é comum é o uso da terra, ou seja, como as unidades produtivas não são cercadas devido à estratégia utilizada pelo grupo, os animais circulam livres pelas unidades produtivas, independente de quem seja o dono da terra e dos animais. Desse modo, o espaço é produzido a partir de uma casa e uma pequena área cercada, reservada para o manejo dos animais e a plantação de cultivos alimentares (mandioca, milho, feijão e abóbora, entre outras) e forrageiras, como a palma e espécies leguminosas destinadas a complementar as necessidades alimentares do rebanho. Vale ressaltar que dependendo da tradição e da organização social do grupo, alguns pontos são considerados de uso comum para a comunidade, a exemplo das aguadas, sopé de morros, lagoas, dentre outros mananciais essenciais à (re)produção do grupo.

Nas comunidades de Fundo de Pasto a mobilidade espacial dos seus membros rumo a região Sudeste, particularmente para São Paulo, foi e ainda é em algumas comunidades uma constante. Nas pesquisas preliminares, observou-se que esses deslocamentos estavam vinculados, principalmente, a uma estratégia de (re)produção da vida utilizando-se da migração para o local onde, naquele momento, o capital se reproduzia com maior intensidade. Para o membro que partia significava a expectativa, o desafio; e para a família que ficava representava a garantia de um novo e certo fluxo de renda, acontecimento que garantia a reprodução/subsistência dos que permaneciam. Observa-se que esta mobilidade acentuou-se, na década de 1950, quando São Paulo iniciava a expansão e modernização das suas indústrias. Esses deslocamentos permearam todas as décadas subseqüentes apresentando, hoje, um fluxo desacelerado e, em alguns casos, de retorno.

Outro fator que desperta atenção é a ocorrência de Fundos de Pastos limítrofes, podendo variar de duas a cinco comunidades. Estas, normalmente, guardam laços internos e externos de parentesco, sendo que em muitos casos constituíam uma mesma área no passado, depois se subdividindo, em alguns casos, até como resultado do processo de regularização fundiária.

As diversas comunidades de Fundo de Pasto que se encontravam dispersas no semi-árido baiano durante alguns séculos, viram-se ameaçadas com a iminência da

perda de suas terras com o gradativo processo de valorização das mesmas frente aos interesses capitalistas. Essa valorização foi motivada por diferentes fatores e em momentos históricos diferenciados, contudo, sempre pondo em risco e subjugando essas comunidades tradicionais.

Esse processo se iniciou, na década de 1970, quando os Fundos de Pastos passaram a sofrer enormes pressões através de diversos agentes. Devido à proposta oficial de modernização da agricultura, inicia-se, nas diferentes regiões do estado da Bahia, o estímulo à agricultura e à pecuária, através de créditos subsidiados. Esses volumosos recursos creditícios oferecidos pelo Estado, financiaram, especialmente o cultivo de mandioca, mamona e a criação de bovinos. Aliado a isto a construção de infra-estrutura e a criação de acessibilidade viária, favoreceram e motivaram a grilagem nas áreas de Fundo de Pasto em toda a Bahia, colocando em risco o sistema social, cultural e econômico dessas comunidades.

As comunidades de Fundo de Pasto ocupavam terras devolutas e não possuíam documentos de comprovação da posse legal, observando-se diversas situações: escritura de posse, formal de partilha, comprovante de pagamento do Imposto Territorial Rural (ITR) junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), dentre outras modalidades de documentos que comprovavam o uso, mas não a propriedade da terra.

Estas áreas passaram a ser rapidamente ocupadas, muitas vezes, não para sua utilização econômica, mas para serem guardadas apenas como reservas de valor com finalidade especulativa. Nesse mesmo período, muitos Fundos de Pasto sucumbiram devido ao enfraquecimento de suas organizações internas, envolvendo perdas, vendas de terra e migração dos seus membros. Outros Fundos de Pasto, orientados pela força de seu arranjo interno, organizaram-se para resistir, buscando a confirmação dos seus direitos. Direito para criar o bode solto e direito ancestral sobre a terra – o qual seria confirmado pela origem e estaria pautado em um saber retido e transmitido oralmente pelos membros mais velhos do grupo social. Assim, nessas comunidades os anciões são os guardiões do saber, da história, dos costumes e das tradições, possuindo uma importância significativa para o grupo, juntamente com os migrantes que experimentaram novos saberes. Esses últimos, no decorrer dos anos, foram convocados para fortalecerem a luta e também tiveram um papel fundamental na organização da resistência.

Seria ingênuo acreditar que as comunidades de Fundo/Fecho de Pasto estavam

ocultas, fora do raio de percepção do Estado e dos agentes do capital. Ao contrário, sempre estiveram sob o jugo e a lógica desse monopólio. As mesmas estavam e ainda estão no circuito das “relações não capitalistas” de produção, como formula Oliveira:

[...] temos que entender que o capital cria relações contraditórias, ou seja, *o camponês é produto das relações não-capitalista*, criados pelo capital para sua própria sobrevivência, pois o capital apropria-se da *renda da terra* sem retirar o camponês da terra, então o camponês, assim como o latifúndio é de dentro do capitalismo e não de fora.

A resistência dessas comunidades teve grande influência da Igreja Católica, com organização das Comunidades Eclesiásticas de Base (CEBs), mais tarde organizadas junto à CPT e também com o apoio da FUNDIFRAN. Convém registrar os principais fatos motivadores dos conflitos nesse período, bem como as estratégias desenvolvidas pelos camponeses para resistirem.

As áreas de fundo de pasto não eram cercadas, as cercas começaram a existir vindas de fora no processo de apropriação de suas terras. Mediante o avanço das cercas, efetivado pelos pretensos novos donos das terras, o conflito estava estabelecido. Na década de 1980, ocorreu um fato inusitado: o legislativo de muitos municípios baianos, apoiado no judiciário, privilegiou os interesses dos grileiros/latifundiários emergentes ao embasarem-se no Código Civil de 1916, artigo 588 – o subsídio legal que faltava para desarticular a lógica do sistema produtivo das comunidades tradicionais de Fundo de Pasto – fazendo surgir a “Lei dos 4 Fios” ou “Lei do Pé Alto”. Cabe salientar que cada município fez cumprir a Lei de acordo com o campo de força configurado naquele momento histórico, ora por decreto do Juiz da Comarca Regional, ora por lei municipal.

O objetivo dessa Lei era normatizar e legitimar o uso de cercas com quatro fios de arame. Não obstante, estas cercas seriam suficientes para conter apenas o gado (Pé Alto), enquanto os animais pequenos – criação miúda, como são chamados pelos camponeses – penetravam com facilidade nas grandes “propriedades” dos grileiros/latifundiários, assim como penetravam nas pequenas unidades produtivas de algumas famílias das comunidades que tinham obtido créditos para o cultivo de mandioca ou mesmo para a criação de bovinos. Quando esse fato ocorria os animais eram perseguidos, maltratados e mortos, em muitas situações. E assim, os conflitos ganhavam diversificadas dimensões: camponês x grileiros/latifundiários e seus aliados políticos; camponês x camponês.

Ressalta-se que em muitos municípios devido a “Lei dos quatro fios”, a criação

solta – o que caracterizava, como já foi mencionado, os Fundos de Pasto – desapareceu por completo. Este fato foi muito prejudicial para as comunidades localizadas ao norte da Bahia que viram o rápido processo de cobiça sobre suas terras, instalando-se os conflitos, principalmente nas comunidades de Fundo/Fecho de Pasto registradas na região Oeste do estado. Em especial no município de Correntina que em quase sua totalidade das áreas de Fundo de Pasto sucumbiram frente aos interesses do capital, conforme evidenciam os estudos preliminares. O desaparecimento dessas comunidades está associado à valorização ocorrida no espaço regional, em especial, motivada pelos investimentos estatais e vinculada aos grandes projetos de irrigação, ocorridos a partir dos anos de 1980, que trouxeram consigo a valorização das terras com a chegada da água e das infra-estruturas subjacentes ao processo em curso.

Como pode ser observado, se muitos conflitos eclodiram a partir da implementação da Lei dos “Quatro Fios”, por outro lado, essa mesma permitiu a estruturação de novas estratégias de resistência dos camponeses. Nesse período, os conflitos foram “acalmados” em alguns locais, com a ação do Governo do Estado da Bahia, através do Projeto de Regularização Fundo de Pasto, que iniciou sua implementação, em 1983, através de um convênio entre o extinto Instituto de Terras da Bahia (Interba), Companhia de Desenvolvimento e Ação Social Regional (CAR), Superintendência de Desenvolvimento de Nordeste (Sudene) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD).

Este Projeto iniciou-se através de estudos exploratórios na tentativa de entender o sistema sócio-cultural do Fundo de Pasto e foi realizado nos municípios de Uauá, Curaçá, Juazeiro, Jaguarari, Monte Santo, Senhor do Bonfim e Canudos. A partir desse estudo elaborou-se o Projeto Fundo de Pasto (piloto), que atendeu a algumas comunidades. Todavia, a maioria dos conflitos existentes em comunidades de Fundo de Pasto em disputa, obteve pouca repercussão e visibilidade e, em muitos casos, os impasses estendem-se até os dias atuais. Destacam-se, nesse mesmo período, os conflitos ocorridos na região do Médio São Francisco (BA), particularmente, no município de Oliveira dos Brejinhos, cujas comunidades de Fundo de Pasto rejeitaram a proposta do “plano piloto” implementado na região norte/nordeste da Bahia e, assim, criaram novos precedentes e possibilidades para o reconhecimento das áreas de Fundo de Pasto, questões que serão apresentadas no decorrer deste relatório.

A lei que legitima o modo de vida do Fundo/Fecho de Pasto é a Constituição da Bahia, promulgada em 1988, no seu artigo 179, Parágrafo Único – instituído por força

de emenda popular. No entanto, não há instrumento legal que viabilize a titulação às terras destinadas ao uso comum pelas comunidades.

O processo de titulação das terras de uso comum – dos Fundos/Fechos de Pasto – esbarra em outras leis, estando o processo de titulação das terras dessas comunidades submetido à Lei de Terras do Estado da Bahia, a qual segue outros trâmites.

No início de 1990, as comunidades de Fundo/Fecho de Pasto da Bahia intensificaram as suas luta mediante a institucionalização: a) Central das Associações Agro-pastoris de Fundo e Fecho de Pasto da Região do Senhor do Bonfim (CAFFP) – com sede no município de Senhor do Bonfim (BA), congregando, aproximadamente, 30 associações, distribuídas em 10 municípios ao norte da Bahia; b) Central das Associações de Fundos de Pasto de Oliveira dos Brejinhos e Brotas de Macaúbas, cuja sede encontra-se no município de Oliveira dos Brejinhos, aglutinando 18 associações disseminadas em três municípios: Oliveira dos Brejinhos, Brotas de Macaúbas e Burutirama; c) Articulação Estadual de Fundos e Fechos de Pasto, com sede em Senhor do Bonfim, constituída no final dessa mesma década.

O fato motivador da organização das associações de Fundo/Fecho de Pasto está diretamente ligado às exigências feitas pelo estado da Bahia para regularização fundiária das Comunidades. Convém registrar que nem todas as comunidades registradas nos órgãos responsáveis pelas políticas públicas para estes grupos são filiadas ou participam das Centrais. A comprovação deste fato pode ser percebida nos levantamentos iniciais dessa pesquisa, realizadas no âmbito do GeografAR, já se pôde observar o registro de 363 associações estruturadas em 23 municípios baianos localizados, predominantemente, ao norte/nordeste do estado e, secundariamente, na região do Médio São Francisco. Atualmente, a Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA) – órgão vinculado à Secretaria de Agricultura do Governo da Bahia – é o órgão responsável pela regularização fundiária das áreas de Fundo/Fecho de Pasto. Os processos concluem-se lentamente, e alguns deles tramitam há mais de 15 anos sem solução. Algumas áreas já foram medidas várias vezes e muitos processos estão desaparecidos.

A luta pela titulação das terras dos Fundos de Pasto, com a conseqüente viabilização da permanência das comunidades em suas terras, agrega em seu processo muitas contradições. O estado da Bahia, através de seus órgãos, ainda não encontrou um modo de proceder à titulação sem prejuízos aos camponeses. Destaca-se que na maioria das áreas reconhecidas, a titulação se efetivou apenas nas áreas individuais. Logo, as

terras de uso comum não foram tituladas e o órgão responsável alega impossibilidades legais para fazê-lo, fato que obriga as associações a se manterem em uma luta constante. Dessa forma, as terras de uso comum que, justamente, caracterizam essas comunidades e o seu modo de vida, ficam à revelia da ação de grileiros, garimpeiros, mineradoras, e outros e mesmo susceptível à conflitos internos.

Já no que diz respeito ao uso social da natureza, a ligação dessas comunidades com o ecossistema da Caatinga, favorece o controle ao uso e à manutenção desse bioma. E é nas áreas de Fundos de Pasto a Caatinga apresenta-se mais preservada. Todavia, as denúncias feitas por essas comunidades sertanejas têm crescido no que se refere à invasão de suas terras para a retirada de madeira para a produção de carvão vegetal, a extração inadequada do umbu e da batata do umbu em períodos proibidos, ou ainda a retirada indiscriminada da casca do angico. As terras dos Fundos/Fechos de Pasto também tem sido cobiçadas, ainda, por empresas mineradoras ligadas, principalmente, ao setor de extração de mármore.

Vale salientar que essa forma de organização social – uso comum de terras – acima descrita, não é particularidade do estado da Bahia. Em outras regiões do país, resguardadas as especificidades, existem outros grupos que se utilizam dessa prática como forma de resistência e gestão/utilização dos recursos naturais. Poderíamos citar os Faxinais, existentes no Paraná e os Campos Largos, em Santa Catarina. Porém cabe destacar, que tendo como recorte espacial o estado da Bahia não se pode generalizar o modo de vida desses camponeses nas regiões onde são encontrados e, até, nos mesmos municípios, ocorrem variações organizacionais/culturais na estruturação social das comunidades e em suas estratégias de (re)produção enquanto camponeses, assim como os conflitos fundiários motivados pela territorialização do capital, bem como as formas de luta e resistência dos camponeses não foram às mesmas ao longo do processo. Contudo, os mecanismos de reconhecimento legais da existência dessa forma diferenciada de organização social são generalizadas pelo estado, em suas políticas públicas voltadas para essas comunidades.

Assim o seguinte item tem como propósito visibilizar as comunidades de Fundo de Pasto organizadas/reconhecidas no Médio São Francisco, área de estudo e objeto deste relatório.

4.2.1.1 O Fundo de Pasto no Médio São Francisco

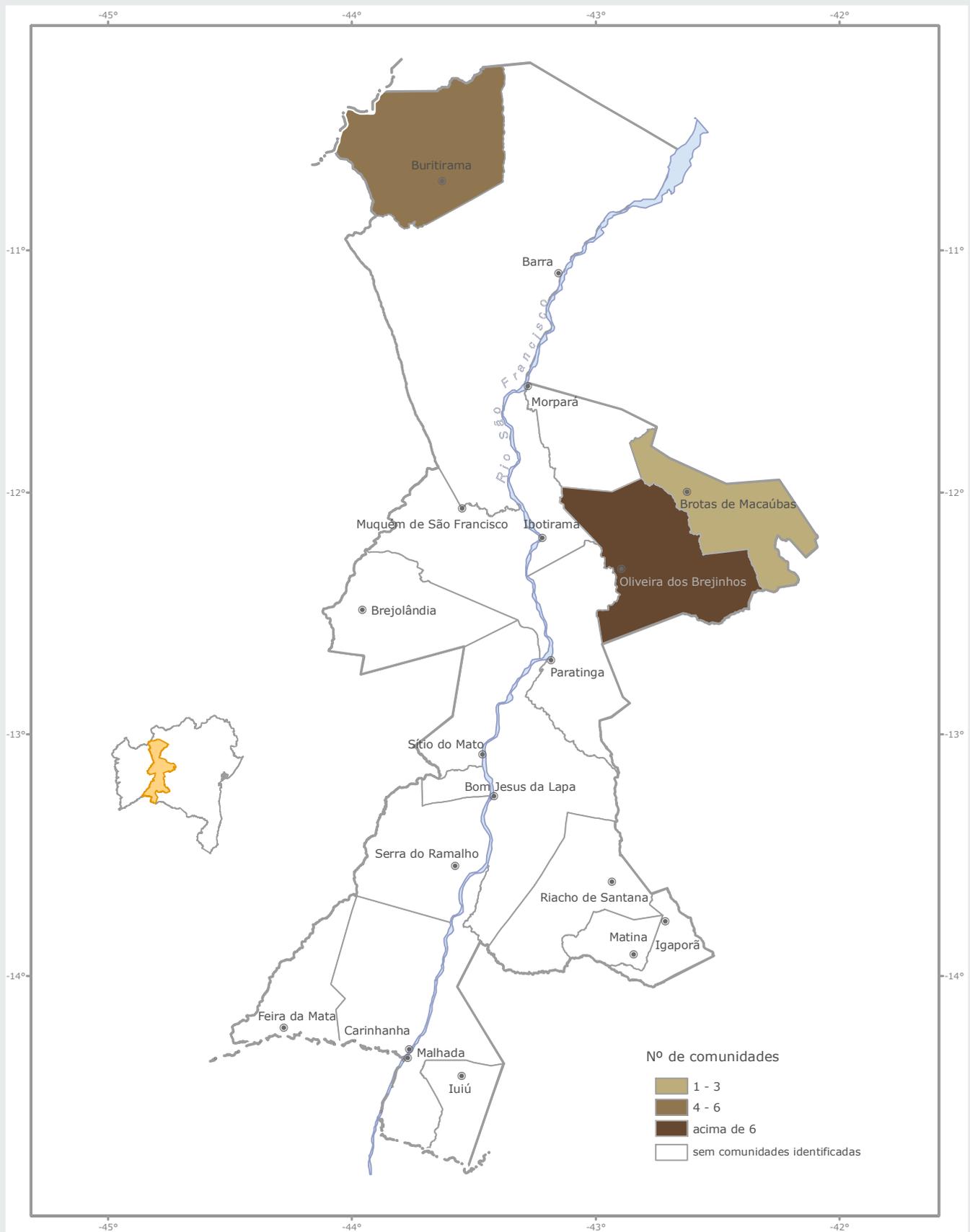
‘Na Região do Médio São Francisco encontram-se identificadas, atualmente, 18 Comunidades Fundo de Pasto, sendo treze localizadas no município de Oliveira dos Brejinhos, quatro no município de Buritirama e duas em Brotas de Macaúbas. Estas comunidades aparecem listadas na Tabela 50 e no Mapa 27 pode-se ver a intensidade da sua ocorrência nos municípios da área de estudo, enquanto no Mapa 28 aparecem os registros numéricos.

Tabela 50 - Comunidades de Fundo de Pasto do Médio São Francisco, 2006

MUNICÍPIO	FUNDO DE PASTO
Brotas de Macaúbas	Ass. Agrop. de Jatobá
	Ass. Com. R. dos P. do Buriti do Alho
Subtotal	2
Buritirama	Ass. Com. Agrop. Caetano
	Ass. Com. Agrop. Cupim
	Ass. Com. Agrop. de Baixo Velho
	Ass. Com. Agrop. de Sítio Descoberto
Subtotal	4
Oliveira dos Brejinhos	Ass. Com. Agrop. Boa Sorte
	Ass. Com. Agrop. da Faz. Cangalha
	Ass. Com. Agrop. de Pé do Morro
	Ass. Com. Agrop. de Várzea Dantas
	Ass. Com. Agrop. Seis Tiros I
	Ass. Com. Agrop. Seis Tiros II
	Ass. Com. Agrop. Várzea Alegre
	Ass. Com. Agrop. Várzea Grande
	Ass. Com. de Saco de Pedra II
	Ass. Com. de Várzea das Pedra II
	Ass. Com. do Espírito Santo e Fundo de Pasto Melancia
	Ass. dos Prod. Rurais de Boa Esperança
Subtotal	12
TOTAL	18

FONTE: Projeto GeografAR, fevereiro/2006.

Mapa 27
MÉDIO SÃO FRANCISCO - BAHIA
MUNICÍPIOS COM COMUNIDADES DE FUNDO DE PASTO
2005



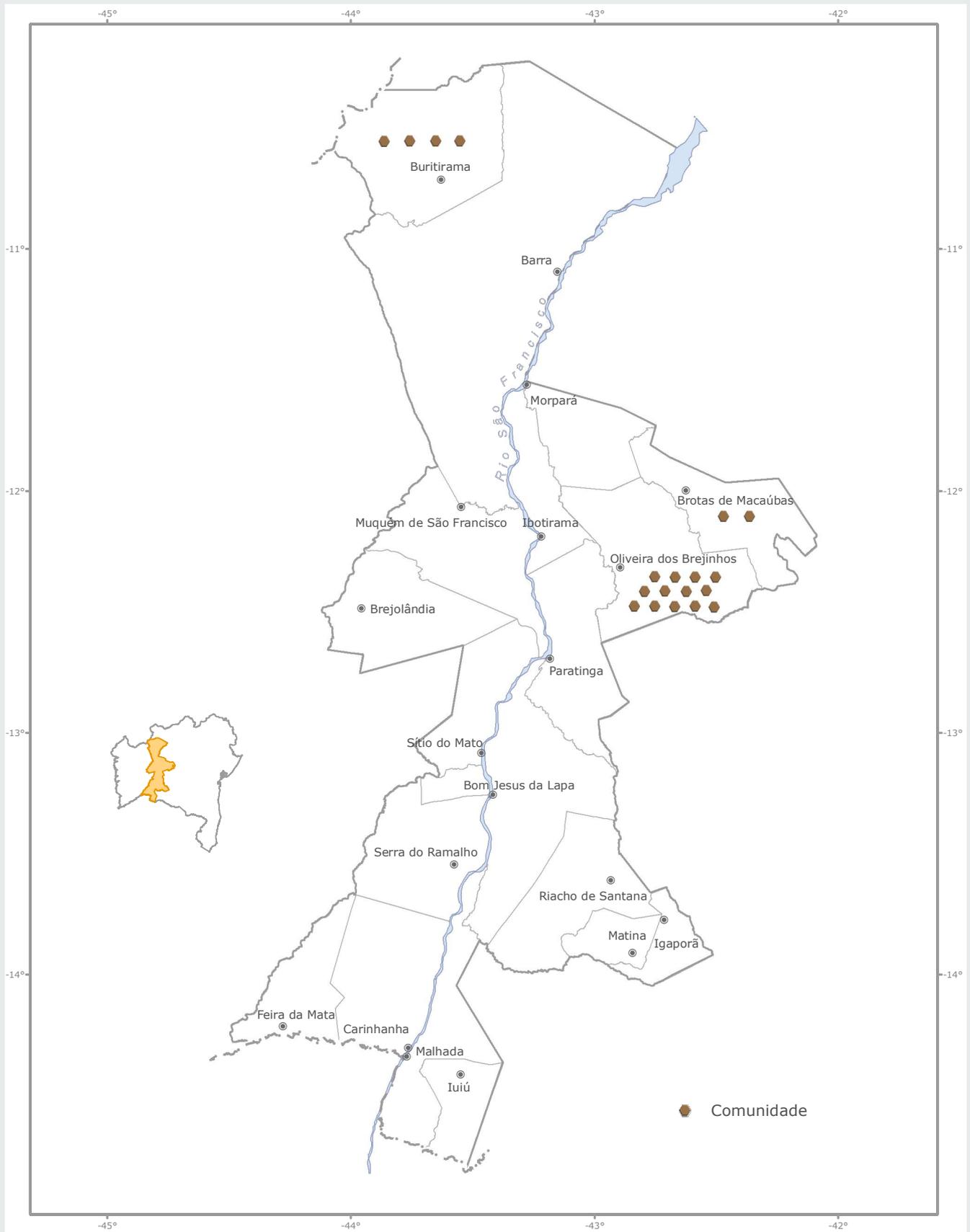
Fonte da base cartográfica: CONDER-SEI (adaptada)

Fonte dos dados: CDA (dez/2005)

Elaboração: Projeto GeografAR (2006)



Mapa 28
MÉDIO SÃO FRANCISCO - BAHIA
COMUNIDADES DE FUNDO DE PASTO
2005



Fonte da base cartográfica: CONDER-SEI (adaptada)

Fonte dos dados: CDA (dez/2005)

Elaboração: Projeto GeografAR (2006)

0 10 20 40 60 80 Km
1:2.500.000

A organização possibilitou a resistência e, por conseguinte a permanência na terra. Superada essa fase, a luta pela garantia da reprodução camponesa das comunidades se dá na atualidade em outras instâncias, as mesmas buscam o apoio institucional para viabilizar projetos que permitam a aquisição e incorporação de novas tecnologias para melhorar a criação de caprinos, sua principal atividade.

A partir de trabalho de campo realizado em três comunidades, será apresentado um breve relato do sistema de produção desses agricultores, no município de Oliveira dos Brejinhos.

A maioria das áreas de Fundo de Pasto em Oliveira dos Brejinhos se formou em torno de uma Várzea, como releva o próprio nome das comunidades. O núcleo mais antigo é a Várzea Grande, que teria se formado a partir da chegada de Dionísio Oliveira, em 1734, segundo relato dos moradores, muitos dos quais se consideram descendentes, em 5ª geração, desse pioneiro.

A comunidade de Várzea Grande foi subdividida e formada a comunidade de Várzea Alegre quando a construção de BR 242, em 1970, que separou ambas as margens da rodovia em Fundos de Pasto diferentes. Os moradores lembram da construção da estrada como um período traumático, porque os animais eram frequentemente atropelados, trazendo prejuízo para os agricultores.

Quase todos os moradores nasceram na própria comunidade, tal qual seus pais e avôs. Atualmente, vivem na comunidade de Várzea Grande 65 famílias e na de Várzea Alegre 16 famílias, sendo a maioria dos moradores ligada por laços de parentesco. Na comunidade vizinha, na Boa Sorte (antigamente denominada Várzea dos Porcos), há 15 famílias, quase todas descendentes de Gregório Néri, que se instalou na área em 1923. O tamanho dos lotes individuais é bastante diferenciado, variando de 10 até 70 hectares, embora a maior parte das áreas não esteja cercada.

De acordo com os moradores mais antigos, a região já foi bem melhor para a agricultura, mas que nos últimos a quantidade de chuva tem diminuído. Essa mudança climática estaria ocorrido há mais ou menos 15 anos, podendo ser explicada pelo desmatamento ou por fatores climáticos globais. Nessas várzeas já se plantou arroz e outras culturas que precisam de muita água, como a cana, que produzia bastante rapadura. Hoje essas culturas estão inviabilizadas. O milho também produzia mais, mas agora perdem a colheita com frequência por falta de chuva.

Assim, a região foi se especializando na criação, principalmente de pequeno porte, como ovinos e caprinos. Antigamente quase tudo era produzido na própria comunidade, como por exemplo, o algodão, que era fiado para fazer panos e roupas. Algumas mulheres do grupo de artesãs, no vizinho povoado de Queimada Nova, ainda conservam as rodas de fiar.

A estrada junto com a “Lei dos quatro fios” eliminou a possibilidade de criar o rebanho solto. A partir desse período ocorreram também vários conflitos fundiários. Na Boa Sorte, o conflito esteve associado a uma tentativa de grilagem, na época do Proálcool, quando o governo estava ofertando empréstimos fartos para o plantio de mandioca, então pensada como possível fonte de matéria-prima.

O processo migratório tem sido especialmente forte nas comunidades, mas nos últimos anos tem diminuído o ritmo. Observa-se um envelhecimento da população, fenômeno comum a outras áreas rurais. Todo ano, nas feiras, a chegada dos “paulistas” é um acontecimento. Algumas pessoas que residem hoje na área passaram longos períodos trabalhando em São Paulo, majoritariamente no ramo da construção civil, os homens; e as mulheres no serviço doméstico.

Há algumas casas fechadas, de pessoas idosas que mudaram para a casa de parentes ou foram para a sede do município, à procura de serviços de saúde que são muito precários. Também há outras casas fechadas de famílias que foram para São Paulo e que pretendem voltar um dia. Com frequência, as casas dos “paulistas” são emprestadas ou alugadas para vizinhos e/ou parentes.

Segundo depoimentos de alguns moradores, a maior mudança dos últimos anos foi a organização dos Fundos de Pasto, pois embora sempre existisse espírito comunitário, isso não se refletia em ação política concreta para reivindicar do poder público melhoras na qualidade de vida.

A produção agrícola é orientada ao consumo da família: feijão, milho e melancia, entre outros. A principal limitação é a carência hídrica e, sobretudo, a imprevisibilidade das chuvas. No caso do milho o problema é que às vezes falta água no período de enchimento do grão, o que reduz drasticamente a produção.

Já se plantou bastante mandioca na região, mas hoje praticamente não se cultiva. O hábito era derrubar a mata e queimar, plantando logo a seguir as outras lavouras. Mas as queimadas, que eram uma prática freqüente, diminuíram bastante. Nas áreas de

Fundo de Pasto não são permitidas. Segundo relatos, nem todos os agricultores têm consciência dos efeitos negativos das queimadas, mas estão respeitando a proibição. Como a derrubada da mata e as queimadas diminuíram, o cultivo da mandioca também se viu reduzido.

A terra é arada com tração animal. Poucos utilizam fertilizantes químicos e/ou agrotóxicos. Alguns agricultores adubam a lavoura com esterco da criação. Também usam tração animal para o transporte de lenha, forragens e outros produtos.

Praticamente todas as famílias desenvolvem uma pequena horta. Embora pequena, a horta produz pelo menos alface, coentro e cebolinha. Alguns produzem também couve, beterraba, cenoura, quiabo, pimentão, alho e cebola, em pequenas quantidades. Porém, falaram que é freqüente que precisem comprar na feira vários desses produtos. É comum também o cultivo de algumas plantas aromáticas e medicinais (hortelã, boldo, erva cidreira, alfazema, alecrim, poejo e mastruz, entre outras), além da criação de porcos e galinhas para o auto-consumo. Alguns agricultores, na busca de maior diversificação, estão iniciando atividades apícolas. Na Várzea Grande existe um projeto de beneficiamento de frutas executados por mulheres e orientado pela CAA. A comunidade ressenete-se da carência de energia elétrica para acionar os equipamentos (visita realizada em julho de 2004). Algumas comunidades têm energia solar instalada a partir de projetos governamentais.

O sorgo foi introduzido por alguns agricultores. Não há tradição desse cultivo na região, mas o sorgo poderia substituir com vantagem o milho dado que tem uma menor exigência hídrica. Também há algumas experiências com gliricídia e andu forrageiro. Outras plantas são cultivadas como forrageiras, como a palma, o capim buffel e a leucena. A alimentação do rebanho tem por base a vegetação da caatinga, ocorrendo a suplementação no período seco.

Existe um pequeno rebanho bovino, mas os agricultores avaliam que a pecuária bovina é economicamente inviável nas condições agroecológicas da região, pois estes animais são muito exigentes no consumo alimentar, sendo dispendioso mantê-los no período da seca. Por isso, criam-se basicamente caprinos e ovinos. O número de cabeças é variável, com uma média de 80 a 100 animais.

Nos anos muito secos, quando a reserva forrageira não é suficiente, torna-se necessário comprar ração. Isto pode ser até anti-econômico, mas o produtor precisa

fazer essa despesa para não prejudicar as matrizes e, portanto, o futuro da sua criação. Observa-se a necessidade de fazer um bom manejo da reserva forrageira, em quantidade e qualidade, conhecimento nem sempre é acessível ao pequeno agricultor, devido à carência de assistência técnica. Atualmente existe um grupo de manejo na comunidade da Várzea Grande, também com orientação da CAA.

Além do planejamento da alimentação é necessário melhorar as práticas reprodutivas, o que deve ser feito de modo coordenado entre os criadores, pois como os animais ficam soltos, é comum que o reprodutor de um rebanho acabe cruzando com as fêmeas do outro rebanho. Nos últimos anos, algo se tem avançado no melhoramento do rebanho e na sanidade animal (basicamente vermifugação e vacina). Uma dificuldade é que os agricultores não realizam quase nenhum tipo de registro, o que dificulta avaliar e melhorar o desempenho do rebanho.

Os principais produtos do extrativismo são a lenha e o umbu. Também a madeira do angico que é utilizada para fazer cercas e currais. Em relação ao umbu há um interesse na sua conservação e expansão, pois os animais comem as plantas novas, mas para fazer um repovoamento é preciso cercar a área.

As rendas provem basicamente da venda de animais, normalmente realizada através de intermediários. Geralmente os preços são baixos e não existe estímulo para melhorar a qualidade do produto. Em média, cada agricultor comercializa por ano em torno de 40 a 50 animais, obtendo uma renda média mensal bastante inferior a um salário mínimo. A isto se soma a renda indireta obtida através do auto-consumo e as transferências governamentais. A pluriatividade é limitada pela inexistência de oportunidades de trabalho na região, além de pequenos serviços.

Foi relatado que alguns agricultores estão desestimulados com a criação, tendo diminuído ou até abandonado a criação. Isto se atribui aos baixos preços pagos pelo produto e à elevada faixa etária de alguns agricultores, que vivem basicamente da aposentadoria. Espera-se que o frigorífico para abate de ovinos e caprinos, a ser instalado através da política territorial, além de outros investimentos, possa melhorar a geração de renda.

A Caatinga encontra-se bastante degradada devido ao pastoreio contínuo. A preservação exigiria o fechamento de algumas áreas para recuperação, provavelmente com cercas móveis, tecnologia ainda não disponível para os pequenos agricultores.

Outro risco de natureza ambiental está no garimpo, pois embora faça muito tempo que se realizem na região atividades de extração mineral de pequeno porte, nos últimos anos têm chegado à região alguns agentes, interessados na extração mineral, que na maioria dos casos não têm a licença necessária.

Todavia, a natureza encontra-se bastante preservada. Algumas das espécies presentes na Caatinga são: aroeira, angico, imburana, juazeiro, favela, jurema e catingueira, além do xiquexique e mandacaru, entre outros. A extração de carvão é menor que em outras regiões, segundo técnicos do IBAMA, porque os criadores vêm a caatinga como seu patrimônio. Há ainda animais silvestres, como emas, antas, tatus e diversos tipos de pássaros. Na área de serra há suçuarana (onças) que às vezes atacam o rebanho. Há diferenças, nesse sentido, entre a criação de ovinos, que fica mais próxima das casas, ou caprinos, que se distanciam do núcleo povoado, ficando mais vulneráveis aos predadores. Como os rebanhos costumam se alimentar no mesmo local, uma vez que a onça descobre o rebanho é comum que o mesmo tenha que ser sacrificado. Os agricultores se ressentem da falta de apoio dos órgãos ambientais para este problema.

Nas comunidades mantêm-se a tradição de fazer a festa de reis, além das festas do padroeiro de cada comunidade, que atraem também os outros moradores da região. Nas três comunidades visitadas há igrejas que foram construídas e reformadas com ajuda dos moradores. O sistema de multirão é também comum nas atividades produtivas. No estatuto de algumas associações está estabelecido que cada família deve oferecer pelo menos três dias de serviço para o coletivo por ano, mas na realidade os trabalhos coletivos consomem um tempo bem maior.

Em síntese, o sistema de Fundo de Pasto é especialmente adaptado ao convívio com o semi-árido, o qual não elimina a necessidade de assistência técnica qualificada para aperfeiçoar o sistema, principalmente com relação à preservação da Caatinga, manejo animal, sustentabilidade das atividades extrativistas, busca de uma maior diversificação das atividades comerciais e segurança alimentar. Contudo, o fator mais importante para o desenvolvimento que é a capacidade de organização nas comunidades de Fundo de Pasto parece estar dado.

4.2.2 As Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Médio São Francisco

As Comunidades Negras Rurais Quilombolas presentes no Médio São Francisco estão fortemente vinculadas à lógica de resistência secular desenvolvida pelas comunidades tradicionais marginalizadas pela sociedade brasileira.

A mão-de-obra escrava indígena e negra surge como resposta às necessidades geradas pelos empreendimentos da Casa da Torre que, a partir de 1670, estabelece fazendas de gado na faixa norte do rio, enquanto a Casa da Ponte estrutura os seus empreendimentos em torno do rio, na região oeste e central da Bahia.

Destaca-se, contudo, que tão importante quanto essas alusões à presença de negros, enquanto mão-de-obra na região é aquela que admite no Vale do São Francisco a presença negra como originária de escravos oriundos dos quilombos espalhados pelos sertões nordestinos. Afirma-se, ainda, que a pecuária extensiva empregava reduzida mão-de-obra, negra e não negra. A presença negra na região se deu, sobretudo, na condição de quilombola, isto é, escravos que fugiam para o interior, subtraindo-se a sua condição de mão-de-obra forçada.

A abolição da escravatura, o enfraquecimento político e a estagnação econômica do estado da Bahia associados às condições ambientais da região proporcionaram o estreitamento das relações de parentesco e solidariedade das comunidades tradicionais às margens do Rio São Francisco.

Contemporaneamente, as lutas pela permanência na terra desencadeadas por estas comunidades ganham dimensões de conflito pela posse da terra por meio de uma coesão identitária em torno da etnia. Para isso, contaram com o apoio de setores da Igreja Católica, através da Comissão Pastoral da Terra (CPT), com a Fundação de Desenvolvimento Integrado do São Francisco (FUNDIFRAN), e posteriormente o Movimento Negro Unificado (MNU) e, mais recentemente, com o Movimento Estadual dos Acampados, Assentados e Quilombolas (CETA) e a Coordenação Regional de Quilombos (CRQ). Essa última instituição, como já mencionado, é uma representação das próprias comunidades de quilombos do Médio São Francisco que foi criada há cerca de três anos com a finalidade de estruturar as ações do movimento de reconhecimento dos direitos quilombolas na região, dando maior visibilidade a suas lutas.

4.2.2.1 A questão do direito à terra das comunidades negras rurais quilombolas

A Constituição de 1988 em seu Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias diz que “Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

No entanto, pouco se fez de efetivo desta época até os dias atuais, para que se fizesse cumprir as determinações descritas pelo Ato. Somente em fins dos anos 90 é que começam a ser discutidas e estabelecidas as normas para a identificação, medição, demarcação e titulação das terras ocupadas pelas comunidades remanescentes de quilombos.

Coube ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a responsabilidade por medir, demarcar e titular as terras de remanescentes de quilombos inseridas em áreas públicas federais, arrecadadas ou obtidas por processo de desapropriação, de acordo com Portaria 307, de 22 de novembro de 1995. Em Portaria 447 do Ministério da Cultura, de 2 de dezembro de 1999, as questões relativas à titularidade das áreas de remanescentes de quilombos é transferida à Fundação Cultural Palmares (FCP).

Em 10 de setembro de 2001, por meio do Decreto 3.912 regulamentam-se as disposições relativas ao processo administrativo para o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e o registro das terras imemorialmente ocupadas pelas comunidades remanescentes de quilombos. As disposições previstas neste decreto são revistas por grupo de trabalho instituído em decreto de 13 de maio de 2003.

Apesar da lentidão na implementação das normas estabelecidas, as comunidades resistiram de foram organizada e consciente e, como resultado do esforço articulado entre essas comunidades, movimentos sociais e entidades ligadas à luta pela terra, no ano de 2003, foram definidas atribuições relativas à Fundação Cultural Palmares e ao INCRA que passam a modificar os resultados do cenário político de luta destas comunidades. Enfim, em decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003, revogando o Decreto 3.912/01, considera-se remanescente de quilombos a comunidade que se auto-reconhecer enquanto tal, encaminhando solicitação, por meio de declaração simples com dados de ancestralidade negra, trajetória histórica, resistência à opressão, cultos e costumes, dirigida à Fundação Cultural Palmares, que certifica a Comunidade

Quilombola. Ao Ministério do Desenvolvimento Agrário por meio do INCRA coube a competência de regulamentar os procedimentos para o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e o registro das terras ocupadas pelas comunidades remanescentes de quilombos.

A regulamentação ao INCRA foi definida pela Instrução Normativa nº. 16, de 24 de março de 2004, que posteriormente é revogada, entrando em vigor a IN nº. 20, de 19 de setembro de 2005, onde de acordo com seu artigo 5º.:

Compete ao INCRA a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação, a desintração, a titulação e o registro imobiliário das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos sem prejuízo da competência concorrente dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Da resistência organizada ao auto-reconhecimento como Comunidade Remanescente de Quilombo, as populações quilombolas buscam garantir a historicidade da ocupação e reivindicar o reconhecimento da propriedade da terra de suas Comunidades para garantir a reprodução física, social, econômica e cultural das famílias que compõem o grupo.

Na Bahia foram identificadas 449 comunidades negras rurais quilombolas, enquanto que, na Região do Médio São Francisco, até o momento, cerca de 61 Comunidades Negras Rurais Quilombolas foram identificadas, o que corresponde a 13,54% do total de comunidades do Estado, conforme Quadro 2. No entanto, a expectativa é de que existam muitas mais, haja vista a dinâmica de identificação e reconhecimento ter crescido grandemente a partir do Decreto 4.887/03.

Das comunidades remanescentes de quilombos destaca-se a Comunidade de Rio das Rãs, que após longo e grave conflito pela posse da terra foi a primeira a ter as suas terras tituladas e reconhecidas na condição de remanescentes de quilombo, através de Projeto Especial Quilombola (PEQ).

Quadro 2 - Comunidades Negras Rurais Quilombolas, Bahia, 2006

Região	Número de Comunidades	Percentual
Litoral Sul	64	13,97
Serra Geral	62	13,54
Médio São Francisco	61	13,32
Chapada	54	11,79
Recôncavo	32	6,99
Paraguaçu	29	6,33
Piemonte da Chapada	28	6,11
Baixo Médio São Francisco	27	5,90
Irecê	27	5,90
Sudoeste	21	4,59
Nordeste	16	3,49
Oeste	15	3,28
Extremo Sul	8	1,75
Litoral Norte	7	1,53
Total	458	100,00

Fonte: INCRA, FCP, CPT, Projeto GeografAR, 2006.

Outras 12 comunidades de quilombos na região solucionaram os conflitos pela posse da terra através da desapropriação preconizada pela Reforma Agrária, como forma de Projeto de Reforma Agrária (PA): as Comunidades de Batalha, Campo Grande I, Pedras e Patos/Nova Volta, Rio das Rãs II, Santa Rita Bandeira e São José no município de Bom Jesus da Lapa. Em Carinhanha, tem-se a Comunidade Feirinha/Marrequinho, em Malhada a Comunidade de Tomé Nunes, em Riacho de Santana tem-se a Comunidade de Brejo de São José; e em Sítio do Mato as Comunidades de Mangal I e II e Talismã. Outras três, além de Rio das Rãs, foram tituladas enquanto Projeto Especial Quilombola (PEQ), que foram Parateca e Rumo ao Rio em Malhada e Barro Vermelho em Sítio do Mato. A relação destes casos pode ser visualizada na Tabela 51.

Tabela 51 - Comunidades Negras Rurais Quilombolas, Médio São Francisco, BA, 2006

Município	Comunidade	Fazenda / Imóvel	Nº de Famílias	Área(ha)	Ato de Criação	Modelo	Recon. FCP / publ. DOU	Situação
Barra	Bandeira Brejo do Mutuca							id
	Brejo do Saco							id
	Curralinho							id
	Juá							id
	Porto da Palha							id
	Porto Alegre							id
	Wanderley							id
Subtotal	7		-	-	-	-	-	
B. Jesus da Lapa	Alagoinhas		20					id
	Araça		128				04/06/04	id/cert
	Batalha	Batalha	450	1.496,76	08/05/03	PA		id/tit
	Nova Batalhinha-Pitombeira		107	27.000,00			04/06/04	id/cert
	Rio das Rãs	Rio das Rãs	600	23.070,99	30/12/96	PEQ		id/tit
	Campo Grande I	Campo Grande I	120	4.368,67	20/06/00	PA		id/tit
	Fortaleza		30					Id
	Juá-Bandeira						10/12/04	Id/cert
	Lagoa do Peixe		150	7.500,00			10/12/04	Id/cert
	Pedras e Patos/ Nova Volta	Faz. Volta Nova Volta	255	9.241,32	20/06/00	PA		Id/tit
	PEQ Pitombeira							Id
	Piranhas		70	10.000,00			12/09/05	Id/cert
	Rio das Rãs II	Algomarques	70	2.641,70	30/12/98	PA	10/12/04	Id/cert /tit
	Santa Rita/Bandeira	Santa Rita	250	8.593,90	20/11/00	PA		Id/tit
	São José	Campo Grande II	230	7.000,00	20/11/00	PA		Id/tit
Sutotal	15		2.480,00	100.913,34				
Carinhanha	Angico							Id
	Barra da Parateca						20/1/06	Id/cert
	Barrinha							Id
	Canabrava							Id
	Estreito							Id
	Feirinha/Marrequiro	Feirinha e Marrequinho	730	24.382,63	14/11/95	PA		Id/tit
	Garrido							Id
	Lagoa do Zeca							Id
	Ramalho							Id
	Três ilhas							Id
Subtotal	10		730	24.382,63				

Município	Comunidade	Fazenda / Imóvel	Nº de Famílias	Área(ha)	Ato de Criação	Modelo	Recon. FCP / publ. DOU	Situação
Igaporã	Bringela							Id
	Canabrava							Id
	Contendas							Id
	Guarenta							Id
	Gurunda							Id
	Ibirucu							Id
	Lagoa Grande							Id
	Sambaiba							Id
	Santa Maria							Id
Subtotal	9							
Malhada	PEQ Parateca	Parateca	400	1.421,47	23/12/02	PEQ		id/tit
	Parateca e Pau D'Arco		750	37.027,20			10/12/04	id/cert
	PEQ Rumo ao Rio	Rumo ao Rio I	10	1.369,49	10/01/03	PEQ		id/tit
	Tomé Nunes		250	37.027,20		PA	10/12/04	id/cert
Subtotal	4		1.410,00	76.845,36				
Muquém do São Francisco	Jatobá		400	14.000,00			10/12/04	id/cert
	Subtotal	1	400	14.000,00				
Riacho de Santana	Agreste						19/04/05	id/cert
	Agrestino						09/11/05	id/cert
	Brejo de São José/São José	Brejo de São José	102	3.722,25	25/07/96	PA		id/tit
	Duas Lagoas						12/07/05	id/cert
	Gatos Vespertina						09/11/05	id/cert
	Lagoa da Vitória						09/11/05	id/cert
	Mata do Sapé						09/11/05	id/cert
	Paus Pretos						09/11/05	id/cert
	Rio do Tanque						30/09/05	Id/cert
	Sambaiba						30/09/05	Id/cert
	Quilombo							Id
Subtotal	11		102	3.722,25				
Sítio do Mato	Mangal II	Mangal	100	8.179,05	31/12/97	PA		id/tit
	Mangal I	Mangal	60	3.000,00	15/10/98	PA		id/tit
	PEQ Barro Vermelho	Barro Vermelho	120	7.000,00	29/05/98	PEQ		id/tit
	Talismã	Talismã II	38	1.285,77	28/01/03	PA		id/tit
TOTAL	4		318,00	19.464,82				
TOTAL	61		5.440	239.328,40				

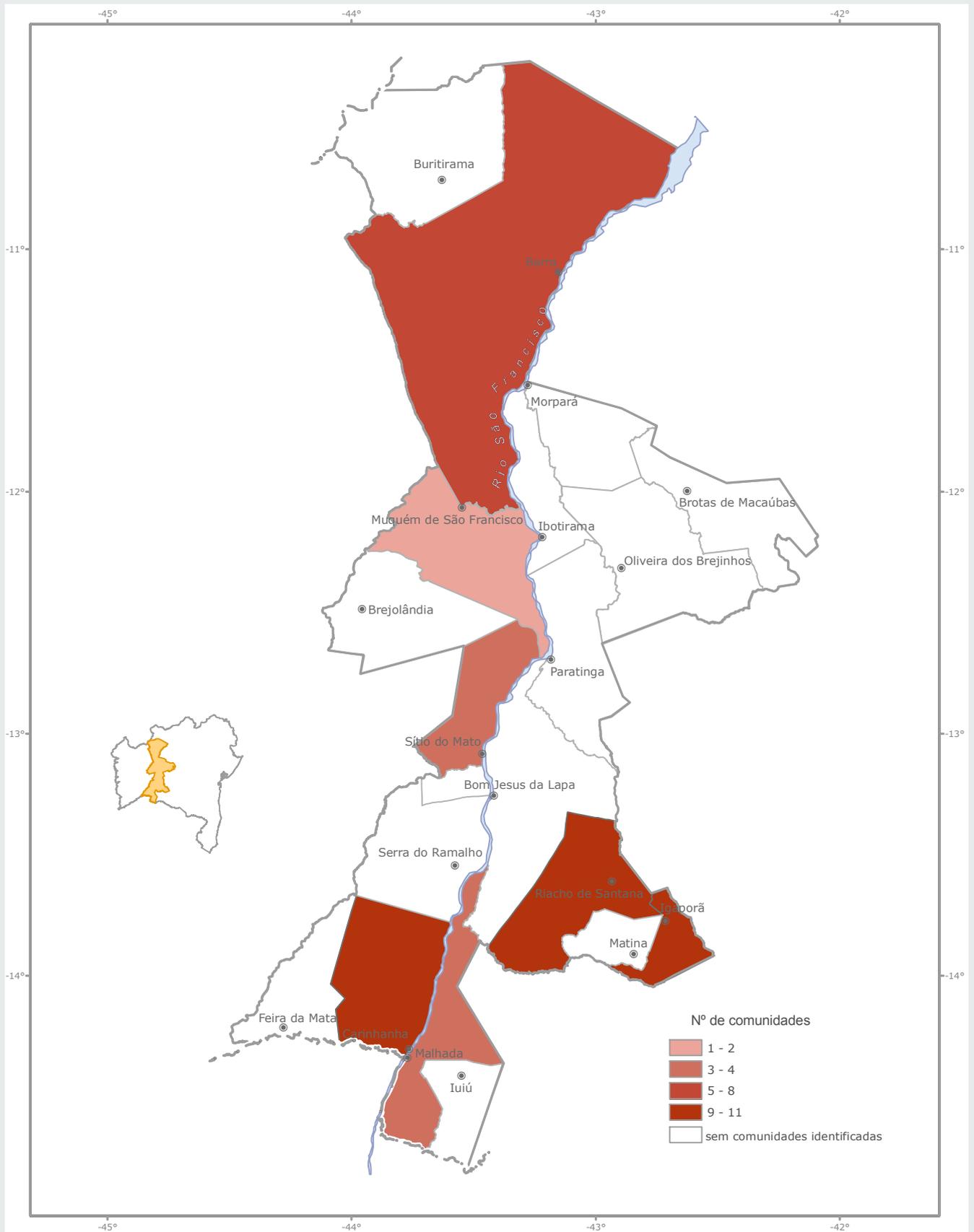
Fonte: INCRA, FCP, CPT, Projeto GeografAR, 2006.

Isto permite observar que o processo de luta para o reconhecimento das terras ocupadas pelas Comunidades Negras Rurais Quilombolas, não segue um caminho linear, ao contrário, é permeado por intervenções do Estado que se modificam ao longo do tempo. Essas intervenções refletem experiências tanto das instituições envolvidas como das organizações de resistência das Comunidades, assim como e principalmente, das correlações e das articulações, no campo de força das políticas públicas se consubstancia nos trâmites legais de intervenção. Neste contexto, tem-se a titulação de comunidades quilombolas enquanto Projeto de Reforma Agrária numa tentativa de se obter a posse da terra. Posteriormente a tentativa de adequação em Projeto Especial Quilombola. E atualmente busca-se a posse da terra para a Associação da qual a Comunidade Remanescente de Quilombo pertence.

As Comunidades Negras Rurais Quilombolas da região do MSF estão localizadas principalmente em Bom Jesus da Lapa, Riacho de Santana e Carinhanha tendo, cada um dos municípios, 15, 11 e 10 comunidades identificadas, respectivamente, conforme pode ser visualizado nos Mapa 29 e 30.

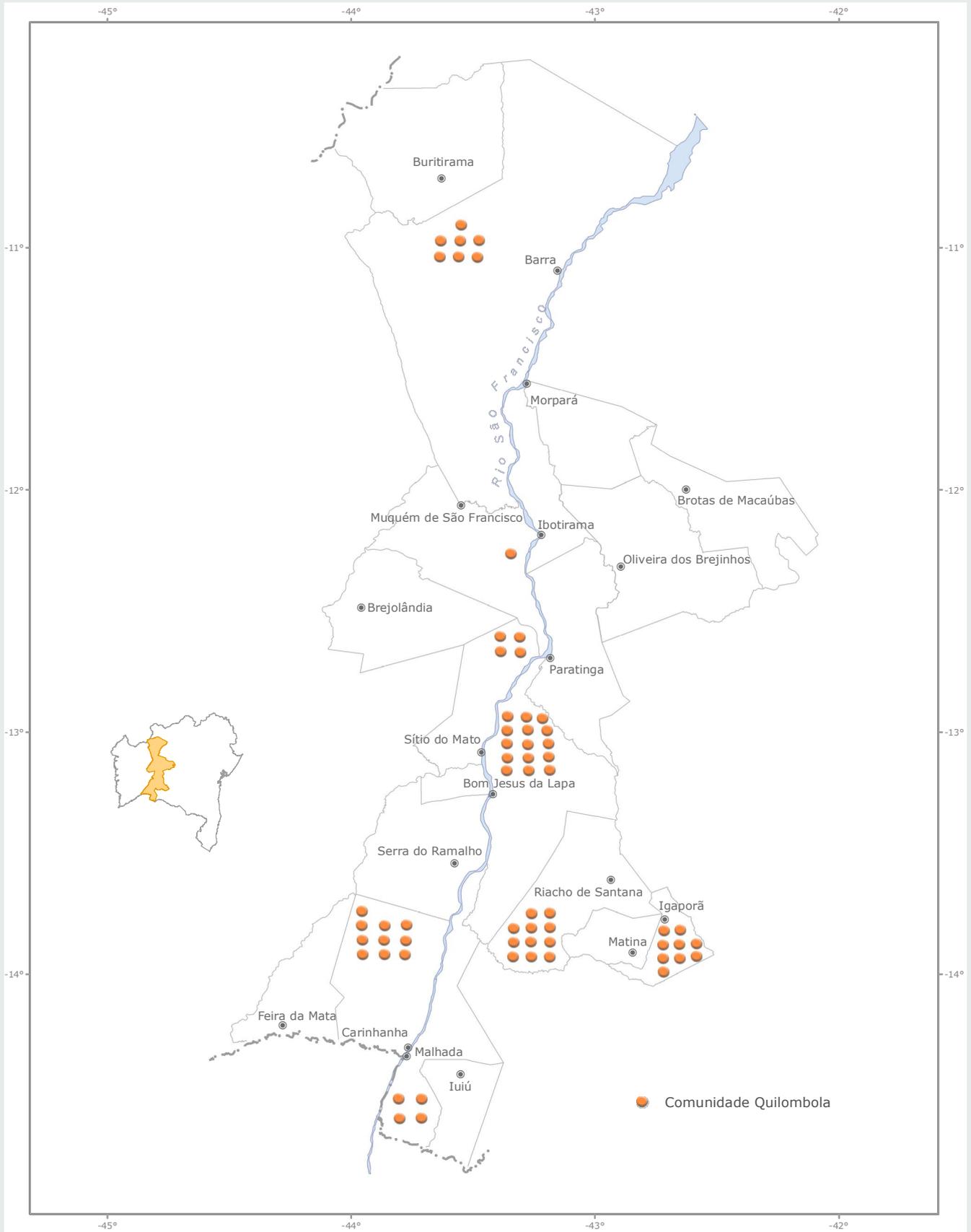
Não obstante a imprecisão e a precariedade dos dados referentes à área e ao número de famílias das comunidades, constam que nas 61 comunidades identificadas residem 5.440 famílias numa área estimada de 239.328,40 hectares.

Mapa 29
MÉDIO SÃO FRANCISCO - BAHIA
MUNICÍPIOS COM COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS
2005

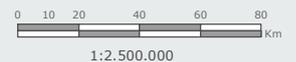


Fonte da base cartográfica: CONDER-SEI (adaptada)
Fontes dos dados: INCRA, CPT e Fundação Palmares (dez/2005)
Elaboração: Projeto GeografAR (2006)

Mapa 30
MÉDIO SÃO FRANCISCO - BAHIA
COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS
2005



Fonte da base cartográfica: CONDER-SEI (adaptada)
Fontes dos dados: INCRA, CPT e Fundação Palmares (dez/2005)
Elaboração: Projeto GeografAR (2006)



Observa-se na Tabela 52 a situação das 61 comunidades remanescentes de quilombos no Médio São Francisco identificadas com relação à certificação junto à Fundação Cultural Palmares e a titulação pelo INCRA. Tem-se que destas, 18 estão certificadas pela FCP, 14 estão tituladas e apenas uma está certificada e titulada.

Tabela 52 - Número de comunidade identificadas, certificadas e tituladas, Médio São Francisco, 2006

Município	Número de Comunidades		
	Identificada	Certificada/Titulada	
Barra	7	Certificada	0
		Titulada	0
		Certificada e titulada	0
Bom Jesus da Lapa	15	Certificada	5
		Titulada	6
		Certificada e titulada	1
Carinhanha	10	Certificada	1
		Titulada	1
		Certificada e titulada	0
Igaporã	9	Certificada	0
		Titulada	0
		Certificada e titulada	0
Malhada	4	Certificada	2
		Titulada	2
		Certificada e titulada	0
Muquém do S. Francisco	1	Certificada	1
		Titulada	
		Certificada e titulada	
Riacho de Santana	11	Certificada	9
		Titulada	1
		Certificada e titulada	
Sítio do Mato	4	Certificada	
		Titulada	4
		Certificada e titulada	

Fonte: INCRA, FCP, CPT, Projeto GeografAR, 2006.

A dinâmica deste processo - de identificação, reconhecimento, certificação e titulação - é dada, em especial, pela capacidade de articulação e pressão estabelecida entre as comunidades e as organizações como CONAQ e CRQ e entidades de assessoria como a CPT e a FUNDIFRAN.

4.2.2.2 Identificação, delimitação e demarcação de quatro territórios de Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Médio São Francisco⁶

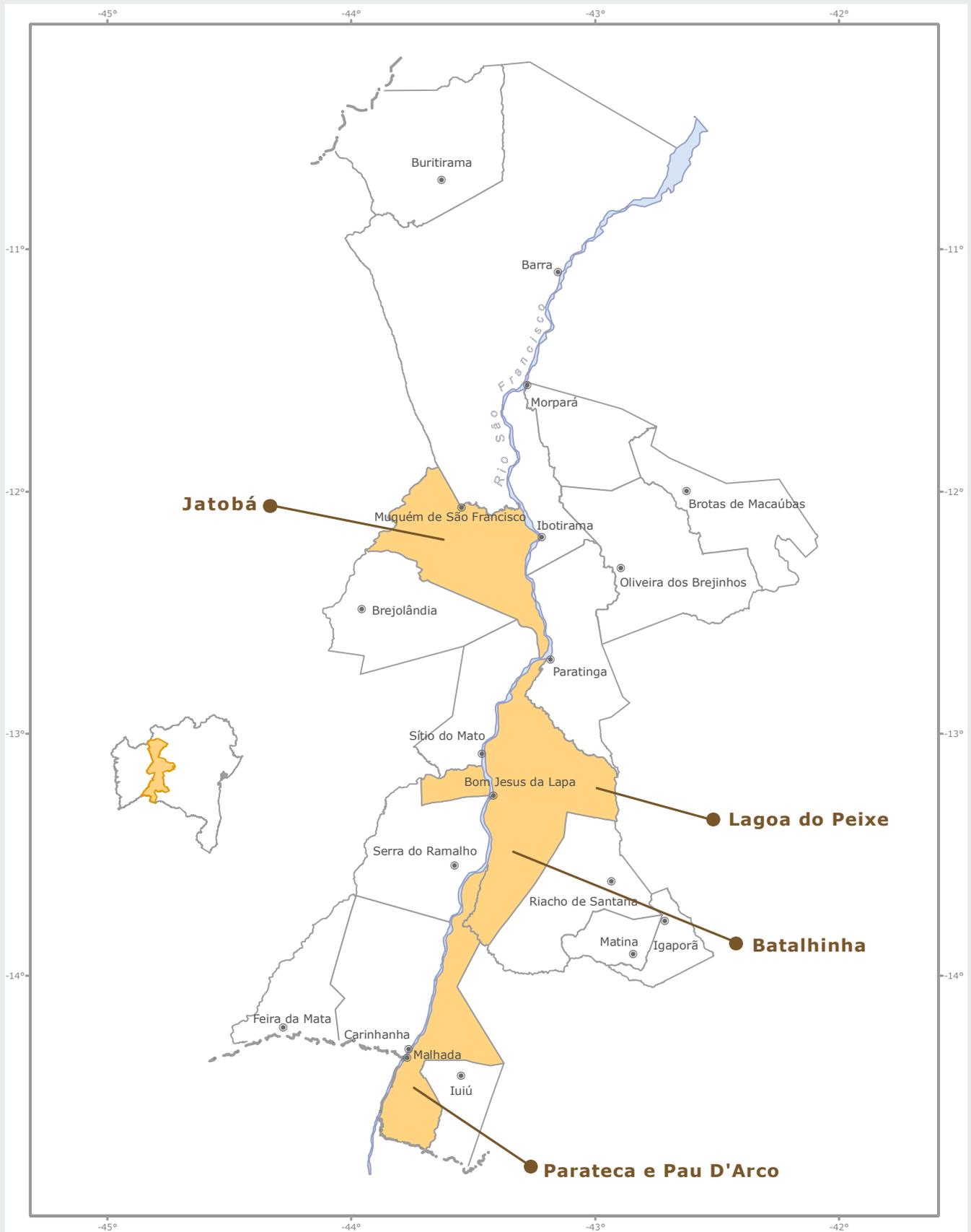
O processo de identificação, delimitação e demarcação de Comunidades Quilombolas pode ser relatado através da experiência obtida por meio da elaboração de cinco Relatórios Técnicos de Identificação, Delimitação e Demarcação das Comunidades Quilombolas por meio de convênio firmado com o INCRA/FAPEX/UFBA/UNEB. Destas cinco comunidades, quatro pertencem à área do Médio São Francisco, são elas: Comunidade Jatobá no município de Muquém do São Francisco; Lagoa do Peixe e Nova Batalhinha em Bom Jesus da Lapa; e Parateca e Pau D'Arco em Malhada, conforme Mapa 31.

A condução das atividades seguiu os procedimentos estabelecidos na IN n.º 20/05 do INCRA a fim de reconhecer a ancestralidade das famílias e sua relação histórica com o território em questão, assim como a área necessária para sua reprodução física, social, econômica e cultural, as áreas detentoras de recursos naturais necessários à preservação de seus costumes, tradições, cultura e lazer, conforme artigo 4º na IN 20/05. Para tanto, as quatro comunidades se auto-reconheceram enquanto comunidades quilombolas e encaminharam à Fundação Cultural Palmares a solicitação de sua certificação.

Foi feito um trabalho de campo onde o histórico da vida da comunidade foi registrado, assim como a ocupação da terra imemorialmente ocupada por eles e suas práticas produtivas, extrativistas, culturas e de relações sociais. Foram cadastradas as famílias quilombolas e as não-quilombolas que residiam no território. Após um exaustivo estudo com a participação efetiva dos membros da comunidade definia-se a cadeia sucessória em base cartorial e, por fim, o território reivindicado.

⁶ Este item tem como fundamento o material elaborado para os Relatórios Técnicos de Identificação, Delimitação e Demarcação das Comunidades Quilombolas e no artigo GERMANI e OLIVEIRA (2006).

Mapa 31
MÉDIO SÃO FRANCISCO - BAHIA
COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS - RELATÓRIO TÉCNICO
2006



Fonte da base cartográfica: CONDER-SEI (adaptada)
Fontes dos dados: Projeto GeografAR (2006)
Elaboração: Projeto GeografAR (2006)

0 10 20 40 60 80
km
1:2.500.000

Embora cada uma apresente singularidades em sua história e formação enquanto grupo social pode-se observar traços comuns que servem para fundamentar sua identidade étnica. Todas estão localizadas às margens no Rio São Francisco, assim, suas práticas produtivas seguem e respeitam o ritmo dos rios, o fluxo das enchentes, a riqueza das lagoas e os plantios em áreas de lameiro e de sequeiro⁷. Parte significativa de seus territórios inclui terrenos de marinha e marginal, considerados bens da União, onde se estabelece muitos dos conflitos⁸.

Outro traço comum se refere às relações sociais de produção estabelecidas, historicamente, com a terra e com os pretensos donos da terra. De escravos passaram a vaqueiros e agregados das fazendas, dos currais de gado que marcaram a vida econômica do Médio São Francisco. O regime de agregacia impunha obrigações e limites, mais do que isto, fazia crer aos quilombolas que sua permanência na área decorria de um favor ao invés de um direito. Contudo, desenvolveu-se, ao longo do tempo, um conjunto de inter-relações sociais com o território – usos e práticas comuns – que possibilitou a construção de um sentimento de pertencimento, sociabilidade e identidade alicerçadas pelas relações de parentesco e de solidariedade. Elementos que permitiram a sua permanência e a reprodução física, social, econômica e cultural como grupo social quilombola e marcaram a sua resistência. Definiram, também, sua organização e as estratégias de pressão para garantir não mais os favores, mas os seus direitos, caracterizando sua luta não mais por terra, mas por território.

Certamente que a questão étnica foi a origem da consolidação das comunidades enquanto grupo social organizado, mas a luta nem sempre se iniciou, explicitamente, em torno dela. Em alguns casos o direito pelo uso das lagoas, como em Parateca e Pau D'Arco fundamentou a luta e fomentou a primeira associação da Comunidade: a Associação de Pescadores Z29. Conquistado o direito à água o conflito passou a se dar pelo uso da terra. Entre água e terra se identificam como quilombolas e a luta passa a se dar em outro patamar

⁷ Lameiros são identificados pelas comunidades como as áreas inundáveis, normalmente localizadas nas ilhas, onde realizam suas plantações.

⁸ A Gerência do Patrimônio da União da Bahia (GRPU-BA), já há algum tempo, realizou trabalhos de demarcação das áreas da Linha Média das Enchentes Ordinárias (LMEO) de Jatobá e de Parateca e Pau D'Arco. Em Jatobá o Termo de Incorporação ao Patrimônio da União foi realizado em 1998 mas o processo de Cessão de Uso encontra-se parado. Parateca e Pau D'Arco receberam esta titulação recentemente sendo festejado como um fato histórico. No entanto, ainda tem pendente a situação de duas fazendas particulares nesta área.

por seu Território⁹. Também em Lagoa do Peixe foi a busca dos direitos trabalhistas que os conduziu aos seus direitos como quilombolas e a se identificarem como tal. Em Jatobá a busca do direito à aposentadoria e a retração constante e conflituosa em sua área de reprodução social, foram os aspectos mobilizadores da união dos quilombolas. Batalhinha, apesar de limítrofe e com relações de parentesco com a Comunidade de Rio das Rãs, empreenderam, posteriormente, sua própria luta motivada principalmente pelos conflitos, em especial, com as carvoarias¹⁰.

Sem dúvida, o reconhecimento histórico da Comunidade de Rio das Rãs foi exemplar, embora tenha havido um tempo próprio de amadurecimento para que cada comunidade, através de diferentes caminhos, se reconhecesse enquanto quilombola e se articulasse em torno da mesma luta. Os depoimentos apontam e a realidade confirma que nas duas margens do São Francisco tem-se uma grande linha de parentesco entre as comunidades quilombolas: “É tudo um quilombo só”. Em alguns lugares, a organização da luta está transformando num contínuo identificado como território quilombola e áreas reformadas.

Considera-se importante abordar a base de cálculo utilizada na elaboração do RT para a definição do território reivindicado. Quando se compara a área total com a área útil verifica-se, elevada redução da área disponível para a produção, em função de se reservar os espaços destinados às áreas de preservação, (Tabela 53). Com isso a área útil por família torna-se reduzida, em especial quando se considera a expectativa de crescimento da demanda por terra nas Comunidades.

Quando comparada a área para cada família com o módulo fiscal (65 ha/família na região), verificou-se que em todas as comunidades não atingiam estes valores¹¹. Assim, sendo, respeitou-se o território reivindicado pelas comunidades e, quando necessário, se indicou um incremento na área visando garantir a efetividade da política de reconhecimento de posse às CNRQ como política de longo prazo.

⁹ Em 1998 foi publicado o Relatório de Identificação e Reconhecimento territorial das Comunidades Negras Rurais de Parateca e Pau D'Árco, elaborado pela FCP, através de convênio. A falta de instrumentos mais adequados levou ao INCRA a desapropriar duas fazendas do território para Reforma Agrária sendo origem de conflitos internos à Comunidade.

¹⁰ Batalhinha também teve um fazenda de seu território desapropriada para Reforma Agrária.

Tabela 53 - Área total e útil em hectares, número de famílias e expectativa de sua expansão, Comunidades estudadas, Médio São Francisco, BA, 2006

Comunidades	Área total (ha)(1)	Área útil (ha)*(2)	Famílias residentes(3)	Expectativa de expansão***(4)	(2)/(3)	(2)/(4)
Batalhinha	7.473	2.520	110	145	23	17
Jatobá	4.725	880	69	209	13	4
Lagoa do Peixe	6.695	3.421	78	196	44	17
Parateca e Pau D'Arco	41.780	7.711**	423	1.370	18	6

Fonte: Pesquisa de campo, 2005/06.

* Para este cálculo foi considerado: Área Total menos Área de Preservação Permanente (alagadiças, inundáveis e com declividade) menos Área de reserva legal (20%).

**Somente para a Comunidade Parateca e Pau D'Arco considerou-se as áreas de preservação permanente e de reserva legal nos cálculos de área útil.

*** Para este cálculo foi considerado: os jovens acima de 18 anos solteiros; os de 0 a 17, que num horizonte de tempo médio passariam formariam famílias e os que residiam fora e manifestaram o desejo de retornar.

Neste sentido, dois fatos chamam a atenção. O primeiro diz respeito ao alto custo da publicação do RT, procedimento necessário para dar início ao processo. O segundo é a fragilidade dos documentos comprobatórios de posse dos pretensos proprietários que pode indicar que, parte significativa dos territórios quilombolas, está em áreas pertencentes a União ou em terras devolutas que podem retornar ao patrimônio público por outros mecanismos mais ágeis.

Da resistência organizada ao auto-reconhecimento como Comunidade Negra Rural Quilombola, as populações quilombolas buscam garantir a historicidade da ocupação e reivindicar o reconhecimento da propriedade da terra, constituída como Território, para garantir a reprodução física, social, econômica e cultural das famílias que compõem o seu grupo social.

Haver participado na elaboração dos RT permitiu desvelar a dimensão colocada pelas CNRQ à sociedade brasileira e às instituições envolvidas com este processo. No caso da Bahia e, em especial na região do Médio São Francisco, a perspectiva é que a questão quilombola adquira maior protagonismo que a luta por Reforma Agrária o mesmo ocorrendo em outras regiões do Estado.

Neste particular, é significativo o avanço institucional ao construir mecanismo para o reconhecimento como Território Quilombolas e não mais como Reforma Agrária. Apesar das

¹¹ Embora este parâmetro não se aplique ao território quilombola é uma referencia.

duas políticas garantirem, em última instância, o acesso a terra, são instrumentos distintos. Assim como terra e território são, também, conceitualmente distintos. No entanto, é importante reconhecer a fragilidade da estrutura institucional destinada a atender esta política.

4.2.3 Os Brejos da Barra

Ocupando uma área de 280 mil hectares, no município de Barra, os Brejos da Barra albergam 47 comunidades e uma população aproximada de 25.000 habitantes. Formam uma espécie de “oásis”, contrastando com o acentuado *déficit* hídrico do sertão.

Ao pé da Serra do Estreito, brotam numerosos olhos d’água que se transformam em riachos, correm oito, quinze ou mais quilômetros e depois desaparecem na areia. O córrego deixa a terra sempre úmida por capilaridade, numa distância de dez, vinte, cem metros a cada lado do leito (BETTISTEL, CAMANDAROBA, 1997). Originariamente essas áreas constituíam grandes buritizais, nativos, mas a descoberta desses terrenos férteis, agriculturáveis, situados ao longo desses córregos, levou ao intenso povoamento da região, cultivando-se diversas fruteiras, cana-de-açúcar e outras lavouras. É possível constatar a simples vista que as áreas disponíveis para o cultivo de cada família são extremamente pequenas, geralmente menores de um hectare, devido à intensa subdivisão da terra.

Os brejeiros, como são chamados os habitantes da região, têm vivido bastante isolados, devido, entre outros fatores, às difíceis vias de acesso. Os Brejos situam-se a uma distância entre 40 e 80 km da sede do município de Barra e até recentemente, chegava-se lá somente com o auxílio de jegues, burros ou carros de tração nas quatro rodas, guiados por motoristas experientes, devido ao obstáculo representado pelo imenso areal. Após o ano 2000, com a construção da estrada, a comunicação tem melhorado, mas ainda é precária.

Até pouco tempo atrás, os deslocamentos para a cidade eram feitos principalmente no lombo do animal ou a pé. É costume sair de madrugada para evitar as horas de mais calor. Assim, por exemplo, um morador do Brejo da Motuca, em entrevista realizada em 1997, relata que levava sete horas de viagem até Barra, saindo às três horas da manhã. Uma curiosidade desse relato é o costume de alimentar o jumento com rapadura, quando este apresenta sinais de cansaço:

-Aí quando está cansado, que vai que cansa. Que tá fraco, que fraqueja mesmo. Aí nós põe a carga no chão, tira uma rapadura, quebra para mim dá a ele pra cume.

- Só metade ou inteira?

- Não, dá ele até uma quantidade que ele fartá. Tem vez que come mais da metade e tem outras vez que come menos de metade. E

tem jumento também que come uma (BETTISTEL e CAMANDAROBA, 1997: 92).

Em geral, os animais são utilizados para transportar a carga, enquanto os brejeiros vão a pé por até 40 a 80 km:

Daqui nós vamo tudo de a pé. Hoje é que sempre cada um tem um burro, mas a maioria, a maior parte nós só vamos daqui tudo é de a pé. Porque nós põe (no jegue) seis garrafões e meio de cachaça e vamos até a Barra (BETTISTEL e CAMANDAROBA, 1997: 93).

Nessa época, perdia-se muita produção, como a manga, por exemplo, por falta de escoamento. As famílias consumiam uma parte, carregavam outra parte no lombo do animal para comercializar na cidade e o resto apodrecia na roça. De um tempo para cá, com a construção da estrada, os caminhões estão entrando para pegar a produção no campo. Contudo, a entrada destes caminhões pesados tem danificado a estrada de chão e, além disso, os atravessadores compram a produção por um preço irrisório. Em visita realizada, em outubro de 2006, constatou-se que a caixa de manga (contendo aproximadamente cem unidades) estava sendo comercializada na safra por R\$ 2,00 a R\$ 3,00.

No caso da produção da cachaça, outro dos principais produtos da região, a comercialização também não beneficia o agricultor. Nessa mesma visita foi constatado que o litro de cachaça estava sendo comercializado por R\$ 0,55. Em alguns casos, o agricultor que tem a possibilidade guarda o produto esperando o preço melhorar, mas os preços têm sido sistematicamente baixos devido à atuação de atravessadores. Ao mesmo tempo, não existe nenhum controle de qualidade do produto que permita uma comercialização diferenciada. Este fenômeno se vê agravado pela escassa organização dos produtores para promover a agregação de valor e a apropriação de uma maior parcela dos benefícios na venda. Deste modo, a comercialização apresenta-se como um dos principais gargalos e uma questão a ser trabalhada de um modo participativo dentro do processo de desenvolvimento territorial.

A atuação do poder público tem sido muito limitada ou quase inexistente. Na área de educação, os indicadores são alarmantes e na saúde a questão não é diferente. Até a construção da estrada, os doentes eram carregados na “paviola” (maca), construída com varas e cordas de caroá, onde o doente era transportado por longas distâncias até a cidade. Como relata um morador:

Antigamente, naquele tempo mais para trais, as pessoa para levar um doente daqui até Barra era de dia, era de noite, qualquer uma hora, ao meio-dia ou de noite, então levava aquele pessoal que marchava muito, botava em dois jumentinho. Transporte em madeira, o maior sofrimento, tem vez ia até passando mal, gemendo e chorando, até a cidade de Barra. (BETTISTEL e CAMANDARROBA, 1997: 95).

A situação tem melhorado um pouco, mas a mortalidade infantil, e até a mortalidade materna e taxa de fecundidade apresentam-se ainda bastante elevados. Ao mesmo tempo, a expectativa de vida se vê afetada por doenças como o mal de Chagas, que representa um problema endêmico na região.

Esta doença é facilitada pela precariedade das moradias, sendo comuns as casas de adobe ou taipa ou, até as mesmo as casas de palha. Na construção destas casas é freqüente a utilização de troncos de carnaúba e de palha de buriti ou de carnaúba. Para amarrar as folhas que cobrem as paredes e o teto é comum utilizar corda de caroá ou coração de buriti. Os quartos são muito simples. As roupas ficam penduradas em tarugos de madeira cravados na parede. As poucas camas são feitas com ramos de buriti. Quem dorme na cama é o casal, os avós e alguma pessoa de idade. Moças, rapazes e crianças dormem no chão, que em muitas moradias é de areia. Muitos utilizam esteiras para deitar (BETTISTEL e CAMANDARROBA, 1997).

Nas casas de palha, o fogo para cozinhar é feito no chão e a panela sustentada por três pedras. É menos comum utilizar fogão a lenha devido ao risco de incêndio. Antigamente, quando a maioria das casas era feita da palha, moradores relatam que era freqüente a ocorrência de incêndios.

Todas as informações acima citadas se referem à situação encontrada na década de 90, quando foram realizadas as visitas e entrevistas que resultaram na publicação do livro de Battistel e Camandaroba. Em visita realizada em outubro de 2006, isto é, menos de uma década após o referido relato, foi possível constar que ocorreram alterações bastante significativas nas condições de vida dos moradores dos Brejos. Houve melhora nas condições de habitação, sendo que já há muitas casas de alvenaria com teto de telhas, embora algumas conservem o teto de palha de buriti. Já não é freqüente encontrar casas feitas somente de palha, como era há dez anos atrás.

Contudo, deve se ressaltar que as condições de moradia ainda são precárias, o que se comprova, por exemplo, na ausência de instalações sanitárias. A grande maioria das casas não tem banheiro e a água para consumo humano provê do riacho, que a mesma água também é utilizada para tomar banho, lavar roupa, lavar louça e até para dar banho em animais. Embora a maioria das famílias tenha o hábito de filtrar a água para beber, é evidente que a qualidade da mesma é pouco adequada para o consumo humano, podendo transmitir várias doenças. Não foi constatada a construção de cisternas nos Brejos da Barra, sendo que as mesmas poderiam constituir uma solução interessante, não para a carência de água, que não é o caso, mas para a qualidade da mesma e conseqüente melhora das condições de vida da população.

Na Barra, as telhas e tijolos são feitos artesanalmente. As olarias se encontram nas jazidas de argila, existentes nas margens do Rio Grande. No Brejo de Ibiraba constatou-se a presença de pequenas olarias.

A região dos Brejos foi beneficiada recentemente com a chegada da energia elétrica, através do Programa Luz para Todos, do Governo Federal. Observa-se que várias famílias têm TV, antena parabólica, geladeira e outros eletrodomésticos. Na aquisição destes equipamentos e outros indicadores de conforto nas moradias, joga um papel muito importante a renda proveniente das aposentadorias. Mais recentemente, muitos moradores vem recebendo recursos através de outros programas governamentais, como o Bolsa Família. Essas transferências governamentais jogam um papel fundamental na estratégia de sobrevivência das famílias uma vez que a renda proveniente da atividade agrícola é baixa, entre outras coisas, como mencionado, devido às dificuldades no processo de comercialização.

Outra saída para as famílias tem sido historicamente a migração temporária ou permanente, principalmente para a cidade de São Paulo, fato que não diferencia esta região do restante do semi-árido baiano e nordestino. Demais está dizer que a inserção destes migrantes na economia urbana é extremamente difícil, entre outras coisas, por causa dos altíssimos níveis de analfabetismo. Nos últimos anos constata-se um arrefecimento da tendência migratória, como constatado também noutras áreas do Nordeste. Contudo, na visita realizada em outubro de 2006, foi observado que alguns moradores dos Brejos migram para o trabalho temporário na lavoura do café em Minas Gerais, embora este fenômeno não seja expressivo.

A alimentação do pessoal dos Brejos hoje inclui diversos itens comprados no mercado como macarrão, óleo de soja, etc. Isso não era comum antigamente, pois os brejeiros tiravam quase tudo o necessário para a subsistência do seu meio, como por exemplo, o óleo que era fabricado a partir do buriti ou pequi e o sabão, que era feito da castanheira. O aumento da renda monetária e o maior contato com o meio urbano vêm provocando mudanças nos hábitos de consumo alimentar do pessoal dos Brejos, mas a base da alimentação continua constituída pelo feijão, farinha, milho, arroz e carne de galinha e bode, além das frutas, abundantes na região. Entre as frutas nativas destacam-se: pequi, mangaba, jenipapo, cajuí, pussá, tamarindo, murici, tucum, maracujá nativo, guamerim e umbu. Como fruteiras exóticas temos: coco-da-baía, manga, dendê, carambola, limão, banana, acerola, abacate, entre outras.

Além dos produtos destinados ao auto-consumo, os agricultores dos Brejos tem como uma das suas principais atividades a fabricação de aguardente em pequenos alambiques, de um modo bem artesanal. Na região já se produziu muita rapadura, mas hoje esta produção vem diminuindo devido aos baixos preços e a que é mais trabalhosa que a fabricação de cachaça, que tem mercado garantido. Uma curiosidade é que a moagem da cana é feita à noite, para evitar a presença das abelhas e o calor. Por isso, os brejeiros acostumam se levantar de madrugada, às vezes à 1:00 ou 2:00 da manhã para moer a cana.

Além da comercialização da cachaça e da manga, alguns agricultores comercializam outros produtos, como o alho, por exemplo, mas sempre alcançando baixos preços, dada a limitação do mercado local e a presença dos atravessadores.

A carnaúba já foi responsável por muita riqueza no município da Barra. Teve seu período de auge de 1934 a 1950. A cera de carnaúba é utilizada na fabricação de tintas e vernizes, e no período mencionado, utilizava-se na fabricação de discos para gravar música, tendo aos Estados Unidos como principal mercado. Os agricultores sofriam bastante na extração das folhas que são resistentes e espinhentas, mas quem ganhava a maior parte de esse “ouro negro” eram, como sempre, os intermediários. A palha também é utilizada na fabricação de redes, esteiras e chapéus. Os troncos são usados na construção das casas.

Um fato marcante no município de Barra foi a grande enchente de 1979. As chuvas ocorridas nas nascentes do rio, em Minas Gerais, provocaram o alagamento e evacuação da população da cidade de Barra, levando à perda de muitos bens imóveis e rebanhos. Nos

Brejos, a comunidade de Ibiraba que era importante centro para o comércio regional, se viu seriamente afetada, passando a ser quase uma cidade fantasma. Após a enchente, os moradores preferiram reconstruir suas casas numa parte mais elevada, formando a comunidade chamada hoje de Morrinhos.

Em outubro de 2006 foi realizada a terceira “Missão Ecológica nos Brejos da Barra”, organizada pela Comissão Pastoral da Terra. A principal preocupação da missão foi discutir a questão da água e da propriedade da terra. O problema da água está associado a vários fatores. Em primeiro lugar, os Brejos constituem um ecossistema muito frágil, fazendo parte de uma APA (Área de Proteção Ambiental), pelo que a rigor, estaria vedada a exploração econômica desta região devido ao risco dos córregos secarem por um uso indiscriminado. Todavia, tem sido estas terras férteis, agriculturáveis e a presença de água em pleno sertão que tem possibilitado a vida de muitas famílias ao longo de muito tempo. Isto não implica que o aumento da pressão da população e a exploração indiscriminada não possam transformar, em pouco tempo, os brejos num imenso deserto, com um enorme impacto ambiental e social.

Concretamente, o Brejo de Extrema secou em 2003, o que torna essa ameaça mais plausível. Os moradores mais antigos constatam que o volume de água dos riachos tem diminuído sensivelmente nos últimos anos. No entanto, um fato paradoxal é que a diminuição da área alagada representa para os agricultores uma maior faixa de terra para plantar, permitindo aumentar a produção, ainda que a continuidade desse processo poderá ter conseqüências séria.

Existem outros problemas ambientais, com as queimadas e os desmatamentos. Estes últimos são comuns para a extração de lenha para alimentar os alambiques e, em menos medida, para o consumo doméstico. As queimadas eram uma prática freqüente na região e, embora tenha aumentado o nível de conscientização sobre a inconveniência das mesmas, ainda acontecem em várias comunidades. Também é comum a derrubada de pés de buriti, palmeira nativa da região cuja presença vem diminuindo, com a finalidade de aumentar a área de plantio da outras lavouras.

O risco de intensificação do uso do solo se vê potencializado pela construção da estrada e chegada da energia elétrica. Foi constatada em algumas comunidades a utilização de motores para bobear água do riacho e a utilização de agrotóxicos, o que constitui um sério

risco para o ambiente e a saúde humana, uma vez que essa água é consumida diretamente pelos moradores. Além disso, constatou-se o assoreamento e presença de lixo nos riachos que banham os Brejos. Torna-se urgente a necessidade de um plano de manejo sustentável dos Brejos, que inclua a participação das famílias, para garantir a sobrevivência das mesmas na região.

Ao mesmo tempo, com a chegada do “progresso” constituído pela eletrificação e construção da estrada, há um processo de valorização e as terras dos Brejos passam a ser cobiçadas por empresários e grileiros que apostam no seu potencial para a fruticultura irrigada. A presença destes agentes externos é facilitada pelo fato dos agricultores dos Brejos não possuírem título de propriedade da terra, constituindo-se, portanto, como posseiros. Assim, existe o risco de que aconteça, como já aconteceu em tantas outras regiões do país, que estas famílias sejam intimidadas e obrigadas a abandonar suas terras.

A maioria das famílias ainda não vê este risco como algo imediato, até porque eles desconhecem sua condição de posseiros, com frequência acreditando que um recibo de compra-venda ou o comprovante de contribuição ao INCRA, constituem documentos que provam legalmente a propriedade da terra. Por isso, a “Missão Ecológica” teve como uma das suas finalidades discutir a questão da legalização da propriedade da terra na região dos Brejos.

Os agentes da CPT propuseram o modelo de “Fundo de Pasto” como adequado para a região, dado que os agricultores dos Brejos possuem uma pequena área na zona alagadiça e, além disso, utilizam a Caatinga circundante para diversas atividades comuns, como criação de animais, obtenção de lenha coleta de diversas frutas nativas. A diferença entre a região dos Brejos e as áreas tradicionais de Fundo de Pasto é que estas últimas dedicam-se primordialmente à criação de animais e, em segundo lugar, à agricultura, enquanto os brejeiros são mais agricultores e menos criadores.

Durante a missão, os agricultores acompanharam com atenção a discussão sobre a questão da terra, revelando preocupação em resolver o tema. A proposta do “modelo de Fundo de Pasto” ainda não foi completamente assimilada. Muitos apresentam dúvidas de como isso irá funcionar e outros têm certa resistência a que a titulação seja feita de forma coletiva. Um problema que foi levantado é o fato da propriedade familiar estar em muitas situações indivisa no caso de irmãos que estão morando fora da região, fato comum em quase todas as famílias.

Enfim, a problemática da água e da posse da terra são questões que exigem ações urgentes por parte do poder público e das organizações sociais. Nestes, como em outros temas, como a comercialização e agregação de valor, por exemplo, o fórum territorial pode ser um espaço adequado para discutir as questões e encaminhar soluções de um modo participativo. Todavia, constata-se que a população dos Brejos, quem sabe por possuir ainda um nível de organização muito frágil, não tem participado dos encontros e debates sobre o desenvolvimento territorial.

Constata-se o abandono da região pelas instituições públicas em seus diversos âmbitos. Não tem havido cursos de capacitação, assistência técnica ou outras atividades para desenvolver as atividades nos Brejos. Também com relação à atenção à saúde e educação a presença do Estado é muito precária e, até faz pouco tempo atrás, quase inexistente.

A maioria das comunidades não contava com prédio escolar, sendo que as atividades de ensino eram exercidas na casa dos professores, na maioria dos casos professores leigos que não haviam concluído o ensino fundamental. A pesquisa realizada por Battistel e Camandaroba, em 1997, constatou que na maioria das “escolas” não existiam carteiras adequadas, nem quadro negro, além de carências absolutas de material escolar e o baixíssimo salário dos docentes, que na época não alcançava a meio salário mínimo, além se serem freqüentes os atrasos no pagamento, como pode ser constatado na seguinte entrevista:

- Você é professora em Sucuruiú?
- Sim. Tenho 26 alunos e ganho 50 reais por mês. Mas não sei bem porque não arrecibi ainda. (Salário mínimo: 120 reais). Meu nome é Maria Divina da Souza Pinheiro.
- Porque você ensina os alunos a escrever na areia?
 - É por falta de caderno.
 - Onde sentam os alunos?
 - Senta no chão e escreve na areia.
 - Estamos em pleno Brasil e perto do ano dois mil! (BATTISTEL e CAMANDAROBA, 1997: 128).

A situação atual, muito provavelmente a partir a atuação do FUNDEF, tem melhorado principalmente a partir da contratação de professores formados e da construção de alguns prédios escolares, além da existência de transporte para o deslocamento dos alunos a partir da 5ª série, que só existe em poucas localidades. Contudo, as carências na área educativa ainda são notórias. Cursar o segundo grau só é possível na sede do município. É comum que as adolescentes fiquem hospedadas em casa de famílias e realizem serviço doméstico para poder

cursar o segundo grau, submetendo-se a todo tipo de exploração. Diria-se que hoje a falta de acesso a uma educação de qualidade é o fator mais crítico nos Brejos da Barra.

Entre as demandas das comunidades, que foram levantadas durante a “Missão”, destacam-se a carência de telefone público e posto de saúde. Também foi citada a necessidade de melhorar o nível de organização das comunidades. Reconhece-se que a existência das associações é apenas formal, sem atuação efetiva.

Já com relação às celebrações religiosas, constatou-se que as mesmas acontecem regularmente, mesmo que os religiosos não têm condições de visitar todas as comunidades com frequência. Há catequese e grupo de jovens na maioria das comunidades. Agora está sendo criada a pró-paróquia dos Brejos em Ibiraba.

As manifestações culturais do município de Barra são muito ricas e variadas. Destacam-se durante as festas juninas, o desfile dos chamados Fortes de São João. A tradição começou ainda no século XIX e estão associados a alegorias relativas à guerra do Paraguai. Os nomes das principais grupos são Curuzu (criado em 1892), Humaitá (criado em 1896) e Riachuelo (1905). Os desfiles incluem música, bonita indumentária e fogos de artifício. Existem também outras manifestações culturais, como a marujada e a dança de São Gonçalo, entre outros.

4.2.4 A Presença Indígena no Médio São Francisco

Na ampla faixa de terra que compreende a região denominada sertão do São Francisco, estão localizadas as comunidades indígenas Truká, Procá, Xocó, Pankararu, Pankararé, Kantaruré, Tumbalalá, Pankaru, Tuxá e Kiriri. Todos, provavelmente, descendem dos grupos lingüísticos Gê e Kariri aldeados pelas Missões, criadas a partir de 1650 pelos jesuítas¹². Em razão de ato imperial datado de 1878, os aldeamentos indígenas foram extintos. Desde então, estes indígenas resistem à “invizibilização”, empreendendo, nas últimas décadas, amplo processo de “emergência étnica”, resultando em inúmeros conflitos intra e extra grupo, este último, em geral, motivado pela disputa por terras e pela afirmação de uma identidade cultural diferenciada. Aqui vamos abordar a experiência das três comunidades localizadas na área de estudo, região Médio São Francisco, a saber: Pankaru, Tuxá e Kiriri.

A síntese das comunidades indígenas no Médio São Francisco pode ser visualizada na Tabela 54 e no Mapa 32.

Tabela 54 – Povos indígenas identificados, Médio São Francisco, 2006

Povo	Município	No de Famílias / Pessoas
Pankaru	Serra do Ramalho	14 famílias
	(Aldeia Vargem Alegre)	87 pessoas
	Muquém do São Francisco	
	(Aldeia de Passagem)	7 famílias
Tuxá	Ibotirama	96 famílias
	(Faz. Morrinhos Outeiro)	

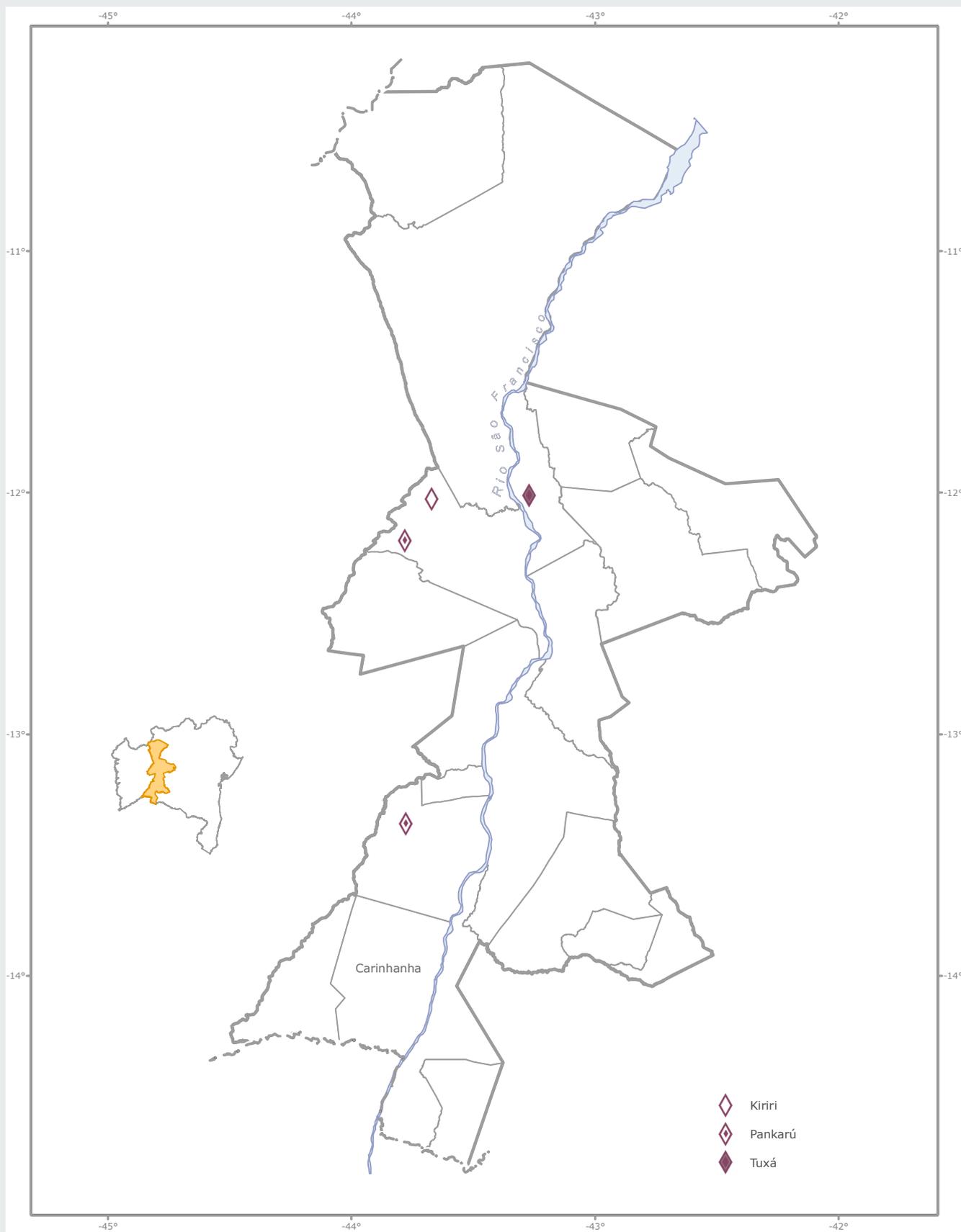
¹² Após a expulsão dos Jesuítas, em 1750, estas missões passaram ao controle dos franciscanos.

Kiriri	Muquém de São Francisco	32 famílias 122 pessoas
--------	-------------------------	----------------------------

Fonte: Pesquisa de campo, 2006.

Em tempos mais recentes, estas comunidades vão ser vítimas, diretamente ou indiretamente, da ação do Estado em sua política de construção de barragens e de sua omissão e sua omissão frente aos direitos históricos desse grupo étnico.

Mapa 32
MÉDIO SÃO FRANCISCO - BAHIA
POVOS INDÍGENAS
2002



Fonte da base cartográfica: CONDER-SEI (adaptada)
Fontes dos dados: ANAI, DSEI e FUNASA (2002)
Elaboração: Projeto GeografAR (2006)



4.2.4.1 Os Pankaru

A pequena comunidade Pankaru que compreende um conjunto de 14 famílias que divididas entre a Agrovila 19 e a Aldeia Vargem Alegre, recentemente transferida do "centro" para a "boca" da mata de Serra do Ramalho, distante aproximadamente 2 Km da citada agrovila. Município este, originário do PEC Serra do Ramalho, já referido anteriormente e emancipado de Bom Jesus da Lapa em 1989, fica localizado em região semi-árida à margem esquerda do Rio São Francisco, região que no passado era denominada de Além São Francisco. A Agrovila 19 está distante da sede municipal (Agrovila 9) 22 Km e do Rio São Francisco aproximadamente 30 km.

Antes da criação e da implantação do Projeto de Colonização de Serra do Ramalho, a região era praticamente toda ocupada por uma mata complexa e virgem (Mata Caatingada, Cerrado e Vegetação Hidrófila), possuindo uma grande mancha formada de espécies nobres, tais como o ipê, o cedro, a aroeira, a baraúna, entre outros. A terra era fértil para lavoura e com pastos para o gado. Além dos rios perenes – São Francisco, Carinhanha, Formoso e Corrente – , na encosta da Serra corriam riachos e córregos intermitentes.

No passado, a região era vista pelas populações sertanejas como uma espécie de oásis, ao qual recorria grande parte dos flagelados das constantes secas que acometem o Nordeste, sobretudo aqueles vindos da Serra Geral e da Chapada Diamantina, sendo considerada como menos árida, recoberta por matas frondosas e ricas em espécies animais.

Além das cerca de 14 famílias de Serra do Ramalho, cinco famílias Pankaru vivem em Jandira, município da Grande São Paulo; uma família vive em Goiás; sete famílias vivem em Muquém do São Francisco (BA), município localizado também à margem esquerda do Rio São Francisco.

A comunidade Pankaru é pouco numerosa. Estima-se que as 14 famílias vivam, em Serra do Ramalho, aproximadamente, 87 pessoas. O longo histórico de contatos dos Pankaru, bem como o reduzido número de famílias da comunidade, estimularam as relações interétnicas, inclusive com membros da sociedade não-indígena. Depois da implantação do Projeto de Colonização de Serra do Ramalho e do reconhecimento da comunidade indígena, a rede de contatos dos Pankaru foi ampliada e, além dos "irmãos Pankararu", mantiveram

estreitos laços com os Kiriri (habitantes de Muquém do São Francisco, na Bahia). Os descendentes do pajé Apolônio buscaram nos membros dessa comunidade indígena os parceiros ideais para o namoro e o matrimônio.

4.2.4.1.1 Histórico do contato

Remontar os primeiros contatos dos atuais Pankaru com membros da sociedade não-indígena é tarefa das mais difíceis, sobretudo quando não se sabe sequer a qual tronco lingüístico eram filiados. Grupo étnico recentemente diferenciado, os Pankaru ainda não contam com estudos etnográficos e documentos históricos versando sobre aspectos da história do grupo são desconhecidos. É provável que a família do ex-pajé Apolônio Kinane seja remanescente dos aldeamentos indígenas patrocinados pelas sucessivas missões religiosas instaladas no Vale do Baixo e Médio São Francisco, entre os séculos XVII e XVIII.

A região de Serra do Ramalho teve seu povoamento ligado à expansão bandeirante. Os bandeirantes empreenderam feroz caçada aos índios na região e dali partiram em direção às Minas Gerais para a chamada Guerra dos Emboabas. A área estava ligada à produção da pecuária extensiva e atividades mineradoras.

Hoje, a população regional é predominantemente mestiça, sobressaindo os "caboclos" e os remanescentes de quilombolas. Mas a história oral também aponta a presença de indígenas, como atesta o depoimento coletado pelo padre João Evangelista de Souza (s/d, 52-53):

Aqui tinha muito índio também; na serra, até hoje, tem muito escrito de índio; nós já achou panela, pote, prato, cachimbo, tudo de barro cozido, enterrado nesses matos. Os índios moravam qui, depois eles sumiram pro alto da serra. Eu vi uma panela toda pinicadinha de unha, muito bonita: era uma aldeia deles; a gente encontra escritos e desenhos nas pedras das grunas. Ali pro lado do Morro Redondo, tem uma gruna com a porta fechada com uma parede de barro; cheia de escritos nessa porta; ninguém nunca conseguiu quebrar pra ver. Deve ter muita coisa de índio escondido lá dentro. Os índios povoaram aqui e, depois, foram sumindo pra fora. No meio da rua, Olímpio, quando foi fazer a casa, tirou um pote de terra, cheio de ossos de gente: os índios enterravam os seus mortos assim: separavam as juntas todas e entulhavam dentro de um pote. Esses sarcófagos e esses ossos a gente ainda encontra enterrado por aí, é só caçar.

Embora dêem destaque aos resquícios da presença indígena na região de Serra do Ramalho e Carinhanha, as publicações do Pe. João Evangelista de Souza não registram a presença dos Pankaru no local. É difícil precisar os grupos indígenas que viviam na área que hoje compreende o município de Serra do Ramalho. Tudo indica que eram do tronco Macro-jê e, com certeza, foram exterminados e ou afugentados, à medida que a pecuária se expandia pelo Vale do Rio São Francisco.

4.2.4.1.2 Trajetória do líder pankaru

Também não é tarefa fácil resgatar a etnogênese – processo de diferenciação étnica – dos Pankaru ou sua história recente. A representação da história contemporânea dos Pankaru é marcada por descontinuidades, elaborações e reelaborações empreendidas pelo pajé Apolônio e sua família, visando atender os interesses e as conveniências do grupo.

Na representação dos Pankaru, os constantes deslocamentos do patriarca marcaram a resistência e a luta pela territorialização, forjando a identidade familiar e grupal. Assim, a etnogênese da comunidade Pankaru está fortemente entrelaçada à saga do patriarca e pajé Apolônio, recentemente falecido.

Segundo depoimento do cacique José Alfredo da Silva Pankaru¹³, a saga do pajé Apolônio teria começado muito cedo. Na primeira década do século XX, ainda adolescente, deixou o Lero – povoado onde teria nascido – localizado a seis léguas de Salambaia, região do agreste pernambucano. Depois de perambular por vários municípios de diferentes estados do Nordeste, travou contato com os Pankararu da Aldeia de Brejos dos Padres, município de Tacaratu (PE).

De acordo com o antropólogo José Augusto Laranjeira Sampaio (1992/3:9), "Já casado com D. Maria, uma alagoana que conheceu na Paraíba, decidiu fixar residência nas proximidades da área indígena onde deixava a família enquanto prosseguia suas viagens. De inequívoca origem indígena, eram aceitos como 'parentes' pelos índios locais". Alguns anos

¹³ Entrevista concedida em trabalho de campo, 2004.

mais tarde, segundo Alfredo José Pankaru, desentendeu-se com o cacique e partiu em direção a Paulo Afonso, na Bahia.

Em Paulo Afonso, Apolônio trabalhou, em princípios de 1950, nas obras da Usina Hidrelétrica construída pela CHESF. Em seguida, partiu para trabalhar na Usina Hidrelétrica de Correntina, na Bahia, como vigilante. Encantado com existência de mata fechada na região da Serra do Ramalho, visando ali se estabelecer, retornou, imediatamente, a Paulo Afonso para buscar a família. Segundo a filha Rosália, a viagem de Paulo Afonso à Serra do Ramalho foi penosa e durou vários meses.

Na representação Pankaru, Apolônio Kinane adentrou a mata à procura de uma comunidade indígena de denominação desconhecida que sabia viver nas proximidades da Serra do Ramalho, então município de Bom Jesus da Lapa (BA), com a qual acreditava ter laços de parentesco. Quando chegaram à região, os indígenas procurados já não mais se encontravam no local. Haviam sido expulsos por grileiros, ganhando as picadas e se estabelecendo, segundo o informante, em território goiano.

A chegada dos Pankaru à Serra do Ramalho coincidiu com a exploração de minérios na região. Na representação indígena, foi o patriarca Apolônio quem descobriu minério na Serra Solta (florita), em fins dos anos 50, recebendo em recompensa do prefeito municipal de Bom Jesus da Lapa, Antônio Cordeiro, área na qual havia se estabelecido¹⁴.

Em princípios de 1970, o extremo sudoeste da Bahia tornou-se palco da ação de inúmeros grileiros. Um decreto presidencial, publicado em 1973, declarava a região do Médio São Francisco prioritária para desapropriação. A medida se fazia necessária por causa da desapropriação não só da área da Barragem de Sobradinho, mas também da área onde seria reassentada a população desabrigada. Diante da possibilidade de serem indenizados, os grileiros começaram a atuar na região, tentando expulsar a população local desprovida de título de propriedade.

As terras devolutas ocupadas pela família do patriarca Apolônio passaram a ser reivindicadas por um grileiro pernambucano, atormentando o indígena e sua família, bem como os poucos posseiros que viviam na área. Instalou-se em Serra do Ramalho um clima de

terror, pois, visando expulsar os posseiros, o grileiro ameaçava derrubar e queimar suas benfeitorias, contando com a conivência das autoridades de Bom Jesus da Lapa.

Alguns anos depois, o grileiro “vendeu a questão” (o litígio), ou seja, passou as terras a outro fazendeiro. Articulado com as autoridades de Bom Jesus da Lapa, o fazendeiro utilizou a polícia militar da Bahia para expulsar os indígenas. Depois de assaltarem a casa da família Kinane, levaram presos o patriarca Apolônio, um filho e dois genros para a delegacia de Bom Jesus da Lapa. De acordo com Rosália¹⁵ – filha do velho pajé –, no meio do caminho, os prisioneiros foram levados para a sede da fazenda e torturados pelos seus capangas com a complacência dos policiais.

Diante de tamanha violência, os indígenas resolveram partir para Brasília a procura da FUNAI. O contato com o órgão, segundo Alfredo José da Silva Pankaru, mudou a perspectiva de vida de seu povo. Informados de seus direitos em relação às terras de seus ancestrais, retornaram à região de Serra do Ramalho, visando enfrentar o grileiro. Novas hostilidades foram registradas.

4.2.4.1.3 A Terra Pankaru e as Agrovilas do INCRA

Em meados de 1970, os Pankaru foram surpreendidos com a notícia de que a região de Serra do Ramalho fora escolhida pelo INCRA para localizar o Projeto Especial de Colonização (PEC), cuja finalidade era o reassentamento dos desabrigados da Barragem de Sobradinho.

Assim, fazendas foram desapropriadas e criadas 23 agrovilas, ocupando área de pouco mais de 256 mil hectares nos então municípios de Bom Jesus da Lapa e Carinhanha.

As agrovilas foram criadas para abrigar quatro mil famílias, obedecendo um modelo que já foi referido anteriormente. Conforme este modelo, cada família recebeu um lote de 20 hectares (os contemplados com terrenos irregulares receberam um pouco mais) e uma casa na agrovila situada mais próxima de seu lote. Às margens do Rio São Francisco, foi ainda

¹⁴ Entrevista concedida em trabalho de campo, Serra do Ramalho, 2004.

¹⁵ Entrevista concedida em trabalho de campo, Serra do Ramalho, 2004.

reservada uma faixa de 7 km para o cultivo irrigado, área que mais tarde vai ser motivo de conflito até o estabelecimento da Reserva Extrativista São Francisco, também já referida.

Segundo o modelo, de conceder apenas 20 hectares a cada família assentada, o INCRA sugeriu à FUNAI a remoção dos índios ou a sua emancipação para que tenham direito ao assentamento de acordo com o disposto no Estatuto da Terra.. Os índios resistiram e, depois de idas e vindas, seus direitos foram reconhecidos. Porém, não receberam a área reivindicada e foram “assentados” na Agrovila 19.

Quando se fixaram em Serra do Ramalho, além da agricultura para consumo próprio, os índios praticavam o extrativismo e a caça nas frondosas matas que recobriam a Serra. O patriarca fabricava o rapé e as "garrafadas de remédio do mato"; as mulheres fabricavam produtos artesanais – feitos de fibras e argila. Estes produtos eram vendidos nas feiras de Taquaril, Bom Jesus da Lapa, Santa Maria da Vitória e, inclusive, Brasília, auxiliando a sobrevivência do grupo familiar.

Hoje, a pequena comunidade Pankaru vive da agricultura de "sequeiro" praticada na Aldeia Vargem Alegre, da aposentadoria rural e da venda da mão-de-obra nas fazendas e nos projetos de agricultura irrigada Formoso A e H, já referidos.

O milho, a mandioca, o feijão – em duas variedades: o "catador" e o de "arranca" –, bem como o algodão são cultivados em pequenos lotes individuais, cujas safras mal suprem as necessidades nos dois meses subseqüentes. Além da agricultura, alguns membros criam umas poucas cabeças de gado bovino. O lote de 14 cabeças adquirido, através de projeto financiado pelo Banco do Nordeste com a intermediação da Funai, foi abatido ou vendido pelos seus proprietários nos momentos de dificuldade financeira.

Após a implantação do Projeto de Colonização de Serra do Ramalho, a rica e variada vegetação, com exceção de parte da área da Aldeia Vargem Alegre, foi toda derrubada pelos colonos do Incra, expropriando dos índios sua complementação alimentar.

Nos últimos anos, as secas na região têm sido constantes e os indígenas reclamam dos seus efeitos devastadores, reivindicando aos órgãos governamentais a irrigação prometida pelo Incra quando da implementação do Projeto Especial de Colonização de Serra do Ramalho.

No tocante à organização social, os Pankaru apresentam pouca diferenciação em relação à população regional. De modo geral, os núcleos domésticos são autônomos e cooperam economicamente entre si. Como as demais comunidades tradicionais, os casamentos entre primos de graus variados são muito comuns.

Quanto à organização política, seguem os passos dos demais indígenas do Nordeste, destacando-se as figuras líderes do cacique e do pajé. O papel de chefia, exercido pelo cacique, é válido para os assuntos que se referem aos interesses coletivos, mas não têm importância no âmbito doméstico. Desse modo, ele atua como um representante externo, exercendo o papel de articulador da mobilização coletiva.

Por muitos anos, o patriarca Apolônio acumulou as funções de cacique e pajé. Em meados de 1980, sentido-se "velho", resolveu "entregar" a função de chefia a um indígena de origem Atikum que vivia na Aldeia Vargem Alegre. Pouco depois, os Atikum deixaram Serra do Ramalho e Isaura, filha do pajé, reivindicou a chefia. A reivindicação de Isaura foi questionada pelo irmão Alfredo. "Ele dizia que tinha que ser homem; que ele tinha direito porque era o filho mais velho"¹⁶. O desejo de Alfredo acabou prevalecendo e a irmã, Isaura, foi viver em Goiás, migrando, em seguida, para Muquém do São Francisco, onde vive com sua numerosa família aguardando demarcação de uma área para se fixar e sobreviver.

Embora acreditasse que as brigas com os brancos provocaram o enfraquecimento de sua "ciência", o velho Apolônio, até sua morte, em 2002, era visto e reverenciado como pajé. Seu filho Alfredo o substituiu no papel de cacique, mas ainda não foi identificado um novo pajé.

Atualmente, Agrovila 19 é a mais pobre dentre todas as agrovilas de Serra do ramalho e é, também, a que menos dispõe de equipamentos urbanos. Ela não é servida de Posto de Saúde, de escola de ensino médio nem de transporte regular. O fornecimento de água é precário e as estradas vicinais no período das chuvas (outubro/novembro a fevereiro/março) tornam-se intransitáveis.

Acatando reivindicação dos índios, que sempre rejeitaram a vida na Agrovila, em 1999 a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) construiu um conjunto de casas em área localizada "na boca da mata". As casas são de alvenaria e têm três cômodos. Além delas, foram

construídas uma pequena Igreja e um Posto de Saúde. A escola para os primeiros ciclos do ensino fundamental se encontra em fase de construção. No entanto, os índios continuam vivendo entre a nova aldeia e a Agrovila 19, pois a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia, em que pese as inúmeras solicitações da Associação da Aldeia Vargem Alegre, até 2003 não tinha instalado energia elétrica nas casas.

4.2.4.1.4 Rituais

A pequena comunidade Pankaru pratica o *toré*. O ritual apresenta duas modalidades que se diferenciam pela funcionalidade/finalidade. Uma é a "dança do toré", ritual praticado como demonstração da diferenciação étnica, apresentado, em geral, nos dias de festa e comemoração, como o dia do Índio, por exemplo. De caráter lúdico, nela os indígenas cantam e dançam, mas não sorvem a "jurema" – bebida que chama os "encantados" – nem permitem a manifestação de nenhuma entidade sobrenatural. A outra modalidade é o "toré dos encantados", ritual no qual os indígenas manifestam com toda potencialidade o conteúdo da diferenciação étnica. Este ritual é praticado nas matas e, além de sorverem a "jurema", os indígenas recebem entidades e encantos.

A raiz da "jurema preta" (*Pithecolobium diversifolium*, *Mimosa artemisiana*), somente encontrada na beira do Rio São Francisco, é colocada em infusão dentro de "um cocho de madeira". Às vezes, à raiz são adicionadas toras de cobra cascavel. "Quando a gente quer fazer um negócio bem feito, mesmo, bota cobra dentro". O cacique Alfredo explica: "tira a frente, tira atrás; parte a bicha e bota o toro no cocho pra fermentar. Deixa no sol. Quando aquilo espuma, tira. Tá pronto". Após uma semana, a bebida fica no ponto para ser sorvida.

A bebida é boa, mas é forte demais. Se caboclo beber demais vai pro chão. Branco não agüenta, não". Para os Pankaru, o ritual do toré serve para clarear a mente, para dar força e unir a aldeia. Por isso, durante o toré praticado nas matas não é permitida a presença de não-índios. "Segredo do índio, o branco não pode saber.

¹⁶ Entrevista concedida em trabalho de campo, Serra do Ramalho, 2003 e 2004.

4.2.4.2 Os Tuxá

Desde 1987, quando da construção da Represa de Itaparica, os Tuxá se dividiram em três comunidades, a saber: a) 85 famílias se fixaram na sede do município de Novas Rodelas (Bahia), numa área exígua e de solo bastante desgastado; b) 96 foram transferidos para a Fazenda Morrinhos e Outeiros, ambas no município de Ibotirama (Bahia), ocupando área de 2.019 hectares; c) 10 famílias se transferiram para a Fazenda do Funil, município de Inajá (Permanbuco)¹⁷.

4.2.4.2.1 Histórico

A presença dos Tuxá no Vale do São Francisco é comprovada desde o final do século XVII quando foram aldeados por capuchinhos franceses na Missão de São João Batista de Rodelas, recebendo, pelos Alvarás Régios de 1700 e 1703, uma légua em quadra. Área que, segundo estudiosos, corresponderia as 30 ilhas existentes no rio São Francisco, localizadas próximas à margem esquerda do referido rio, na altura do município baiano de Rodelas. Todas submersas pela Represa de Itaparica.

Os Tuxá têm um longo histórico de contato com os regionais; auto-denominam-se e são denominados pelos demais habitantes de Rodelas de *caboclos*. *Caboclo* era o nome dado pelos portugueses aos seus aliados indígenas que viviam nas proximidades da costa¹⁸. Posteriormente, o termo passou a designar os mestiços de brancos e índios, independentemente do grupo étnico ou tronco lingüístico ao qual pertenciam. Entre os Tuxá, o termo caboclo designa o índio que, “sob o impacto da interação socio-cultural com a sociedade maior” (Cabral e Nasser, 1988: 133), mantém algumas das práticas de seus antepassados, se reconhecendo e sendo reconhecido pelos demais membros da sociedade como “diferente”.

¹⁷ Esta compreende área de 140 hectares, localizada à margem direita do Rio Moxotó. Além de insuficiente para o grupo, a área é motivo de pendência entre a Chesf e o Dnocs (Departamento Nacional de Obras contra as Secas). Diante dos reclamos dos Tuxá de Inajá, a Chesf alega que já implantou projeto de irrigação e “que não lhes cabia responsabilidade pelo rio Moxotó haver secado” (Ação Civil Pública, 1999, p. 27), fato refutado pela perícia técnica e antropológica realizada pela Funai, por requisição do Ministério Público Federal.

¹⁸ A partir daí, os índios mais próximos da costa, aliados dos portugueses, passaram a ser chamados de “caboclo” (Em Tupi significa retirado da mata). Entrevista do antropólogo José Augusto Laranjeira Sampaio. TRIBUNA DA BAHIA, 18/4/1988,

Quando os colonizadores adentraram o Vale do São Francisco, implantando ali as fazendas de gado, consta que encontraram tenaz resistência desses indígenas¹⁹ Para aplacar o espírito de luta das aguerridas tribos foram solicitados os préstimos das missões religiosas. Várias delas se sucederam no território dos Tuxá, mas tudo indica que nada fez diminuir a resistência dos indígenas ao esbulho de suas terras. Prova disso é que pesquisas recentemente publicadas assinalam a presença dos Tuxá, ao lado dos Kiriri de Mirandela e dos Kaimbé de Massacará, na Guerra de Canudos (Reesink, 1997: 74).

Derrotados, os Tuxá perderam grande parcela de suas terras. Por volta de 1910 sofreram novo e duro golpe quando perderam a da Ilha de Assunção para um “coronel” local²⁰. A perda do território desnordeou os bravos indígenas.

À medida que eram escoraçados de suas terras, os índios se juntavam aos bandos que perambulavam pelas fazendas, à procura de um lugar onde pudessem se fixar. No começo do século, vários desses magotes de índios desajustados eram vistos nas margens do São Francisco. Alimentavam-se de peixes ou do produto de minúsculas roças plantadas nas ilhas inundáveis – únicas cuja posse não lhes era disputada – e trabalhavam como remeiros e como peões das fazendas vizinhas (RIBEIRO, 1986: 56).

Desde aquele momento, os Tuxá estabeleceram sua aldeia na cidade de Rodelas (estado da Bahia) e ocupavam também a Ilha da Viúva, área de um pouco mais de 50 hectares, localizada próxima à margem esquerda do Rio São Francisco (estado de Pernambuco). Segundo Josias Ramos²¹, índio Tuxá e chefe do Posto da Funai da Aldeia Vargem Alegre (Pankaru), talvez, a vivência rural/urbana tenha dificultado o processo de reassentamento dos Tuxá, aprofundando ainda mais a tragédia que se abateu sobre eles depois da submersão de sua aldeia, devido a construção da Represa de Itaparica, em 1987.

¹⁹ Os caiapós, entretanto, da margem esquerda, bem como os Rodelas resistiram bravamente e não se renderam, preferindo fugir ou suicidar a se entregarem à escravidão dos brancos portugueses. Eles se embrenharam pela matas adentro e para o alto da Serra do Ramalho e da Serra do Parrela, no município de Montalvânia. Retiraram-se, posteriormente, para a Amazônia.

²⁰ Consistiu em obter dos índios licença para construção de uma capela consagrada a Nossa Senhora de Assunção. Essa congregação, registrada posteriormente em cartório, como doação, serviria de base para a expedição de títulos de propriedade em que o vendedor era a Santa Padroeira, representada pelo bispo de Pesqueira, na Bahia, e o comprador, um potentado local. Este fez sentir aos índios a força de seu título possessório, obrigando-os a se colocarem a seu serviço, pagar foros pela ocupação das terras, ou abandonarem as ilhas como intrusos”. Darci Ribeiro. *Os índios e a civilização*, Petrópolis, Vozes, 1986, p. 55/56.

²¹ Entrevista concedida em trabalho de campo, 1999.

Eram nesses espaços que, em princípios da década de 70 do século passado, viviam os Tuxá. A aldeia Tuxá era composta de aproximadamente 190 famílias. Na aldeia Tuxá encontravam-se os melhores pescadores e artesãos de Rodelas. A vivência rural-urbana permitiu o acesso à serviços e, em especial, à escola. O índice de alfabetização entre os Tuxá era relativamente alto para os padrões regionais e indígenas, assim, passaram a poder exercer as atividades de: professores, técnicos agrícolas e chefes de postos da Funai para aldeias de outras comunidades indígenas.

Como a maioria dos grupos indígenas do Nordeste, os Tuxá perderam a língua de seus ancestrais, mas mantêm alguns de seus costumes e se orgulham da prática de rituais tais como: a *mesa*, a *ceia*, o *encantado*, o *particular* e o *toré*, (Cabral e Nasser, 1988: 133; Pereira, 1988:142). Na década de 1940, consta que lideraram o movimento de reconhecimento das comunidades indígenas do Nordeste – como afirmação de uma identidade diferenciada – e se orgulham de ter ensinado aos Kiriri de Mirandela, município de Banzaê (Bahia), a prática do *toré*.

4.2.4.2.2 Espaço de Produção e das manifestações simbólicas: a Ilha da Viúva

A Ilha da Viúva possuía área bastante exígua e, segundo Orlando Sampaio Silva (1997), a produção de gêneros alimentícios apenas atingia um patamar, que permitia suprir, ainda que deficientemente, o consumo alimentar da população aldeada em que pese o plantio irrigado numa parte dela - a agricultura estava voltada para atender o consumo da própria comunidade. Cultivavam a mandioca, o feijão, a batata-doce, arroz, a cana-de açúcar e a melancia. A cebola era o único produto voltado para o comércio externo. O produto era cultivado em regime de parceria com produtores ou comerciantes (não- índios), consistindo no financiamento de insumos agrícolas, gêneros alimentícios e instrumentos de trabalho. De acordo com Sampaio-Silva, a parceria submetia os trabalhadores indígenas a uma situação de exploração. Além da agricultura, os indígenas praticavam a pesca, a caça e o artesanato.

Esquecidos das inúmeras derrotas e dos esbulhos de que seus ancestrais foram vítimas, a memória dos Tuxá tem se fixado na perda da Ilha da Viúva, tornando-a um espaço mítico. Assim, seus pouco mais de 50 hectares são lembrados como a terra da prosperidade e

abundância²² conflitante com as informações acima apresentadas; um espaço mitificado, que além da garantia da sobrevivência e da produção de excedentes, possibilitava a manutenção de práticas simbólicas que lhes serviam de elementos identitários diferenciados, em relação aos demais sertanejos/acabocladados que habitavam o Médio São Francisco.

Não obstante os entrevistados da Aldeia da Fazenda Morrinhos lembrarem da Ilha da Viúva com saudades, ressaltando-lhes as qualidades, percebe-se que a mitificação parece ser mais acentuada entre os habitantes da Aldeia de Nova Rodelas. Inclusive, o cacique Manual Novaes da Silva – da Aldeia da Fazenda Morrinhos – afirma que o solo da Ilha estava desgastado e que, um pouco antes da submersão, sua produtividade vinha decrescendo.

4.2.4.2.3 Preconceitos, Simbolismo e Rituais

De acordo com a professora Tuxá Aldenora Vieira Almeida²³, em Rodelas, existiam manifestações de preconceito contra os indígenas, no entanto, outros entrevistados fazem questão de minimizá-lo, ressaltando que os indígenas encontravam-se integrados à vida socio-econômica e político-cultural do município de Rodelas, possuindo representação na Câmara Municipal e mantendo, inclusive, estreitos vínculos com expressivos políticos da região e do estado da Bahia.

Não bastasse, os Tuxá, de acordo com a linha de raciocínio desses entrevistados, tinham e ainda têm marcante participação na mais tradicional festa de Rodelas – a festa de São João. A festa do padroeiro da cidade compreende um ciclo que vai de 15 a 24 de junho. Os festejos de cada noite ficam a cargo de uma pessoa de prestígio da cidade ou de um grupo social: os *caboclos* e os *morenos*. Tradicionalmente, a primeira noite é patrocinada pelos *caboclos* (os Tuxá). Tudo indica que a devoção dos *caboclos* a São João remonta ao período da presença dos missionários no Vale do São Francisco. Contam os mais velhos que a devoção teve início quando, os índios encontraram na mata um “neném” (a imagem de São João). Intrigados com a presença deste “neném” no local, entoaram cânticos para que ele atendesse aos seus reclamos e viesse até o local onde se encontravam. Em seguida, pegaram a imagem e

²²[...] era muito rica, uma mãe[...]" Entrevista concedida à autora por Cecília Padias. Aldeia Tuxá de Morrinhos (Itotirama), em 16/10/1999.

²³ Entrevista concedida em trabalho, Rodelas (Bahia), 2000.

levaram-na para a Igreja de Rodelas, onde ainda hoje se encontra, em Nova Rodelas. Desde então, o santo é tido como defensor e protetor dos índios. O culto a São João Batista por parte dos *caboclos* é demonstrativo de que entre eles dominam as práticas rituais de contato interétnicos. Desse modo, São João Batista nada mais é que a representação do *encantado* mais cultuado da aldeia, em tempos passados: o *Ká-nenem ou Velho Ká*

Conta a tradição que, logo após a instalação da aldeia pelo grupo, egresso de Surubabel, verificou-se o encontro. Estavam os índios dançando o toré quando viram uma criança sobre uma grande pedra que se erguia perto do sítio onde se encontravam. Como a dança se desenvolvia no interior da mata, ficaram intrigados e procuram descobrir quem era a criança. Porém, este não lhes falou, limitando-se a observá-los. Então os índios resolveram pernoitar no local para descobrir o mistério (outra versão relata que permaneceram três dias no sítio). À noite realizaram um trabalho da intenção (sic) de saberem quem era a criança. No transcorrer da cerimônia o encantado se apossou-se de um índio, dizendo: “Eu sou o mestre Velho Ká-nenem, dono da aldeia da tribo Tuxá, as correntes de Velho Ká”. A partir desse momento, ele tornou-se protetor dos Tuxá (Cabral e Nasser, 1982: 134)

Os preparativos para os festejos começam no mês de maio e ocupam grande parcela dos habitantes da aldeia. “Na véspera da festa se nota uma excitação geral em toda aldeia. Aqueles que estão trabalhando fora, vêm especialmente para a festa, pois ninguém pode faltar. ‘São João Batista é nosso protetor e nós temos obrigação de vir a festa’²⁴.”

A idéia de que a tradicional presença dos Tuxá nos festejos de São João Batista possa ser encarada como um elemento demonstrativo da integração do grupo à comunidade não indígena de Rodela e da falta de preconceito não encontra respaldo nos estudos de Cabral e Nasser. Para os pesquisadores, a festa tem um significado muito especial para os *caboclos*, tornando-se uma oportunidade de compensarem a opressão e a desvalorização de que são vítimas nos demais dias do ano (Cabral e Nasser, 1982: 137). Nas comunidades nas quais os Tuxás vivem atualmente as práticas rituais e simbólicas – a “tradição” - estão caindo em desuso e os mais velhos reclamam que as novas gerações, além de não dominarem o conhecimento em relação às práticas agrícolas, desvalorizam as manifestações culturais e identitárias de seus antepassados, em detrimento da cultura dos regionais.

²⁴ “O dia de festa começa com a alvorada. É uma grande queima de fogos, a banda de pífanos, constituída de caixa, bombo e dois pífanos, tocando e o pessoal acompanhando. Há apenas três anos os brancos acompanham a alvorada, antes, dela participavam exclusivamente os caboclos, CABRAL e NASSER (1988, p. 136).

4.2.4.2.4 A Construção da Barragem de Itaparica

A construção da Barragem de Itaparica, na década de 80 do século passado, desabrigou cerca de 7 mil famílias, em sete municípios nos estados de Pernambuco e Bahia, destacando-se o de Rodelas, onde, conforme foi salientado, viviam a comunidade indígena Tuxá. A submersão de Rodelas e da Ilha da Viúva colocou uma vez mais para a comunidade indígena a perda de seu território e a premência de novo deslocamento. Para levar a curso a construção da Represa, a Chesf lançou mão de todos os meios para persuadir os atingidos da necessidade de sua transferência. Aos Tuxá fez inúmeras promessas. Vejamos:

[...] QUE naquela época a CHESF promete que quando saíssem da aldeia velha, e viessem para a aldeia nova já teriam um projeto funcionando, para os índios trabalharem, que no prazo de seus meses iria estar pronto, para dar as mesmas condições da Ilha da Viúva, e que os índios não iriam sofrer nada; QUE a CHESF ainda falou que iriam receber mantimentos e ração para os animais, e que seriam recompensados mais do que as outras pessoas, porque eram índios; Que a CHESF se comprometeu ainda a resolver todos os problemas da comunidade; QUE prometeu a dar dois salários mínimos e meio a título de Verba de Manutenção Temporária, mas que nunca pagou esse valor, pagando sempre menos; (...) Que o projeto prometido pela CHESF tinha além da irrigação dos lotes, e também casa de farinha, casas, prédio escolar, caminhão, assistência à saúde, assistência técnica aos projetos de irrigação, veículos para o transporte da produção, condições de pesca e outros benefícios [...] (João Padilha, citado nos autos da Ação Civil Pública, p. 10).

Passados quase dois decênios da construção da barragem, os Tuxás têm muitas queixas em relação à Chesf e ainda aguardam o cumprimento das promessas da estatal. Em 1999, o Ministério Público Federal reconheceu as demandas dos Tuxá, dando entrada na Justiça Federal com uma Ação Civil Pública, com pedido de liminar contra a Chesf, solicitando reparo dos danos sofridos pelos Tuxás, após o seu desalojamento, e reconhecendo-lhes o direito “ao produto da exploração econômica das mesmas {terras}, desde o início da exploração comercial da Hidrelétrica de Itaparica, até que lhes sejam restituídas todas as condições anteriores” (p. 79), requerendo da Chesf, em suma, a obrigatoriedade de cumprir todas as condições para prover aos indígenas à autosustentação. Na mesma petição, o Ministério Público Federal solicitava reparação por dano moral coletivo. “A comunidade indígena é caracterizada por uma vivência comum de seus pares, que a singulariza dos

restantes dos nacionais. Quando a dor atinge a todos indiscriminadamente, temos um dano moral coletivo, que fere cada um daqueles indivíduos justamente por pertencerem ao mesmo grupo” (p. 80). Por fim, a Ação solicitava que a VMT fosse estendida de imediato às famílias formadas após o deslocamento das terras originais (p. 87).

Em decorrência da sentença em tramitação, em 2004, firmou-se entre as lideranças indígenas, a Chesf e o Ministério Público Federal (com a interveniência da Funai, do Ministério das Minas e Energia e da Secretaria Especial de Direitos Humanos) Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, através da qual, a Chesf se comprometia, entre outras medidas, a implantar, nas três comunidades ocupadas pelos Tuxá, projeto agrícola no valor de sessenta e um mil, quatrocentos e dezoito milhões de reais²⁵, dotando cada família de 15 hectares²⁶, sendo 12 em área de sequeiro ou extrativista e 3 irrigados, tendo a Chesf prazo de 5 anos para providenciar a irrigação. Pelo compromisso, a companhia ficava responsável ainda pelo Pagamento de Compensação Financeira às famílias Tuxá no valor de nove milhões, seiscentos e setenta e cinco mil reais, distribuído da seguinte forma: 31 mil reais para as 195 famílias constituídas antes do deslocamento; e 5 mil para as 242 famílias constituídas após o deslocamento. Estes últimos receberiam ainda uma casa a ser entregue até junho de 2005, no caso de já terem moradia, rezava a sentença que receberiam a título de compensação o valor de dez mil reais, a ser pago na mesma data anteriormente citada (Ação Civil Pública, p. 4). O compromisso reza ainda que o não cumprimento do prazo para implantação do projeto agrícola ensejaria “a inclusão de novas famílias indígenas que, eventualmente, tenha sido constituídas entre a data da assinatura do termo e da disponibilização da água de irrigação no lote do beneficiário” (Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, p. 3). O referido termo extinguiu a Verba de Manutenção Temporária, criando o Pagamento de Provisão Temporária de Subsistência, rezando que o mesmo será extinto dois anos após a de implantada a irrigação nos lotes dos beneficiários (TAC, p. 5). Dentre as medidas, somente o Pagamento

²⁵ O impetrante da Ação Civil Pública explicita nos autos o princípio utilizado para calcular os valores devidos aos Tuxá pela Chesf. “Os valores devidos aos índios corresponde ao percentual das terras tradicionais indígenas em relação ao lago da barragem. Ou seja, é a participação das suas terras tradicionais em relação ao empreendimento como um todo. As terras tradicionais dos Tuxá (uma légua em quadra) somam 123 km², e representam 14,7482% da superfície total do lago (834 km²). P. 79. Mais adiante completa: “Note-se, desde logo, que a lei fala em ‘produto’ e não em ‘lucro’. Assim, eventual sentença deverá considerar toda a receita bruta da barragem, e não a receita líquida” p. 79.

de Compensação Financeira foi levado a efeito pela Chesf, dando ensejo a mobilizações no sentido da revisão do acordo, conforme veremos a seguir.

4.2.4.2.5 O faccionalismo entre os Tuxá

De acordo com depoimento das principais lideranças indígenas Tuxá, antes que tivessem contato com a Chesf vigorava na Aldeia de Rodelas harmonia e “bem-querença”. O poder estava centrado nas figuras do cacique Manoel da Cruz Oliveira (Bidu) e do Pagé Armando Gomes, não havendo, portanto, espaço para o faccionalismo. Dois depoentes citados nos autos da Ação Civil Pública fazem referência a um capitão²⁷, mas não o nomeia (p.21). Aos primeiros contatos com os agentes da Chesf e a eminência do deslocamento, surgiram os conflitos. Estes ocorreram em função, sobretudo, da escolha do novo local da Aldeia.

Desde o princípio da construção da Represa, os Tuxá se viram diante de duas alternativas: permanecer na Nova Rodelas, onde a perspectiva de assentamento, de acordo com algumas avaliações, era desfavorável, ou se deslocarem para outra região.

Surgiram, então, as divergências. Instalou-se entre os Tuxás o faccionalismo que tem-se acentuado ano após ano, em face do descaso da Chesf e da procrastinação em reparar-lhes as perdas materiais e simbólicas. A comunidade antes unida em torno do Cacique e do Pajé dividiu-se praticamente meio a meio.

Cerca de 85 famílias optaram por se estabelecer em Nova Rodelas, confiantes nas promessas de reassentamento da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), esperando definição quanto à ocupação da fazenda Riacho do Bento²⁸. Já, 96 famílias, lideradas por Manuel Novais da Silva – que, desde o momento do rompimento da unidade,

²⁶ Reza o termo que os projetos de cada comunidade deveriam ter reserva de 20% para atender a expansão da população indígena e “ao usufruto coletivo da comunidade indígena, de acordo com suas tradições”. Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta, p. 3.

²⁷ “A patente introduzida pelos missionários, designavam, nas aldeias, um índio nomeado pelo governador da província, para exercer o papel de intermediar junto à sociedade colonial”. Ação Civil Pública, 1999, p. 3.

²⁸ A Fazenda Riacho do Bento compreende área de mais de 4 mil hectares, localizada a 25 km a oeste de Nova Rodelas, foi desapropriada com vistas a reassentar os Tuxás, mas estudos técnicos apontaram sua infertilidade e a inviabilidade do cultivo do solo. Entrevista concedida em trabalho de campo, em Rodelas, 2000. Em fins de 1990, a comunidade Tuxá de Rodelas voltou a aventar a possibilidade de ocupar a referida fazenda e estudos foram feitos para reavaliar a possibilidade de sua ocupação. Pelos estudos, somente pouco mais de 621 hectares estavam aptos à implantação de projeto irrigado, mediante adoção de uma série de procedimentos de caráter

assumiu a condição de cacique do grupo dissidente –, optaram pela transferência. Entre estes partiram também umas poucas famílias de origem Tuxá que viviam nos núcleos ribeirinhos de Jatinã e Coité, município de Itacuruba -PE (Ação Civil Pública, p. 22). Pouco depois, 10 famílias partiram de Rodelas em direção a Inajá (PE), conforme assinalado acima.

Inicialmente, os Tuxá dissidentes pensavam em se deslocar para área do projeto Massangano, em Petrolina (Pernambuco), mas, segundo consta, tiveram sua pretensão rechaçada pela poderosa família Coelho.

Depois de muitas idas e vindas, os Tuxá dissidentes foram transferidos para a Fazenda Morrinhos e Oiteiros, município de Ibotirama (Bahia), distante aproximadamente mil km da aldeia de Nova Rodelas.

As Fazendas Morrinhos e Oiteiros (município de Ibotirama) constituem área de 2.019 hectares e abrigam, atualmente, 212 famílias indígenas, totalizando mais ou menos 1.200 pessoas. A sede da aldeia dista aproximadamente 15 km de Ibotirama e conta com pequeno comércio, escola, Posto da FUNAI, um posto de saúde e alguns poucos aparelhos de telefone públicos. Conta também com Igrejas Evangélicas, com um templo da Igreja Católica e um espaço edificado em forma de oca – *a Igreja Encantada* – onde uns poucos indígenas podem praticar os rituais de contato, sob a regência de um jovem pajé.

Além de terras, a CHESF prometia aos indígenas desabrigados um projeto de irrigação e de custeio, entre outras coisas. Pressionada, a estatal acordou que, enquanto não ocorresse o reassentamento dos indígenas e a total implantação dos projetos, pagaria às famílias indígenas cadastradas (no caso da Aldeia de Morrinhos são 95)²⁹ a Verba de Manutenção Temporária (VMT), no valor de dois salários mínimos e meio. Embora não pague o valor acordado quando do deslocamento, o recurso no valor de dois salários mínimos continua sendo desembolsado pela Chesf, mas para desespero dos indígenas, os projetos continuam engavetados. Desde então, a estatal tem sido pressionada a resolver definitivamente a pendência com os indígenas e a implementar o que se denominou de “Programa Tuxá”.

corretivo. As negociações para levar a efeito os procedimentos para a irrigação, segundo os termos da Ação Civil Pública, estavam em bom termo, quando Gerpi passou a adia-lo, p. 43.

²⁹ Em 1997, através de acordo firmado entre a Chesf e as lideranças indígenas de Ibotirama, a estatal se comprometeu a cumprir um leque de medidas. Destaca-se a inclusão de 41 famílias entre os beneficiários da VMT, comprometendo-se a analisar também alguns casos pendentes e controversos. Ação Civil Pública, Ministério Público Federal, 1999, p. 36.

Quando o governo federal cogitou a privatização da Chesf, em meados de 1990, criou o Grupo Executivo para Conclusão do Projeto de Reassentamento das Populações da Usina Hidrelétrica de Itaparica (Gerpi) voltado para equacionar os compromissos da estatal diante dos atingidos pela referida represa que com ela tinham demanda. Segundo os autos da Ação Civil Pública, após a criação do Gerpi, a Chesf passou a desconsiderar os termos do acordo anteriormente firmado com as lideranças indígenas.

Dando prioridade às soluções rápidas, o Gerpi teria sinalizando aos índios a inviabilidade do chamado Programa Tuxá, acenando-lhes, através de meios obscuros, com a possibilidade da indenização em espécie. Esta foi rejeitada pelas velhas lideranças Tuxá, ganhando adeptos entre os mais novos. A interferência do Gerpi, segundo depoimento citado nos autos da Ação Civil Pública, acirrou ainda mais a divisão entre as comunidades. Embora a privatização da Chesf não tenha sido levada a efeito, a Chesf continuou protelando suas obrigações em relação às demandas dos Tuxá e desconsiderando os acordos firmados pouco antes. Em face disso, a possibilidade de indenização em espécie tem ganhado mais e mais adeptos entre os indígenas.

Algumas lideranças Tuxá, sob alegação de que não acreditam no cumprimento do TAC, estão fazendo gestões para aditarem ao acordo cláusula que possibilite o recebimento da indenização em dinheiro. Em tempo, as lideranças continuam reivindicando a extensão do benefício do Pagamento de Provisão Temporária de Subsistência (termo que substitui a VMT) às famílias constituídas após a assinatura do TAC e o pagamento da indenização aos viúvos e viúvas, antes da formalização do inventário, uma vez que os indígenas que deram entrada ao processo, segundo Gilvan Barros, foram logrados pelo seu representante legal.

Enquanto a CHESF não cumpre os termos do acordo, o cotidiano dos indígenas das Aldeias Tuxá continua marcado pela luta, pelo faccionalismo, pela ociosidade e pelo saudosismo dos mais velhos, cujos olhos estão sempre voltados para o passado mitificado, no qual a Ilha da Viúva era extensa e provedora.

4.2.4.3 Os Kiriri

Em Muquém do São Francisco vivem 32 famílias indígenas, totalizando 122 pessoas. Elas ocupam área de apenas 62 hectares, grande parte banhada pelo Rio São Francisco. A pequena Aldeia Kiriri foi demarcada e homologada pela Funai em 1985. Além do arruamento de casas, a aldeia possui uma escola multisseriada (funcionando em dois turnos; à noite funciona o programa AJA-Bahia), um posto de saúde, uma casa de farinha e o *Poró* (a casa da Ciência), espaço referencial das manifestações simbólicas, num contexto, diga-se de passagem, marcado pelo contato interétnico. É no “terreiro” do *Poró* que os índios praticam o *toré* e é no seu interior que rezam e cultuam à Santa Cruz – a padroeira da Aldeia – e o Pajé Domingos faz os seus trabalhos de *ciência*.

Os indígenas cultivam plantas de ciclo curto como o milho, o feijão e a abóbora, mas vivem basicamente da pesca. Possuindo, inclusive, barcos e canoas com os quais aprenderam a lidar muito depressa, conforme ressaltou o Pajé. Uns poucos fazem produtos artesanais que vendem nas feiras da região e nos eventos dos quais participam. Os mais velhos recebem a aposentadoria rural e três indígenas são funcionários públicos. Um é agente de saúde e o outro é técnico agrícola, prestando serviço na diminuta Aldeia de Passagem (Muquém do São Francisco) onde vivem os Pankaru; a terceira, é uma jovem professora recentemente contratada.

Periodicamente, alguns indígenas deixam a aldeia em busca de trabalho assalariado no Javi (próspero distrito de Muquém) e ou nos projetos de fruticultura irrigada da região; outros vão para a região de Barreiras, trabalhando nas plantações de soja ou algodão. Em geral, eles voltam na mais completa penúria e “doentes”, conforme salientou em entrevista a cacique Maria³⁰. Antes que os Kiriri se fixassem em Muquém, alguns indígenas se aventuraram em São Paulo. O pajé Domingos³¹ e a cacique Maria viveram a experiência. Ele viveu na capital paulista por dois anos, trabalhando “fichado” numa firma e ela trabalhou 9 anos como empregada doméstica na casa de uma família de origem japonesa, conforme salientou em entrevista. Após seu retorno de São Paulo, Domingos passou-lhe a liderança. Segundo ele não há entre os seus filhos descontentamento com a escolha de Maria e que a liderança da filha é inquestionável. Contudo, depreende-se das conversas mantidas com os aldeiaidos que sua

³⁰ Entrevista concedida em pesquisa de campo, Muquém do São Francisco, 2006.

³¹ Entrevista concedida em pesquisa de campo, Muquém do São Francisco, 2006.

atuação está mais voltada para fora. Enquanto a de seu pai volta-se para “dentro”, acumulando às funções de Pajé e de Conselheiro.

Em linhas gerais, a função básica da cacique é fazer a mediação entre seus liderados e a Funai, bem como junto às demais agências do Estado, em suas várias esferas. Maria é também a comunicadora, a intérprete e a articuladora do grupo formado basicamente por membros de sua família que cada vez torna-se mais extensa. É ela quem repassa informações, formula demandas, exerce a representação, barganha, planeja, circula nos órgãos públicos e opera com outras instituições com desenvoltura, tendo sua performance reconhecida e “muito respeitada” na sociedade envolvente, conforme salienta seu pai.

4.2.4.3.1 Histórico

A presença dos indígenas Kiriri no Médio São Francisco é bastante recente. Data de 1982. Esse grupo indígena é originário do Nordeste do estado da Bahia, onde ocupa área que compreende os atuais municípios de Quijingue e Banzê. É no último que está localizada a Aldeia de Mirandela (antiga Saco dos Morcegos), povoado-sede da missão jesuíta criada no século XVII (distrito de Ribeira do Pombal até 1989). O deslocamento dos Kiriri para a região do São Francisco se deu em razão dos conflitos que marcaram as relações intra-indígenas, quando em princípios de 1970, os Kiriri empreenderam um processo de afirmação étnica, resultando na luta pela retomada de suas terras, ocupadas há anos pelos regionais. Assim, o processo de desintração seria marcado não só pelo conflito entre indígenas e regionais, mas entre os próprios indígenas. Tal fato deu azo a violências, a defecções e a migração. Sobre isso diz Brasileiro:

Inicialmente, portanto, a alternativa encontrada para fugir a esse pesado ônus em prol de uma representatividade e de uma “independência” política, consistiu, para muitos, na migração para outras áreas. Permanecer na Terra Indígena significou, para aqueles indivíduos que se recusaram a seguir à risca as novas orientações, ter os seus “direitos” de pertencimento ao grupo étnico postos em suspeição —ou suspensão— pelas lideranças, no bojo de um processo de grande repercussão que ficaria conhecido localmente como coador (1996, 120).

Em contato com os regionais há mais três séculos, os Kiriri são representativos dos povos de “fronteira”. Nessa condição, buscar, ao longo dos anos, marcar um campo de diferenciação étnica, estabelecendo ao mesmo tempo, mediações e negociações com a

sociedade envolvente de modo a resguardar a sobrevivência. Vivendo no limite da “fronteira”, digamos assim, e ligado estreitamente aos regionais por relações de trabalho e afinidades, Domingos Kiriri adotou postura considerada pouco aguerrida em relação às mobilizações étnicas, do que se depreende de sua narrativa - priorizando as negociações ao conflito aberto. Ademais, trabalhava como gerente de uma fazenda e mantinha estreita relação de amizade com o vereador José Benício, relação desaconselhada pelas lideranças, logo após instaurado o processo de afirmação e diferenciação étnica³². Segundo sua filha Maria, atual cacique da Aldeia Kiriri de Muquém do São Francisco, a posição do pai resultou mal vista pelo cacique e demais lideranças de Mirandela e a situação de sua família na aldeia tornou-se periclitante.

Em face dos conflitos, um filho de Domingos, em disputa corporal com outro indígena, foi esfaqueado³³. Segundo Domingos, provocado, outro filho seu entrou em conflito com o agressor, fato que resultou na morte do último.

Desgostoso por não ter contado com o apoio das principais lideranças indígenas quando da prisão do filho, Domingos resolveu abandonar a Aldeia em companhia da família e de uma irmã casada.

A representação da diáspora de Domingos de Mirandela é marcada pelo sofrimento e pela incerteza em relação ao local de fixação. Ele diz que primeiro pensou em ir para o Maranhão, descartada a possibilidade, foram para a Aldeia Vargem Alegre, situada na Agrovila 19, município de Serra do Ramalho, sendo recebidos pelos Pankaru. Embora tivessem estreitados os laços de afinidades com os Pankaru e formado com eles também relações de parentesco, através de casamentos, a família de Domingos permaneceu em Serra do Ramalho somente dois anos. A região, segundo o Pajé, é muito seca e isolada, não apresentando condições de sobrevivência para um grupo mais extenso.

³² Sobre o assunto diz Sheila Brasileiro (1996, p.119): “Outros mecanismos de controle social seriam gradualmente estabelecidos pelo cacique e demais lideranças. Práticas como o trabalho “alugado”, de “meia”, relações clientelísticas e de compadrio com regionais e os casamentos interétnicos foram desestimulados, gerando certa expectativa entre os Kiriri, posto que a estas “prescrições” não se seguiu uma contrapartida imediata, no sentido de dotar o grupo com as condições necessárias à subsistência dentro desse novo contexto sócio-político. A quebra destes circuitos tradicionais de reciprocidade — uma densa rede de relações pessoais de cooperação, norteadas pelo parentesco, amizade e clientelismo — forçou uma tomada de posição nem sempre conveniente a muitas das famílias kiriri. Foi assim que, quando da ocupação da Picos, cerca de cinquenta destas famílias, que ali trabalhavam na qualidade de meeiros de Artur Miranda, se viram compelidas, por motivos econômicos, a abandonar a área, a fim de tentar garantir a sua subsistência.

³³ Domingos afirma que o agressor de seu filho (depois vítima) era mal visto pela comunidade indígena porque negava sua identidade étnica e defendia os brancos.

Estando de passagem por Brasília, travou contato com o índio Xucuru Zé Sato. Este o informou que estava se transferindo para Minas Gerais, disponibilizando, portanto, a área que ocupava às margens do São Francisco, em Ibotirama. Domingos se deslocou para Passagem, fixando-se com a família numa exígua área de LMEO (Linha Média de Enchentes Ordinárias), sob jurisdição do SPU (Superintendência do Patrimônio da União), alojados em condições muito precárias. Em face disso, empreendeu negociações com a Funai visando a compra de terras para mudar do local. Feita a negociação, a família de Domingos se deslocou de Passagem para Muquém do São Francisco, município recém emancipado de Ibotirama, não sem antes se indispor com os Atikum com os quais teve desavenças, pois estes almejavam as mesmas terras, bem como com o antigo proprietário da área, uma vez que este, segundo Maria, não queria entregar-lhes a terra escriturada. Enquanto não era demarcada a área, ficaram trabalhando ali e morando em Passagem até a resolução da “questão”. Hoje a exígua área que forma o povoado de Passagem foi ocupada pela família de Isaura, a cacique dissidente da Aldeia Pankaru de Vargem Alegre.

Em princípios de 1990, à família de Domingos veio se somar outro Kiriri das redondezas de Mirandela, Carlos Batista. Tudo indica que a saída de Carlos de Mirandela se deu em razão do faccionalismo e do “controle social”³⁴ exercido pelas lideranças. Ele certamente foi “coado”³⁵ na expressão corrente em Mirandela. Depreende-se tanto da entrevista de Domingos como da de Carlos, que os índios de “tradição”³⁶ não suportam a falta de reconhecimento e invisibilidade a que são submetidos, após a negativa, aberta ou velada, de submissão “ao controle social”, bem como à filiação a uma das facções em disputa. A respeito disso, a fala de Domingos é significativa: “Eu digo Daniel [o Conselheiro], eu vou embora daqui Daniel... A aldeia que índio não tem apoio, eu não moro nela não”.

³⁴ Carlos certamente foi “coado” expressão corrente entre os Kiriri de Mirandela para designar o índio que sofreu sanções por não se submeter ao controle social imposto pela lideranças. Mais detalhes, ver Brasileiro, 1996, p. 119 e 128.

³⁵ Consolidados os objetivos iniciais dos Kiriri, as práticas políticas das lideranças, na medida em que instalam um clima de tensão e de insegurança na terra indígena — reflexo da instituição do “coador”, do espancamento de índios alcoolizados, das compulsões para o comparecimento às roças comunitárias —, produzem insatisfações que, por sua vez, geram focos de questionamento à legitimidade do poder político aí exercido. Sheila Brasileiro, 1996, p.215 .

³⁶ Na “fronteira”, emergem outras diferenciações. Os índios de “tradições” são aqueles que praticam os rituais simbólicos vinculados aos ancestrais. Segundo Gilvan Barros, há em toda família índios que assumem e que não assumem a “tradição”. Entrevista concedida em trabalho de campo, Ibotirama, 2006.

Carlos também peregrinou por vários lugares antes de ser adotado pelos pioneiros Kiriri de Muquém, passando por Ribeira do Pombal e Paulo Afonso. Em Muquém “vive de favor” em terra cedida pela família de Domingos, com quem mantém laços de parentesco, não deixando de empreender gestões junto à Funai para ter direito ao seu “pedaço de terra”.

Recentemente, vindo de Mirandela aportou à Aldeia de Muquém o índio João de Jesus. A partida, segundo ele, não teria relação direta com o faccionalismo³⁷. Durante sua estada na Escola Família Agrícola de Riacho de Santana teria tomado conhecimento da presença dos Kiriri em Muquém. Assim, ao concluir o último ciclo do ensino médio, fixou-se ali. João Jesus é vinculado à Funai, prestando serviço de técnico agrícola à Aldeia Pankaru de Passagem, em Ibotirama. Em Muquém diz valorizar a união e a solidariedade, sinalizando rejeição ao “controle social” e ao faccionalismo instalados em Mirandela, após as “mobilizações étnicas”, ocorridas entre os anos 70 e 80 do século passado.

³⁷ Nas entrelinhas da entrevista de João Jesus percebe-se ligação com as religiosas de Ribeira do Pombal que, segundo Sheila Brasileiro, teriam dado suporte e apoio à facção liderada pelo cacique Daniel quando do rompimento deste com o cacique Lázaro.

5. ANÁLISE ESPACIAL DAS FORMAS DE ACESSO À TERRA ATRAVÉS DA INTERPRETAÇÃO DE IMAGENS DE SATÉLITES

Nesta etapa da pesquisa sobre acesso à terra e territórios no Médio São Francisco, a interpretação de imagens de satélite traz elementos interessantes para a leitura e análise do espaço geográfico, em especial, dos processos de produção. Trata-se de um primeiro exercício que deverá ter continuidade, especialmente, com trabalho de campo onde se comprovará e/ou corrigirá as interpretações realizadas através das imagens³⁸.

A ‘forma’ constituiu-se na unidade de análise utilizada e, a partir dela, os padrões que se configuram no conjunto de formas. Ela permite articular dois tipos de análises espaciais: o da fotointerpretação onde a forma é claramente identificável, e o da análise de produção de espaço proposta por Milton Santos onde a forma é uma das quatro categorias de análise – junto com as categorias função, estrutura e processo. Estes termos “tomados individualmente apresentam apenas realidades, limitadas do mundo. Considerados em conjunto, porém, e relacionados entre si, eles constroem uma base teórica e metodológica a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais em totalidade”. (SANTOS, 1985)

Desta maneira, cada forma, como aspecto visível de um objeto, desempenha uma determinada função; a estrutura, é invisível, subjacente à forma, e se refere ao modo em que os objetos estão inter-relacionados entre si. O processo implica temporalidade, as formas, estruturas e funções em movimento, através do tempo: “os processos ocorrem no domínio de uma estrutura social e econômica e resultam das suas contradições internas” (GERMANI, SANTOS E SANTOS, 2005 *apud* CORRÊA)

5.1. O espaço físico e o uso da terra

Tendo como primeiro objetivo geral entender as formas de apropriação do território no Médio São Francisco, na região de estudo, foram delimitadas áreas de relativa homogeneidade de acordo com a escala escolhida.

³⁸ As imagens utilizadas neste trabalho foram obtidas através do programa Google Earth no primeiro semestre do ano de 2006 (*download* em: earth.google.com)

Esta relativa homogeneidade refere-se a padrões de formas que revelam possíveis modos de ocupação do espaço, abrangendo uma gama de unidades que vão desde um predomínio quase absoluto das formas do meio físico-biológico (zonas de serra, de brejos) até áreas onde a textura e a cor são totalmente definidas pela ação do homem.

Na Figura 1 pode-se observar o resultado da delimitação de 88 unidades de uso e apropriação do espaço; algumas apresentam características semelhantes entre elas mesmo sem encontrar-se em superfícies contíguas³⁹.

As Figuras 2 e 3 correspondem a unidades extremas no eixo analisado: a figura 1 – área de serra no município de Paratinga – apresenta padrões com predomínio das formas naturais do meio físico-biológico enquanto que na Figura 3 – parcelamento do Município de Serra do Ramalho – podem-se observar as formas geométricas regulares impondo uma relativa homogeneidade à área.

Entre ambos extremos, observa-se na imagem analisada, uma diversidade de padrões que corresponde com uma diversidade de formas de ocupação e parcelamento. Isto sugere diferentes tipos de uso e de processos de apropriação da terra de acordo com a regularidade e simetria das formas assim como também do tamanho, localização e disposição dos lotes.

Um exemplo desta diversidade apresenta-se na Figura 4: é possível identificar, ao menos, três unidades correspondentes a três tipos de padrões diferentes, segundo tamanho, tipo e disposição de lotes, mais duas unidades com predomínio de formas da paisagem natural. Com relação aos padrões de tamanho e distribuição dos lotes, as três unidades identificadas na figura representam três realidades diferentes: um loteamento regular e uniforme com tamanho de lote médio a grande (superior a 100 ha), ampla superfície onde há predomínio das linhas retas; um loteamento regular e uniforme com tamanho de lote pequeno que corresponde a um projeto de assentamento de reforma agrária; e uma unidade com lotes de figuras geométricas irregulares, com predomínio de tamanhos médios a grandes.

³⁹ A próxima etapa do trabalho consistirá em classificar as unidades em categorias de acordo com formas que revelem usos e apropriações semelhantes. Desta maneira, das 88 unidades provavelmente resultarão não mais de 15 ou 20 classes.

Figura 1 - Área de estudo do Médio São Francisco – Unidades de uso e apropriação



Figura 2. Área de serra no município de Paratinga



Figura 3. Loteamento do município Serra do Ramalho.

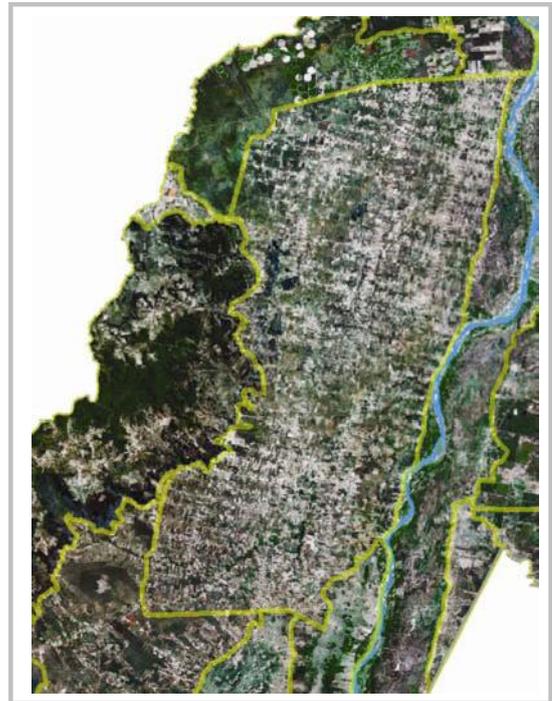


Figura 4. Diferentes padrões de formas geométricas, Muquém de São Francisco



O predomínio da linha reta fala sobre uma realidade expressa com força a partir da última metade do século XX: o que Rogério Haesbaert (2002) chama de “império da linha reta e a ditadura do movimento” e que associa ao “ideal lineal de uma modernização amplamente comandada pelos interesses privados”, à valorização da velocidade nas comunicações, ao veículo automotor.

O tamanho de lote indica de modo indireto a possibilidade de sustentabilidade econômica por médio da produção no âmbito rural. A situação do assentamento de reforma agrária, com a delimitação de lotes pequenos é visivelmente diferente da situação do seu entorno, onde se bem o lote continua apresentando linhas retas e formas geométricas regulares, o tamanho de lote é significativamente superior.

Uma situação totalmente diferente pode ser observada na unidade marcada à esquerda das anteriormente comentadas. A irregularidade dos lotes e a disposição dos mesmos sugere um tempo de ocupação anterior às unidades vizinhas, ao longo de um período de tempo maior e respondendo a uma lógica diferente. A falta de padronização dos lotes se visualiza também nos diferentes tamanhos presentes nesta unidade.

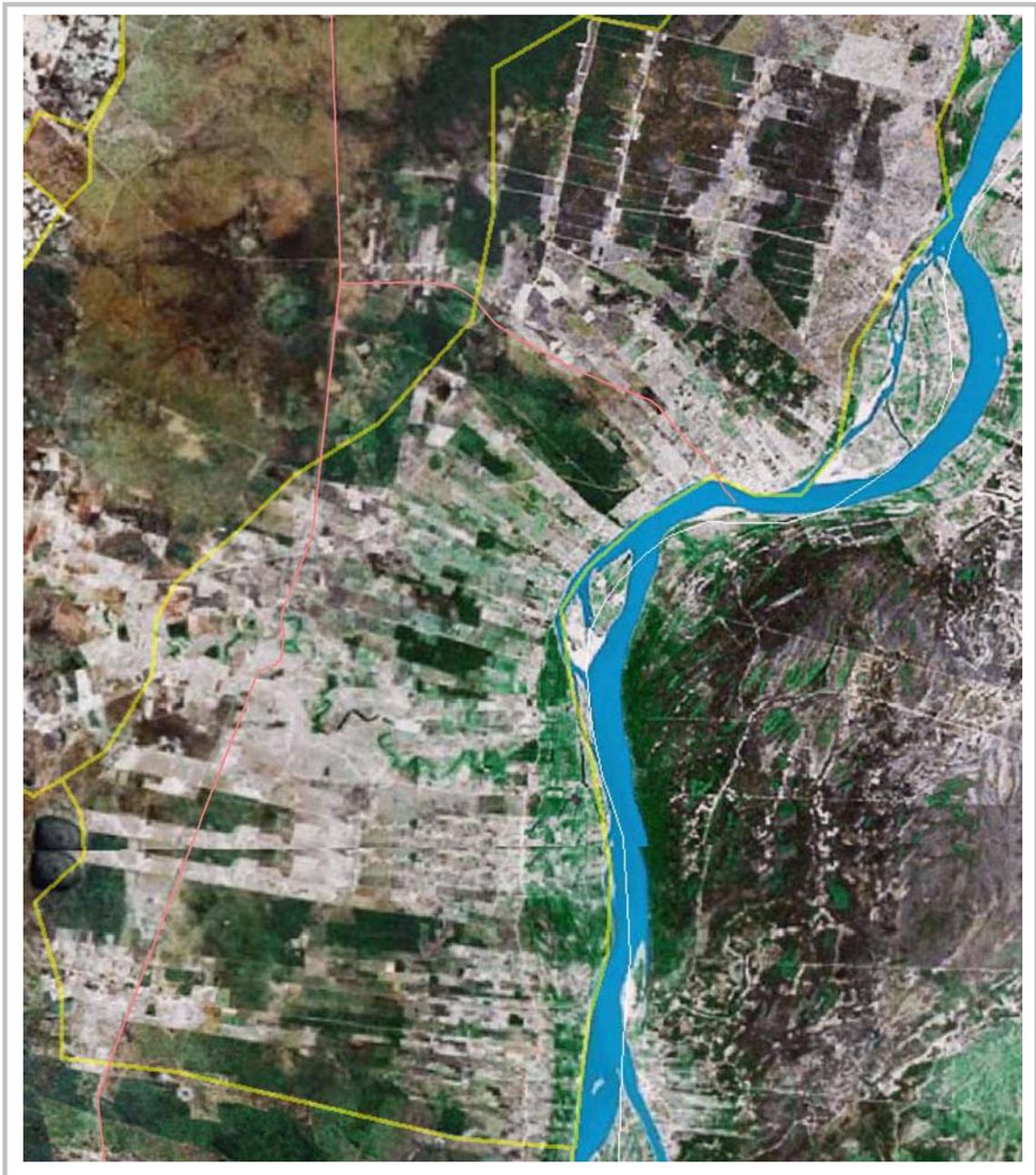
Somente com estas três unidades como exemplo se abre ante nós uma fonte de análise de uma riqueza enorme. Partindo do estudo das formas é necessário percorrer diversos enfoques da análise espacial para poder entender como essas três unidades fazem parte de um mesmo processo e respondem a uma mesma estrutura social, e como se insere nesse contexto o estado com as suas diversas ações que acaba se revelando nas formas.

Este estudo espacial encontra-se ainda em fase inicial de desenvolvimento. Por isso, serão colocados aqui apenas alguns elementos que farão parte da pesquisa; elementos que identificamos como relevantes nas formas, e daí nos processos de produção de espaço. Estes elementos encontram-se totalmente imbricados entre si e são passíveis de separação do seu contexto somente a modo de análise teórico, mas mesmo neste nível de estudo faz-se necessário uma re-integração dos mesmos numa análise posterior. Este será o maior desafio e a maior riqueza desta pesquisa.

5.2. Acesso à água

As formas identificadas na imagem são testemunhas de um determinado acesso à terra, com características diferenciais que muitas vezes terão seu correlato observável na própria imagem. Porém, nem todas elas possuem acesso à água, fator cada vez mais limitante da produção agropecuária economicamente sustentável. O acesso à água não só difere de acordo com a região e a própria fonte de água como também constitui-se em uns dos principais fatores moldadores das formas observadas no Médio São Francisco, conforme Figura 5.

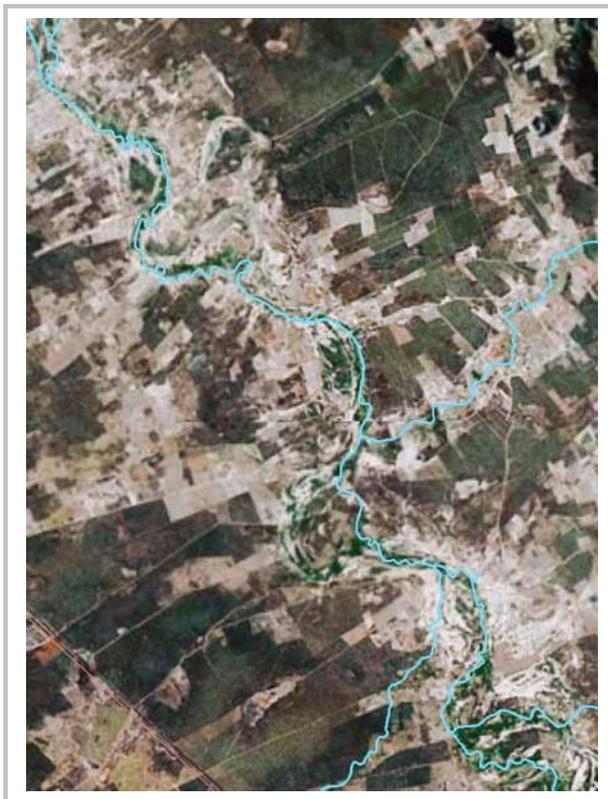
Figura 5 Lotes com formas características de acesso à água. Margem do Rio São Francisco. Município de Sítio do Mato.



Observa-se uma forma característica na maioria dos lotes que possuem acesso à fontes de água fluviais: uma largura curiosamente estreita e um comprimento expressivamente extenso, manifestando-se comumente nas margens do rio São Francisco em valores de 100 metros por 6 km. Informações de técnicos que atuam na zona apontam a um uso agrícola nas terras próximas do rio e um uso pecuário nas partes mais afastadas

Formas similares podem ser observadas em rios menores, como no Rio Paramirim no município de Oliveira dos Brejinhos – Figura 6 – e no Rio Grande no município da Barra – Figura 7.

**Figura 6. Lotes estreitos e compridos.
Município de Oliveira dos Brejinhos**



**Figura 7. Lotes estreitos e compridos.
Município de Oliveira dos Brejinhos**



Os lotes localizados nas beiras dos rios nos municípios de Buritirama e parte do município da Barra diferem em forma e tamanho destes últimos. Nas Figuras 8 e 9 pode observar-se pequenos lotes de formas quadradas ou retangulares . Segundo técnicos da área, a atividade predominante da zona é a pecuária, e estes pequenos lotes poderiam corresponder a lotes individuais de zonas de pastagem coletiva ou pequenos lotes próximos das casas onde se realizam atividades agrícolas de subsistência ou de complemento à pecuária (plantio de palma).

Figura 8. Pequenos lotes no Município de Buritirama

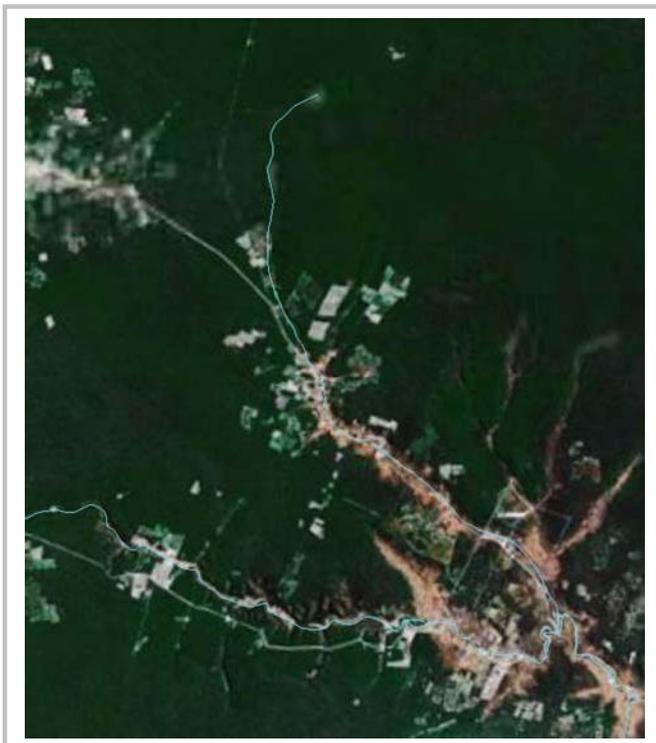


Figura 9. Pequenos lotes no Município de Barra



Nos casos comentados, o acesso à água está fazendo referência a uma localização ‘adjacente’ às fontes de água, principalmente fluviais, porém, na maioria dos casos esse acesso não se traduz em práticas de irrigação, devido às dificuldades financeiras para custear obras de infra-estrutura e manutenção da atividade.

Existe uma forma facilmente identificável como prática de irrigação, pois a própria técnica é quem confere a sua forma característica. Trata-se dos perfeitos círculos gerados a partir do ‘pivô central’, com diâmetros entre 500 e 1.000 metros. A maior concentração de ‘círculos’ na região estudada encontra-se no município de Serra do Ramalho, na zona vizinha do Projeto de Irrigação Formoso (A e H – em Bom Jesus da Lapa), podendo contabilizar-se mais de 15-20 unidades. Convém lembrar, como já observado neste relatório, que a irrigação em Serra do Ramalho não é desenvolvida pelos colonos originais do PEC, mas por grupos econômicos que chegam posteriormente. No município de Muquém de São Francisco, próximo do rio, pode identificar-se um grupo com 6 ou mais círculos. Também é possível identificar este tipo de forma – portanto, de acesso à técnica – em municípios como Bom Jesus da Lapa, Carinhanha e Barra.

A Figura 10 exemplifica o caso de Serra do Ramalho – Bom Jesus da Lapa com os Projetos Formoso A e Formoso H. Além das formas circulares, a combinação de formas geométricas regulares com uma coloração intensa indica práticas de irrigação com a utilização de diferentes técnicas.

Rogério Haesbart (2002, p. 370-371) descreve como linhas retas e curvas se complementam numa ‘modernização amplamente comandada pelos interesses privados’:

À linearidade do padrão retangular da maioria das unidades agrícolas vem somar-se a perfeita geometria circular dos imensos pivôs centrais: em seu maior núcleo pode-se contar dezesseis circunferências, em cores múltiplas que refletem os distintos momentos da colheita e a diversificação nos tipos de cultivo. Mesmo quebrando o império da linha reta, eles impõem igualmente a norma matemática quase perfeita.

A utilização do recurso água na produção agropecuária encontra-se assim mais ligada ao acesso à tecnologia do que à localização ‘adjacente’ das fontes naturais.

Figura 10. Conglomerado de 'círculos' de irrigação à esquerda (Serra do Ramalho) e lotes do Projeto Formoso (A e H – Bom Jesus da Lapa) à direita



5.3. A técnica

Como diz Milton Santos (2002, p. 29) “é por demais sabido que a principal forma de relação entre o homem e a natureza, ou melhor, entre o homem e o meio, é dada pela técnica”. E nesse sentido “A história das chamadas relações entre sociedade e natureza é, em todos os lugares habitados, a da substituição de um meio natural, *dado* a uma determinada sociedade, por um meio cada vez mais artificializado, isto é, sucessivamente *instrumentalizado* por essa mesma sociedade”. (SANTOS, 2002, p. 233)

Se por um lado, o uso da técnica deixa sua expressão no espaço, e por outro lado, “toda técnica é história embutida” (SANTOS, 2002, p.48), na análise das formas subjaze, a história da utilização dessas técnicas.

A difusão do pacote tecnológico a partir da segunda metade do século vinte junto com o aumento do uso de veículos automotores valorizou a expansão da agricultura em zonas planas. Percebe-se nas planícies da região estudada um predomínio de linhas retas e de lotes uniformemente geométricos. Em algumas unidades delimitadas, estes lotes preenchem a superfície total – como em áreas de Muquém de São Francisco, Brejolândia e Sítio do Mato, entre outros – enquanto que em outras se observam lotes uniformes que não ocupam o espaço por completo, o que poderia sugerir uma área ainda em expansão.

A planura, como aponta Haesbart (2002, p. 369) “, ao mesmo tempo em que estimula o padrão geométrico de ocupação e facilita a mecanização agrícola [...], condiciona também as disputas territoriais [...]”. Na serra, predomina uma ‘construção artesanal’ “onde a linha reta não encontra adeptos e onde a mão do homem, quando existe, se impõe com parcimônia”(HAESBAERT, 2002, p. 372).

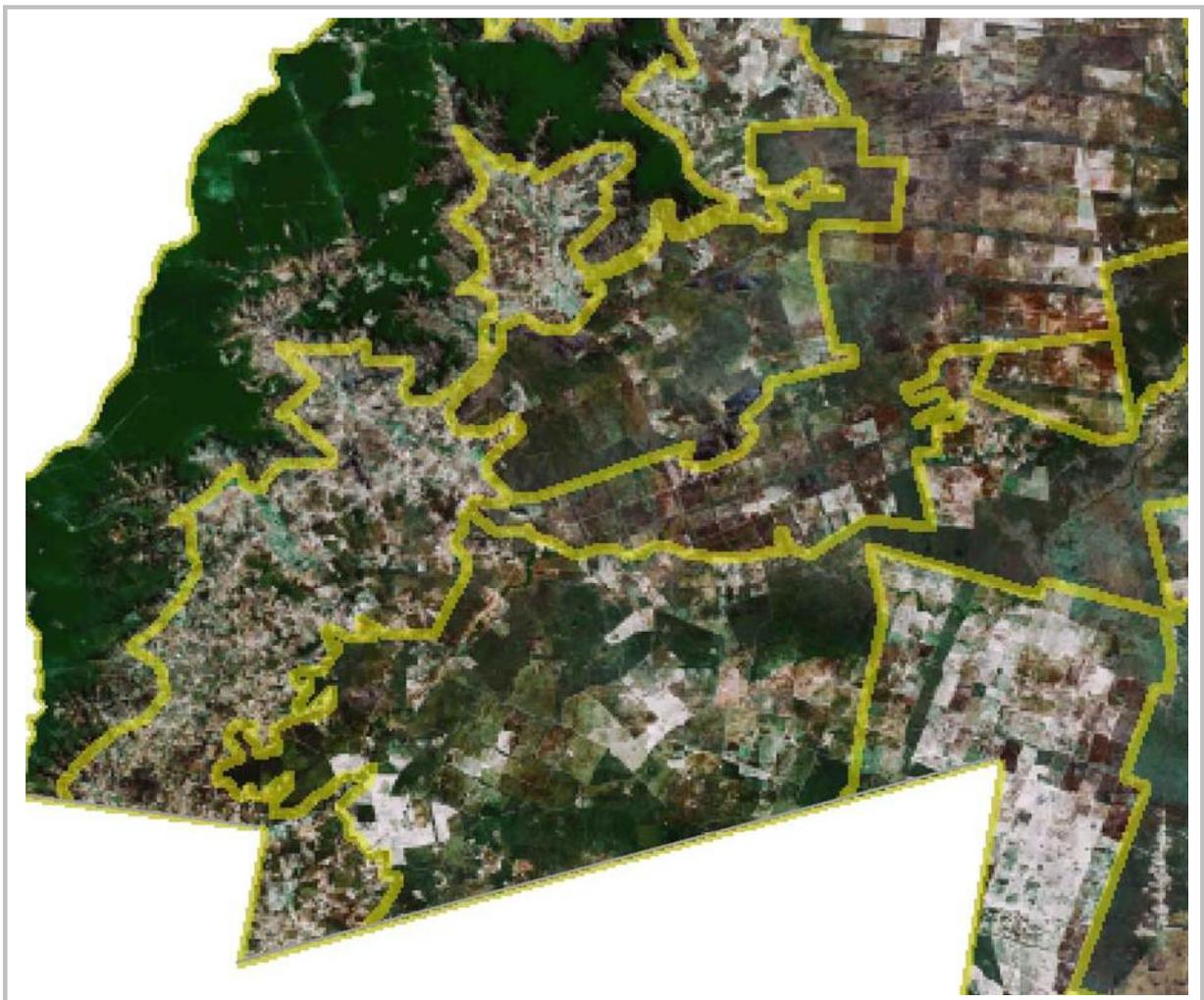
Na figura 9 pode identificar-se este contraste de formas associada ao relevo através das potencialidades de uso das novas tecnologias. De esquerda a direita, se observam na seqüência: unidades de serra com predomínio da paisagem natural; unidades de vales, com padrão ‘artesanal’ de construção do espaço; e unidades de planura, onde primam as linhas retas e padrões uniformes.

A diversidade de formas e unidades apontadas na imagem da área de estudo pode-se entender sob o olhar de Milton Santos como uma heterogeneidade na difusão dos objetos

técnicos. “Essa heterogeneidade vem da maneira como eles se inserem desigualmente na história, e no território, no tempo e no espaço” (SANTOS, 2002, p. 39)

Esta distribuição de conteúdos técnicos – e funcionais –, segundo o autor, é realizada em cada país pela sociedade nacional através dos seus mecanismos de poder, deixando os lugares ‘envelhecidos’ ou ‘modernizados’.

Figura 11. Padrão ‘artesanal’ nos vales e ‘moderno’ na planura, Municípios de Brejolândia e Muquém de São Francisco, 2006



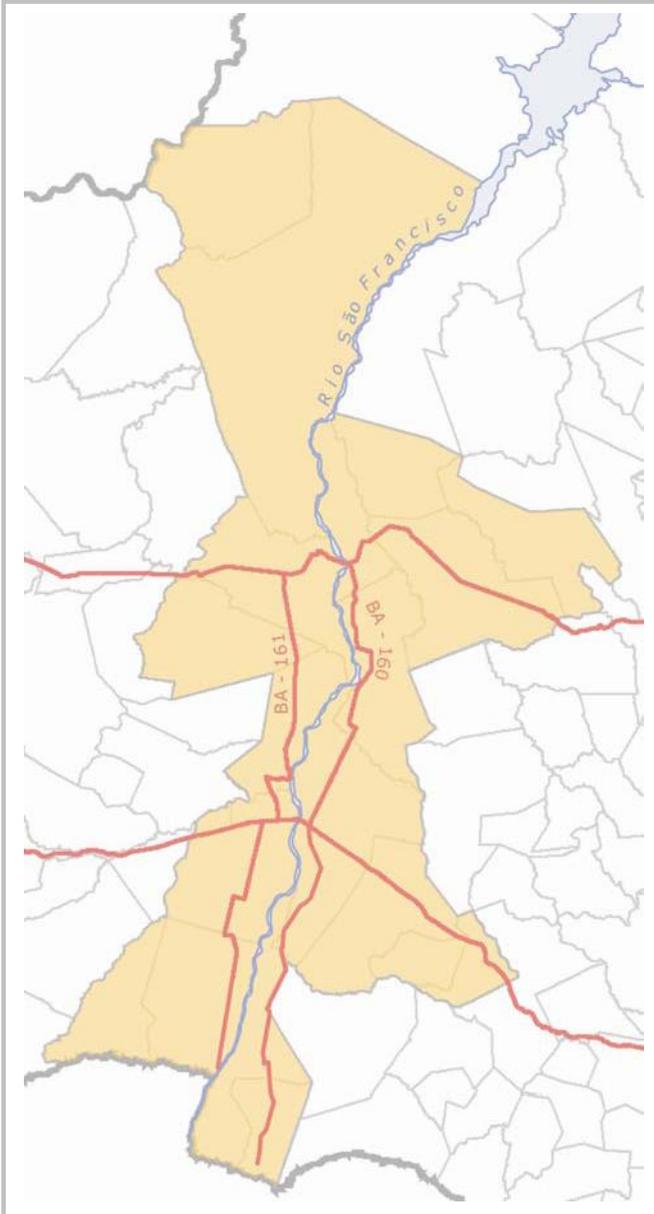
5.4 A circulação

As estradas constituem um elemento que, se não for o principal na construção de espaço, é sim um dos principais. Como afirma Milton Santos, o ato de produzir é produzir espaço e “não basta, pois, produzir. É indispensável pôr a produção em movimento. Em realidade, não é mais a produção que preside à circulação, mas é esta que conforma a produção.” (SANTOS, 2002, p. 275)

Um exemplo claro deste conjunto de afirmações pode ser observado no Município de Barra. O traçado da rede rodoviária parece ter seu correlato com a diversificação de formas identificadas. No Mapa 32 pode se observar como o Município da Barra se encontra isolado do resto dos municípios. A falta de infra-estrutura viária leva consigo, como mostra a Figura 12, um maior predomínio de formas da paisagem natural, ou seja, um meio menos ‘artificializado’.

As estradas, além de ter o poder de propiciar maior acessibilidade, contribui na construção do espaço de um conjunto de formas e têm, assim como o acesso á água, um poder moldador das formas observáveis. Da mesma maneira como os lotes à beira dos rios tendem a ser estreitos e compridos, os lotes próximos às estradas tendem a ser quadrados ou retangulares.

**Mapa 32. Principais rodovias da
Região de estudo**



**Figura 12. Falta de diversidade de
unidades delimitadas na Barra**



5.5. A temporalidade

Como já foi afirmado, toda técnica possui temporalidade, ela “está embutida de história”. Na análise de formas proposta a partir de imagens de satélites, a temporalidade é um dos elementos de interesse a ser estudado, de principal importância na construção de processos.

Esta temporalidade pode ser enxergada numa única imagem e / ou numa seqüência de imagens da mesma região. Com relação à primeira opção, Milton Santos afirma que “num mesmo pedaço de território, convivem subsistemas técnicos diferentemente datados, isto é, elementos técnicos proveniente de épocas diversas”(SANTOS, 2002).

O que Haesbaert chamava de ‘construção artesanal’ não era outra coisa que uma técnica anterior à que associa com a ‘modernidade’. O autor descreve para a Chapada da Mangabeira um processo que lembra o que está subjacente às formas da Região do Médio São Francisco:

Estradas que parecem retas sem fim, círculos e quadriláteros perfeitos, gigantescos, um (des) colorido que homogeneiza e, ao dilacerar os cerrados, deles que se apropria e radicaliza sua planura. Ao destruir uma paisagem de árvores de troncos retorcidos, folhas e arbustos ásperos sobre solos ácidos, não raro laterizados ou tomados pelas formas bizarras dos cupinzeiros, essa modernização lineariza e aparentemente não permite que se questione a pretensão modernista de que a forma deve seguir a função. A única criatividade ou contravenção permitida parece retratada hoje na multiplicidade de formas da natureza, essa biodiversidade cada vez mais enclausurada nos locais menos acessíveis, nas raras veredas ainda remanescentes (com seus vales úmidos facilmente identificáveis pelas palmeiras buritis) ou nas “atrações naturais” que, por sua imponência e beleza, ainda conseguem sobreviver, como o lendário salto de Acaba-Vidas, no Rio de Janeiro (HAESBAERT, 2002, p.372).

Nesta proposta de análise espacial, os processos serão estudados e reconstruídos a partir das formas, do que aparece na imagem como fazendo parte de uma determinada temporalidade e que podem ser acompanhados através da *instrumentalização* do meio e através das seqüências de formas observáveis nas imagens de diferentes datas⁴⁰.

⁴⁰ Cada paisagem ostenta as marcas de um passado mais ou menos remoto, apagado ou modificado de maneira desigual, mas sempre presente (Dolfus, 1991).

A utilização das técnicas de geoprocessamento como ferramenta de análise da produção de espaço permite ampliar os estudos do Médio São Francisco aportando novos elementos à pesquisa em desenvolvimento.

Basta ficar uns instantes observando as imagens para desatar uma série inacabável de perguntas sobre as formas e a produção do espaço: como os diferentes tipos de formas se correlacionam com diferentes épocas de uso e apropriação do espaço? Quais foram os fatores que motivaram cada tipo de ocupação? Quem os agentes? Aparecem nas formas indícios de viabilidade econômica dos assentamentos rurais? Quem são os que tem acesso à fontes de água? Como foi e como está sendo esse processo de ocupação das beiras dos rios? Quem tem acesso às práticas de irrigação? Estes assentamentos se encontram isolados ou agrupados? Como contribui o estado na formação dos diferentes padrões de formas observadas? Quais são os interesses que motivam essas intervenções?

O cruzamento de informação espacial vai enriquecendo a análise e estimulando a formulação de novas questões: o que é que está revelando um tamanho de lote muito menor de um assentamento de reforma agrária ao tamanho médio do seu entorno? E formas uniformemente regulares dentro de assentamentos de reforma agrária? Indicam práticas ‘modernas’ dentro dos mesmos ou a utilização das terras por outros agentes diferentes aos dos assentados? Como se explica a diferença ou a similaridade das formas internas dos assentamentos com as formas do seu entorno? Como é que a forma condiciona o comportamento das comunidades rurais? Como um determinado parcelamento leva a uma mudança de organização da produção e, conseqüentemente, da produção do espaço?

E por aí continua, surgindo inúmeras perguntas na medida em que vão sendo acrescentados dados construídos com o auxílio das ferramentas de georreferenciamento.

A proposta, então, consiste em explorar diversos campos do conhecimento a partir do olhar geográfico de produção do espaço, afim de alcançar o maior entendimento possível sobre o que é que as formas podem revelar nos/sobre os territórios do Médio São Francisco podendo-se constituir num elemento rico e complementar para a compreensão articulada dos processos.

6. ORGANIZAÇÕES DE APOIO E MOVIMENTOS SOCIAIS NO MÉDIO SÃO FRANCISCO

Diversas organizações têm participado do processo de desenvolvimento do Médio São Francisco, optou-se aqui por dar destaque a trajetória da Fundação para o Desenvolvimento Integrado do São Francisco (FUNDIFRAN) e do Movimento dos Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas no Estado da Bahia (CETA) pela sua importância na organização e apoio as lutas dos trabalhadores rurais na região.

5.1. O papel da FUNDIFRAN no MSF

Apesar do Médio São Francisco ter representado sempre uma região dominada por coronéis e latifundiários, não deixaram de existir tentativas de desenvolvimento a partir da organização popular. Neste sentido, deve-se ressaltar o papel da Fundação para o Desenvolvimento Integrado do São Francisco (FUNDIFRAN), criada em 1971, como entidade jurídica ligada à Igreja Católica, através da Diocese de Barra, que incluía na época 26 municípios, Mapas 33 e 34.

A FUNDIFRAN adotou como missão desenvolver ações nos campos da medicina preventiva, da educação, da comunicação social, bem como projetos de cunho comunitário. A concepção geral que nortearia as diretrizes da organização era a promoção de ações conectadas à realidade da população local e que contassem com sua participação. Nesse sentido, D. Thiago Cloin – bispo de Barra e um dos fundadores da entidade- se perguntava: “adianta dar trator para quem está na era da enxada?” E em seguida explicitava o projeto: “Pretendemos, em certas regiões, começar com uma junta de bois para cada dez famílias. Em áreas muito pobres não adianta criar focos artificiais de desenvolvimento. Cresce o tal PNB e o povo fica na mesma.”

Assim, a FUNDIFRAN implementou na região uma política que combinava ações assistenciais, desenvolvimentistas e outras de cunho político/formativo. Essa política se dava através da criação de três equipes técnicas sediadas em Xique-Xique, Ibotirama e Barra, este último município sediou a entidade até meados de 1980, quando a sede foi transferida para Xique-Xique e, posteriormente, para Ibotirama, onde se encontra na atualidade. No Mapa 35 pode se observar a localização das sedes bem como a área de atuação da FUNDIFRAN.

Mapa 33
BAHIA
DIOCESES DA IGREJA CATÓLICA
2005



Fonte da base cartográfica: CONDER-SEI (adaptada)
Fonte dos dados: CPT (dez/2005)
Elaboração: Projeto GeografAR (2006)



Mapa 34
BAHIA
DIOCESE DE BARRA
2005



Fonte da base cartográfica: CONDER-SEI (adaptada)

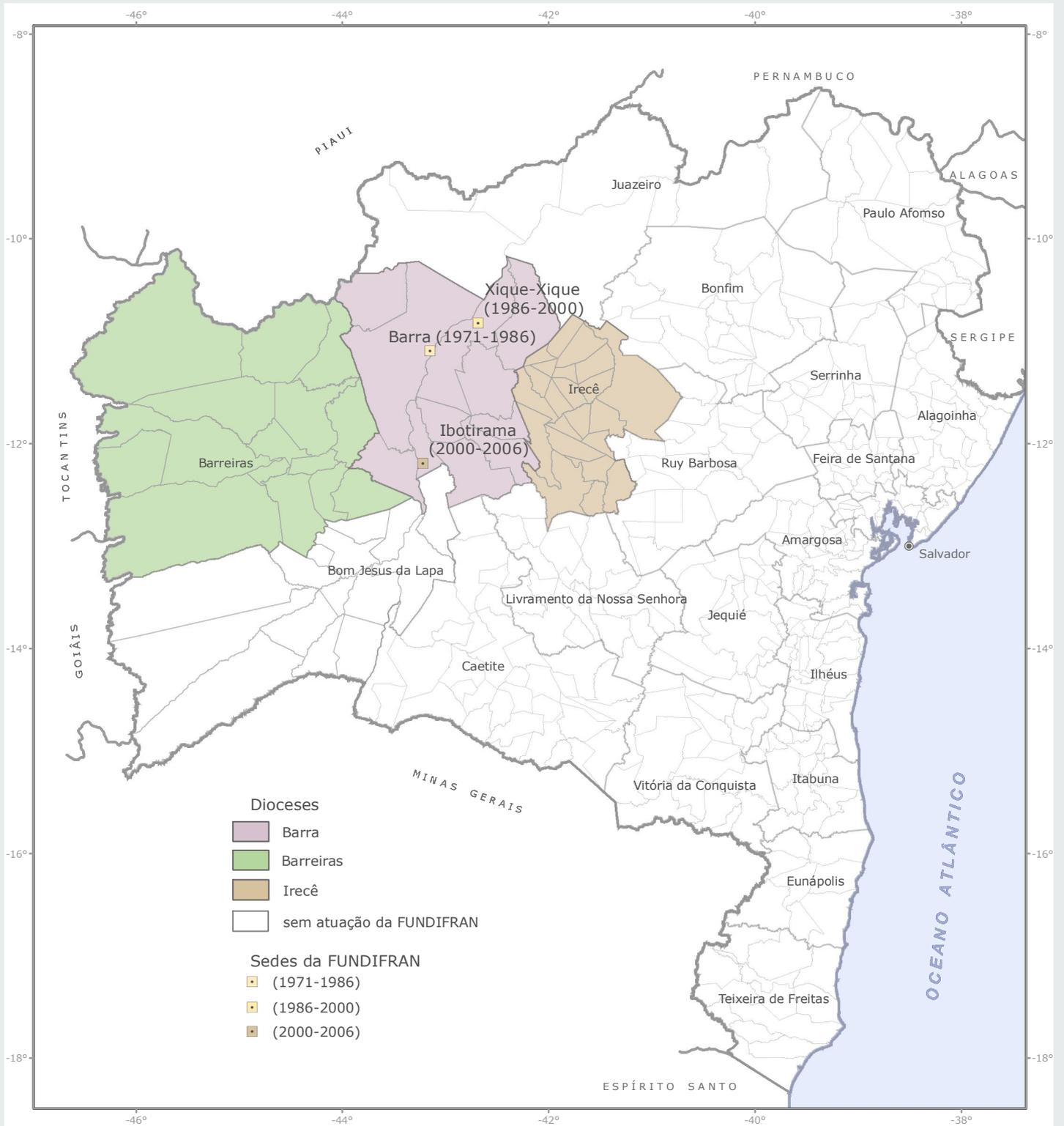
Fonte dos dados: CPT (dez/2005)

Elaboração: Projeto GeografAR (2006)

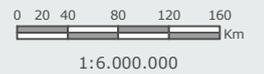
0 20 40 80 120 160
Km

1:6.000.000

Mapa 35
 BAHIA
 FUNDIFRAN: SEDES E ÁREAS DE ATUAÇÃO
 2005



Fonte da base cartográfica: CONDER-SEI (adaptada)
 Fonte dos dados: FUNDIFRAN (dez/ 2005)
 Elaboração: Projeto GeografAR (2006)



A entidade contou com o apoio de várias agências internacionais: EZE, CODEL, MISEREOR, CEBEMO, FASTENOPFER, entre outras; recebendo vultosas somas, na percepção dos seus técnicos e beneficiários. Embora não fosse bem vista pelas oligarquias regionais, sendo, inclusive, em momentos críticos, acusada de subversiva, assinou convênio com o FUNRURAL, através do qual mantinha ambulatório em Barra e Ibotirama e cinco mini-postos localizados em diversas comunidades. Somente em meados de 1980, ambos os ambulatórios foram desativados.

Em princípios de 1970, a entidade revelar-se-ia pioneira e bastante promissora, desenvolvendo inúmeras ações de auxílio às comunidades e ao campesinato. Estas ações se consubstanciaram através do Fundo Agrícola Rotativo, consistindo em empréstimo de sementes e dinheiro aos pequenos agricultores sem juros e do Fundo de Ação Comunitário, consistindo em apoio às obras de infra-estrutura nas comunidades, tais como: escolas, casas de farinhas, centros comunitários, entre outras. Além disso, visava a formação política do campesinato da área que compreendia a Diocese de Barra, adentrando, inclusive, em área da Diocese de Bom Jesus da Lapa.

Convém salientar que, a Fundifran foi pioneira no apoio às demandas e às lutas dos quilombolas do Rio das Rãs. No mesmo diapasão, apoiou a CETA, mantendo com esta, estreito vínculo, sobretudo nos municípios de Ibotirama, Muquém do São Francisco e Xique-Xique. Também apoiou as demandas das comunidades de Fundo de Pastos, colaborando na criação da Central de Fundo de Pasto de Oliveira dos Brejinhos.

Um ano após a morte de Dom Thiago Gerard Cloin, em 1977, a entidade passou por modificações que resultaram na revisão de seu estatuto, provocando sua separação da Diocese de Barra. O primeiro fato que marcaria a dissociação entre a Igreja e a entidade consubstanciou-se na devolução de bens da Diocese repassados à FUNDIFRAN, quando de sua fundação em 1971.

Em 1978, a entidade teve sua diretoria modificada, registrando-se, inclusive, em diferentes posições entre o novo Bispo da Diocese de Barra, Dom Orlando Dott e o presidente da entidade - seu fundador e um de seus principais articuladores -, o padre jesuíta Luiz Ferdnando Torres da Costa e Silva. Tudo indica que após a saída do Padre Fred (como era conhecido o jesuíta), a entidade sofreu um redirecionamento, tendo as atividades assistenciais

e de fomento perdido espaço.

A FUNDIFRAN redirecionava sua política, colocando-se como uma entidade de assessoria ao homem do campo, que no momento passava por pressões e agressões provenientes do latifúndio e de forças do Estado conservador. Visando enfrentar essas pressões, dependendo da conjuntura, a entidade adotou uma política que oscilava entre a conciliação e a resistência. Assim, em fins de 1970, buscou resolver as demandas de posseiros e foreiros através da compra de terras via associação – casos registrados na Fazenda Várzea Grande, no atual município de Itaguaçu da Bahia (desmembrado de Xique-Xique), e no povoado de Nova União, em Barra - ou da doação pura e simples de terra, como verificado no então povoado de Wanderlei, também em Barra.

Pouco depois, quando o processo de redemocratização ganhava contornos mais bem definidos, a entidade se envolveu em inúmeros conflitos na região, registrando-se, inclusive, o assassinato, em 1986, de um dos seus diretores, Josiel Lima – o Jota.

Um pouco depois da instalação da chamada Nova República, os recursos provenientes de convênios com as agências internacionais minguaram e muitas das ações da entidade sofreram ajustes e modificações. Na década de 1990, visando a sobrevivência da entidade, a diretoria da FUNDIFRAN redirecionou sua política, adotando um viés agroecológico e de apoio ao associativismo. Associada a Abong, a FUNDIFRAN firmou-se como uma das mais importantes entidades de formação de “capital social” de parte do Médio São Francisco e de apoio aos movimentos sociais.

Capacitando seu corpo técnico em trajetória exemplar, sendo respeitada entre seus pares e pelos movimentos que apóia e dá assessoria, tornou-se durante a primeira gestão do presidente Lula em entidade com maior canal de interlocução com o Ministério do Desenvolvimento Agrário na região, sobretudo, após sua escolha pelo conselho de entidade que compõem o Território de Desenvolvimento Rural Sustentável Velho Chico em entidade referência, questão que será abordada mais adiante.

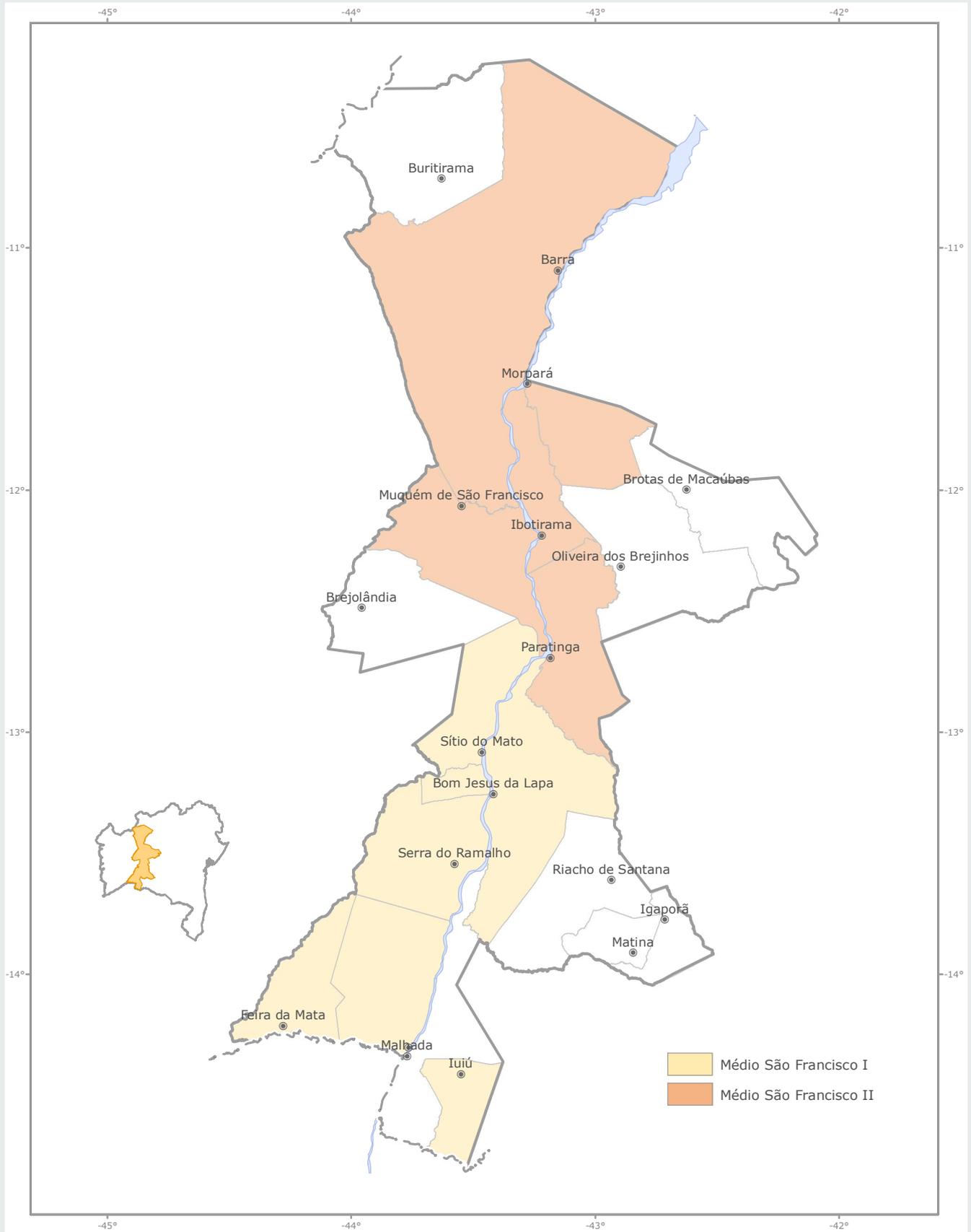
5.2 Movimento dos Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas do Estado da Bahia (CETA)

O CETA tem se destacado pela sua presença na região do Médio São Francisco, conforme Mapa 36. A entidade passou por várias fases que refletiram em mudanças na sua denominação: de 1995 a 1999 atuou como “Comissão de Assentados e Áreas de Conflito da Bahia”, de 1999 a 2002 “Coordenação Estadual dos Trabalhadores Assentados e Acampados da Bahia” e a partir de 2002 atua como “Movimento dos Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas do Estado da Bahia”. É possível identificar a dinâmica da organização e sua capacidade de articulação com diferentes grupos sociais. Participam do CETA, além de trabalhadores sem terra, os quilombolas e os trabalhadores urbanos. Destaca-se que essa peculiaridade deve-se, sobretudo, à sua vinculação com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), principal assessoria do movimento CETA, que tem entre os fundamentos o respeito à diversidade e ao protagonismo dos atores sociais.

A influência dos setores progressistas da Igreja no seio da sociedade brasileira foi, e continua sendo marcante. Essa mudança de rota na sua trajetória deve ser entendida principalmente a partir do Concílio Vaticano II (1962-1965), e a formulação prático-teórica da Teologia da Libertação. A interpretação de que havia um descompasso entre a prática religiosa e a realidade latino-americana levou esse setor da Igreja a pensar e praticar uma outra teologia. Nas palavras de Leonardo Boff, um dos maiores militantes da nova teologia, a Igreja deveria abandonar a teologia que até então vinha praticando, chamado por ele de “teologia do cativo”, e praticar uma teologia da libertação. Surge uma nova visão do Cristo, a do Libertador. O pobre deixa de ser aquele a quem se deve fazer caridade e passa a ser convocado à libertação da opressão social.

Após o Concílio Vaticano II que redefiniu o caminho da Igreja, fazendo sua opção preferencial pelos pobres, aconteceram no continente latino americano mais duas Conferências Episcopais; a de Medellín, na Colômbia, em 1968, e a de Puebla, no México, em 1979, fundamentais para essa nova prática no continente. Foi encaminhada, dentre outras, a formação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), das pastorais e do Conselho Missionário Indianista (CIMI).

Mapa 36
MÉDIO SÃO FRANCISCO - BAHIA
MOVIMENTO DOS TRABALHADORES ASSENTADOS, ACAMPADOS E QUILOMBOLAS
2005



0 10 20 40 60 80 Km
1:2.500.000

Dessas pastorais, cabe centrar na Comissão Pastoral da Terra (CPT) e sua vinculação com o Movimento CETA. A CPT surge no Brasil, em 1975, no governo Geisel, com Dom Pedro Casaldáliga e sua luta contra a opressão sofrida pelos posseiros e seringueiros na Amazônia. A partir daí, a entidade se materializa na ação junto aos trabalhadores rurais, comunidades tradicionais, camponeses, que lutavam pela permanência e acesso à terra.

Na Bahia, antes da formação da CPT, em 1976 (durante o governo Roberto Santos), já havia um trabalho junto aos trabalhadores rurais. A construção da Barragem do Sobradinho, em Juazeiro foi o estopim para a necessidade de se formalizar uma organização que estivesse ao lado dos trabalhadores para que estes fossem indenizados e seus direitos reconhecidos.

A CPT resolveu realizar uma pesquisa, em dezembro de 1994, em 35 áreas de ocupações e conflitos e em 37 áreas de assentamentos no estado da Bahia com o objetivo de diagnosticar a situação das áreas onde trabalhava. O problema dos conflitos fundiários já era notado pelos agentes das entidades, imprensa, órgãos públicos, e principalmente pelos trabalhadores que sofriam com a realidade que permeia o campo.

Diante dos resultados do diagnóstico, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Comissão de Justiça e Paz (CJP), Associação de Advogados dos Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia (AATR/BA), Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE), Serviço de Assessoria às Organizações Populares Rurais (SASOP) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) decidem realizar um encontro com os trabalhadores das áreas estudadas para trocar experiências e conseguir delinear uma linha de atuação, fortalecendo a luta e pressionando o Estado no caminho de proporcionar políticas públicas para o campo. Em novembro de 1995, é realizado o Encontro de Assentamentos e Áreas de Conflito da Bahia, que contou com a presença, além das entidades promotoras acima citadas, da Pastoral Rural de Teixeira de Freitas, Fundifran, MST, Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia (APAEB) e a Paróquia de Angical. Estavam presentes também 41 trabalhadores e assentados de diversas áreas. Tem-se neste primeiro encontro a participação de um número significativo de entidades com notória inserção na sociedade civil.

Foram então discutidos os problemas levantados pelos próprios trabalhadores. As questões referentes à terra estavam ligadas principalmente à lentidão dos processos de desapropriação. Já havia também naquele momento uma preocupação referente à

discriminação das terras públicas, principalmente na região do Médio São Francisco. A forte especulação imobiliária refletia-se, sobretudo, na supervalorização de terras que estavam em processo de vistoria e aquisição pelo INCRA. A situação dos assentamentos não foi relatada de forma diferente à que havia sido constatada na pesquisa: carência e precariedade de escolas; carência e oferecimento restrito, até a 4ª série do ensino fundamental, de cursos; ausência de postos de saúde, inclusive nas proximidades; estradas precárias; falta de acesso à água.

Ficou evidente que os próprios trabalhadores do campo e da cidade tinham a compreensão da importância e dos desafios na luta pela reforma agrária como uma luta de toda a sociedade. Foi também questionada, no plenário, a disputa entre os grupos que lutavam pela reforma agrária, e que isso propiciava a falta de articulação entre os trabalhadores. Foi então proposta uma pauta de reivindicação dos assentamentos e áreas de conflitos para os órgãos públicos, reivindicando dentre outras coisas: acesso menos burocrático a créditos e mais recursos e infra-estrutura (água e estradas).

Constituiu-se a “Comissão dos Assentados e Áreas de Conflitos da Bahia” com o dever de se articular nas regiões, compreender a realidade e organizar as lutas e mobilizações. Foram então definidas regiões de atuação: Região Nordeste, Oeste, Sul e Extremo Sul, Centro e Sudeste. Marcou-se um segundo encontro para o ano seguinte.

Neste segundo encontro, em junho de 1996, a Comissão voltou a se reunir para avaliar os avanços, constatando-se que os problemas identificados permaneciam e que a falta de recursos para deslocamentos e a desarticulação nos assentamentos e de seus representantes, dentre outros problemas delimitavam a sua trajetória. Da pauta de reivindicações encaminhada às instâncias responsáveis pouco, ou quase nada, tinha sido solucionado. Isso serviu de reflexão sobre a importância de fortalecer a organização.

Portanto, reforçar essa articulação era tarefa posta. Neste sentido foi tirado como encaminhamentos o fortalecimento das associações – sem reduzir estas à aquisição de créditos – propondo a criação de centrais de associações. Criar um “fundo de viagens” de modo que cada assentamento contribuísse para as despesas com viagens dos representantes. Construir, em nível regional, fóruns de reforma agrária onde se pudesse discutir a questão. Mesmo não tendo nenhuma vinculação partidária, a Comissão deveria cobrar dos políticos de esquerda uma atuação mais efetiva sobre o tema. Incentivar o relacionamento com outras organizações,

como CUT e MST, para articular as lutas. E que a Comissão deveria ser composta somente de trabalhadores, sendo que, as entidades entrariam somente com o apoio. Neste sentido, a CPT e a FUNDIFRAN se comprometeram a realizar cursos de capacitação para os trabalhadores. Além da definição dos pilares da Comissão: Terra e Água; Produção; Comercialização; Infra-estrutura; organização.

Os anos de 1997 e 1998 foram conturbados para a sua organização, haja vista, o debate nacional em torno da questão agrária, efeito do massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido em 1996. O Governo Federal e os estaduais propunham uma “reforma agrária negociada”, onde fosse constituído um pacto entre o Estado e os movimentos sociais para o processo de encaminhasse de forma “mais pacífica e ordeira”.

Neste sentido foram adotadas medidas como a criação do Programa Cédula da Terra que substituíu o instrumento de desapropriação pelo mercado de terras. Também no bojo desse processo, foi proposta a “municipalização e descentralização da reforma agrária”, onde a responsabilidade e poder de definir as diretrizes para a reforma agrária passariam para as prefeituras. As medidas propostas causaram polêmica e uma série de divergências.

Em 1998, a proposta de pacto foi discutida dentro da Comissão de Assentados, onde foi colocado que a Coordenação de Reforma Agrária e Associativismo (CORA) da Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Governo da Bahia, estava disposta a assumir o compromisso com os assentados. No pacto, os governos estadual e federal se comprometeriam a investir o mesmo montante de recursos. Por parte dos movimentos estes se deveriam comprometer a “não realizar ocupações de terras no prazo de três meses” (de 1º de abril a 31 de maio de 1998). O MST, MLT/FETAG e a Comissão Estadual de Assentados deveriam, além disso, acompanhar os trabalhadores na execução das obras. Caso uma das partes não efetivasse seus compromissos, o pacto estaria desfeito. O pacto acabou não se efetivando.

Ainda em 1998, aprofunda-se a discussão na Comissão referente à sua identidade. Considerava-se que o modelo de Comissão já estava “esgotado”. Como poderia se organizar a nível estadual, regional e até mesmo local para encaminhar as demandas dos trabalhadores? Como garantir uma legitimidade política e jurídica frente aos órgãos públicos? Como conseguir autonomia jurídica, política, financeira?

A solução definida foi a que a Comissão desse lugar a uma “Coordenação de

Assentados e Acampados da Bahia”. A estrutura organizacional seria: coordenações regionais, com um número variado de coordenadores a depender do tamanho da regional, número de municípios que abrangeria etc; e uma coordenação estadual, composta por dois representantes de cada regional. A escolha dos coordenadores se daria a cada seis meses. Os representantes seriam eleitos em assembléias regionais, onde todo assentado e assentada teriam direito a voz, a votar e a ser votado.

Porém, as dificuldades eram ainda persistentes, já que havia: pequena participação na contribuição financeira de áreas e associações; falta de capacitação e cursos de formação de lideranças; pouca participação dos trabalhadores nas plenárias; falta de identificação das bases com a Coordenação; falta de transporte e recursos para locomoção dos coordenadores.

Algumas estratégias foram tomadas como a formação de Conselhos de Reforma Agrária, com o objetivo de reforçar o apoio e a discussão na base, e também para se ter maior presença; reivindicar a execução de obras, como construção de postos de saúde, creches, entre outras demandas; realizar seminários regionais para aproximar as bases da organização.

Nessa discussão dos rumos tomados pela entidade apareceu o comprometimento com a questão de gênero, sugerindo que lotes viessem também em nome das mulheres e que o PROCERA incluísse a mulher como beneficiária. Surgem, também, os debates sobre os Planos de Desenvolvimento Sustentável dos Assentamentos (PDSA). Conseguiu-se viabilizar o PRONERA, uma grande conquista para a educação.

Sobre a questão de assistência técnica, os problemas eram diversos, em termos de quantidade e qualidade. Com a extinção do Lumiar a situação havia piorado. A proposta da Coordenação foi de pensar um projeto próprio de assistência técnica, forçar o governo a credenciar e fiscalizar as empresas que prestam assistência e, promover nas regiões e nos assentamentos seminários sobre o tema.

O número de ocupações cresce e o CETA também aposta nas mobilizações como forma de ganhar representatividade nas bases dos trabalhadores rurais. Nesse sentido são reforçadas as participações em marchas nacionais e cresce a articulação com o MST. A partir daí foi organizada uma mobilização onde foi ocupada, em 2000, a sede do INCRA por ambos e, em 2001, onde se dá uma marcha histórica para os movimentos sociais da Bahia, conjunta do MST e do CETA, em abril, de Feira de Santana até o INCRA em Salvador, onde

novamente este órgão foi ocupado. As reivindicações colocavam na ordem do dia as demandas dos movimentos e cobrava mais agilidade na execução da reforma agrária no Estado.

Como consequência dessas ocupações, o INCRA decide, em acordo, realizar 75 vistorias que foram exigidas pelo CETA e pelo MST, sendo 31 delas em áreas acompanhadas pela CETA. Além disso, a CDA comprometeu-se em acrescentar em 20% os recursos destinados para infra-estrutura. Conquistas como essas demonstram a força que a Coordenação vinha adquirindo no processo de luta social.

Por outro lado, a ocupação serviu para colocar novamente a discussão sobre a identidade do Movimento. Foi avaliado que a CPT – principal assessoria do Movimento – teve uma postura, durante a ocupação e em outros momentos, que não colocava os trabalhadores como protagonista da sua própria história. Em relato dos trabalhadores, a “assessoria era muito bem-vinda, mas é necessário que os coordenadores se capacitem e sejam portadores das decisões e iniciativas (...)”. Debateu-se que o CETA só teria sua autonomia quando conseguisse se reunir; planejar e organizar mobilizações próprias; entre outros aspectos.

Nesse sentido, o CETA deveria deixar de ser uma simples Coordenação e passaria a ser, efetivamente, um Movimento. No entanto diversas questões ainda precisam ser solucionadas como: a carência de recursos para possibilitar comunicação, trocas de experiência e reuniões; a necessidade de capacitação; conhecimento efetivo da realidade das áreas de assentamentos e ocupações; confecção de jornal próprio; criação de banco de dados, e reforçar as finanças da entidade . Além disso, ainda existia o desafio de oferecer respostas, a nível estadual, sem esquecer das especificidades regionais.

O ano de 2002 situa-se como um marco nesse processo de consolidação do movimento. Nesse ano foi proposta, pela primeira vez, a elaboração do regimento interno do então “Movimento dos Trabalhadores Assentados e Acampados da Bahia”. A sigla permaneceu a mesma, pela própria visibilidade alcançada no Estado. Realizam-se as primeiras plenárias regionais e uma estadual para definir a linha política do movimento e aprovar entre outras coisas o estatuto.

Os princípios que regiam o CETA eram: protagonismo dos trabalhadores; participação democrática; respeito ao meio ambiente; solidariedade; relações equitativas de gênero; visão integrada e autonomia. Isso na luta pela promoção da vida digna dos trabalhadores e

trabalhadoras do campo. A promoção da cidadania seria uma busca constante para a materialização das demandas e aspirações desses atores sociais.

Foi realizada novamente uma marcha de abril, junto com o MST, que durou três dias, com outros dez de negociação com o INCRA. Planejam-se as atuações que seriam realizadas ao longo do ano pelo Movimento, o que demonstra claramente uma tomada mais no sentido de planejar e organizar suas ações. E paralelamente a isso foi ocupada a Usina Itapetingui, no município de Amélia Rodrigues.

Em 2003, aprofunda as ações de planejamento, promove, junto com as entidades parceiras, cursos de formação de lideranças. Consegue mobilizar, sem a participação do MST, 1.500 trabalhadores, quilombolas e fundos de pasto em caminhada a Salvador pressionando o governo a atender suas reivindicações.

É também nesse ano que o Movimento CETA centraliza seu foco de preocupação para a educação. Constitui-se então seu Projeto Político Pedagógico (PPP), onde estão expressas as linhas que a educação no campo e para o campo deveriam ser direcionadas, demonstrando, sobretudo, a maturidade e a experiência que o Movimento vem adquirindo no processo de luta social.

O ano de 2004 constitui-se, também, um ano chave para a compreensão da complexidade e da articulação que o Movimento CETA vem alcançando. Neste ano realiza-se a Segunda Plenária do Movimento CETA que encaminha entre outras deliberações a inclusão do termo “Quilombola” à sua sigla, passando a se denominar “Movimento dos Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas da Bahia”. Esse aspecto precisa ser mais aprofundado e esclarecido.

Muito antes do surgimento do CETA, a própria Comissão Pastoral da Terra já vinha acompanhando e trabalhando junto a áreas remanescentes de quilombos. Muitas delas estavam lutando pelo reconhecimento frente ao Estado. Se antes, a luta dessas comunidades passava pela estratégia de se esconder, agora a tática para a sua sobrevivência é ganhar visibilidade. O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), da Constituição de 1988, diz, em seu Artigo. 68. “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

Em 1995, havia ocorrido em Brasília a Marcha Zumbi dos Palmares, em comemoração aos trezentos anos de sua morte, uma dos símbolos da luta contra a escravidão e por igualdade étnico-racial. Esta Marcha situa-se como um ponto forte de articulação das comunidades negras, tanto rurais quanto urbanas. No que diz respeito às comunidades negras rurais quilombolas, esta serviu para que um ano depois, em 1996, fosse criada a Coordenação Nacional Quilombola, a CONAQ, já referida neste estudo. Essa entidade reivindicou naquele momento, entre outras coisas, o direito a que as próprias comunidades pudessem se auto-reconhecer. Agregando 22 (vinte e dois) estados da Federação, ela conseguiu ser porta voz da luta que acontecia no dia-a-dia das comunidades.

Então, no ano 2004, durante a segunda Plenária, além de incorporar o termo quilombola à sua sigla, o Movimento CETA – a partir das demandas das comunidades – funda-se a Coordenação Regional Quilombola, a CRQ.

Já vinham sendo formadas em outros estados, a exemplo no Maranhão e no Rio de Janeiro, organizações estaduais que estariam representando essas comunidades tanto a nível estadual quanto a nível nacional. Na Bahia, ainda não existia força suficiente para formar a articulação estadual, mas na região do Médio São Francisco isso foi possível, por ter uma das maiores concentrações de quilombos da Bahia e ter sido palco da primeira área remanescente de quilombo reconhecida e titulada – o Quilombo do Rio das Rãs – marco histórico da luta. Assim, passou-se agregar na sua composição dez comunidades quilombolas da região. O É neste contexto que o Decreto nº. 4.887/03, já referido neste documento, traz um novo marco regulatório para o processo de reconhecimento, titulação e promoção de desenvolvimento socioambiental de territórios quilombolas. A partir daí a luta quilombola ganha maior visibilidade e a possibilidade de articulação aumenta.

Com esse processo, o CETA vê, como uma maneira de ter mais visibilidade e força, a tática de fazer mobilizações conjuntas com outros movimentos sociais rurais e urbanos. É o início da chamada Articulação Rural-Urbana. A primeira ação dessa Articulação foi à ocupação, em 2004, do prédio da Coordenação do Desenvolvimento Agrário (CDA) em Salvador. Cerca de 1.600 trabalhadoras e trabalhadores rurais de várias regiões do Estado, bem como trabalhadores urbanos, comunidades quilombolas e de fundo de pasto se uniram nessa ação. Estava presente a Pastoral Rural de Paulo Afonso, o Movimento dos Trabalhadores

Desempregados (MTD), o Movimento de Fundo de Pasto.

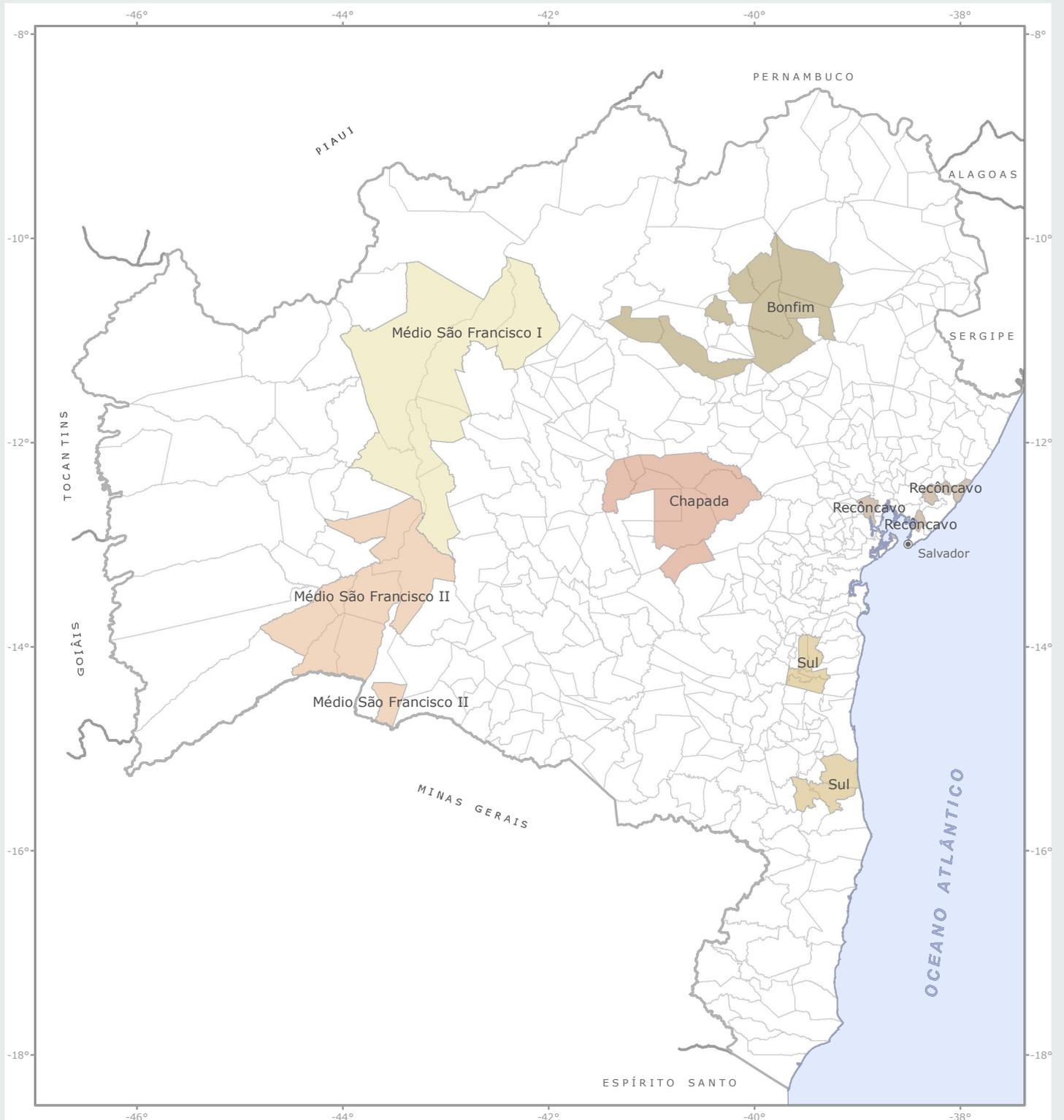
Segundo Bartolomeu Guedes, coordenador estadual do CETA, em entrevista ao Jornal A Tarde em 28.04.2004: “Na maioria dos assentamentos feitos falta quase tudo, as famílias não têm como sobreviver”. A morosidade do Estado frente à questão agrária no estado, e a falta de execução das obras que estavam previstas no plano de reforma agrária do INCRA podem ser apontados como causas da ocupação. Segundo entrevista com Bartolomeu, em 2005, foram chamados pelo governo do Estado cerca de 2.000 policiais para expulsar os trabalhadores do local. Assim, em 2005, a tática foi mais ousada. Foram feitas ações em Salvador, pela ocupação do prédio do INCRA, com mais de 1.500 trabalhadores, o alvo foi o Governo Federal e foram feitas críticas à política econômica e à política agrária e agrícola do governo. Além, é claro, cobrar as demandas por regularização fundiária, créditos, infraestrutura, entre outras.

Em Ubaitaba, no sul do Estado, na Usina do Funil, responsável pela distribuição de energia na região Sudeste, Sul e Estremo Sul, com 500 manifestantes, teve como alvo o Governo Estadual e a inexistência de política agrícola, agrária e de emprego e renda. Dentre as conquistas da mobilização pode-se destacar: vistorias em 141 áreas, infra-estrutura para os assentamentos, cestas básicas para as ocupações rurais e urbanas, acesso dos trabalhadores às políticas de distribuição de renda como a Bolsa Família, entre outras conquistas.

O processo e a experiência na luta social fizeram com que essa articulação demonstrasse cada vez mais ousadia e organização expandindo suas ações para outras regiões do Estado, para além do Médio São Francisco, conforme Mapa 37. E, em 2006, foi feito um processo de descentralização das mobilizações. Em Salvador, cerca de 600 trabalhadores ocuparam a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER). Em Ibotirama, Médio São Francisco, 600 manifestantes interditaram a BR 242, que liga a Brasília. No Sul, juntamente com os indígenas, que reivindicam a regularização de suas terras, ocuparam a BR 101. Na Chapada interditaram a BA 410 e em Capim Grosso a BR 407.

Além de alcançar maior visibilidade, a descentralização das ações se torna eficaz também do ponto de vista da logística, pois estão mais próximas das bases e diminui o custo das mobilizações.

Mapa 37
BAHIA
REGIONALIZAÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES
ASSENTADOS, ACAMPADOS E QUILOMBOLAS (CETA)
2005



Fonte da base cartográfica: CONDER-SEI (adaptada)
Fonte dos dados: CETA (dez/2005)
Elaboração: Projeto GeografAR (2006)

0 20 40 80 120 160
km
1:6.000.000

PARTE C

A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

6 A POLÍTICA TERRITORIAL DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA)

Assim como nos anos 1990 a ênfase na “agricultura familiar” foi um traço marcante, tanto no debate acadêmico como no campo das políticas públicas, o mesmo pode acontecer na presente década com a chamada “abordagem territorial” do desenvolvimento rural. Algumas ações estão sendo implementadas no sentido de introduzir essa nova visão do desenvolvimento rural, substituindo o enfoque predominantemente setorial. A seguir, analisar-se-á o surgimento da política territorial, seu estágio atual de implementação e os desafios que a mesma enfrenta para se consolidar como marco articulador das políticas de desenvolvimento rural.

Em 2003, foi criada a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), cuja finalidade é desenvolver ações que visam promover o desenvolvimento de territórios rurais no Brasil, priorizando a agricultura familiar e outras categorias rurais tradicionalmente esquecidas. Procura-se, especificamente, reduzir as desigualdades regionais, a pobreza, a exclusão social, a degradação ambiental e a estagnação econômica, ainda presente em muitas regiões do país.

O território, segundo concepção assumida pela SDT, é entendido como um espaço físico, geograficamente definido, não necessariamente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial.

A estratégia para promover o desenvolvimento territorial prevê o fortalecimento das instituições locais, a consolidação de comunidades ativas e participativas, a construção do capital social, o planejamento territorial sustentável, a articulação de políticas públicas e mercados e o financiamento de projetos produtivos, sociais, ambientais e culturais.

Para atingir estes objetivos, a SDT executa o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PNDRS), em parceria com diversos órgãos públicos e organizações da sociedade civil. Este Programa está presente hoje em 109 territórios apoiados diretamente pela SDT, que compreendem 1.713 municípios, comportando 37,4 milhões de

habitantes e abrangendo 32% da superfície nacional.

Nestes três últimos anos foram aplicados diretamente pela SDT 240 milhões de reais. Uma parte desses recursos, em torno de R\$ 150 mil; por território ano, foi disponibilizado para apoiar processo de sensibilização, mobilização e contratação de um articulador territorial. Este articulador territorial é o encarregado de apoiar o processo de planejamento e articulação das políticas na gestão social dos territórios.

6.1. Análise da Política Territorial do MDA

De acordo com Costa (2001) uma política territorial equivale a

[...] toda e qualquer atividade estatal que implique, simultaneamente, uma dada concepção de espaço nacional, uma estratégia de intervenção ao nível da estrutura territorial e, por fim, mecanismos concretos que sejam capazes de viabilizar essas políticas (COSTA, 2001, p. 13).

As políticas territoriais implicam na delimitação do espaço para o estabelecimento de ações que se inscrevem no território do Estado-nação. Assim, os territórios são delimitados no âmbito do espaço nacional, como instrumento de intervenção política e de gestão territorial. Isso indica claramente a construção de territórios institucionalizados, cujas demarcações recorrem e respondem à circunscrição de políticas setoriais ou regionais.

Na linguagem corrente, a noção de território vem precisar a noção de espaço, mas o território não é um simples suporte físico já definido, ele é construído a partir da estratégia dos atores envolvidos e de mecanismos de aprendizagem coletiva. Os atores podem ser levados a posicionar-se por meio de conflitos e alianças para tomar decisões e atuar (SABOURIN, 2002).

A delimitação do espaço e de definição de estratégias de controle sobre dada fração do espaço nacional, não ocorre sem o estabelecimento de relações de poder, que projetadas sobre o espaço, permite aflorar as convergências e/ou divergências de interesses dos diversos agentes que compõem o território.

Esses argumentos permitem compreender o território conforme apreende Raffestin (1993), ou seja, enquanto recorte da ação política, sendo constituído pela apropriação concreta

ou abstrata do espaço, e que pressupõe uma ação conduzida por um ator, ou conjunto de atores, sinalizando as relações de poder estabelecidas.

Não se pode confundir a política territorial, nos moldes colocado pelo MDA, com a concepção de unidade político-administrativa, pois aquela apresenta um caráter que, buscando ancorar-se no *pertencimento* e na *identidade*, responde ao desafio de “harmonizar as estratégias de desenvolvimento territorial, articulando políticas públicas nos diversos níveis de governo, em sintonia com as necessidades das populações territoriais e organizações da sociedade civil, tendo como eixo a agricultura familiar e a reforma agrária” (MDA, 2005: 2). Em outros termos, o território seria o espaço de articulação de movimento sociais, associações, cooperativas, entidades de assessoria ou de apoio atuantes no campo, bem como de órgãos públicos ou de autarquias de diferentes esferas, com vistas a implementar política públicas voltadas às demandas da agricultura familiar e das “áreas reformadas”. Na verdade, trata-se de uma divisão territorial referenciada em interesses de atores sociais de baixa renda, em geral, desprovidos de visibilidade; nas maioria das vezes, desarticulados e destituídos de poder de manobra e de pressão junto aos órgãos do Estado sejam eles municipais, estaduais ou federais. Em suma, “dos que têm menores chances de aproveitar oportunidades econômicas” (ABRAMOVAY, 2005: 3), bem como de fazerem valer seus interesses, de modo a romper o círculo da pobreza na qual vivem e também de expressarem a riqueza e a diversidade da sua cultura material e simbólica.

Na gênese da política de desenvolvimento territorial do MDA convergiram vários fatores. Em primeiro lugar deve-se destacar a influência do debate nos países desenvolvidos. Alguns fenômenos observados no espaço rural destes países, como a diminuição do peso econômico do setor agrícola, as novas funções do espaço rural e certas tendências demográficas, estão também presentes nos países da América Latina, ainda que não com a mesma intensidade, como constatado através de numerosas pesquisas e estudos de caso. Assim, pesquisadores do campo das ciências sociais aplicadas à agricultura, contribuíram para introduzir conceitos e categorias analíticas, como a multifuncionalidade e a pluriatividade, vinculados a uma visão não exclusivamente agrícola do espaço rural (GRAZIANO DA SILVA, 1998/2002; ABRAMOVAY, 2002/2003; CARNEIRO, 1999/2003; SCHNIDER, 1999).

A política de Divisão Territorial do MDA tem referências em projetos similares desenvolvidos na Europa (projeto LEADER) e nos Estados Unidos (Empowerment Zones).⁴¹ O Programa LEADER, que iniciou em 1991, foi um importante laboratório para experiências de desenvolvimento rural, tendo apoiado 968 projetos locais. O Programa surgiu a partir da crítica à Política Agrícola Comum (PAC) da União Européia, devido a desigual distribuição dos benefícios, efeitos ambientais e dificuldades orçamentárias. A PAC vem sendo reformada nos últimos anos com a finalidade de atenuar as distorções provocadas pelos subsídios de manutenção dos preços agrícolas, passando cada vez mais para as ajudas diretas, na tentativa de provocar menor distorção nos sinais de mercado, cumprindo com as regulamentações da Organização Mundial do Comércio (OMC), além de evitar a acumulação de excedentes agrícolas. Contudo, não se trata de deixar de apoiar aos agricultores, mas de dar a este apoio um novo enfoque, mais de acordo com as preocupações das sociedades contemporâneas. O LEADER tem um caráter multisetorial, utilizando Fundos Estruturais da União Européia, embora seja reconhecido que o apoio orçamentário para esta iniciativa é limitado, demonstrando que ainda prevalece o enfoque setorial.

De acordo com o conceito de multifuncionalidade, o repasse das ajudas governamentais aos agricultores estaria condicionado ao cumprimento de determinadas metas consideradas benéficas, como a geração de ocupação, a produção de alimentos saudáveis e a preservação da biodiversidade, entre outras. A multifuncionalidade expressa uma espécie de pacto entre os agricultores e a sociedade, que em alguns casos pode ser definido de modo contratual. Nesse sentido, podemos citar como exemplo os Contratos Territoriais de Estabelecimento (CTE), na França. Os CTEs seguem a Lei de Orientação Agrícola, de 1999, que estipula: “A política agrícola leva em consideração as funções econômicas, ambientais e sociais da agricultura e participa da gestão do território, com vistas a um desenvolvimento sustentável” (RÉMY, 2003: 154).

O novo enfoque sobre o desenvolvimento rural também ganhou força a partir da introdução do tema pelas agências multilaterais, como FAO, Banco Mundial, CEPAL, IICA e OCDE, entre outras. Em 1996, o Banco Mundial publicou seu relatório “A nova visão do

⁴¹ Embora não existindo, aparentemente, uma vinculação direta, também apresenta algumas similitudes com o SINAMOS (Sistema Nacional de Apoio à Mobilização Social) implantado no Peru, durante o governo reformista do general Velasco Alvarado.

desenvolvimento rural”, onde procura dar conta das mudanças pelas que havia passado o rural nas décadas anteriores e a necessidade que isto trazia de se passar de um enfoque setorial a outro de caráter territorial, e, também, em se erigir um novo modelo institucional em torno destas políticas. Desde então foram vários os documentos nas diferentes agências multilaterais visando precisar o que seria esta “nova visão”. A seguir, tem um fenômeno que Favaretto (2006) denomina “mútua legitimação de abordagens ascendentes” entre agências multilaterais, representantes do mundo acadêmico e os formuladores de políticas públicas.

No caso brasileiro, a implementação de uma política de desenvolvimento rural teve como marco a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996, além da aceleração no ritmo de criação de assentamentos rurais nessa mesma época, que iriam se reunir e consolidar com a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 1997. Foi basicamente a partir da crítica a alguns aspectos do PRONAF Infra-estrutura e Serviços, que esteve associado com a criação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), que foi sugerida a política de desenvolvimento territorial.

As principais críticas que se faziam ao programas de desenvolvimento rural existentes estavam relacionadas ao viés setorial (agrícola) que não levavam em conta aspectos relacionados à multisetorialidade ou multifuncionalidade do espaço rural e as dificuldades para construir instituições, de caráter participativo, que dessem sustentação às políticas, devido ao escasso desenvolvimento do “capital social” em muitas regiões do país, que em muitos casos resultava, por exemplo, na denominada “prefeiturização” dos conselhos municipais, isto é, a apropriação dos programas de desenvolvimento rural pelo poder público local.

Na maioria dos territórios rurais no Brasil a democratização das relações de poder está diretamente vinculada ao acesso à terra, pois tem sido a concentração desta o principal fator responsável pela centralização de poder e a exclusão social. A própria origem do termo “clientelismo” advém dos estudos das sociedades rurais, onde os camponeses encontram-se em posição de subordinação, uma vez que não possuíam a terra. A desigualdade desempenha papel-chave e gera laços pessoais de proteção e lealdade (MARTINS, 1994).

Como filosofia geral, o enfoque do desenvolvimento territorial fundamenta-se na importância das instituições para o desenvolvimento, o que está de acordo com as teorias

prevalecentes no debate acadêmico e nas agências multilaterais, a partir dos anos 90, que se expressam nas reflexões sobre o significado do “capital social”.

Se no período anterior, como na época dos Projetos de Desenvolvimento Rural Integrado, por exemplo, a ênfase estava na infra-estrutura material, através do investimento público, como construção de obras para irrigação, estradas, etc, agora a ênfase está nas instituições. Isto também se vê no campo da economia (neo-institucionalistas) e das ciências sociais de um modo geral. Trata-se de enfatizar a importância das dimensões intangíveis do desenvolvimento.

O redirecionamento da intervenção estatal contribuiu para que, particularmente nos meados dos anos 1980 e nos anos 1990, se institísse um padrão onde, em lugar dos investimentos diretos e de corte setorial, caberia ao Estado criar condições e um certo ambiente favorável a partir do qual os agentes privados pudessem, eles mesmos, fazer a alocação, supostamente mais eficiente, dos recursos humanos e materiais. Isto também está relacionado à crise financeira do Estado e à conseqüente limitação da sua capacidade de investimento.

A tentativa de construir novas instituições já era notória no PRONAF Infra-estrutura e serviços, com a intenção de criar os CMDRS. Também outros conselhos, como criados em projetos financiados pelo Banco Mundial, apontam também nessa direção, de maior participação e controle social das políticas públicas.

O enfoque territorial está presente também em Veiga et al (2001) onde os autores sugerem que o projeto de desenvolvimento para o Brasil rural deve visar maximizar as oportunidades de desenvolvimento humano em todas as regiões do país, diversificando as economias locais, a começar pela própria agropecuária. Também é defendido nesse trabalho o fomento às atividades não-agrícolas no meio rural, reforçando a pluriatividade que se fundamenta na industrialização difusa e na descentralização de serviços e, como conseqüência, há absorção local da mão-de-obra, o que reduz o êxodo rural e alivia a pressão sobre o mercado de trabalho nas áreas metropolitanas.

6.2 Gestão Social dos Territórios Rurais

Além de gerir as políticas públicas, a gestão social implica compartilhar o poder de decisão entre o Estado e a sociedade civil; um processo de “empoderamento” dos atores sociais e de ação-reflexão sobre a prática social, no sentido de desenvolver a capacidade e a habilidade coletiva de transformar a realidade (MDA, 2006).

Na gestão das políticas públicas, o enfoque territorial se destaca pela redefinição do papel do Estado e pela escolha do território como unidade de intervenção e articulação das políticas públicas. Este novo modelo de gestão dos programas governamentais teria como finalidades: democratizar as instituições públicas, aumentar a eficiência e a eficácia das políticas e fomentar a realização de parcerias e co-responsabilidades entre o Estado e a sociedade civil. Avanços neste sentido irão depender, em grande medida, da forma como o Estado vier a incorporar na sua modalidade de intervenção e nos processos de gestão a participação das organizações da sociedade civil (URQUIZA, 2003).

O processo de organização social refere-se à capacidade dos atores se perceberem enquanto grupo ou enquanto organização, compreenderem a sua realidade e agirem eficiente e eficazmente para transformarem essa realidade.

Numa sociedade com o nível de desigualdade da sociedade brasileira, a gestão social das políticas públicas implica potencializar o exercício da cidadania dos grupos e classes sociais historicamente excluídos. Essa gestão social ocorre a partir da construção e consolidação de instituições de caráter territorial, como conselhos, comitês, fóruns, etc., que oportunizem o diálogo, a negociação e a aprendizagem coletiva, para um processo de estabelecimento de acordos e de compromissos coletivos para a transformação da realidade.

O nível de organização social do território relaciona-se com a capacidade dos grupos sociais e organizações de um determinado lugar estabelecerem contatos que culminem no exercício da cooperação e no planejamento de ações coletivas visando o bem estar geral.

A capacidade dos atores sociais amadurecerem a sua identidade, compreenderem a sua realidade e agirem organizadamente sobre ela, favorece e determina o estabelecimento de significativos processos de gestão social do desenvolvimento e o fortalecimento institucional dos territórios. Implica também estimular a reflexão teórica e prática das realidades

vivenciadas.

Além dos diversos tipos de organizações presentes nos territórios, a institucionalização de órgãos de gestão territorial representa um desafio específico, no sentido de favorecer a participação da sociedade na gestão dos interesses coletivos.

Em síntese, a concepção que orienta a política territorial da SDT fundamenta-se no conceito de “capital social”, cujo desenvolvimento implica o estabelecimento de um “circulo virtuoso” a partir de vários fatores: participação, fortalecimento das comunidades/atores sociais/organizações, cooperação, institucionalização, planejamento, “empoderamento” e inclusão social.

6.3 Principais Desafios da Política Territorial

A introdução do enfoque territorial apresenta enormes desafios. Atualmente observa-se que as regras do jogo continuam fortemente orientadas pelo viés setorial, seja na formulação das políticas, seja na mobilização dos atores.

A visão teórica que fundamenta a revisão em curso tem a vantagem de reconhecer a importância das instituições para o desenvolvimento, entendendo as mesmas de uma maneira ampla, como “estruturas mentais partilhadas”. Contudo, a dificuldade está exatamente em promover a mudança institucional. North (1990) observa que é mais fácil promover mudanças nas regras formais do que nas regras informais que regem uma sociedade ou grupo social. Entre as fontes da mudança institucional pode se diferenciar: a) evolução incremental através do aprendizado; b) a mudança pode também ser alcançada pela alteração das posições e do peso social dos agentes portadores das novas e das velhas instituições; c) a mudança pode ainda ser induzida por alterações nos sistemas de incentivos e constrangimentos (FAVARETO, 2006).

Com relação à possível alteração do peso relativo de novos e antigos atores sociais, pode se observar que no território os agentes são múltiplos e heterogêneos, enquanto no enfoque setorial eles são facilmente identificáveis e seus interesses mais homogêneos. Isto dificulta mais a organização dos atores sob o viés territorial.

A terceira modalidade é utilizada no caso das políticas públicas. Assim, a própria

existência do recurso do PRONAF Infra-estrutura já é um incentivo para a articulação dos atores. No entanto, esta transição institucional não é simples. O autor acima citado argumenta que embora o enfoque de desenvolvimento territorial tenha entrado definitivamente para o discurso acadêmico e governamental na presente década, até o momento trata-se de uma incorporação “por adição” dos novos temas, sem a devida mudança institucional capaz de sustentar a inovação que ela deveria significar. A introdução do adjetivo territorial no repertório das organizações não-governamentais, da burocracia estatal e dos movimentos sociais é marcada pelos limites de uma incorporação “por adição”, o que não necessariamente vai derivar numa verdadeira mudança institucional. A atuação dos agentes sociais ainda é orientada por valores e práticas anteriores. A mudança institucional pode até ser induzida, mas somente através de mecanismos cuja repercussão só se manifestará em termos de médio e longo prazo, seja pela via do aprendizado, seja pela via do acúmulo e conversão de recursos mobilizados na direção da mudança (ibid).

No caso brasileiro, o conjunto de políticas que precisariam estar combinadas para promoção do desenvolvimento territorial está disperso em, pelo menos, meia dúzia de Ministérios: Agricultura, Desenvolvimento Agrário, Integração Nacional, Educação, Saúde, Meio-Ambiente. O MDA tem sob sua orientação o Programa Territorial, mas que a principal política territorial do governo federal se encontra na alçada do Ministério da Integração Nacional (MINTER) e seu programa voltado para as mesorregiões. Há inclusive, dentro do próprio MDA, pouca articulação entre a Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) e a SDT.

A inércia institucional, apoiada em interesses e em sistemas cognitivos afinados com a lógica setorial cristalizados nos agentes sociais, se não bloqueiam no mínimo limitam fortemente a operacionalização de uma visão de desenvolvimento de caráter territorial.

O caráter tido como residual do rural e sua associação automática à idéia de pobreza e de atraso restringem de partida as possibilidades de investimentos científicos, tecnológicos e econômicos, para o desenvolvimento o que contribui para gerar um ciclo onde esta posição marginal é sempre reforçada, seja simbolicamente, seja materialmente (FAVERETTO, 2006). Observe-se que, por exemplo, a reforma agrária e outras políticas para a área rural são vistas apenas como “políticas sociais compensatórias” no marco das políticas de combate à pobreza.

Em síntese, há dois tipos de impasse, ou dois dilemas: o primeiro é a permanência de

uma visão agrária dos espaços rurais; o segundo, é o viés de política social subjacente às orientações que impedem que a política territorial ganhe espaço político na implementação de um modelo de desenvolvimento.

De modo geral, poderíamos reconhecer os seguintes desafios para a política territorial:

1. Fortalecimento da organização dos setores sociais excluídos.
2. Necessidade de ter representatividade nas instituições de gestão territorial.
3. Diálogo e articulação dos atores sociais para a construção (formulação e implementação) de um projeto coletivo.
4. O território assim organizado deve dialogar com outras forças econômicas presentes nos territórios (como a agricultura empresarial, atividades industriais, setor de serviços, etc).
5. Disposição efetiva do Estado em realizar a gestão compartilhada das políticas públicas.
6. Articulação da política territorial do MDA com outras instâncias de planejamento (estadual e municipal).
7. Capacidade de articular as políticas orientadas ao território, além do MDA (educação, saúde, meio ambiente, etc.).

Cabe destacar que os fenômenos acima apontados não devem necessariamente seguir uma seqüência temporal, senão que os mesmos podem se desenvolver de modo concomitante, com permanentes fluxos de retroalimentação.

6.4 Desenvolvimento Territorial na Bahia

No caso da Bahia, houve uma demanda específica da sociedade civil organizada para que ocorresse uma discussão a fim de identificar os territórios rurais existentes. Para implementar esse processo foi criada a Coordenação Estadual de Territórios (CET). Esta entidade tem por finalidade apoiar todo o processo, desde a definição dos territórios até a definição de prioridades, institucionalização e acompanhamento das ações de desenvolvimento territorial e está composta por membros da sociedade civil organizada e representantes de órgãos públicos. Pelo Governo Federal participam: SDT/MDA, SAF/MDA, Instituto Nacional

de Colonização e Reforma Agrária (INCRA/MDA), Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (CEPLAC/MAPA), Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nacional/Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (SESAN/MDA), Companhia para o Desenvolvimento do vale do São Francisco/Ministério da Integração (CODEVASF/MINTER), Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS/MINTER). Já pelo Governo do Estado se envolveram: Secretaria de Combate à Pobreza (SECOMP), Secretaria de Planejamento (SEPLAN), Centro de Recursos Ambientais (CRA) e Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA). Entre as organizações da sociedade civil encontram-se: Movimento de Organização Comunitária (MOC), Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF), Terra Viva, Central das Associações do Litoral Norte (CEALNOR), Federação Estadual dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG), Pastoral Rural, Fundação para o Desenvolvimento Integrado do São Francisco (FUNDIFRAN), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento dos Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas do Estado da Bahia (CETA), Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), CAA, Serviço de Assessoria às Organizações Populares Rurais (SASOP), entre outras. Com apoio da FAO. A SDT animou esse processo, que teve como resultado a identificação de 24 territórios, sendo que um deles (território de Itaparica), envolvendo os Estados de Bahia e Pernambuco.

Dos 24 territórios identificados na Bahia, nove recebem apoio direto da SDT: Velho Chico, Irecê, Chapada Diamantina, Sisal, Baixo Sul, Litoral Sul, Piemonte do Paraguaçu, Bacia do Jacuípe e Bacia do Rio Corrente. Outros quatro estão recebendo apoio da CEPLAC: Extremo Sul, Itapetinga, Médio Rio das Contas e Vale do Jequiriçá. A FAO/MDA está apoiando um Território (Sertão do São Francisco) e outro território está sendo apoiado pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco/Ministério das Minas e Energia (CHESF/MME) e CODEVASF (Itaparica). Além disso, existem negociações com várias entidades para que venham a apoiar os territórios restantes (PETROBRÁS, MDS e Governo da Bahia).

A criação da CET está servindo para ampliar e democratizar a discussão sobre a política de desenvolvimento territorial na Bahia e para mobilizar possíveis parceiros que possam apoiar esse processo. A entidade se propõe, além de conseguir parceiros para desenvolver os territórios não apoiados diretamente pela SDT, a estimular e articular a implementação de políticas públicas nos territórios.

As discussões estão sendo operacionalizadas através de oficinas, conforme orientação da Secretaria de Divisão Territorial, animadas, em geral por três funcionários que prestam serviço ao MDA. Em auxílio da equipe, às vezes, acorrem funcionários de carreira do INCRA. As oficinas são custeadas pelo MDA, através de repasse de recursos para a Entidade Referência. No ano de 2005, o recurso demorou de ser disponibilizado, e em função disso as oficinas só ocorreram no segundo semestre.

6.5 A FUNDIFRAN no desenvolvimento do “Território do Velho Chico”

Entidade atuante e respeitada no Médio São Francisco baiano, a FUNDIFRAN, foi indicada como entidade *Proponente* (junho de 2004) ou de *Referência* no Território do Velho Chico, participando do Comitê Diretivo (ou Comitê Gestor) e do Núcleo Técnico do Território.

O Velho Chico foi um dos primeiros territórios a ser definido e homologado. Ele é composto pelos seguintes municípios: Barra, Muquém do São Francisco, Serra do Ramalho, Sítio do Mato, Carinhanha, Feira da Mata, Xique-Xique, Brotas de Macaúbas, Ipuiara, Oliveira dos Brejinhos, Ibotirama, Morpará, Paratinga, Bom Jesus da Lapa, Malhada, Riacho de Santana e Matina (ver Mapa 2). O município de Igaporã ainda não se definiu. É provável que o município fique no Território Velho Chico até a criação do Território do Sertão Produtivo.

Conforme já observado em outras partes do trabalho, nestes municípios encontram-se importantes comunidades tradicionais, tais como: Comunidades Rurais Negras Quilombolas, indígenas, Fundos de Pasto e ribeirinhos. Além dessas comunidades, existem vários assentamentos de Reforma Agrária organizados pela Coordenadoria Estadual de Trabalhadores Assentados e Acampados e Quilombolas (CETA) e de acampamentos ligados à mesma entidade. A presença do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) na região é pequena, restringindo-se ao município de Barra e Muquém do São Francisco.

Pela proposta metodológica do MDA, as oficinas obedecem a estrutura de ciclos. A primeira fase do primeiro ciclo correspondeu à mobilização; a segunda, foi de planejamento, isto é, de definição dos eixos; a terceira fase, elaboração do plano ou proposta de trabalho. O

território de Velho Chico está na última fase do primeiro ciclo, ou seja, está elaborando seu plano territorial. Aliás, todos os Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) dos territórios apoiados diretamente pelo MDA na Bahia estão em processo de finalização.

As primeiras oficinas do Território Velho Chico ocorreram em 2004 e no ano seguinte elas ganharam regularidade. Em 2005, ocorreram cinco oficinas, a primeira foi organizada em Bom Jesus da Lapa, em junho de 2005; a segunda em Barra, em julho de 2005; a terceira em Ibotirama, em agosto de 2005, e a quarta em Carinhanha, em outubro de 2005. A última em Riacho de Santana, em dezembro de 2005.

Além das oficinas de implantação do território, a política sugere a realização de oficinas temáticas. São elas: a de Reforma Agrária e a de Educação, Crédito Fundiário, Cooperativismo e Associativismo e “Jovem Rural”. Na Oficina realizada em Bom Jesus da Lapa foi sugerida a realização de um seminário sobre biodiesel.

De acordo com Dermeval Oliveira, secretário executivo da FUNDIFRAN e articulador do Território do Velho Chico, as entidades e os movimentos sociais convidados para participarem das oficinas chegam ao número de 70, mas pouco mais de 40 têm sido representadas. Na oficina de Ibotirama, 14 municípios localizados no território se fizeram representar. E as entidades presentes foram: OTL, CESAB, EBDA, Secretaria de Desenvolvimento da Prefeitura de Ibotirama, FUNDESE, Partido dos Trabalhadores, FETAG, CMDRS, Pastoral da Juventude, STR, CETA, Central Fundo de Pasto, SINTRAF, APRODEC, Câmaras de Vereadores, Aldeia Kiriri, Banco do Nordeste, Rural TEC, ASCONTEC, FUNDIFRAN, INCRA, FUNASA, CODEVASF, APR, CPT, ASPRORULAC, CDL, Banco do Brasil, MST, IBAMA, DIREC, ECOSOL e ADAB.

Percebe-se a falta de representação nas oficinas do poder municipal. De acordo com assessor da SDT, a indiferença dos prefeitos municipais em relação aos territórios se explica pela cultura política de descrédito de ações voltadas para o planejamento e a participação popular, mas essa indiferença tem se tornado mais expressiva, depois da crise política enfrentada pelo Governo Federal, em 2005. Na verdade, a campanha presidencial foi antecipada e os prefeitos já estavam envolvidos na disputa eleitoral. Não se pode esquecer também que os administradores municipais ficaram ressabiados com a proposta de criação do

Território, temerosos, certamente, de sofrerem esvaziamento em suas ações e terem sua visibilidade enfraquecida. Aliás, a relação entre os territórios e as Prefeituras, atinge, muitas vezes, momentos de tensão. Em geral, inadimplentes junto ao governo federal, as prefeituras não podem ser parceiras em implantação de obras de infra-estrutura, por exemplo do Pronaf Infra-Estutura, obrigando o território a procurar parceria junto a Secretarias Estaduais.

As secretarias e demais órgãos do estado da Bahia também têm sido poucos participativos nas oficinas. A título de exemplo a Secretaria de Combate a Pobreza do Estado da Bahia (SECOMP) não se fez representada em nenhuma das oficinas analisadas.

A Caixa Econômica Federal (CEF), a despeito de ser a autarquia financiadora dos Projetos aprovados para os territórios, não têm comparecido às oficinas. Registra-se a presença do Banco do Nordeste em quase todas as oficinas do Território do Velho Chico. Inclusive, na oficina realizada em Barra, segundo relatório, o representante da Prefeitura de Ibotirama sugeriu que o principal parceiro dos Territórios deveria ser o Banco do Nordeste.

Entidades respeitadas como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Comissão de Articulação do Semi-Árido (CAA) estão reticentes em relação aos trabalhos dos territórios e somente vez por outra enviaram representantes às oficinas, como foi o caso da presença da CPT na oficina realizada em Ibotirama, em 2004 e em 2005, na mesma localidade; a CAA compareceu à oficina realizada em Barra em 2005.

Do lado dos movimentos sociais, em alguns casos, a participação também tem sido limitada. Os quilombolas e as colônias de pescadores não têm enviado representantes e as paróquias também não se fazem presentes. Na oficina realizada em Carinhanha, somente a Paróquia de Serra do Ramalho enviou representante. A presença das Universidades, especialmente da UNEB que tem um Campus no Território tem sido solicitada, bem como uma maior participação das Escolas Família Agrícola.

Dentre os principais projetos financiados no território, tem-se a Feira do Bode, realizada pela Proponente, através da linha B dos recursos destinados à implantação do território.

Dentre os projetos reivindicados tem-se:

- Unidade de Esmagamento de Oleaginosas;

- Entrepósito de Mel;
- Unidade Móvel de Extração de Mel;
- Adutora de Reforma Agrária – Sítio do Mato (aprovado);
- Unidade de Pescado de Bom Jesus da Lapa;
- Unidade de Esmagamento de Frutas;
- Frigorífico para Caprinos (aprovado).

Os principais desafios encontrados foram:

- Buscar maior participação das prefeituras e das câmaras de vereadores;
- Reforçar articulação com setores do pequeno comércio, por exemplo CDL, bem como buscar apoio de pequenos empresários e industriais do território;
- Buscar diversas articulações como com: o SEBRAE; a OAB e a AATR; Sindicato de Professores e Funcionários Públicos; demais entidades civis e religiosas;
- Estreitar laços com as Universidades, especialmente com o Campus da UNEB de Bom Jesus da Lapa; com as Escolas Família Agrícola e com as Escolas Técnicas Agrícolas do governo Federal e com as paróquias e Dioceses e.
- Trazer representantes de outros ministérios para acompanhamento das discussões

Os principais entraves verificados foram:

- Distância – meios de comunicação e de transporte precários. O território é muito grande. Na oficina realizada em Ibotirama, o representante da Prefeitura Municipal de Ibotirama sugeriu a divisão do Território, sendo que, um teria sede em Ibotirama e o outro em Bom Jesus da Lapa.;
- Falta de representatividade e de inserção social de muitas das entidades e dos movimentos sociais atuantes no território;
- Falta de dados sobre os bens e equipamentos que o território já dispõe (necessidades de mapear estes bens e equipamentos, visando otimizá-los e direcioná-los para atender as demandas do território);

- Falta de diagnóstico técnico das demandas;
- Carência de articulação com o Projeto de Revitalização que o governo Federal afirma estar implementando na Bacia do São Francisco;
- Indiferença das Prefeituras Municipais.

As principais ameaças identificadas foram:

- Mudança de política governamental;
- Desarticulação e esgotamento das entidades e do Movimento social;
- Cooptação de entidades e movimentos por lideranças políticas ou órgãos públicos

Enquanto ponto positivo seria a possibilidade de se colocar frente a frente atores sociais com interesses comuns, bem como de atores historicamente distanciados, seja em relação à formação técnica seja em relação a interesses específicos.

Dentre os projetos aprovados pelo Conselho de Desenvolvimento Territorial tem-se aqueles que foram aprovados pelo Conselho, Tabela 55.

Tabela 55 – Situação dos projetos Aprovados pelo CDTER, 2006

Ações de Investimento	Metas/Ano de execução	SDT	Contra-partida	Total	Proposto	Caixa
Estruturação de um abatedouro regional de bovinos e caprinos	1. Obras e instalação; 2. Equipamentos	521.210,01	27.432,75	548.642,76	Prefeitura de Muquém do São Francisco	N
Estruturação do Comitê Gestor Executivo do Território	1. Equipamentos de informática; 2. Equipamentos didáticos; 3. Veículos e acessórios	53.200,00	2.800,00	56.000,00	Prefeitura de Muquém do São Francisco	ok
Ampliação da Estrutura Física e Tecnológica da EFA	1. Obras e instalação; 2. Equipamentos de informática; 3. Equipamentos didáticos.	263.296,70	13.858,00	277.154,70	Prefeitura de Riacho de Santana	ok
Estruturação de Unidades Móveis de Extração de Mel	1. Aquisição de duas unidades móveis de extração de mel; 2. Equipamentos.	91.200,00	4.800,00	96.000,00	Prefeitura de Carinhanha	ok
Estruturação de Unidades de Beneficiamento de Frutas	1. Aquisição de duas unidades móveis de extração de mel; 2. Equipamentos.	58.900,00	3.100,00	62.000,00	Prefeitura de Oliveira dos Brejinhos	ok
Estruturação de Unidades Móveis de Extração de Mel	1. Aquisição de duas unidades móveis de extração de mel; 2. Equipamentos.	45.600,00	2.400,00	48.000,00	Prefeitura de Oliveira dos Brejinhos	ok
Total de Investimento		1.033.340,67	54.390,75	1.087.797,40		

Fonte: Pesquisa de campo, 2006.

A composição do Conselho de Desenvolvimento Territorial no MSF, Tabela 56 consta de 14 representantes do poder público, desde prefeituras, câmara de vereadores e representantes da Codevasf, CMDRS, INCRA, UNEB, BNB e EBDA. Ainda constam do Conselho representantes da sociedade civil organizada como ONGs, movimentos sociais ligados à reforma agrária, federações, sindicatos dos trabalhadores rurais, cooperativas, escolas famílias agrícolas, indígenas, quilombolas, pescadores e fundo-de-pasto.

Tabela 56 – Conselho de Desenvolvimento Territorial do MSF, 2006

No	Publicas/Financeiras	OSCs	
1	Câmara Vereadores	ONGs	FUNDIFRAN
2	Codevasf		RODA/ASA
3	CMDRS		CESAB-SF
4	IBAMA		ACARI
5	INCRA	MOVIMENTOS SOCIAIS LIGADOS À REFORMA AGRÁRIA	MST
6	UNEB		CETA
7	EBDA		OLT
8	BNB		CRED. FUND
9	Pref. Bom Jesus da Lapa	FEDERAÇÕES	FETAG
10	Pref. Feira da Mata		FETRAF
11	Pref. Carinhanha	INDIGENAS	KIRIRI
12	Pref. Ibotirama		TUXÁ
13	Pref. Malhada		PANKARU
14	Pref. Muquém do São Francisco	COOPERATIVAS	ASCONTEC
15			OLIV. ECOSOL
16		ESCOLAS	AECOFABA
17		PESCADORES	COLÔNIA
18		QUILOMBOLAS	CRQ (2)
19		FUNDOS DE PASTO	CEAPRI
20		SIND TRABALHADORES RURAI	Barra, Oliveira dos Brejinhos, Ibotirama, Malhada, Morpará e Srra do Ramalho

Fonte: Pesquisa de campo, 2006.

Os representantes nomeados podem ser visualizados na Tabela 57.

Tabela 57 – Comitê Gestor Executivo, 2006

No	Instituição	Representante	Organização	Representante
1	Câmara Vereadores	Paulo Almeida	FUNDIFRAN	Dermeval
2	Prefeituras	Adalgício	AECOFABA	José Nivaldo
3	CODEVASF	Jonas Paulo	RODA/ASA	Hildebrando
4	CMDRS	Luciano	Fundo de Pasto	Nilza
5	INCRA	Hamilton	FETRAF	Jani
6	IBAMA	Manoel	Kiriri	Maria
7	UNEB	Elvina	CETA	Bartolomeu
8	EBDA	Guarim	MST	Paulo Cezar
9	BNB	Aparecido	CRQ	João

Fonte: Pesquisa de campo, 2006.

Assim como os representantes do Núcleo Técnico do Médio São Francisco na Tabela 58.

Tabela 58 – Núcleo Técnico, Médio São Francisco, 2006

No	Organização	Técnico
1	FUNDIFRAN	Dermeval
2	ASCONTEC	Cléber
3	FETAG	Manoel
4	CODEVASF	Wilson
5	EBDA	Guarim
6	PREFEITURA	José Augusto
7	UNEB	Elvina

Fonte: Pesquisa de campo, 2006.

Tem-se assim, a composição estrutural do Território do Velho Chico.

PARTE D

CONSIDERAÇÕES FINAIS, REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA E ANEXOS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de reestruturação produtiva na região do MSF alterou as relações de produção na agricultura e provocou a valorização das terras. Este processo ocorrido pós década de 1970, tanto colocou e coloca em risco as frágeis formas de acesso à terra das comunidades tradicionais, como Fundo e Feche de Pasto, Quilombolas, Ribeirinhos e “Beraderos”, como gera novas formas capitalistas de posse da terra como os projetos de irrigação. Mas os grupos sociais historicamente excluídos desse processo reagiram por meio de sua organização, conquistando o reconhecimento e a legalização de seu modo de ocupação e vida naquele território, como também novas formas de acesso à terra através dos projetos de Reforma Agrária, contribuindo para a consolidação de um mosaico variado de formas de organização das atividades produtivas.

A grande diversidade de formas de acesso à terra no MSF obedece a fatores ambientais, econômicos e histórico/culturais. Essa diversidade precisa ser contemplada na lógica das políticas públicas, afastando o risco de uma intervenção padronizada. Nesse sentido, observa-se uma evolução desde formas de intervenção mais autoritárias, como a da criação do Projeto de Colonização de Serra do Ramalho, na década de 1970, para formas mais participativas, que buscam respeitar as especificidades locais. Nesta evolução, coube um papel fundamental aos agricultores e suas organizações de apoio, como aqui relatado no caso da FUNDIFRAN e do CETA. As mesmas contribuíram para o avanço nas formas de organização, que tradicionalmente estavam restritas a aspectos comunitários, para uma organização mais política, capaz de reivindicar e propor soluções, como exemplificado no caso dos Fundos de Pasto.

Assim, o entendimento das dinâmicas da ocupação da terra é um fator muito relevante na construção e na dinamização dos territórios sendo que a política de desenvolvimento territorial da SDT precisa estar articulada com o processo de reforma agrária, crédito fundiário e regularização fundiária. Haja vista que, na região existem 8.026 famílias assentadas pela reforma agrária e 532 pelo crédito fundiário, o que soma 5.558 famílias que tiveram acesso à terra através desses programas governamentais. Quantidade expressiva (25%) quando se compara com o número de agricultores familiares existentes na região, estimados em 3.884 famílias de acordo com os dados do Censo Agropecuário de 1995/96. Esse público, de 43.778

famílias, representam o que o MDA define como demanda social que é composta de agricultores familiares, assentados da reforma agrária e acampados, que seria o alvo preferencial da política de desenvolvimento territorial.

Essa demanda social diversificada poderá se articular por meio de um fórum territorial que permita a manifestação das reivindicações específicas das comunidades e dos grupos sociais e a identificação de suas reivindicações e projetos comuns. No MSF foram identificadas 70 entidades, cujo grau de participação tem crescido, e a própria composição do fórum poderá ser dinâmica, assim como a própria delimitação do território. Os fatores identificados como redefinidores do conjunto de municípios que fazem parte do território são diversos. No caso estudado, destacam-se: as atividades econômicas, o centro urbano regional de referência e a vinculação com a entidade articuladora. Assim, vem se observando, na prática, a adequação da utilização de critérios multidimensionais na delimitação dos territórios e a construção social dos mesmos.

A partir do trabalho realizado nos últimos dois anos (2005/2006), o processo atual de articulação encontra-se na fase de elaboração do Plano de Desenvolvimento Territorial. Para a sua elaboração foram definidos os seguintes eixos: educação no campo, agricultura familiar, reforma agrária, comercialização agrícola, agregação de valor, revitalização do rio São Francisco e recursos hídricos.

Um ponto positivo da política territorial pode estar na capacidade de mobilização e articulação dos atores. Contudo, observa-se que dita mobilização e articulação apresenta ainda um viés marcadamente setorial, privilegiando os investimentos de infra-estrutura produtiva agrária. Outras questões, no entanto, não estão recebendo o mesmo nível de atenção.

No aspecto agrícola, o PRONAF vem realizando mais de 10 mil contratos anualmente, atingindo nos últimos anos um volume de recursos superior a R\$ 30 milhões. Muito provavelmente, a maioria dos agricultores familiares da região não tinha tido, historicamente, acesso ao crédito rural, pelo que o amplo acesso ao PRONAF constituiu um avanço. O valor médio dos empréstimos é pequeno, o que se relaciona com a baixa renda dos produtores. Todavia, torna-se importante avaliar se os projetos executados tiveram a orientação técnica adequada, especificamente as tecnologias de convívio com o semi-árido, e se os assentados e agricultores familiares estão desenvolvendo a produção e melhorando sua condição de vida.

Trata-se, portanto, de qualificar a intervenção para evitar o endividamento excessivo dos agricultores e a baixa eficácia na utilização dos recursos públicos. Neste sentido, a articulação territorial poderia ser uma peça chave para a efetiva implementação do zoneamento ecológico-econômico, com a formulação de projetos de exploração técnica e economicamente viáveis e adequados às condições regionais. Um primeiro passo nesta direção, embora ainda insuficiente, pode ser a atual proposta de implementação do Plano Safra Territorial.

Um ponto polêmico com relação aos projetos produtivos que poderia ser analisado no fórum territorial é a orientação dos projetos de irrigação. Os mesmos representam uma mudança significativa na produção e na geração de renda, mas trata-se de elevados investimentos, de alcance econômico localizado, com impacto ambiental considerável e aparentemente de muito limitado efeito social. Este último pode ser exemplificado a partir do estudo realizado nos perímetros Formoso A e H, em Bom Jesus da Lapa. Nos mesmos vêm se constatando processos de exclusão social, tanto através da própria lógica de seleção dos beneficiários pelos órgãos públicos como da chamada “seleção natural” e venda informal dos lotes. Os objetivos de ditas políticas precisam ser explicitados e discutidos com a sociedade civil organizada, se o que se propõe é um desenvolvimento mais participativo. A política de irrigação também está relacionada com o projeto de transposição do São Francisco, que está sendo debatido no presente momento, assim como com a sua necessária revitalização.

Se além da política agrícola e agrária, considerarmos as políticas sociais, vemos que nas últimas décadas tem ocorrido um incremento das transferências governamentais. Na década de 1990, como resultado da universalização da previdência social. Mais recentemente, como consequência dos programas sociais, o mais expressivo dos quais é o Bolsa Família que transfere um valor mensal próximo aos R\$ 4 milhões nos municípios do MSF atendendo a mais de 54 mil famílias (MSD, julho de 2006). Vale lembrar que, na lógica da agricultura familiar, não faz muito sentido diferenciar os recursos obtidos através de programas produtivos daqueles provenientes de programas de transferência de renda, pois ambas as fontes atendem às necessidades de produção e de reprodução familiar. A questão é como utilizar esses escassos recursos para melhorar as condições de vida da população rural e criar oportunidades de pequenos negócios (agrícolas e não-agrícolas) que permitam o crescimento econômico e a geração de ocupação e renda no território.

A pluriatividade e as ocupações não agrícolas são relevantes para o desenvolvimento do território, pois essas atividades, além de serem uma tendência geral nos territórios rurais, têm sido, historicamente, uma estratégia de reprodução das famílias camponesas, especialmente no semi-árido devido às restrições ao desenvolvimento de atividades agrícolas. Para discutir estas questões precisaria ampliar o espectro dos atores presentes na articulação territorial. Agentes do comércio local, do setor de serviços, além de outras atividades, podem se transformar em importantes alternativas na geração de emprego e renda. Políticas tais como o microcrédito produtivo para atividades não agrícolas, entre outras, poderiam também estar sendo discutidas nos fóruns territoriais.

Outro ponto relevante é a inserção dos jovens nas atividades econômicas com possível efeito de limitar o processo migratório, principalmente daqueles que têm uma qualificação profissional. A discussão destes temas, por exemplo, implica articulação no território com o apoio de ministérios como os da Educação e do Trabalho.

Por isso, é necessário entender os processos atuais de desenvolvimento econômico do território, para identificar oportunidades de integrar o setor da agricultura familiar e as comunidades tradicionais e da reforma agrária na dinâmica do desenvolvimento econômico regional. Em especial, aspectos como: as tendências de modernização do setor agrícola comercial e patronal; a influência dos assentamentos de Reforma Agrária nas dinâmicas econômicas locais e regionais; o desenvolvimento econômico não-agrário e os impactos de grandes projetos de investimento. Certamente, a pobreza e a exclusão social ainda prevalecem no MSF, e como fazer para favorecer a dinâmica econômica regional, a inclusão social e a preservação dos recursos naturais? Isso implica planejamento, não no viés tecnocrático convencional, mas planejamento participativo. A política territorial apresenta, ainda, importantes desafios, como se argumenta a seguir.

Existe a necessidade do Estado articular suas políticas, em nível federal, entre os diversos ministérios (MDA, Agricultura, Integração Nacional, Meio Ambiente, Educação, Saúde, Trabalho e Cultura, entre outros). Essa articulação tem sido insuficiente dentro do próprio MDA, onde as ações das diversas secretarias ainda não estão suficientemente coordenadas.

Verifica-se que a articulação é ainda mais precária entre os diversos níveis de governo (federal, estadual e municipal), onde além da inércia das rotinas institucionais, a superposição

de programas e lógicas de atuação obedece geralmente a disputas político partidárias. Há dificuldades para efetivar os investimentos, por problemas como inadimplência das prefeituras e/ou falta de interesse das mesmas em implementar os projetos. Isto provoca lentidão na execução que pode levar à desmobilização dos atores e até ao descrédito da política. Em nível estadual, por exemplo, existem outras políticas de caráter territorial, como Programa *Nossa Região* do Governo de Estado da Bahia.

Outro ponto crítico é a necessidade de assessoria técnica para a elaboração dos projetos. Existe, ainda, o desafio do gerenciamento social dos investimentos, principalmente porque se trata, em muitos casos de investimentos agroindustriais, onde os agricultores deverão concorrer em mercados exigentes e competitivos.

Em síntese, parece estar havendo um descompasso entre a complexidade do modelo proposto e a viabilidade imediata da sua execução.

Nesse sentido, o modelo deve ser visualizado como uma política de médio e longo prazo. Todavia, é oportuno levantar dúvidas quanto a sua continuidade, uma vez que não é garantido que se mantenha a proposta de uma gestão compartilhada de responsabilidades entre o Estado e a sociedade civil organizada, isto é, pode ocorrer uma ruptura do pacto.

A ruptura pode ocorrer por mudança na orientação política do governo, mas também a partir de questionamentos dos movimentos sociais, uma vez que, como atores nesse processo estão sendo comprometida, em alguns casos, sua lógica de atuação contestatória, passando a ser co-responsáveis pela execução das políticas públicas. Também pode ocorrer de os atores sociais terem o Estado como único interlocutor e articularem pouco entre si, principalmente quando a lógica de atuação responde exclusivamente à utilização dos recursos públicos disponibilizados. Atualmente, a prática no MSF não materializa estes riscos, pois se observa que, apesar de não ter sido liberado recursos e nem implementado projetos produtivos concretos, existe um crescente interesse das entidades envolvidas no fórum territorial.

Um avanço no sentido da articulação, na Bahia, tem sido a criação da Comissão Estadual do Território, porque vai além do proposto pela SDT e cria uma dinâmica própria e pode dar maior autonomia à organização social.

A política territorial pressupõe mecanismos para o fortalecimento da organização

comunitária. Por enquanto, a representação se dá através de lideranças e, nem sempre, existe um verdadeiro engajamento das bases. Por outro lado, não obstante os esforços, faltam aos fóruns de organização territorial a participação representativa de alguns grupos sociais existentes no território.

Por último, a discussão da questão territorial não deve desviar o foco da importância que ainda têm as políticas agrícola e agrária. O acesso à terra e à água, o crédito rural, a assistência técnica e a comercialização são aspectos chave para o desenvolvimento territorial na região em estudo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. *Representatividade e inovação*. Brasília: MDA, 2005, p. 1-9. www.econ.fea.usp.br.
- ABRAMOVAY, R.; CARVALHO FILHO, J. Reforma Agrária: o sentido econômico de uma política distributiva, *Reforma Agrária*, Vol 23, No 2, maio/ago. 1993.
- ANAI. Relato dos pankarú ontem e hoje. Salvador: s/d. (Folheto)
- ANDRADE, M. C. *Espaço, polarização e Desenvolvimento*. São Paulo: Atlas, 1987
- BANCO DO NORDESTE. *Políticas e estratégias para um novo modelo de irrigação: documento síntese*. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2001.
- BATTISTEL, Arlindo e CAMANDAROBA, Joana. Um retrato do Brasil. Porto Alegre: Ed. EST, 1997.
- BEDUSCHI, L.; ABRAMOVAY, R. Desafios para a gestão territorial do desenvolvimento sustentável no Brasil. *I Fórum Internacional Território, Desenvolvimento Rural e Democracia*, Fortaleza, 2003, CD-ROM.
- BRASILEIRO, Sheila. *A Organização Política e o Processo Faccional no Povo Indígena Kiriri*. Salvador: Mestrado em Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA (dissert. mimeog.), 1996.
- CABRAL, Elisabeth & NASSER, Nassaro. *Notas sobre as crenças e práticas religiosas dos tuxás*. *Revista Cultural do Estado da Bahia*. 1ª. ed. Salvador: Fundação Cultural da Bahia (numero especial – O índio na Bahia), 1988.
- CALDAS, Alcides dos Santos. *Dinâmicas globais e tendências de desenvolvimento rural em territórios periféricos: o Eixo Juazeiro-Petrolina (Brasil) e a Comarca do Ribeiro (Estado Espanhol)*. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Geografia e História, Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela. 2001. 614 p.
- CAR -COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL – BA. *Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável PDRS: Oeste da Bahia*. Salvador, CAR, 1997, 265 p.
- CASTRO, Iná Elias de. Ilhas de tecnologia no Nordeste brasileiro e a reinvenção da natureza. *Território*. Rio de Janeiro, LAGET/UFRJ, n. 9, v.5, p.45-63, jul./dez., 2000.
- CEAS - CENTRO DE ESTUDOS E AÇÃO SOCIAL O Médio São Francisco: confins do Sertão Baiano. *Cadernos do CEAS*, N° 26, agosto de 1973, p. 1-45.
- COELBA. *Luz para Todos. Evolução do Programa*. Acesso em http://www.coelba.com.br/aplicacoes/menu_secundario/luz_para_Todos/evolucao.asp?c=342, em 26/01/2007
- COELHO NETO, Agripino Souza. *As repercussões espaciais das políticas de irrigação no vale do São Francisco: uma análise do perímetro irrigado formoso no município de Bom Jesus da Lapa (BA)*. 2004. 196 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.
- COELHO NETO, A. S. A irrigação no Médio São Francisco e a produção da seletividade

sócio-espacial. In: SEI. *Desenvolvimento Regional: Análises do Nordeste e da Bahia*. Salvador: SEI, 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e Organização Espacial*. 6. ed. Ática: São Paulo, 1998

COSTA, Wanderley M. da. *O Estado e as políticas territoriais no Brasil*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

DELGADO, G. & CARDOSO, J. Principais resultados da pesquisa domiciliar sobre a Previdência Rural na Região Sul do Brasil (Projeto Avaliação Socioeconômica da Previdência Social Rural). *Texto para Discussão N° 734*, Brasília: IPEA, 2000, 58 p.

DUARTE, A. C. Regionalização: Considerações Metodológicas. *Boletim de Geografia Teórica*. v. 10, n 20, Rio Claro, 1980;

ESTRELA, Ely. Assentamento Indígenas no Médio São Francisco. Travessia. Revista do Migrante. São Paulo. *Centro de Estudos Migratório*. no 39, janeiro/abril 2001.

ESTRELA, Ely Souza. *Os sampauleiros: Cotidiano e representações*. São Paulo: Hunanitas/Educ/Fabep, 2003

ESTRELA, Ely Souza. *Três felicidades e um desengano. A experiência dos beraderos de Sobradinho em Serra do Ramalho*. São Paulo. Doutorado em História Social do Departamento de História da Pontifícia Universidade de São Paulo, 2004.

FAVARETTO, A. *A abordagem territorial do desenvolvimento rural: mudança institucional ou “inovação por adição” ?* XLIV Congresso da Sociedade de Economia e Sociologia Rural, Fortaleza, 2006.

GANEM, Nadir. *A irrigação e a Lei*. Brasília: Editerra, 1997.

GeografAR. A Geografia dos Assentamentos na Área Rural. *A Leitura Geográfica das Formas de Acesso à Terra do Estado da Bahia*. Banco de Dados. Grupo de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Geografia. IGEO/UFBA/CNPq. Salvador, 2005.

GeografAR. A Geografia dos Assentamentos na Área Rural. *A Leitura Geográfica da Estrutura Fundiária no Estado da Bahia*. Banco de Dados. Grupo de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Geografia. IGEO/UFBA/CNPq. Salvador, 2003.

GARCEZ, Angelina. *Fundo de Pasto: um projeto de vida sertanejo*. Salvador: Interba/UFBA, 1987.

GARCEZ, Angelina. *Em torno da propriedade da terra*. Salvador: Arembepe, 1997.

GERMANI, G. I. *Cuestión agraria y asentamiento de población en el área rural: la nueva cara de la lucha por la tierra. Bahia, Brasil (1964 – 1990)*. Barcelona: Universidad de Barcelona. Tese de Doutorado. 1993.

GERMANI, G. I. Assentamentos de reforma agrária: Produção de novos espaços de vida e de conflitos. *Revista Cultura Vozes*, n.6, nov-dez de 2001, p. 67-84.

GERMANI, Guiomar, OLIVEIRA, Gilca Garcia de. Reconhecimento de territórios quilombolas: A experiência do Convênio de Cooperação Técnica na Bahia. In O INCRA e os desafios para a regularização dos territórios quilombolas: Algumas experiências. *NEAD Debate*, 13. Brasília: MDA/INCRA, 2006.

- HAESBART, Rogério, “Gaúchos” e Baianos no “Novo” Nordeste: entre a Globalização Econômica e a Reinvenção das Identidades Territoriais”, in CASTRO, Iná, DA COSTA GOMES, Paulo César e LOBATO CORRÊA, Roberto (organizadores) *Brasil: questões atuais da reorganização do território* –2 ed. – Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil, 2002
- MARTINS, J. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: HUCITEC, 1994. 174 p.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO *Orientação para elaboração de Projetos nos Territórios Rurais em 2004*, p. 1-9. www.mda.gov.br.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. *Articulando Políticas Públicas e Demandas Sociais*. Brasília, 2005. www.mda.gov.br.
- MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. *Ação Civil Pública*. Salvador: 1999.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993
- RELATÓRIO da Oficina Territorial do Território Velho Chico. Ibotirama, 8/2005, p. 1-20.
- RELATÓRIO da Oficina Territorial do Território Velho Chico. Barra, 7/2005, p. 1-20.
- RELATÓRIO da Oficina Territorial do Território Velho Chico. Lapa, 6/2005, p. 1-8.
- RÉMY, J. Os contratos territoriais de estabelecimento ou a conversão inacabada. In: CARNEIRO, M.; MALUF, R. orgs. *Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003, p. 153- 168.
- REESINK, Edwin. A tomada do coração da Aldeia: a participação dos índios de Massaracá na Guerra de Canudos. *Cadernos do Ceas*. Salvador: edição especial sobre Canudos), 1997.
- RIBEIRO, Darci. *Os índios e a civilização*. Petropolis, Vozes, 1986, p. 55/56.
- ROCHA Junior, Omar. O movimento Kiriri. *Cadernos do Ceas*. Salvador, no. 97, maio/junho de 1985, p.
- RODRIGUES, Luciene. *Investimento Agrícola e o Grande Projeto Jaíba. Uma Interpretação: 1970/1996*. Tese, FFLCH. USP, 1998.
- SABOURIN, E. Desenvolvimento Rural e abordagem territorial: conceitos, estratégias e atores. In: SABOURIN, E ; TEIXEIRA, O *Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais: conceitos, controvérsias e experiências*. Brasília, EMBRAPA Informação Tecnológica, 2002, 402 p.
- SAMPAIO, José Augusto Laranjeira. Seu Apolônio, o velho patriarca pankaru. *Boletim da Associação Nacional de Apoio ao Índio – Ba*. Salvador, n. 9, dezembro 92/janeiro 93.
- SAMPAIO-SILVA, Orlando. *Índios do Nordeste: Tuxa*. São Paulo: Annablume, 1988.
- SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.
- SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova. Da crítica da geografia à geografia crítica*. São Paulo: HUCITEC, 1990.
- SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002
- SANTOS, Milton. *Economia Espacial: críticas e alternativas*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2003.

- SILVA, José Graziano da. (Coord). *A irrigação e a problemática fundiária do Nordeste*. Campinas: Instituto de Economia: PRONI, 1989.
- SOARES, G. *Projetos políticos de modernização e reforma no Peru: 1950-1975*. São Paulo: Anablumme, 2000, p. 1-198.
- SOUZA, A. *O coronelismo no Médio São Francisco: um estudo de poder local*. Salvador, Microtextos, 1997, 92 p.
- SOUZA, José Evangelista de & ALMEIDA, João Carlos Deschamps. *O mucambo do Rio das Rãs. Um modelo de resistência negra*. Brasília: Gráfica Arte e Movimento, 1994.
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Índice de Desenvolvimento Econômico e Social dos Municípios Baianos 2002*. Salvador: SEI, 2002.v. 2.
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICO E SOCIAIS DA BAHIA. *Dinâmica sociodemográfica da Bahia: 1980-2000. Série Estudos e Pesquisas N° 60*, Salvador, SEI, 2003.
- TAVARES, L. *História da Bahia*. Salvador: EDUFBA, 2001, 542 p.
- URQUIZA, W. Arranjos institucionais para a gestão de políticas públicas de base territorial. In: *Anais do I Fórum Internacional: Território, Desenvolvimento Rural e Democracia*. Fortaleza-CE, 16 a 19 de novembro 2003.
- VEIGA, J. et al. O Brasil Rural precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento *Texto para discussão* N° 1, NEAD, CD –ROM (disponível também no site: www.nead.org.br)

ANEXOS